



13-15 OCTOBER  
UTAD, VILA REAL, PORTUGAL



SMART AND INCLUSIVE  
DEVELOPMENT  
IN RURAL AREAS

IBERIAN CONFERENCE ON RURAL STUDIES

BOOK OF ABSTRACTS

XICIER2016.UTAD.PT

© 2016

ISBN: 978-989-704-109-9

**Title | Título**

Book of abstracts: XI Iberian Conference on Rural Studies

Livro de resumos: XI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais

**Editing Committee | Organização e Edição**

Lívia Madureira, Ana Alexandra Marta-Costa, Octávio Sacramento, Pedro G. Silva, Susana Campos, Tiago Mucha, Timothy Koehnen

**Publisher and Copyright | Produção e Propriedade Intelectual**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

This work is supported by: European Structural and Investment Funds in the FEDER component, through the Operational Competitiveness and Internationalization Programme (COMPETE 2020) [Project No. 006971 (UID/SOC/04011)]; and national funds, through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology under the project UID/SOC/04011/2013.

## Welcome to XI CIER | Bem-Vindos(as) ao XI CIER

---

Welcome to the XI Iberian Conference on Rural Studies (CIER) on *Smart and Inclusive Development in Rural Areas* in the city of Vila Real, Portugal, between the 13<sup>th</sup> and 15<sup>th</sup> of October 2016.

The XI CIER is promoted by the Portuguese Society of Rural Studies (SPER), the Spanish Association of Agricultural Economics (AEEA), and the University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) through the Centre for Transdisciplinary Development Studies (CETRAD), in partnership with the Spanish Association of Geographers (AGE), the Groups of Rural and Food Sociology from the Spanish Federation of Sociology (FES), the Rural Studies Network (RER, Brazil), the Spanish Society of Agrarian History (SEHA) and the Brazilian Society of Economics, Business and Rural Sociology (SOBER).

The Iberian Conference on Rural Studies has been carried out since 1988 through a partnership with AEEA and SPER. The CIER is a consolidated space of multidisciplinary and transdisciplinary discussion on the identification and analysis of the challenges and opportunities arising from the specificity and diversity of rural areas. It joins academics, researchers, experts and professionals from various disciplinary fields and promotes the interaction between theoretical and practical knowledge, contributing to the construction of transdisciplinary knowledge. The CIER is a global debating space, given the increasing participation of other "geographies", in particular with ones which have historical and cultural ties with the Iberian Peninsula, the Latin America and Portuguese speaking countries (PALOP).

The theme of the Conference — Smart and Inclusive Development in Rural Areas — aims to promote the discussion and the analysis of ideas, proposals and results of research and actual experiences already obtained on the applicability and implementation of the smart growth agenda and the sustainable and inclusive development in rural areas with different geographical and socio-cultural contexts, especially in Europe and Latin America.

Are there multiple issues raised by the Conference theme. What is smart growth? Is it convergent with sustainable and inclusive development? Does smart specialisation strategies offer a solution to promote development based on local knowledge and specificities? And if so, what type of rural areas? Does it pose risks for increasing marginalisation of peripheral rural areas? If so, how to prevent it? The XI CIER will be an opportunity to debate these questions by academics, researchers, students, politicians, technicians and other persons interested in the past, present and future of rural areas.

Bem-vindos(as) ao XI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (CIER) sobre *Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo em Territórios Rurais* em Vila Real, Portugal, entre 13 e 15 de outubro de 2016.

O XI CIER é promovido pela Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), a Asociación Española de Economía Agraria (AEEA) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) através do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), em parceria com a Asociación de Geógrafos Españoles (AGE), os Grupos de Sociología Rural y de la Alimentación de la Federación Española de Sociología (FES), a Rede de Estudos Rurais (RER, Brasil), a Sociedad Española de Historia Agraria (SEHA) e a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).

O Colóquio Ibérico de Estudos Rurais realiza-se desde 1988, numa parceria da AEEA e da SPER. O CIER constitui-se como um espaço consolidado de debate multidisciplinar e transdisciplinar sobre a identificação e análise dos desafios e oportunidades suscitados pela especificidade e diversidade dos territórios rurais. Junta académicos, investigadores, peritos e profissionais de vários campos disciplinares e promove a interação entre os saberes teóricos e práticos, contribuindo para a construção do conhecimento transdisciplinar. O CIER é um espaço de debate global, contando com a participação em crescendo de outras “geografias”, em particular com as que têm laços históricos e culturais com a Península Ibérica, com destaque da América Latina e dos países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

O tema do Colóquio — *Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo em Territórios Rurais* — visa promover a discussão e análise de ideias, propostas e resultados de investigação e de experiência real já obtida sobre a aplicabilidade e aplicação da agenda do crescimento inteligente e do desenvolvimento sustentável e inclusivo nos territórios rurais em diversos contextos geográficos e socioculturais, com destaque da Europa e da América Latina.

São múltiplas as questões suscitadas pelo tema. O que é afinal o crescimento inteligente? Qual é a sua convergência com o desenvolvimento sustentável e com o desenvolvimento inclusivo? As estratégias de especialização inteligente são uma solução para promover o desenvolvimento baseado no conhecimento e nas especificidades do local? Em que territórios rurais? Correm-se riscos de marginalizar ainda mais os territórios rurais periféricos? Como evitá-lo? O XI CIER será uma oportunidade para debatê-las, juntando académicos, investigadores, estudantes, autarcas, técnicos e outros interessados no passado, presente e futuro dos territórios rurais.

## Organisation | Organização

---

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)

Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)

Asociación Española de Economía Agraria (AEEA)

Asociación de Geógrafos Españoles (AGE)

Federación Española de Sociología (FES)

Rede de Estudos Rurais (RER, Brasil)

Sociedad Española de Historia Agraria (SEHA)

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)

## Hosts | Anfitriões

---

### University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

UTAD was established in 1986 in Vila Real, representing the culmination of a process for the installation of higher education in the interior North of Portugal, initiated in 1973 with the Polytechnic Institute of Vila Real, followed by, in 1979, the University Institute of Trás-os-Montes e Alto Douro. Currently, UTAD is organized into four university schools — School of Agrarian and Veterinarian Sciences (ECAV); School of Humanities and Social Sciences (ECHS); School of Sciences and technology (ECT); School of Environmental and Life Sciences (ECVA); and the School of Nursing in Vila Real (ESEnfVR). Also, it includes eight research centres, which are important for creation and diffusion of science, technology, innovation and culture: Animal and Veterinary Science Centre (CECAV); Centre of Studies and Research on Security and Defense of Trás-os-Montes e Alto Douro (CEISDTAD); Humanities Research Centre (CEL); Centre for Transdisciplinary Development Studies (CETRAD); Research Centre for Sport, Health and Human Development (CIDESD); Research Centre on Agri-Environmental and Biological Technologies (CITAB); Research Centre of Mathematics (CM) and the Chemistry Centre (CQ). With the exception of ESEnfVR, all these teaching and research structures are based within a campus with 120 ha, housing a Botanical Garden of UTAD, one of the largest in Europe, with a collection that amounts to about 1000 plant species. The UTAD has had since its genesis a preponderant role in the production of knowledge within rural areas, and boosting regional development through a relevant and recognized presence in many areas of research, teaching and extension in the community.

### Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) foi instituída em 1986, em Vila Real, representando o culminar de um processo de instalação do ensino universitário no interior norte de Portugal, iniciado em 1973 com o Instituto Politécnico de Vila Real, a que se seguiu, em 1979, o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro. Atualmente está organizada em quatro Escolas de natureza universitária — Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias (ECAV); Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS); Escola de Ciências e Tecnologia (ECT); Escola de Ciências da Vida e do Ambiente (ECVA) — e uma Escola de natureza politécnica — Escola Superior de Enfermagem de Vila Real (ESEnfVR). Integra ainda oito centros de investigação, que se constituem como importantes pólos de criação e difusão de ciência, tecnologia e cultura: Centro de Ciência Animal e Veterinária (CECAV); Centro de Estudos e Investigação de Segurança e Defesa de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEISDTAD); Centro de Estudos em Letras (CEL); Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD); Centro de Investigação de Desporto, Saúde

e Desenvolvimento Humano (CIDESD); Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas (CITAB); Centro de Matemática (CM); Centro de Química (CQ). À exceção da ESEnVR, todas estas estruturas de ensino e investigação estão sedeadas num campus com 120 ha, que alberga o jardim botânico da UTAD, um dos maiores da Europa, com uma coleção que ascende a cerca de 1000 espécies vegetais. Com uma presença relevante e reconhecida em diversas áreas da investigação, ensino e extensão à comunidade, a UTAD tem tido desde a sua génese um papel especialmente preponderante na produção de conhecimento sobre as áreas rurais e na dinamização do desenvolvimento regional.

### Centre for Transdisciplinary Development Studies (CETRAD)

CETRAD is based at the University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) in Vila Real, Northeast Portugal, and at the University Institute of Maia, on the Atlantic coast near the country's second largest city of Porto. The Centre is evaluated, validated and partly-financed by Portugal's Foundation for Science and Technology (FCT). It has over 50 researchers with Ph.D.s and is the only Portuguese research centre that focuses exclusively on rural, regional and local development. Some centres share its interests, but not its inter-disciplinarity. And others display its inter-disciplinarity, but address different concerns. Still others focus on more technical aspects without reference to key economic, socio-cultural, management and policy contexts that rural livelihoods are embedded, and forms the main focus of the Centre's work. In collaboration with its networks of partner organizations, CETRAD focuses on these issues in an innovative manner, basing its approach upon core values of inter-, multi-and trans-disciplinarity, stakeholder participation, and beneficiary empowerment. The Centre has regional, national and increasingly international visibility in its field, based on its proven expertise, extensive networking, high quality publications on priority issues and its design of practical solutions for development problems wherever they manifest themselves.

### Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)

O CETRAD encontra-se sediado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) O centro foi avaliado como Muito Bom e é parcialmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Tem mais de 50 investigadores com doutoramento e é o único centro português que se dedica exclusivamente à pesquisa sobre desenvolvimento rural, regional e local. Alguns centros compartilham o seu interesse pelas questões do desenvolvimento, mas não a sua abordagem interdisciplinar. Outros evidenciam a sua interdisciplinaridade, mas estão focados em temáticas diferentes. Em colaboração com as suas redes de organizações parceiras, o CETRAD centra-se nos aspectos económicos, socioculturais, organizacionais e políticos do desenvolvimento rural de forma inovadora, baseando a sua abordagem em valores fundamentais da inter-, multi- e trans-disciplinaridade, da participação dos stakeholders e do empoderamento dos beneficiários. Graças à qualidade da sua produção científica, às suas relevantes contribuições para respostas práticas aos problemas de desenvolvimento e a uma extensa rede de investigação e de articulações com a sociedade civil, o Centro é, cada vez mais, alvo de reconhecimento regional, nacional e internacional no campo dos estudos do desenvolvimento.

### Department of Economic, Sociology and Management (DESG)

The DESG is one of three departments within the Humanities and Social Sciences School (ECHS) at the UTAD. Its mission is to ensure and encourage the intellectual and professional training of their students in order to prepare them for working life and citizenship; to produce, consolidate and disseminate knowledge, as well as to promote cooperation and exchanges with other national and

international institutions; contributing to the development of the populations that it serves through the provision of services to the community, the promotion of social intervention and cultural and scientific projects. As regards to the educational programme, the DESG has direct responsibility for four 1st cycle courses (Economics, Management, Social Service and Tourism), four 2nd cycle courses (Economics and Management Sciences; Management; Management of Health services; Social Service), a postgraduate course (Accounting and Finances), and one 3<sup>rd</sup> cycle course (Development, Societies and Territory). The DESG collaborates with several other courses at UTAD (distributed by different levels of training- 1st, 2nd and 3rd cycle), through the teaching of a set of curricular modules within its scientific scope. Research plays a crucial role in the activities of the Department. In this context, the DESG is associated to the CETRAD.

### Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG)

O Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG) é um dos três departamentos em que se estrutura a Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS) da UTAD. Tem como missão assegurar e estimular a formação intelectual e profissional dos seus estudantes de forma a prepará-los para a vida ativa e para a cidadania; produzir, consolidar e difundir conhecimento, bem como promover a cooperação e intercâmbio com outras instituições nacionais e estrangeiras; contribuir para o desenvolvimento das populações que serve através da prestação de serviços à comunidade e da dinamização de projetos de intervenção social, científica e cultural. No que respeita à oferta formativa, o DESG tem sob a sua responsabilidade direta quatro cursos de 1<sup>o</sup> ciclo (Economia, Gestão, Serviço social e Turismo), quatro cursos de 2<sup>o</sup> Ciclo (Ciências Económicas e Empresariais; Gestão; Gestão dos Serviços de Saúde; Serviço Social), um curso de Pós-Graduação (Contabilidade e Finanças), e um curso de 3<sup>o</sup> Ciclo (Desenvolvimento, Sociedades e Território). Colabora ainda com diversos cursos da UTAD (distribuídos pelos diferentes níveis de formação - 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ciclo), através da lecionação de um conjunto de unidades curriculares do seu âmbito científico. A investigação assume um papel crucial no conjunto de atividades do Departamento. Neste âmbito, o DESG está associado ao CETRAD.



## Sponsors | Patrocinadores

---

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)

Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS Vila Real) | Cáritas Diocesana de Vila Real

Crédito Agrícola (CA)

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG)

Espaço Porto Cruz. Centro Multimédia

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Parlamento Europeu - Gabinete de Informação em Portugal

Teatro de Vila Real

## Committees | Comissões

---

### **Organising Committee | Comissão Organizadora**

#### ***Chairs | Presidência***

Elisabete Figueiredo (SPER)

Lívia Madureira (UTAD, CETRAD)

Raúl Compés (AEEA)

#### ***Local committee | Organização local***

Alberto Baptista (UTAD, CETRAD)

Ana Alexandra Marta-Costa (UTAD, CETRAD)

Artur Cristóvão (UTAD, CETRAD)

Carlos Fonseca (UTAD, CETRAD)

Francisco Diniz (UTAD, CETRAD)

Manuel Luís Tibério (UTAD, CETRAD)

Octávio Sacramento (UTAD, CETRAD)

Pedro Gabriel Silva (UTAD, CETRAD)

Timothy Koehnen (UTAD, CETRAD)

#### ***Partners of the organization | Parceiros da organização***

Almudena Gómez Ramos (UVA, Palencia)

Dulce Freire (ICS-ULisboa)

Isabel Rodrigo (ISA-ULisboa)

Luis Camarero Rioja (UNED, Madrid)

Luís Moreno (IGOT-ULisboa)

Margarita Brugarolas Molla-Bauza (UMH, Orihuela)

Tomas García Azcárate (CSIC, Madrid)

#### ***Secretariat | Secretariado***

Sónia Abreu

Manuela Mourão

Abel Coelho

## Scientific Committee | Comissão Científica

### **Chairs | Presidência**

Artur Cristóvão (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Eladio Arnalte (Universidad Politécnica de Valencia)

### **Members | Membros**

Ana Iglesias (Universidad Politécnica de Madrid)  
Anabela Dinis (Universidade da Beira Interior)  
Angel Calle (Universidad de Córdoba)  
António Covas (Universidade do Algarve)  
Artur da Rosa Pires (Universidade de Aveiro)  
Carlos Eduardo Vian (Universidade de São Paulo)  
Cátia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Cecilia Díaz (Universidad de Oviedo)  
Christopher Gerry (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Dalva Mota (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa)  
Dionisio Ortiz (Universitat Politècnica de València)  
Eduardo Anselmo Castro (Universidade de Aveiro)  
Eladio Arnalte (Universidad Politécnica de Valencia)  
Elisa Botella (Universidad de Salamanca)  
Elisabeth Kastenholtz (Universidade de Aveiro)  
Emiliana Silva (Universidade dos Açores)  
Eva Fernandez (Universidad Carlos III de Madrid)  
Fernando Collantes (Universidad de Zaragoza)  
Ignacio Díaz-Maroto (Universidad Santiago de Compostela)  
Iñaki Iriarte (Universidad de Zaragoza)  
Isabel Dinis (Escola Superior Agrária de Coimbra)  
Jalcione Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Javier Esparcia (Universidad de Valencia)  
Jesus Oliva (Universidad Pública de Navarra)  
João Ferrão (ICS, Universidade de Lisboa)  
Jordi Rossell (Universitat Autònoma de Barcelona)  
José António Perez Rubio (ACISE, Universidad de Extremadura por Asociación de Ciencias Sociales de Extremadura)  
José Castro Caldas (CES, Universidade de Coimbra)  
José Manuel Lima Santos (ISA, Universidade de Lisboa)  
Josefa Salette Barbosa Cavalcanti (Universidade Federal de Pernambuco)  
Juan Antonio Márquez (Universidad de Huelva)  
Juan S. Castillo (Universidad Castilla-La Mancha)  
Leonor Carvalho (Universidade de Évora)  
Lola Dominguez (Universidade de Vigo)  
Luis German Zubero (Universidad de Zaragoza)  
Luis Perez (CITA-Centro de Investigación y Tecnología Agroalimentaria de Aragón)  
Luís Silva (CRIA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa)  
Madga Aguiar Fontes (FMV, Universidade de Lisboa)  
Maria Conceição Rego (Universidade de Évora)  
Maria João Canadas (ISA, Universidade de Lisboa)

Marilda Aparecida Meneses (Universidade Federal do ABC)  
Orlando Rodrigues (Escola Superior Agrária de Bragança)  
Otavio Balsadi (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa)  
Pedro Hespanha (CES, Universidade de Coimbra)  
Pedro Reis (INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária)  
Pery Shikida (UNIOESTE-Toledo)  
Ramonildes Gomes (Universidade Federal de Campina Grande)  
Renata Manashe (Universidade Federal do Paraná)  
Renato Miguel do Carmo (CIES/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL)  
Rosa Gallardo (Universidad de Córdoba)  
Rosario Sampedro (Universidade de Valladolid)  
Saudade Baltazar (Universidade de Évora)  
Tomás Dentinho (Universidade dos Açores)  
Vicent A. Querol (Universidade de Jaume I)  
Xerardo Pereiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

## Keynote speakers

---

### **André Torre**

He is a research professor at the University of Paris Saclay and National Institute for Agronomic Research (INRA), involved in Agro Paris Tech. He is Vice President of ERSA (European Regional Science Association), Head of PSDR (Pour et Sur le Développement Régional) and Managing editor of RERU (Revue d'Économie Régionale et Urbaine). His current research has a multidisciplinary approach and is focused on questions related to land use planning and territorial development processes, particularly on two main areas: (1) Local interactions between innovative firms, particularly the role played by geographical proximity in the transfer of knowledge; and (2) Land use and neighbourhood conflicts. He is the scientific coordinator of the project TASTE – Towards A Smart Rural Europe (<http://taste-smarteurope.eu>) –, a pluri-disciplinary research project supported by the European Commission and funding bodies in 4 countries in the framework of FP7 and the RURAGRI ERA-NET.

### **Andrew Copus**

He is, since 2013, senior researcher at the Social, Economic and Geographical Sciences Group at the James Hutton Institute and of the Nordregio (Nordic Centre for Spatial Development, Stockholm). He was previously Senior Research Fellow at and the Centre for Remote and Rural Studies, University of the Highlands and Islands. Andrew is an economic geographer by training, whose research interests relate to the changing rural economy and rural/regional policy. He has a long-standing interest in territorial rural development and regional disparities, which through recent projects is presented as “rural cohesion policy”.

His on-going and recent projects include:

REGINA Regional Innovation in the Nordic Arctic and Scotland with a Special Focus on Regions with Large-Scale Projects, Northern Periphery and Arctic Programme; Mapping Rural Socio-Economic Performance (SEP), Report for Rural Communities Team, Food, Drink and Rural Communities Division, The Scottish Government (2015); TiPSE (Territorial Dimensions of Poverty and Social Exclusion), funded by the European Observation Network for Territorial Development and Cohesion (ESPON).; Territorial Cohesion in Rural Europe –Co-edited with Philomena de Lima (University of the Highlands and Islands). Published by Routledge 2014. Winner of the 2015 Regional Studies Association best book award; EDORA (European Development Opportunities for Rural Areas) funded by the European Observation Network for Territorial Development and Cohesion (ESPON).

### **Luis Miguel Albisu**

Is Ph.D. in Agricultural Economics (Cornell University). He has pursued his research career at the Agrofood Research and Technology Centre of Aragón (CITA) where he is now the Chairman of the Scientific Committee. His main research interests have been dealing with different aspects of the agrofood chain and lately with knowledge transfer in rural areas. He has published in the most important European journals and has had editorial responsibilities in several international journals. He has interacted with different institutions, such as, the Agronomic Mediterranean Institute of Zaragoza (IAMZ), International Organization of Vine and Wine (OIV), European Union Commission, research centres and universities in many countries.

## Chairs of Plenary Sessions

---

### **Artur Cristóvão (UTAD)**

Artur Cristóvão is Professor of Extension and Rural Development and Researcher at the University of Trás-os-Montes and Alto Douro, Department of Economics, Sociology and Management, and Centre for Transdisciplinary Development Studies. Main research areas: local development in rural areas, localised food systems, collective action, networking and partnerships, social participation. Main focus on small-scale farming areas and peripheral rural territories. Extensive research experience and as lecturer, trainer and facilitator of group and community processes, focusing on extension and local development in rural areas.

### **Anabela Dinis (Universidade da Beira Interior)**

Anabela Dinis, é desde 1992 professora e investigadora na Universidade da Beira Interior de Portugal. A sua principal área de investigação é “Empreendedorismo”, incluindo a sua relação com o Desenvolvimento Rural e Regional, Empreendedorismo Social e Ensino do Empreendedorismo. Publicou em várias revistas científicas internacionais e foi oradora convidada de várias conferências nacionais e internacionais, com presença em vários países de Língua Oficial Portuguesa (Brasil, Angola e Moçambique).

### **Javier Esparcia (Universidad de Valencia)**

Full Professor of Geography in the University of Valencia (Spain). His scientific activity has focused mainly on regional, local and rural development as basic research issue, especially aspects such as socio-economic transformation processes in rural areas, the role of new activities, social capital and the actors in land management and rural development policies.

### **Aida Valadas Lima (ISCTE)**

Doutorada em Sociologia. Professora auxiliar na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL. Membro da equipa de investigação que criou e montou o OBSERVA – Ambiente e Sociedade, no âmbito do qual participou no I e II Inquéritos Nacionais às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (1997 e 2000) e coordenou um projeto sobre Agricultura e Ambiente – A aplicação das Medidas Agro-Ambientais na Região do Oeste. Tem trabalhos publicados na área da Sociologia do Ambiente e da Sociologia Rural.

## Invited participants

---

### **Ana Coelho** (Secretária- geral da ACISAT- Associação Empresarial do Alto Tâmega)

Ana Maria Rodrigues Coelho - Natural de Chaves, concluiu a Licenciatura em Economia e o Mestrado em Economia Industrial e da Empresa, na Universidade do Minho. Exerce funções técnicas na ACISAT desde 2002, e de Secretária-Geral desde 2006. Neste percurso profissional tem sido responsável pelo acompanhamento de diversos projetos empresariais e associativos, nomeadamente nas áreas da formação empresarial e projetos de apoio ao desenvolvimento regional.

### **Artur da Rosa Pires** (Universidade de Aveiro)

Artur Rosa Pires is professor in the Department of Social Sciences, Policies and Territory at the University of Aveiro. He constructed extensive fundamental research and applied it to planning and regional development policies as well as regional innovation policies about territorial strategic planning and sustainable development. Looking at his curriculum vitae, some of the positions he has held were the Vice-President of the Central Portugal Coordination and Development Commission (CCDRC), Secretary of State for Environment and Spatial Planning (2014), and Civil Society advisor to the President of Portugal in the area of Science and Environment (2009-2011). He also was a Pro-Rector at the University of Aveiro between 2008 and 2012, with the responsibility for 'Cooperation within the region'. More recently, he has collaborated with the European Commission in the implementation of the new guidelines involving innovation policies.

### **Helena Freitas** (Unidade de Missão para a Valorização do Interior)

Helena Freitas doutorou-se em Ecologia pela Universidade de Coimbra em 1993 e realizou um pós-doutoramento na Universidade de Stanford, EUA, entre 1994 e 1996. É Professora Catedrática do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Foi Vice-Reitora da mesma Universidade (2011-2015). Foi Directora do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (2004-2012). Foi Presidente da Liga para a Protecção da Natureza entre 1999 e 2002 e primeira Provedora do Ambiente e Qualidade de Vida de Coimbra (2002-2005). Foi Presidente da Sociedade Portuguesa de Ecologia (2004-2012). Foi Vice-Presidente da Federação Europeia de Ecologia (2009-2012). É Coordenadora do Centro de Ecologia Funcional, uma unidade de investigação interdisciplinar no âmbito das Ciências Biológicas, centrando as suas áreas de interesse no estudo do funcionamento dos ecossistemas mediterrânicos, biodiversidade, interacções bióticas, ambiente e conservação da natureza. É Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior desde 10 de Março de 2016.

**José Portela** (jfgportela@gmail.com) was professor of Rural Sociology and Rural Development in the Department of Economics, Sociology and Management, University of Trás-os-Montes and Alto Douro, Vila Real, Portugal. He was a senior researcher at the Centre for Transdisciplinary Development Studies and a former Director and Vice-Director (2004-09) of this research center. He received his PhD in the University of Wales (Swansea) in 1988 and his Master of Development Studies in the Institute of Social Studies (The Hague) in 1981. He is author or co-author of more than 40 book chapters and books, including the following: Etnografia e intervenção social: Por uma praxis reflexiva (Colibri,

2011); Microempreendedorismo em Portugal: Experiências e Perspectivas (INSCOOP, 2008); "Approaching Portuguese Rural Society" (UTL, 2006); "Social Networks, Labour Market and Policy Impact in Santa Marta de Penaguião" (Ashgate, 2004); "Dreams, pragmatism and employment outcomes among Portuguese rural youth: six paradoxes" (Bundesanstalt für Bergbauernfragen, 2002); "Developing and Delivering Extension Programmes" (FAO, 1997); A região fronteira de Trás-os-Montes – Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento. (FRAH, Zamora, 1996); "Agriculture is Primarily What?" (Wageningen Agricultural University, 1994); "Is the Art de la Localité Back? The Role and Function of Indigenous Knowledge in Rural Communities" (CAB International, 1994).

**Manuel Évora** (Portugal Fresh - Association for internationalisation of the Fruits, vegetables and flowers sectors)

President of the board of Portugal Fresh - Association for internationalisation of the Fruits, vegetables and flowers sectors. CEO of Grupo Luís Vicente.

**Margarida Pinto Correia** (Inovação Social, Fundação EDP)

Formada em Relações Internacionais, desenvolveu a sua actividade como jornalista desde o segundo ano da faculdade, tendo começado na imprensa escrita e passado à rádio e televisão. Em 2003 abraçou o projecto da Fundação do Gil, onde ficou até 2013. É desde essa altura directora de Inovação Social da Fundação EDP.

**Otávio Balsadi** (Embrapa, Brazil)

Otávio Valentim Balsadi: Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp); Doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). Atualmente, é Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). É autor das obras "Mudanças Rurais e o Emprego no Estado de São Paulo nos Anos 90" (Annablume, 2002) e "O Mercado de Trabalho Assalariado na Agricultura Brasileira" (Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2008). Otávio Valentim Balsadi: Agronomist graduated at "Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP); Master in Economic Development at "Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); PhD in Applied Economics at "Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Researcher at the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa). Author of the books "Mudanças Rurais e o Emprego no Estado de São Paulo nos Anos 90" (Annablume, 2002) and "O Mercado de Trabalho Assalariado na Agricultura Brasileira" (Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2008).

**Tomas Garcia Azcarate** (Instituto de Economía, Geografía y Demografía - IEGD-CSIC Madrid, Spain)

Senior scientist of the Institute of Economy. Geography and Demography of the Spanish Research Council; President of the Spanish Association of Agricultura Economists. Member of the French Académie de l'Agriculture and the Italian Accademia dei Geografili.

**Raúl Compes** (Universidad Politécnica de Valencia, Spain)

Professor, researcher and consultant in the fields of agri-food policies and rural development, organization and behaviour of the food system, wine and vine economy, international trade and logistics and economic development. He has worked with major institutions and public administrations related to the food sector (Ministry of Agriculture, European Parliament and European Commission) as well as leading organizations in agriculture, the food industry and the CAF Multilateral Bank-Development Bank Latin America. In 2015 the International Organisation of Vine and Wine (OIV) awarded a book prize for "Economics of wine in Spain and in the World" where he was the coordinator.

**Rui Santos** (Presidente da Câmara Municipal de Vila Real)

Rui Santos é licenciado em Engenharia Florestal e pós-graduado em Gestão Pública e Autárquica, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Nas eleições legislativas de 2011 foi eleito Deputado da Assembleia da República, integrando as comissões parlamentares de Segurança Social, Agricultura e Mar, Educação e Ciência e Cultura. Em 2013 foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, tornando-se o primeiro Presidente de Câmara eleito pelo Partido



Socialista. É membro do Conselho Diretivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Vice-Presidente do Conselho Regional do Norte da CCDR-N e Presidente da Assembleia Geral da empresa Águas do Norte, S.A.

**Rute Cardoso** (Naturpassion, Lda)

She is an agronomist with a master in Viticulture and Oenology. After 10 years of professional activity related with the viticulture and wine sector, in 2009 she co-founded the company Naturpassion, Lda dedicated to the production and commercialisation of red berries. She is the manager and production responsible of the company since 2009.

## Participants in round table of the ESRS Research Study Group

---

**M<sup>a</sup> Jesús Rivera** (Chair): Assistant Professor at the Department of Sociology of the University of Basque Country (Spain). Member of the Executive Committee of the European Society for Rural Sociology (ESRS). Her research interests revolve around urban-rural relationships, the transformations of rural spaces in globalised society, the meanings of nature in contemporary society and different patterns of neo-ruralities and their implications for the future of countryside and countrified lifestyles.

**Javier Esparcia**: Full Professor of Geography in the University of Valencia (Spain). His scientific activity has focused mainly on regional, local and rural development as basic research issue, especially aspects such as socio-economic transformation processes in rural areas, the role of new activities, social capital and the actors in land management and rural development policies.

**Susanne Stenbacka**. Associate Professor in social and economic geography, employed as a senior lecturer in Uppsala University (Sweden). Her research is primarily on rural – urban relations with a focus on the transformation of rural areas in Sweden. With a specific interest for qualitative research, she is currently involved in research projects focussing rural masculinities and femininities, international migration into rural areas, recruitment of migrant farm workers, and "future farmers" from a gender perspective.

**Renato Miguel do Carmo**. Research Fellow at CIES-IUL and Assistant Professor at the University Institute of Lisbon (ICSTE-IUL). His work focus on issues such as social exclusion, territorial marginalization, spatial mobilities and social capital in rural areas. He is one of the founders and coordinators of the Observatório das Desigualdades (Observatory of inequalities) and founding member of the executive council of the European Inequality Watch network.

**Fatma Nil Doner**. Assistant Professor at the Department of International Relations in Istanbul Medeniyet University (Turkey) Her research focus on the effects of structural adjustment policies on farmers and rural dwellers, changing rural livelihood strategies, financial constraints and land sales in the countryside of Turkey.

## Final Program | Programa Final

---

### DAY 1 - THURSDAY, 13<sup>TH</sup> OCTOBER

- 12:00-15:00     **Registration**
- 14:15-14:45     **Opening Ceremony**
- 15:00-16:20     Parallel Sessions
- 16:30-17:50     Parallel Sessions
- 17:50-18:00     Coffee- Break (& Posters Tour)
- 18:00-18:30     Posters tour
- 18:45-19:00     **Curta-metragem documental | documentary short-film: *Aqui Devia Aparecer Um Fio De Linho | Blue Oblivion***
- 19:00-20:30     Plenary Round table - *Especialização inteligente e coesão territorial: Como convergir?*
- 20:30-22:00     **Welcome reception**

### DAY 2 - FRIDAY, 14<sup>TH</sup> OCTOBER

- 8:00-8:30     **Registration**
- 8:30-9:50     Parallel Sessions
- 10:00-11:20     Parallel Sessions
- 11:20-11:30     Coffee-Break
- 11:30-13:00     Plenary Session - *New openings for rural development*
- 13:00-14:00     **LUNCH**

## BOOK OF ABSTRACTS

- 14:00-15:20 Parallel Sessions
- 14:00-15:20 Special Session (round table) - *O Parlamento Europeu face aos desafios da agricultura e do desenvolvimento rural*
- 15:30-17:00 Plenary Session - *Territorial cohesion and governance: The role of social capital and innovation*
- 17:00-17:15 Coffee-Break
- 17:15-19:15 Parallel Sessions
- 19:30-20:15 Assembleia geral da SPER | Asamblea de la AEEA
- 21:00-22:30 Conference dinner

DAY 3 - SATURDAY, 15<sup>TH</sup> OCTOBER

- 8.00-10.00: Parallel Sessions
- 10.00-10.15: Coffee-Break
- 10.15-11.40: Parallel Sessions | Round table
- 10.15-11.40: Special session (round table) - *Resilience strategies in northern and Southern Europe: towards a smart and sustainable rural development?*
- 11.45-13.15: Plenary Round table - *Sustainability and global markets dynamics*
- 13.15-13.30: *Take-home messages*
- 14.00-18.30: Field trip

## Index | Índice

<b>Welcome to XI CIER   Bem-Vindos(as) ao XI CIER .....</b>	<b>1</b>
<b>Organisation   Organização .....</b>	<b>3</b>
<b>Hosts   Anfitriões .....</b>	<b>4</b>
<b>Sponsors   Patrocinadores .....</b>	<b>7</b>
<b>Committees   Comissões .....</b>	<b>8</b>
<b>Keynote speakers .....</b>	<b>11</b>
<b>Chairs of Plenary Sessions .....</b>	<b>12</b>
<b>Invited participants .....</b>	<b>13</b>
<b>Participants in round table of the ESRS Research Study Group .....</b>	<b>16</b>
<b>Final Program   Programa Final .....</b>	<b>17</b>
<b>Index   Índice .....</b>	<b>19</b>
<b>INVITED LECTURES   APRESENTAÇÕES POR CONVITE .....</b>	<b>31</b>
Keynote speakers presentations  Apresentações dos oradores convidados .....	31
Is there a smart development for rural areas? First lessons from a few sectoral studies .....	32
What kind of policy promotes territorial inclusion? Social Innovation as the engine of local development.....	33
The role of young farmers in a modern rural environment.....	34
<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>35</b>
Sustainable agriculture, environment, climate change and public goods   Agricultura Sustentável, meio ambiente, alterações climáticas e bens públicos.....	35
A estrutura agrária da Galiza (NO da Espanha) e a conservação da biodiversidade sob o modelo do “land sharing” .....	36
A interação rural-urbana e sustentabilidade na geografia agrária: as indicações geográficas no brasil.....	37
A produção rural para o desenvolvimento sustentável na Extremadura .....	38
Agricultura sustentável em assentamentos rurais: a experiência da produção do arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.....	39
Análise da sustentabilidade agrícola na produção familiar: o caso dos produtores de hortifrutigranjeiros da Associação ECOVÁRZEA – Paraíba, Brasil.....	40
Assessing farmland abandonment. A regional policy perspective.....	41
Assentamentos da microrregião Campanha Ocidental/ Campanha Gaúcha/Rio Grande do Sul .....	42
Certificação “Fair Trade” e desenvolvimento sustentável: a cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó – COOPAVEM .....	43

Circuitos curtos de comercialização e desenvolvimento territorial: uma análise de experiências no Nordeste do Brasil .....	44
Comercio de proximidad, CCC, canales locales y su implicación diferencial en la cadena de valor de la pera de la horta de Lleida .....	45
Conexões inesperadas para uma agricultura sustentável? Segurança hídrica, desigualdade social, desrespeito à diversidade cultural e degradação ambiental na bacia do Alto Xingu .....	46
Coste-efectividad de las medidas de mitigación de gases efecto invernadero en la agricultura de los Andes: una perspectiva económica y medioambiental.....	47
Determinantes da adoção do controle biológico da <i>Diaphorina citri</i> e disposição a pagar dos citricultores do estado de São Paulo .....	48
Evaluación de diferentes indicadores para el cálculo de la sostenibilidad en sistemas agroforestales de dehesas. una aplicación del método Delphi.....	49
Evaluación de los servicios de los ecosistemas de una cuenca hidrográfica .....	50
Innovación y participación. Análisis de una iniciativa de secuestro de carbono en el sector vitivinícola a través de la técnica de los grupos focales” .....	51
Inserção de agricultores familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil na contramão do crescimento inteligente e sustentável .....	52
Medidas protetivas na produção de vinho na Região Demarcada do Douro/Portugal.....	53
Os desafios da agricultura brasileira no século XXI: produção e meio-ambiente.....	54
Os indicadores de avaliação estratégica na Denominação de Origem Controlada do Douro-Portugal .....	55
Percepção popular de riscos associados a deslizamentos no município de Alagoa Grande (Paraíba – Brasil) .....	56
Plan de uso de suelos en Uruguay y los cambios generados en la agricultura.....	57
Políticas para mudanças climáticas e seus desdobramentos territoriais: uma análise preliminar sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará (Brasil) .....	58
Políticas públicas e pagamento por serviços ambientais: uma análise do projeto Conservador das Águas em Extrema/MG – Brasil.....	59
Potencial da bioeletricidade no Brasil: uso da biomassa da cana-de-açúcar como energia alternativa e complementar .....	60
Práticas de gestão de combustíveis e risco de incêndio. Um problema de decisão do proprietário florestal mais do que de percepção do risco.....	61
Práticas organizacionais da atividade suinícola na região Oeste de Santa Catarina-Brasil .....	62
Producción de carne de vacuno de la raza Tudanca en Cantabria bajo un sistema alternativo de cebo: perspectivas de productores y consumidores .....	63
Quantificação dos estoques de carbono do solo em áreas florestais como referencial para a política de pagamento por serviços ecossistêmicos .....	64
Sistemas agroflorestais e cultura camponesa: um caminho para agricultura sustentável	65
Sistema de riego, Ecuador, agricultores y política de gestión del agua en el Ecuador .....	66

The Mediterranean diet towards the inner areas development process: cultural landscape approach for integrated planning.....	67
Transferência de tecnologias para geração de energia em unidades rurais de pequeno porte .....	68
Vivendo paradigmas alternativos – Iniciativas de base em Portugal.....	69
<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>70</b>
Food, consumption and food security   Alimentação, consumo e segurança alimentar.....	70
A comida como categoria de pensamento simbólico no cotidiano de famílias rurais em Minas Gerais – Brasil .....	71
A expansão dos mercados para os alimentos regionais no Brasil .....	72
A fronteira entre o mercado (in)formal de produtos da agricultura familiar no sul de Santa Catarina - Brasil.....	73
Alimentación en contextos de pobreza: estrategias de supervivencia y gestión de la privación.....	74
Análisis dinámico bianual del posicionamiento BCG en el periodo 2012-2014 de las empresas top 20 de distribución con base alimentaria en España.....	75
A via campesina em busca da soberania alimentar, perspectivas e desafios .....	76
Circuitos da produção orgânica na região da Grande Florianópolis – Brasil.....	77
Desenvolvimento de estratégias para ampliação da inserção socioeconômica de assentados do município de Pombal-PB através da IACOC.....	78
Diferencias en la estructura de decisión de consumidores de vino con y sin D.O. en función de la frecuencia de consumo .....	79
El etnocentrismo y su influencia en los hábitos de consumo de alimentos tradicionales .	80
El potencial de las redes sociales como base para la creación de canales cortos de distribución para las PYMEs agroindustriales .....	81
El proceso de expansión de la soja en la Península de Yucatán, México.....	82
La “alimentación” en de-construcción: experiencia del programa Ecocomedores (Canarias).....	83
Measurement of food access in indigenous communities of Sierra Tarahumara – Mexico, using the Months of Adequate Household Food Provisioning (Mahfp) Indicator .....	84
Tipos de consumidores de verduras y frutas ecológicas.....	85
Valores y actitudes frente al medio ambiente en los consumidores españoles de verduras y frutas ecológicas .....	86
<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>87</b>
Protected areas, conservation policies, property rights and social conflicts   Áreas protegidas, políticas de conservação, direitos de propriedade e conflitos sociais .....	87
A decisão no uso de recursos públicos nos territórios rurais: as consequências do desequilíbrio entre a gestão social participativa e as emendas parlamentares .....	88
A vida social dos marcos: espaço, sociabilidade e conflito numa aldeia da Beira Baixa (Portugal) .....	89

Amazônia “multifuncional”: política ambiental, conflito de uso da terra e exclusão social no Oeste do Pará (Brasil).....	90
Análisis de influencia de variables de satisfacción de visitantes de espacios naturales protegidos mediante la Metodología AID. Caso del Parque Nacional de Aiguestortes, en España.....	91
Análisis de las infraestructuras de uso público de la red de espacios naturales de Castilla Y Leon.....	92
Áreas protegidas e gestão de proximidade: uma reflexão centrada no Parque Natural da Serra da Estrela.....	93
Construção de experiência agroecológica, no âmbito da política pública Plano Brasil Sem Miséria (Pbsm), em Sergipe, Região Nordeste do Brasil .....	94
Das políticas de expansão às políticas de conservação: análise das institucionalidades nas políticas governamentais de desenvolvimento para o território Baixo Amazonas, Amazônia Brasileira.....	95
Desafios e potencialidades das unidades de conservação de uso sustentável no bioma Amazônico: panorama de duas áreas protegidas .....	96
Diversidade social e diversidade de ecossistemas: ensaio sobre o estudo de categorias sociais a partir da abordagem etnoecológica .....	97
El cultivo de olivar en áreas protegidas de Andalucía: localización, ordenación territorial, conflictos y oportunidades .....	98
El geoparque como figura turística y didáctica para el fomento del desarrollo endógeno. Red de geoparques de España: análisis y caracterización .....	99
Endogenous development capital and landscape conservation in Galicia, Spain.....	100
Espacios protegidos y desarrollo territorial: conflicto versus consenso .....	101
Estrategias locales de ordenación del pastoreo como respuesta a la presión de otros usos del territorio.....	102
Evolución a nivel mundial de las Áreas Naturales Protegidas (ANP): vinculación de las comunidades locales en el manejo y gestión de sus recursos .....	103
Gaiolas para peixes, cercas para pescadores. Os impactos da expansão da aquicultura em grande escala na Ilha dos Pescadores, Petrolândia – PE, Brasil .....	104
Identificação do uso e ocupação da terra no assentamento Itamarati, município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.....	105
Manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad: Función de las zonas de amortiguamiento de las Áreas Naturales Protegidas (ANP).....	106
O sistema nacional de unidades de conservação e suas contribuições para o aprimoramento dos espaços especialmente protegidos no Brasil.....	107
Políticas públicas e caminhadas na natureza: estudo de caso do território Vale do Ivaí, Paraná, Brasil.....	108
Preferencias en el uso recreativo del parque natural de los calares del mundo y de la sima (España) según la edad de los visitantes .....	109
Questão agrária brasileira e suas implicações na pesca artesanal: os conflitos e a luta pelos territórios pesqueiros.....	110



**THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA ..... III**

The multiple faces of work and its role as an enhancer or a threat to rural territories social cohesion   As múltiplas faces do trabalho e o seu papel de reforço ou ameaça à coesão social nos territórios rurais.....	111
Agribusiness roughness in the Cerrado of Piauí, Brazil: the Uruçuí case.....	112
Determinantes do trabalho infantil nos territórios rural e urbano do Estado de Minas Gerais (Brasil) em 2010 .....	113
El trabajo de las mujeres en territórios rurales del agronegocio global en Brasil .....	114
Movimentos sociais do campo x agronegócio no extremo sul da Bahia: conflitos e contradições.....	115
Os territórios rurais dos trabalhadores migrantes e o impacto da mecanização do processo de trabalho .....	116
Política de reforma agrária e a re proletarização de trabalhadores rurais assentados na região de Ribeirão Preto, Brasil.....	117
Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014 .....	118

**THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA ..... II 9**

Value chains, globalisation trends, and smart specialisation   Cadeias de valor, dinâmicas globais e especialização inteligente.....	119
Análise fatorial da produtividade láctea no corede da produção no Rio Grande do Sul..	120
Biodiesel in Brazil: assessing the impacts of blending laws with a partial equilibrium model.....	121
Cadenas de valor y dinamicas globales en el neoextractivismo de América Latina .....	122
Concentração da indústria de sementes de soja no Brasil.....	123
Controle gerencial da produtividade leiteira: uma análise sobre as perspectivas dos produtores rurais brasileiros .....	124
Demanda por bacalhau seco e salgado no Brasil – entre 1989-2014 .....	125
La profundización capitalista en el espacio agrario uruguayo a inicios del siglo XXI. Estudio de las tendencias empresariales en el marco de las cadenas globales de valor de la agricultura de granos .....	126
Las políticas públicas agroalimentarias de América Latina y el Caribe (ALC) y de la Unión Europea (UE28) (2007-2014): impacto en la seguridad y soberanía alimentaria de Cuba y de España .....	127
Los países ibéricos en los mercados internacionales de aceite de oliva.....	128
Melhorias contínuas e capital social: a competitividade na cadeia de valor da cafeicultura brasileira.....	129
New wine world from China: an analysis of competitiveness of the wine industry in Ningxia.....	130
Produtividade e eficiência das explorações leiteiras micalenses: comparação entre fontes de rendimento exclusivas ou complementares .....	131
Relevance of alliances activities for new product development: the case of European Agri-food firms .....	132
Suicultura extensiva ou intensiva? Um desafio para a zootecnia em Portugal.....	133

<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>134</b>
Social capital, resilience, governance and networks   Capital social, resiliência, governança e redes .....	134
A resiliência socioecológica em contexto de base produtiva primária: um estudo na comunidade Sítio de Capoeira no município de Pedra Branca – PB, Brasil.....	135
Can social workers partake of ecosystem services enhancement? The governance of agri-environmental payments as an opportunity to deploy eco-social approaches to welfare provision and poverty alleviation in protected rural areas .....	136
Capital social Brasileiro: uma abordagem sindical .....	137
Contribuições da cooperação internacional, redes e organizações da sociedade civil para os avanços paradigmáticos em políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa no Nordeste do Brasil.....	138
Collective action in social community intervention: challenges in (re)configuration of local governance <sup>3</sup> .....	139
Cooperação na gestão do espaço agro-florestal: quando a percepção das acções dos vizinhos conta.....	140
Cooperativismo e desenvolvimento rural: complexidades e contradições no campo brasileiro.....	141
Crise económica e dispositivos de inserção sociolaboral em territórios rurais e periurbanos .....	142
Desarrollo territorial y pobreza. ¿Son importantes las instituciones?.....	143
Desenvolvimento territorial e a participação social da juventude no território de identidade de Vitória da Conquista-BA/Brasil .....	144
El capital social en zonas rurales Andaluzas: ¿incide en su desarrollo?.....	145
Food, social capital and relational capital.....	146
Gestão social nos territórios rurais: apontamentos para uma narrativa do sobredesenvolvimento territorial no Brasil.....	147
Gestão social nos territórios rurais do Nordeste - Brasil: retratos do território de identidade Sudoeste Baiano - Bahia .....	148
Gestão social e desenvolvimento territorial: os desdobramentos da articulação social de atores frente às conjunturas políticas no Brasil.....	149
Governing the common in the surroundings of protected areas: collective action and rural development in the socio-ecological system (SES) of the National Park Serra da Bodoquena .....	150
Is there a space for village in the new forms of rural governance in Turkey? .....	151
La movilidad de tierras rústicas en entornos de alta fragmentación de la propiedad: productividad o gobernanza?.....	152
Los cambios en las funciones de las organizaciones: un caso en la Pampa Argentina.....	153
Múltiplos métodos aplicados à pesquisa da ação coletiva e dos recursos comuns.....	154
Meio ambiente e sadia qualidade de vida em comunidades rurais na perspectiva dos direitos fundamentais.....	155
Nuevas ruralidades e inclusión digital en Galicia. Mitos y realidades .....	156

O desenvolvimento do turismo rural de base comunitária: a experiência do projeto “Viva Ciranda”, Joinville, Santa Catarina, Brasil.....	157
Panorama da participação da agricultura familiar no mercado institucional da alimentação escolar brasileira .....	158
Planejamento e a necessidade de governança ambiental em comunidades rurais .....	159
Políticas para agricultura familiar, redes sociais e acesso a mercados .....	160
Redes empresariales y creación de capital social. El caso de San Vicente de Alcántara (Extremadura).....	161
Redes e cooperação no uso de recursos comuns: uma análise dos projetos de ostreicultura no Estado do Pará .....	162
Relational capital and personal social networks in rural development. A brokerage analysis from the SNA approach .....	163
Re-ruralization processes in Szeklerland and its effects on local communities. Case study .....	164
Trabalho, modos de vida e processos identitários na Serra do Açor, Portugal .....	165
<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>166</b>
Knowledge, innovation and human capital   Conhecimento, inovação e capital humano... 166	
A política nacional de educação do campo brasileira e sua efetivação na esfera local: desafios a serem enfrentados.....	167
¿Afecta la capacidad de innovación de los agricultores a la probabilidad de ser usuario de servicios I+D?.....	168
Desenvolvimento regional – contributo de um projeto de inovação agrícola desenvolvido de acordo com o sistema Triple Hélix.....	169
Educação não formal e desenvolvimento local: o caso da escola comunitária de São Miguel de Machede.....	170
Educação no campo: a experiência do Semiárido Brasileiro .....	171
Educação popular no ensino superior: um diálogo entre a Universidade de Évora e o Alentejo .....	172
Entrepreneurship, innovation and rural development. The case of Montemuro region	173
Extensão rural brasileira: uma análise de sua política a partir de um assentamento rural .....	174
Fortalecimento do desenvolvimento territorial no Estado do Rio Grande do Sul: constituição dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial do Litoral e Campos de Cima da Serra.....	175
How to design and develop inclusive knowledge and innovation agricultural networks: the case of the Portuguese Cluster of small-fruits .....	176
Investigação agrária e inovação agroalimentar no contexto da crise financeira global. O caso Português .....	177
La innovación en la industria agroalimentaria y sus determinantes estructurales y territoriales: el caso de la crisis económica en Castilla-La Mancha .....	178
Os perfis de inovação em empreendimentos rurais familiares no Brasil e Itália .....	179

Política de expansão e interiorização da educação profissional: os interesses dos jovens de cultura indígena na região norte do Brasil .....	180
Quem cresce no campo estuda, ou não? Uma abordagem empírica às desigualdades socioeducativas no noroeste de Portugal.....	181
Relato de experiências do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial (Nedet Chapadeiros) na Chapada Diamantina-Bahia, Brasil.....	182

**THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA ..... 183**

Identity, heritage, culture and tourism   Identidade, património, cultura e turismo.....	183
A casa dos Varais (Lamego): o despertar do ter na região Duriense .....	184
A experiência turística em unidades de turismo em espaço rural no Alto Alentejo: um estudo exploratório.....	185
A identidade Gandaresa como fator de desenvolvimento turístico e de preservação do património e cultura tradicionais de uma região .....	186
A Quinta de Recreio enquanto pólo de desenvolvimento rural – casos dos arredores Lisboa (séculos XVI e XIX).....	187
Artesanato e identidade territorial .....	188
Arvoredo de interesse público: potencial de desenvolvimento educativo e turístico de uma região .....	189
Como surgem e se desenvolvem unidades TER e percepção do seu impacto no território: estudos de caso em Janeiro de Cima e Escalos de Baixo (Portugal) .....	190
Crenças e saberes no mundo rural: as transformações culturais no distrito de Barranco Alto-Alfenas/MG.....	191
Cultura, património e ruralidade. O caso do teatro regional de Montemuro – Portugal. 192	
Declínio demográfico, identidade e património num município rural.....	193
Diálogo entre cultura, património e visitaç�o: o parque da Esalq (Escola Superior De Agricultura “Luiz De Queiroz”/ Usp), Piracicaba, Sp.....	194
El aporte agr�colico y cultural de los pequeños productores vitícolas al Valle Antinaco-Los Colorados, Argentina.....	195
El papel del Camino de Santiago en la dinamización de las áreas rurales: análisis de los municipios del Camino Francés en Galicia.....	196
El patrimonio cultural y ambiental como eje para el desarrollo turístico de interior: el ejemplo de los arribes del Duero .....	197
Empreendedores “estilo de vida” em agroturismo: poderá a complementaridade das atividades ajudar a promover o sucesso dos pequenos negócios em regi�es rurais?.....	198
Guía de patrimonio natural y cultural de Santa Lucía de Tirajana (Gran Canaria, España). Propuesta metodológica .....	199
Medio rural, actividad agraria y turismo: agroturismo. Oportunidades y dificultades (Canarias).....	200
Mitos y medias verdades sobre la dehesa y el jamón ibérico .....	201
Museus da ruralidade do baixo Alentejo: espaço de valoriza�o e produ�o dos territórios rurais .....	202

Novos usos turísticos no concelho da Mêda: encontrar a justa medida urbana e arquitectónica.....	203
O repositório oral do Museu da Ruralidade de Castro Verde: uma experiência piloto....	204
O saber fazer, resgate cultural e inserção de produtos tradicionais regionais como diferenciais de empreendedoras gastronômicas no espaço rural. Estudo de Caso - Distritos de Canguera - São Roque-SP e Quiririm - Taubaté-SP .....	205
O sucesso dos alojamentos situados no espaço rural da Serra da Estrela.....	206
O turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro: Uma abordagem exploratória.....	207
Peri-urban agricultural system and diversification of activities. Case study: "Huerta de Valencia" .....	208
Quantos rurais há no rural? A diversidade de representações e discursos sobre o rural em Portugal.....	209
Reabilitação e intervenção arquitetónica contemporânea em território rural: do lugar e do projeto ao habitar.....	210
Redes de cooperação e regionalização da atividade turística na região da Serra Gaúcha, estado do Rio Grande do Sul, Brasil .....	211
Rotas turístico-culturais e novas paisagens rurais. Exemplos a partir do caminho interior português de Santiago de Compostela.....	212
The second life of the Spaniards' Beach: dancers, fishermen and tourists in southern Portugal.....	213
Tourega e Guadalupe: intervir no território e potenciar o turismo .....	214
Trabalhadores canavieiros e suas famílias extensas: mecanização do trabalho e exclusão socioambiental.....	215
Turismo e valorização do espaço rural: uma análise de <i>clusters</i> em ambiente SIG com base em fotografias das redes sociais.....	216
Turismo rural em Portugal: uma análise quantitativa da oferta e da procura .....	217
<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>218</b>
Demographic changes, employment and migration   Mudanças demográficas, emprego e migrações .....	218
Agricultura metropolitana na grande Belo Horizonte entre a mobilidade e o ordenamento fundiário .....	219
Análise comparativa das características dos novos agricultores familiares que obtiveram a terra por meio de compra e aqueles que herdaram a propriedade, na microrregião geográfica de Jales (SP- Brasil) .....	220
Desenvolvimento agrícola e distribuição de renda: um comparativo entre o Paraguai e o Brasil.....	221
Dinámicas de movilidad en el proceso de envejecimiento de las áreas rurales.....	222
Entre la despoblación y el arraigo rural: el papel de la inmigración extranjera .....	223
Filhos sim, filhos não: a muito baixa fecundidade no noroeste de Portugal de hoje.....	224
La crisis del retorno a la tierra / "Back to the land" crisis .....	225

La evolución en el grado de urbanización en la Euroregión Galicia y Norte de Portugal: 2006-2011 .....	226
Migração e produção de commodities: o Brasil e seus rurais .....	227
Mudanças sociais e relações de gênero: trajetórias de mulheres rurais em Bofete, São Paulo – Brasil .....	228
O rural, os refugiados e o trabalho social: algumas reflexões prospectivas.....	229
<b>THEMATIC AREA   ÁREA TEMÁTICA .....</b>	<b>230</b>
Public policies, local development and territorial cohesion   Políticas públicas, desenvolvimento local e coesão territorial .....	230
A contribuição da nova sociologia econômica para a análise das políticas públicas de desenvolvimento territorial.....	231
A DOP no desenvolvimento rural desde a perspectiva dos produtores. O caso do queijo palmero (Ilhas Canárias) .....	232
A participação dos sindicatos nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural: um estudo a partir do Sindicato de trabalhadores rurais de Muriaé-MG .....	233
A política territorial brasileira e o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise de coalizões no território rural das Águas Emendadas.....	234
A questão dos resíduos sólidos no meio rural – estudo de caso no assentamento Estrela da Ilha – Ilha Solteira – São Paulo – Brasil .....	235
A trajetória da reunião especializada sobre agricultura familiar do Mercosul: dez anos de diálogos entre governos e movimentos sociais .....	236
Agricultura familiar, crédito rural (PRONAF) e desigualdades territoriais no noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil).....	237
Agricultura no distrito federal: contribuições das políticas públicas .....	238
Agricultural output for the twenty seven former European Union countries: the main factors that can influence at farm level.....	239
Agriculturas familiares e as políticas públicas: comparando as realidades dos sítios Serra do Maracajá e Oiti – PB.....	240
An approach based on entropy to disaggregate agricultural data at a local level: the case of the Alentejo Region.....	241
Análisis de los factores de éxito y fracaso de las iniciativas promotoras de canales cortos de comercialización y su aplicación en Panamá.....	242
Análisis de los programas operativos de las OPFH en su faceta de afrontamiento y gestión de las crisis de mercado, en fruta dulce .....	243
Avaliação de riscos ambientais em áreas de ocupação desordenada na Grande João Pessoa, Brasil .....	244
Classe média rural no Brasil: novas interpretações, velhas implicações .....	245
Common Agricultural Policy– diversity of choices made by the EU member states concerning direct payments and RDPs in the programming period 2014-2020.....	246
Del rural agrario al rural periurbano: instrumentos de desarrollo rural en la comarca de Torrijos (Toledo).....	247



Desafios da gestão para organizações econômicas da agricultura familiar no Brasil.....	248
Desenvolvimento rural e multifuncionalidade: questões teórico-conceituais da transição rural em economias em transição (Brasil) .....	249
Diagnóstico do fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO).....	250
Dinâmica rural-urbana da área conurbada de Florianópolis .....	251
Dynamics and contradictions of the agricultural frontier expansion in Piauí, Brazil.....	252
El enfoque territorial en los programas de desarrollo rural de Argentina ¿Tiene alguna similitud con la evolución del desarrollo rural en la Unión Europea?.....	253
Emprendedores y proyectos fallidos de los programas Leader y Proder en Andalucía en el periodo 2000-2006. Perfil y motivos de desestimiento.....	254
Experiências camponesas de convivência com a semi-aridez no Curimataú paraibano, Nordeste, Brasil .....	255
Las políticas activas de género en el medio rural: una primera aproximación .....	256
Marx e Polanyi. Elementos para a discussão das políticas públicas do desenvolvimento rural .....	257
Mato Grosso sustentável? A trajetória do programa Mato-Grossense de municípios sustentáveis no Brasil .....	258
Opções empresariais, agricultura e contingências laborais no sul de Portugal: o caso de Odemira no contexto da mundialização.....	259
Os agricultores da região da Serra Geral; Minas Gerais, Brasil.....	260
Política de reorganização fundiária: análise do assentamento rural Novo Alegrete –RS – Brasil.....	261
Políticas para a agroecologia e produção orgânica no Rio de Janeiro: cenário, oportunidades e desafios.....	262
Políticas públicas, desenvolvimento territorial e suporte à governança participativa: o apoio do governo brasileiro para a assessoria dos colegiados de desenvolvimento territorial.....	263
Políticas públicas e dinâmicas sociais: o programa nacional de alimentação escolar no Brasil e seus desdobramentos nas chances de vida dos agricultores familiares .....	264
Políticas públicas para a redução da pobreza nas áreas rurais do Semiárido Brasileiro	265
Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf): análise da distribuição de créditos na região Sudeste no Brasil .....	266
Programas políticos do poder autárquico para o desenvolvimento do território em Portugal.....	267
Reflexiones entorno al problema de la incorporación de jóvenes a la agricultura.....	268
Tecnologias sociais de convivência com o semiárido brasileiro: um pouco mais sobre a gestão da água .....	269
Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao longo dos eixos territoriais do agronegócio no Sudeste Paraense .....	270
Territorialização e práticas de resistência: uma etnografia sobre famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Nordeste Brasileiro .....	271



BOOK OF ABSTRACTS

Uma análise do programa de território rural Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul/Brasil: coesão e desafios.....	272
Valorização do modo de vida rural através da pedagogia da alternância no ensino técnico agrícola no território rural de Andradina .....	273
Vulnerabilidade quanto à insegurança alimentar no Brasil - uma análise sob a ótica das linhas de pobreza.....	274
30 años de PAC en España. Análisis comparativo para la agricultura y el sector agroalimentario .....	275





## INVITED LECTURES | APRESENTAÇÕES POR CONVITE

---

Keynote speakers presentations | Apresentações dos oradores  
convidados

## **Is there a smart development for rural areas? First lessons from a few sectoral studies**

André Torre

University Paris Saclay  
INRA - AgroParistech  
16, rue Claude Bernard  
F. 75231 Paris Cedex 05  
torre@agroparistech.fr

The EU growth strategy for 2020 builds on the ambition to become “a smart, sustainable and inclusive economy”. This objective relies on the identification of comparative advantages of the regions and their inclusion in global value chains and innovation processes, but also to prior sectors, allowing peculiar local development skills and competencies. Considering various innovation processes (technological, organizational and institutional) as core drivers for regional development, smart development strategies are based on the exploitation of the related variety of EU areas and their ability to initiate new activities and/or technological fields.

One key question is that of the place of rural areas in this mechanism. Does this new orientation of smart specialization apply to the rural areas, which count for the major surface of EU at the moment and involve millions of people? Or is it deserved for the most populated and industrialized areas? More specifically, is it feasible to shift from a support approach focused mostly on mass agriculture to an approach aiming to promote other forms of agricultural organization and practices and social innovation in those territories?

On the basis of our studies and of the results of the European TASTE project, we will argue that smart development, in its current form, asks the question of rural areas involvement, because it mainly focuses on urban areas and technological innovation. But we will also emphasize the fact that development processes applied to rural areas, given some peculiar conditions, and taking into account that development opportunities differ from one rural area to another (more or less close to the city, more or less peripheral, etc.). Rural areas can be innovative ones, but mostly in non-technological fields (organizational, social and institutional innovations), and the search for innovation niches must be based on specific resources and connectivity between local actors. A “smart” development of rural areas also implies taking care of land use evolutions, their vulnerability and possible oppositions or synergies, and the creation and maintaining of business and services activities are related to the access to natural amenities and supply of historical cultural environments. Furthermore, the governance of the development processes needs to involve local populations in the choice of development paths.

## **What kind of policy promotes territorial inclusion? Social Innovation as the engine of local development**

Andrew Copus

Nordregio, Stockholm and The James Hutton Institute, Aberdeen  
Nordregio, Box 1658, SE-111 86 Stockholm, Sweden, Phone: +46 8 463 54 00  
www.nordregio.se, Phone +46 8 463 54 03  
E-mail: andrew.copus@nordregio.se

EU rural development policy (Pillar 2 of the Common Agricultural Policy) is delivered through a series of programme periods, during which the “rules” effectively remain fixed. The beginning of the next programming period in 2020 provides an opportunity for adjustment. Past experience suggests that change will be incremental rather than radical. However the debate has already begun.

Pillar 2 addresses a bewildering array of objectives, which relate broadly to the sustainability of the rural economy, communities and the environment. These specific objectives are set within the overarching Europe 2020 goals of “Smart, Sustainable and Inclusive Growth”. This paper considers the potential role of social innovation in facilitating inclusive growth in rural Europe.

In practice funding from the European Agricultural Fund for Rural Development, together with the influence of long established interest groups at all levels of governance, means that the policy retains a strong agricultural orientation. Local development processes spanning the rest of the rural economy and society receive a small (and probably declining) share of the budget. So far the CAP does not have a strong record when it comes to inclusive growth. Two of the requisites for turning this around are an increased awareness of territorial inclusion as a concept and a policy goal, and a better understanding of appropriate forms of intervention.

Social innovation has recently attracted attention as a potential means to strengthen territorial inclusion. As is so often the case with policy “buzz words”, social innovation is a chameleon concept, and an initial task is to specify the kind which can serve as an “engine” for local development by initiating “virtuous circles” which build community capacity. However we do not argue that “one size fits all”: It is important to recognise the importance of national, and even regional, institutional contexts, in terms of governance, legal forms, the role of public, private and third sectors, and the shared experience/capacity of the rural population. Many questions remain to be explored in the context of case studies and good practice examples, particularly in terms of how such desirable social innovation processes can best be nurtured and supported through policy. The paper is illustrated with examples from the Nordic countries and Scotland.

## **The role of young farmers in a modern rural environment**

Luis Miguel Albisu

CITA (Zaragoza - Spain)

The word young implies different meanings. Age is the most used reference to separate young from old farmers but EU statistics and policy measures made different age distinctions. All over the world there is an agreement that in most developed countries farmers' average age is increasing and it reaches levels, which could have severe implications for the survival of farms and the rural environment. Young farmers are needed not only to defend food production but for their implications to preserve the rural environment.

The EU has reacted and on its actual EU rural programs it includes policies for young farmers who receive special treatments. Most of the policy measures are related to economic aspects. It is widely admitted that credit and land constraints are two elements that heavily influence young farmers whether they follow with their family business or are new entrants. Careful analysis should be undertaken with respect approaches that try to solve those problems. Probably instead of focusing on young farmers more attention should also be given to their parents and the transition of properties between generations.

Young farmers tend to have better training and have experiences in urban areas when getting professional knowledge. When they go back to rural communities they have already strong relations with young urban people that determine part of their behavior. A set of new technologies (drones, sensors, automatization, etc.) are expected to be rapidly incorporated on the fields and rural agribusiness. It requires of prepared young people who might exert an entrepreneurial leadership in their rural communities. Young people are more prone to understand that large production quantity might not corresponds to high value and the generation of high value products. Social activities and leadership for both young, either at urban or rural environments, come at earlier stages and their behavior in groups is quite different from previous times. The use of internet is closing the gap between urban and rural behaviors, both on professional and social activities.

The role of young farmers in rural environments is changing but more profound happenings might be expected in the near future. It is necessary to understand and debate all economic, technological and social elements around them in order to visualize their influences on young professionals in rural areas and to generate policy instruments able to cope with new environments.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Sustainable agriculture, environment, climate change and public goods  
| Agricultura Sustentável, meio ambiente, alterações climáticas e bens  
públicos

## A estrutura agrária da Galiza (NO da Espanha) e a conservação da biodiversidade sob o modelo do “land sharing”

Carreira, X.C.

Carral, E.V.

A partir duma análise global de dados oficiais da Galiza-NO da Espanha foi caracterizada a estrutura agrária: número e tamanho das explorações, tipos de produção, unidades de trabalho agrícola, benefícios económicos e infraestruturas ecológicas na paisagem. Um total de 79,481 explorações ocupam 2.957.400 ha do território com 37.4% (1.105.144 ha) dedicadas a uso agrícola e ganadeiro. As explorações apresentam valores meios para UTA = 1 e SAU = 6,7, com parcelação elevada (20 parcelas/exploração) e SAU/parcela = 0,16 ha. Temos três tamanhos definidos: <10 ha (61.017, 76.8%), 10–30/50 ha (14.048, 17.7%) e >50 ha (4.416, 5.6%). As explorações de carácter familiar (< 10 ha) produzem 51% de culturas para consume humano direto ocupando o 24% da SAU total e com somente 38.5% da sua área total como SAU, comparando com 67.5% de SAU das explorações de maior tamanho, com culturas dedicadas á produção animal. As três classes de tamanho conservam elementos da paisagem interessantes para a preservação da biodiversidade (infraestruturas ecológicas) como sebes vivas, muros de pedra seca e vegetação florestal remanente, não entanto quando calculamos as taxas de troca entre a viabilidade económica (produção/ha ou ingresso anual/ha fronte á superfície (ha) ocupada pelos elementos paisagísticos de interesse para a conservação da biodiversidade, encontramos o maior equilíbrio (0,5) para as explorações de carácter familiar (< 10 ha). Esta ocupação parcelar do território pelas culturas mais ou menos intensivas, mas com uma percentagem elevada ocupada por superfície não produtiva e com capacidade de conservação da biodiversidade, aproximasse ao modelo do “land sharing”: culturas distribuídas por todo o território, mais com elementos da paisagem (infraestrutura ecológica) considerados como hábitat apropriado para as espécies silvestres. Dito modelo também concorda coa distribuição tradicional na ocupação do território na Galiza, onde ademais uma parte importante do território florestal está ocupada pela cultura intensiva do eucalipto, pelo que é difícil dedicar grandes extensões de território para a preservação exclusiva da biodiversidade, apresentando-se assim a impossibilidade real de separar território agrícola e território de preservação, como representa o modelo do “land sparing”.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Paisagem; Biodiversidade; “Land sharing”.

## A interação rural-urbana e sustentabilidade na geografia agrária: as indicações geográficas no Brasil

Regina Cohen Barros

Departamento de Geociências/IA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

O trabalho objetiva mostrar papel da Indicação Geográfica (IG) como atividade econômica inserida no conjunto do panorama agropecuário e de exploração mineral, como uma atividade de interação Rural – Urbana, com possibilidades para o desenvolvimento sustentável. Partimos do pressuposto de que a Indicação Geográfica (IG) é capaz de dar nova forma e função ao espaço, agregando valores e dimensões socioeconômicas, associativistas, culturais e ambientais e, ao mesmo tempo, reestruturando toda uma cadeia produtiva, colocando os setores primários e terciários numa única conexão para atender à demanda do mercado emergente, que exige padrões diferenciados de qualidade dos produtos especialmente da agropecuária. Nos últimos anos tem aumentado novas afirmações das Indicações Geográficas (IG) que vêm como uma opção de valorização das atividades do campo no Brasil. Verifica-se, também, que vem ampliando o estudo nessa temática, através de levantamentos feitos pelo (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o crescente número de pedidos de registro feitos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e de cursos e trabalhos científicos dedicados as Indicações Geográficas (IGs). O reconhecimento da qualidade dos produtos agrícolas em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica (IG). A IG é uma ferramenta de desenvolvimento principalmente do setor agropecuário, porque ela embute e reconhece fatores ligados a origem, que vão além das condições naturais incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação do homem no campo, agregação de valor, valorização do meio rural, trabalho cooperativado, que contribuem diretamente para o desenvolvimento rural sustentável. No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias. A IG, funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural. Cria um fator diferenciador para produto e território, geram originalidade e características próprias, assim as IGs não diferenciam somente os produtos ou serviços, mas os territórios. No Brasil, a Lei nº 9279/1996 de 14/05/96, regulamentou, em seus artigos 176 a 182 direitos e obrigações relativas à propriedade industrial, inovou ao prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), estabelecesse as condições de registros das indicações geográficas. O INPI através de Atos Normativos 134 e 143, de 15/04/97 e 31/08/98, respectivamente, instituiu as normas de procedimento e os formulários próprios que deverão ser utilizados para apresentação de requerimento de registro de indicações geográficas. A proteção de uma Indicação Geográfica no Brasil se aperfeiçoa com o registro junto ao INPI, seja ela nacional ou estrangeira. As Indicações Geográficas concedidas pelo INPI, são em número aproximado de 38 como Indicação de Procedência (IP) e 17 de Denominação de Origem (DO), sendo 09 nacionais e 08 estrangeiras.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Indicação Geográfica; Geografia Agrária.

## A produção rural para o desenvolvimento sustentável na Extremadura

António Nogueira de Sousa

Mestre em Gestão: Especialidade Recursos Humanos, Universidade de Évora. Portugal

Benedita do Socorro Matos Santos

Doutora em Ciências de Educação, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – CIDEHUS  
Universidade de Évora, Portugal

Este resumo pretende discutir, no enquadramento do *O XI CIER 2016 Colóquio Ibérico de Estudo Rurais, Agricultura Sustentável*, a temática, *A produção rural para o desenvolvimento sustentável Extremadura*, Comunidade Autónoma da Espanha Central. Em termos de posicionamento teórico, partimos dos conhecimentos específicos de Bachev. (2005); Baron. (2005); Kysar. (2005); Costantini e Monni. (2006); Mayer-Foulkes. (2008); Schneider (2009); Waldman. (2011); Lima e Tsutsui (2012); Belz e Binder (2013); Orlitzky et al. (2014). E de estudos relacionados como o *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future –WCED* e o *Informe Monográfico Rural sobre Extremadura*. A sustentabilidade empresarial no modelo de processo de globalização assenta no compromisso da responsabilidade social corporativa em suas unidades de análise transnacional dos efeitos institucionais e políticas económicas das estratégias relativamente à responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. Segundo a visão do empreendedorismo social, o desenvolvimento sustentável de acordo com as instituições globais e as organizações privadas deve ser conduzido em ambientes de desenvolvimento humano e crescimento económico para atender os objetivos económicos da globalização. Centrados na importância do enfoque na produção rural e desenvolvimento sustentável, discutimos ainda a contribuição para a sustentabilidade, modelos de sustentabilidade empresarial, responsabilidade social e estratégia da empresa no contexto da globalização, adaptando para o desenvolvimento e a sustentabilidade económica, tendo por base o estudo *Informe Monográfico Rural sobre Extremadura* realizado pelo GEM. Em concreto, procuramos, perspectiva no desenvolvimento sustentável, contribuições relevantes e, para o efeito, desenvolvemos uma análise aprofundada a partir do estudo já indicado. Os dados serão aqui discutidos a partir das questões de análise principais relativamente à investigação desenvolvida: analisar a produção rural e o desenvolvimento sustentável e neste procedimento identificar os fatores que influenciam o empreendimento rural e urbano. Assim, os aspetos das proposições em relação ao processo são determinados através do conjunto de alternativa fenomenológica idealizando a experiência e pela investigação. No final, esperamos trazer novas contribuições para *O XI CIER 2016 Colóquio Ibérico de Estudo Rurais, Agricultura Sustentável*, através da análise deste estudo focando *A produção rural para o desenvolvimento sustentável na Extremadura*, e ao mesmo tempo, deixar pistas que podem servir de indícios a futuros pesquisadores em produção rural e sustentabilidade económica.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável; Produção rural; GEM Extremadura.



## **Agricultura sustentável em assentamentos rurais: a experiência da produção do arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**

Michele Lindner

Pesquisadora PNPd/CAPES no POSGea UFRGS – NEAG/UFRGS

michelindner@gmail.com

Rosa Maria Vieira Medeiros

Professora do Departamento de Geografia – POSGea/UFRGS – NEAG/UFRGS

rmvmedeiros@yahoo.com.br

A luta pela terra representa uma temática de grande polêmica no Brasil. Desde os anos 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem protagonizando manifestações e ocupações que visam o assentamento de famílias de produtores rurais e a busca pela reforma agrária brasileira. No entanto além da luta pela conquista da terra, há também posteriormente a luta pela inclusão sócio econômica dos assentados, que muitas vezes após a conquista da terra encontram sérias dificuldades para se adaptar aos padrões de produção vigentes, devido à falta de recursos e altos custos de produção. Nesse contexto, destacam-se experiências como a da produção de arroz ecológico dos assentados da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no Rio Grande do Sul (RS), Brasil. A produção de arroz tem participação importante na economia dos municípios da RMPA além de ocupar uma parte significativa de sua área rural, porém, os impactos ambientais decorrentes dessa atividade agrícola são em sua maioria avaliados como negativos e é justamente por essa razão que a produção de arroz ecológico dá uma nova dimensão a esses impactos. Nesse contexto, essa produção trata-se de uma experiência inovadora tanto em termos tecnológicos quanto nas dimensões socioeconômica e ambiental. Em pouco mais de uma década, a área envolvida com a produção de arroz ecológico no estado do Rio Grande do Sul, passou de 07 hectares para mais de 3.400 hectares, e o número de famílias envolvidas com a produção passou de uma dezena para 339 famílias. As motivações que levaram essas famílias a aderirem à produção ecológica, levam em conta tanto motivações econômicas quanto sociais, pois ao aderirem a essa prática produtiva, as famílias rompem não apenas com um padrão de produção agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais. Atualmente os produtores organizados em cooperativas e um Grupo Gestor dominam quase a totalidade da cadeia produtiva do arroz ecológico. Essa experiência exitosa de produção sustentável vem sendo acompanhada pelo Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG – UFRGS) desde o ano de 2010, sendo dessa forma, possível vislumbrar diversas mudanças ocorridas na vida das famílias assentadas envolvidas na produção, a qual segundo a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), representa atualmente não só a maior experiência de produção ecológica em área de assentamentos do Brasil, mas também a maior experiência da América Latina.

**Palavras-chave:** Agricultura sustentável; Arroz ecológico; Assentamentos rurais.

Moran, D., MacLeod, M., Wall, E., Eory, V., Pajot, G., Matthews, R., & Williams, A. (2008). UK marginal abatement cost curves for the agriculture and land use, land-use change and forestry sectors out to 2022, with qualitative analysis of options to 2050. Final report to the Committee on Climate Change. Edinburgh: Scottish Agricultural College Commercial.

## **Análise da sustentabilidade agrícola na produção familiar: o caso dos produtores de hortifrutigranjeiros da Associação ECOVÁRZEA – Paraíba, Brasil**

Anderson Martins dos Santos

Gestores Ambientais – IFPB / João Pessoa, Brasil

Camila Carolino Cândido

Gestores Ambientais – IFPB / João Pessoa, Brasil

Gesinaldo Ataíde Cândido

Prof. Dr. em Engenharia da Produção – UFCG / Campina Grande, Brasil. E-mail: gesinaldo@pq.cnpq.br

Arlide Franco Alves

Prof. Dr. em Ciências Sociais – IFPB / João Pessoa, Brasil. E-mail: alves@ifpb.edu.br

Após a Revolução Industrial, muitos problemas envolvendo questões ambientais começaram a surgir, devido à massificação do uso dos recursos naturais. A agricultura foi o seguimento que contribuiu significativamente com essa preocupação, por estar diretamente ligada ao meio ambiente, e ser uma das principais atividades do capitalismo. Com o passar do tempo surgiu a denominada agricultura sustentável, que busca obter um equilíbrio entre os patamares ambiental, econômico e social, contribuindo assim para a sustentabilidade. Este estudo teve como objetivo analisar a sustentabilidade das práticas agroecológicas vivenciadas pelos pequenos produtores rurais [assentados] da Zona da Mata Norte e Sul paraibana integrantes da Associação Agroecológica ECOVÁRZEA enquadrando-se na área temática “*Agricultura Sustentável, meio ambiente, alterações climáticas e bens públicos*” do XI CIER 2016. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória, e descritiva, na forma de estudo de caso, que analisou uma amostragem de 11 produtores dessa associação. Então, nomeados os indicadores preestabelecidos pelo Sistema de Indicadores de Sustentabilidade das Explorações Agrícolas – indicados pelo método *IDEA* (*Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles*), partindo das características observadas nos estabelecimentos visitados, com o acréscimo de estudos secundários sobre o local, fez-se a interpretação dos resultados, através da triangulação de dados. Deste modo, dos 42 indicadores sugeridos pelo Método *IDEA*, separou-se 33 deles, divididos entre os eixos: Agroambiental (13); Socioterritorial (17); e Econômico (3), os quais foram avaliados com base no cálculo do referido método. Após a análise dos indicadores do Método *IDEA*, atribuiu-se uma escala de valores percentuais que apontou níveis de sustentabilidade possíveis para o referido estudo, resultando, portanto, num valor de 85,33%, levando-nos a concluir a existência de um nível de Sustentabilidade Ideal para as práticas agrícolas realizadas pelos agricultores. No entanto, apesar desse considerável percentual, alguns indicadores do eixo Socioterritorial, apresentaram algumas fragilidades, limitando, portanto, um pouco a sustentabilidade dos sistemas de produção. Contudo, o estudo trouxe grande contribuição para a compreensão dos problemas ambientais, sociais e econômicos da localidade, e em especial aos integrantes da Associação ECOVÁRZEA, que carregam a responsabilidade de uma Gestão Agroecológica de grande importância para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Indicadores de sustentabilidade; Método IDEA; Agroecologia.

Pesquisa realizada pela equipe de investigadores do Projeto “*Rede de Estudos e Pesquisas em Sistemas de Indicadores para Agroecossistemas Baseadas em Práticas de Agricultura [...]*” – Edital 22/2010 MCT/CNPq/MEC, que serviu de recorte empírico ao TCC do Curso de Gestão Ambiental do IFPB João Pessoa.

## Assessing farmland abandonment. A regional policy perspective

Albert Mora Paretas

Group of International Economics and Development, Universitat Politècnica de València, Spain.  
almopal@posgrado.upv.es

Lorena Tudela Marco

Group of International Economics and Development, Universitat Politècnica de València, Spain. lotumar@etsia.upv.es

José María García Álvarez-Coque

Group of International Economics and Development, Universitat Politècnica de València, Spain.  
jmgarcia@upvnet.upv.es

This paper attempts to supply a comparative assessment of land use and management policies needed to prevent land abandonment. In this sense, an analysis of national and regional land management frameworks is carried out to address the farmland abandonment problem in Spain. Due to economic forces affecting agricultural markets and profitability, abandonment in small and medium-sized holdings is an increasing trend. In the particular case of orange production in Valencia region, these factors are mainly: a) low productivity; b) weak planning of the production marketing year; c) small average area per farmer and; d) a substantial percentage of members with a general high age profile and part-time farmers. According to the Agricultural census data, Utilized Agricultural Area (UAA) in Spain decreased by 9.2 % between 1999 and 2010 (2.4 million hectares). Farmland abandonment is a complex process, which depends on political, social and environmental drivers. Abandonment sometimes implies change in land use. In hilly areas the process may lead to an increase in the forested surface. But very often mismanagement of agricultural land has a negative impact, involving increased desertification, erosion and risk of fires. Given this scenario, a joint project of Universitat Politècnica València, Cajamar and the Rural Cooperative San Vicente Ferrer de Benaguasil was launched to propose a social innovation for managing land and human resources. To do this, the Cooperative is willing to take over the management of the land released by farmers. Land consolidation will grant the opportunity for new production strategies. Although the project's objective is to guarantee land sustainability in a particular territorial context, it opens the door to assess why and how the land regulations restrict or promote land consolidation.

The process of developing the legal framework stirred a wide range of topics, including actions that the regional governments can take to prevent land abandonment. These include ensuring that enough land is grown by sustainable technologies; promoting agricultural land legislation, facilitating tax benefits; facilitating the acquisition of land titles and land ownership, promoting land rights; and advancing greater economic, social and gender equality in land uses. The debate covers several questions to avoid farmland abandonment as well as possible strategies as a part of a larger framework of agricultural protection. The success possibilities of the regional regulations depend largely on the effective integration of lessons learned and good practices. Solutions to the problem of land abandonment cannot be taken from a top-down approach but requires a multidisciplinary approach, social management and a better knowledge of smallholders' motivations to withdraw from agriculture. It is hoped that this record of comparative assessment will provide useful guides for policy-makers and stakeholders within and outside governments.

**Keywords:** Land management; Land abandonment; Legal framework; Agricultural law.

## Assentamentos da microrregião Campanha Ocidental/ Campanha Gaúcha/Rio Grande do Sul

Michele Lindner

Pós Doutoranda PNPd-CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia/IG/UFRGS e pesquisadora do NEAG/UFRGS.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

Rosa Maria Vieira Medeiros

Profª. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia/IG/UFRGS; Coordenadora do Núcleo de  
Estudos Agrários - NEAG /UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); rnmvedeiros@ufrgs.br

O agricultor camponês reterritorializado na Microrregião Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul/Brasil implantou novas formas produtivas-econômicas-sociais que mudaram a paisagem. Esta paisagem foi analisada a partir de sua imagem tradicional na Campanha Gaúcha: coxilhas cobertas por campos com fazendas de criação. Os assentados encontraram esta paisagem, mas sua tradição camponesa voltada para a produção de alimentos mudou a produção na região. Esta pesquisa objetivou analisar essas transformações decorrentes da presença dos assentamentos criados nos anos de 1990. Nesta análise considerou-se paisagem, natureza e território em seus aspectos ambientais, econômicos, políticos e culturais. Foram entrevistadas as famílias assentadas, reterritorializadas e que transformaram a paisagem de seu novo território. Elas encontraram muitas limitações materiais e imateriais que foram superadas pelas experiências positivas das novas práticas agrícolas. Construíram então uma nova identidade em um lugar diferente e assim compreenderam o caminho percorrido que transformou sua prática em uma filosofia de vida.

Os assentamentos estão, portanto, presentes na Campanha Gaúcha com suas práticas agrícolas tradicionais, modernas e/ou agroecológicas. E é aqui, na prática da agricultura agroecológica que ocorreu uma nova relação do agricultor camponês com a natureza, com o território que é seu espaço de identificação, de pertencimento. A apropriação do território se fortaleceu com as novas formas de produzir, organizar, se relacionar com a natureza, recuperar seus saberes e retomar sua autonomia através da produção, da cultura e da organização político-econômico-social que transformam e deixam marcas na paisagem da Campanha Ocidental.

Os registros de fotografias antigas, dos anos de 1960-1970, das áreas onde hoje estão instalados os assentamentos, foram utilizados e cotejados com imagens atuais. As mudanças na paisagem foram identificadas e relacionadas à nova relação do agricultor camponês com a natureza. Os assentados também identificaram as mudanças ao observarem as antigas fotografias, durante entrevista cujo tema “relação assentado-natureza” norteou a conversa.

As fotografias antigas e recentes, as falas dos agricultores assentados, o andar pelo território dos assentamentos, a observação e a identificação das marcas na paisagem corroboram a afirmação de Claval (1999): *a memória se sustenta na paisagem, no lugar, nos objetos, na capacidade de evocação que encontra ali a base para sua permanência ou seja, para a construção das identidades*. A cultura é dinâmica e as populações modificam o meio de acordo com suas necessidades. Seus valores se enraízam e legitimam suas escolhas. A paisagem da Campanha Ocidental Gaúcha é a expressão das preferências, aspirações e identidade dos assentados

**Palavras chave:** Agricultores assentados; Território; Agricultura; Identidade; Saberes

## **Certificação “Fair Trade” e desenvolvimento sustentável: a cooperativa Agroextrativista Veneza do Marajó – COOPAVEM**

Paulo Sérgio Carvalho de Souza

Administrador. Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade da Amazônia – UNAMA, Brazil. Email: souza.paulosergio@yahoo.com.br

Cyntia Meireles de Oliveira

Doutora em Ciências Agrárias; Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH); Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Administração da UNAMA, Brazil Email: cyntiamei@hotmail.com.

É recorrente nos estudos sobre assentamentos rurais temáticas relacionadas ao aumento do desmatamento, desigualdade e conflitos. Contudo, pesquisas que analisem ações e projetos que demonstrem benefícios as comunidades e que sirvam de referências para o desenvolvimento sustentável nessas áreas ainda são minoria. No Marajó, mesorregião do estado do Pará, a despeito de constituir-se em uma das mais ricas regiões do país em termos de recursos naturais, é um dos territórios mais pauperizados do estado. Contudo, no arquipélago tem se destacado, o município de São Sebastião da Boa Vista, onde atua a Cooperativa Agroextrativista da Veneza do Marajó (COOPAVEM), organização social de dois assentamentos o “PA Ilha Cariá-Guajará” e o “PA Ilha Pracuuba-grande”, o qual possui desde 2013, Certificação Fair Trade, atualmente a única no Brasil a exportar polpa de açaí in natura. O trabalho visa realizar o perfil socioeconômico dos cooperados bem como os caminhos percorridos para obtenção dessa certificação. A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo realizado através de revisão de literatura, consulta à base de dados e relatórios do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, bem como entrevistas em profundidade com os 37 cooperados. A COOPAVEM foi fundada em 2005, por produtores das comunidades dos rios Guajará, Pracuúba, Cariá e Pracuúba Grande, 12 horas de barco da capital Belém. Atualmente, os produtores possuem conjuntamente uma área de 667 hectares de área plantada com açaí. Dos entrevistados, 54% têm acima de 60 anos de idade, ou seja, estariam fora do mercado formal de trabalho, mas sentem-se em plena capacidade produtiva. O açaí é a principal fonte de renda para esses produtores, sendo cerca de 84% do faturamento; o restante advém de outras atividades, tais como a pesca, a agricultura e a prestação de serviços. A COOPAVEM adotou indicadores de desempenho, que demonstram que a cooperativa teve um crescimento nos últimos anos acima de 20%, o que se explica devido à certificação orgânica do produto. O faturamento com a venda de Açaí tem crescimento constante, decorrente da variação no preço que está atrelado a entressafra e ao aumento da demanda, que vem tendo aumento a cada ano, pois o mercado do açaí possui grande demanda de mercado local, nacional quanto no mercado internacional. As cooperativas enquanto organizações empreendedoras representam uma forma de ação coletiva geridas por atores locais e podem se consolidar como importantes iniciativas de desenvolvimento sustentável, como no caso da COOPAVEM.

**Keywords:** Inclusão social; Geração de trabalho e renda; Organização social.

## **Circuitos curtos de comercialização e desenvolvimento territorial: uma análise de experiências no Nordeste do Brasil**

Ana Georgina Rocha

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e  
Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces – LADYSS

Cimone Rozendo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e  
Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces – LADYSS

Um dos principais desafios da agricultura familiar no Brasil é a inserção nos mercados. As características do sistema agroalimentar dominante, com forte concentração de capital, impõem barreiras para a integração da agricultura familiar. Apesar disso, existem variadas formas de inserção dos agricultores familiares nos mercados, com graus distintos de integração. Nos últimos anos, um conjunto de estratégias tem sido utilizado buscando criar novos espaços não convencionais de comercialização, orientados por uma dinâmica diferenciada de produção e consumo, que valoriza processos locais/territoriais. Nesse contexto, merecem destaque os canais de comercialização criados a partir dos chamados circuitos curtos, definidos na literatura como formas de comercialização que têm apenas um intermediário, cujos fundamentos são a maior proximidade entre produtores e consumidores, a dinamização das economias locais e a garantia da segurança alimentar e nutricional. No Brasil, em especial no Nordeste, ainda são poucos os estudos sobre essas experiências e suas potencialidades (com exceção dos mercados institucionais), mas na Europa o tema ganhou relevância nos estudos rurais na última década. Esse trabalho tem como objetivo analisar os circuitos curtos como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, em uma perspectiva de desenvolvimento territorial. O trabalho analisa duas experiências de circuitos curtos de comercialização no Nordeste do Brasil (no Rio Grande do Norte e na Bahia), focalizando as diferentes formas de integração dos agricultores nesses canais e sua relação com a dinâmica territorial, mais particularmente, a própria visão dos atores envolvidos sobre os potenciais e os desafios desses espaços alternativos de comercialização. Busca-se entender as práticas dos agricultores nesses processos de comercialização e as formas de interação desses circuitos com os espaços específicos dos territórios. Conclui-se que essas experiências estão fortemente relacionadas com o tecido associativo local, contribuindo para o fortalecimento do capital social nos territórios.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Circuitos curtos; Desenvolvimento territorial; Capital social.



## Comercio de proximidad, CCC, canales locales y su implicación diferencial en la cadena de valor de la pera de la horta de Lleida

Antonio Colom Gorgues

Profesor de la Universidad de Lleida. Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agraria. Email: antonio\_colom@hotmail.com

Hind Belarbi

Ingeniera en Industrias Agroalimentarias, Máster Science CIHEAM en Marketing Agroalimentario.

Rosa M<sup>a</sup> Florensa Guiu

Profesora de la Universidad de Lleida (España). Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Facultad de Derecho y Economía. Email: rmflorensa@aegern.udl.es

Este trabajo está basado en una investigación focalizada, dentro de la Horta de Lleida (España), hacia la Pera de Lleida y sus tres variedades principales: Limonera, Conferencia y Blanquilla, y hacia una cesta de hortalizas. El propósito del mismo es analizar la producción de pera y su cadena de valor en el citado territorio, planteando el modelo diferencial del canal local o Circuito Corto de Comercialización (CCC) dado por la práctica del comercio de proximidad con dicha fruta, así como también ver los resultados comparativos entre este caso y la cadena de valor en el modelo de comercio convencional (no proximidad).

Se han analizado por un lado los conceptos de CCC y de comercio de proximidad, y por otro lado los inherentes a la cadena de valor, fuerzas estratégicas y clústeres de Michael E. Porter. Se ha definido y estudiado el micro-clúster hortofrutícola de la Horta de Lleida, se han establecido las necesidades de información y datos, resolviendo la adquisición de los mismos por vía de fuentes secundarias (estadísticas y estudios elaborados por el MAGRAMA, Departamento de Agricultura de la GC, y otros) y fuentes primarias (diseño y realización de encuestas y entrevistas a expertos), para efectuar después los tratamientos o procesado de datos e informaciones, llegando a obtener las cadenas de valor de la Pera en los casos de la producción y comercio de proximidad, y de la producción y comercio convencional.

A partir del análisis externo e interno del sector se ha llevado a término el análisis DAFO, al que se ha integrado la evaluación del impacto social del comercio de proximidad (visión percibida, actitudes, impacto sobre la confianza, etc). Finalmente se ha concluido demostrando que la cadena local de frutas genera menos costes que la cadena convencional, que el comercio de proximidad es una estrategia para aumentar el margen de venta al productor y reducir las tasas de descomposición de alimentos, se produce la percepción de un mayor nivel cualitativo, se favorece la proximidad de acceso, de identidad del territorio y de proceso productivo, y aumentan las relaciones, se genera sinceridad y confianza en el comprador de frutas de proximidad.

**Palabras clave:** Cadena de valor; Comercio de proximidad; CCC, Km 0; Horta de Lleida.

## **Conexões inesperadas para uma agricultura sustentável? Segurança hídrica, desigualdade social, desrespeito à diversidade cultural e degradação ambiental na bacia do Alto Xingu**

Fernanda Viegas Reichardt

[fv.reichardt@usp.br / fv.reichardt@ gmail.com], Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada [ESALQ/CENA/USP] [2015], Pós-doutoranda do Centro de Energia Nuclear na Agricultura [CENA/USP] no Projeto Temático “XINGU Project: Integrating land use planning and water governance in Amazonia: towards improved freshwater security in the agricultural frontier of Mato Grosso”, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo [FAPESP] e pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Avançados [IEA/USP], todos da Universidade de São Paulo, Brasil. Atua como colaboradora Instituto de Estudos de Direito e Cidadania - IEDC.

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

[mepegara@usp.br] Professora Associada do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Vice-Presidente do Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (ESALQ/CENA) Universidade de São Paulo, Brasil, Pesquisadora Principal do Projeto Temático “XINGU Project: Integrating land use planning and water governance in Amazonia: towards improved freshwater security in the agricultural frontier of Mato Grosso”.

As alterações climáticas devem afetar negativamente os meios e modos de vida em muitos países em desenvolvimento - incluindo o Brasil - acarretando no aumento significativo da competição por recursos naturais. A água - uma das principais fontes de subsistência e indispensáveis para a vida humana - já é escassa em algumas regiões e outras regiões ainda serão afetadas pelas mudanças climáticas. Este estudo tem como objetivo explorar: as ligações entre a segurança hídrica e conflitos e fragilidades sociais na região da fronteira agrícola da Amazônia Legal. Assim, centramos os esforços de análise nas mudanças de uso da terra na Bacia do Alto Xingu - expansão da fronteira agrícola, desenvolvimento do agronegócio, desigualdade social, degradação ambiental e problemas fundiários. Trata-se do desafio de responder aos riscos de segurança hídrica de modo a evitar a violência social; isto é, o papel da governança na gestão e prevenção de conflitos socioambientais. Argumentamos que uma abordagem sensível ao social no desenvolvimento e implementação de políticas públicas de uso da terra e segurança hídrica permitiria uma gestão socialmente mais justa, minimizando conflitos atuais e prevenindo futuras demandas socio ambientais.

**Palavras-chave:** Governança; Danos sócio-ambientais; Fronteira agrícola; Interesse social; Desenvolvimento sustentável.



## Coste-efectividad de las medidas de mitigación de gases efecto invernadero en la agricultura de los Andes: una perspectiva económica y medioambiental

J. Cayambe, A. Iglesias, V. Barrera

<sup>a</sup> Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, España. Departamento de Economía Agraria y Ciencias Sociales. Avda. Complutense s/n. 28040. Madrid, España.

<sup>b</sup> Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias, INIAP. Quito – Ecuador

El aumento de temperatura del planeta asociado al efecto invernadero antropogénico promueve el interés en buscar estrategias para mitigar estas emisiones. Luego de la XXI Conferencia Internacional sobre Cambio Climático los países se han enfocado en limitar las emisiones tan pronto como sea posible. Dado que la agricultura es responsable de casi una quinta parte de las emisiones globales, es necesario identificar qué medidas se podrían aplicar, cuál es su potencial de mitigación y el costo estimado de la aplicación de cada medida. Se asume que los costes de estas reducciones de Gases Efecto Invernadero (GEI) serán mayores para los países en vías de desarrollo.

El estudio se llevó a cabo en la región andina de Ecuador, ya que esta es la mayor región agrícola del país y puede ilustrar los sistemas agrícolas andinos de toda América del Sur. Nos hemos centrado en el cultivo de patata, por ser una de las principales fuentes de empleo e ingresos en el sector rural regional y porque es un alimento básico en la dieta. El sistema de cultivo principal es la rotación de patata-pastos; se inicia con la patata durante dos o tres ciclos en suelos previamente ocupados por pastizales. Después de la patata, otro cultivo se puede plantar por un solo ciclo y así, aprovechar el fertilizante residual. Los suelos son dejados como pasto para aproximadamente dos años, completando un ciclo de tres o cuatro años.

Siguiendo la metodología de los estudios anteriores (MacLeod et al, 2010; Moran et al, 2010), se estimó el potencial de mitigación de las medidas y sus costos asociados, la evaluación de enfoque medioambiental y económico. Los datos para evaluar el costo de reducción se recogen de las prácticas aplicadas en las granjas de prueba, lo que reduce la incertidumbre en los costes estimados y la mitigación potencial de cada medida.

En la última década se ha producido un desarrollo de políticas y programas en Ecuador con el objetivo de aumentar la seguridad alimentaria de los hogares, para reducir la pobreza mediante la mejora de los medios de vida. En Ecuador no existen compromisos vinculantes para reducir las emisiones de gases de efecto invernadero (GEI). Sin embargo, se están desarrollando un número significativo de acciones de mitigación nacionales voluntarias.

Estos resultados se utilizarán para contribuir al conocimiento de las opciones de mitigación a nivel regional y para proporcionar información sobre el cambio climático y las políticas agrícolas en los países en desarrollo.

**Palabras clave:** Coste-efectividad; Mitigación; Gases efecto invernadero; Cambio climático; Agricultura andina.

MacLeod, M., Moran, D., Eory, V., Rees, R. M., Barnes, A., Topp, C. F., & Pajot, G. (2010). Developing greenhouse gas marginal abatement cost curves for agricultural emissions from crops and soils in the UK. *Agricultural Systems*, 103(4), 198-209.

## Determinantes da adoção do controle biológico da *Diaphorina citri* e disposição a pagar dos citricultores do estado de São Paulo

Andreia Cristina de Oliveira Adami

O Brasil é importante produtor de citros e foi responsável por 33% da produção mundial de laranjas e 54% da produção de suco na safra 2014/15 (USDA, 2015). É grande a relevância econômica da atividade citrícola para o país e, em particular, para São Paulo, estado que enfrenta taxas crescentes no número de árvores infectadas com HLB (Greening), que chegaram a 17,89% das plantas de citros do principal parque citrícola do mundo. Diante do crescimento dos índices de HLB (Greening) nos pomares, os produtores têm aumentado o número de pulverizações com inseticidas químicos. Porém, essa estratégia de controle tem apresentado baixa eficácia e causado danos ao meio ambiente e à saúde dos aplicadores. Para tentar amenizar o problema, um inseticida biológico (bioproduto) para combater o *psilídeo Diaphorina citri*, vetor da doença, está em fase final de desenvolvimento. De modo a entender o processo de escolha do produtor entre os inseticidas químico e biológico, este trabalho avaliou os principais fatores que podem viabilizar a adoção do controle biológico da *Diaphorina citri*, por meio de um modelo lógit. Para obter os dados, um questionário baseado nos princípios da preferência declarada foi aplicado a uma amostra de 74 citricultores paulistas entre junho/2014 e maio/2015. Ainda, o método de valoração contingente foi empregado para obter a disposição a pagar pelo bioproduto.

A pesquisa mostrou que a aceitabilidade dos produtores ao biológico é elevada e alguns fatores parecem contribuir favoravelmente para a disposição do produtor em adotar o bioproduto no controle do *psilídeo*, tais como: o tamanho da propriedade (grandes e pequenas); a experiência do produtor na atividade; o alto nível de escolaridade (ensino superior completo); e a maior dependência da atividade. No entanto, esses produtores estão dispostos a pagar um valor próximo ao que gastam por aplicação e por hectare com produtos químicos. Apenas os produtores da região Sul do estado, onde a incidência é mais alta, estão dispostos a pagar um valor superior ao gasto médio atual com agroquímicos, o que deve estar associado à percepção de que o tratamento químico não tem apresentado a eficácia desejada. O que se pode inferir é que o próprio agravamento da doença leva os agentes do setor a buscar novas alternativas para controle do vetor e que os alarmantes índices de incidência observados em 2015 podem levar o setor a uma nova reestruturação, com redução na produção em áreas tradicionais e crescimento em áreas novas.

**Palavras-chave:** Controle biológico; Greening, Disposição a adotar; Valoração contingente; Citricultura.

## Evaluación de diferentes indicadores para el cálculo de la sostenibilidad en sistemas agroforestales de dehesas. una aplicación del método Delphi

Escribano, M.

Instituto de Investigación en Recursos Agrarios (INURA). Universidad de Extremadura. Avda. Adolfo Suarez, s/n – 06007 Badajoz (España).

Mesías, F.J.

Instituto de Investigación en Recursos Agrarios (INURA). Universidad de Extremadura. Avda. Adolfo Suarez, s/n – 06007 Badajoz (España).

Gaspar, P.

Instituto de Investigación en Recursos Agrarios (INURA). Universidad de Extremadura. Avda. Adolfo Suarez, s/n – 06007 Badajoz (España).

Elghannam, A.

Instituto de Investigación en Recursos Agrarios (INURA). Universidad de Extremadura. Avda. Adolfo Suarez, s/n – 06007 Badajoz (España).

Las Dehesas son sistemas agroforestales y pastorales tradicionalmente utilizados por el ganado en el SO de la Península Ibérica. Estos sistemas se caracterizan por su alto valor ambiental y socio-económico, donde el ganado juega un papel esencial en su mantenimiento y conservación.

En este contexto la producción de recursos y la gestión de las explotaciones de manera sostenible adquiere en la actualidad una gran importancia debido a la necesidad de potenciar no solo la productividad económica de la explotación sino también que su gestión se dé en un marco ecológico y social adecuado.

Actualmente encontramos en la literatura una amplia diversidad en métodos e indicadores para la medición de la sostenibilidad carente en muchas ocasiones de homogeneidad en su aplicación. Tal es así que se pone de manifiesto el uso de indicadores adecuados a estos espacios y que sean fácilmente aplicables e interpretables por los gestores de las explotaciones. Igualmente es necesario saber la contribución o peso de estos indicadores a los diferentes componentes que pretendemos evaluar (usos del suelo, alimentación, etc).

Con objeto de poder medir la adecuación e importancia (peso) de los diferentes indicadores seleccionados se utilizó un análisis de Delphi con un panel de expertos en producción ganadera y sostenibilidad en dehesas. Los expertos fueron seleccionados de las instituciones públicas, ganadería, centros de investigación, organizaciones agrarias agrícolas, empresas del sector, conservacionistas, etc.

El trabajo también analiza la importancia que los diferentes actores asignan a los indicadores con respecto a su adecuación en los sistemas agroforestales de dehesas.

El desarrollo del Delphi se basó en la herramienta en línea de Google Docs ([www.docs.google.com](http://www.docs.google.com)), en la que se recogieron las respuestas de los panelistas.

**Palabras clave:** Sostenibilidad; Dehesas; Delphi; Peso indicadores.

## Evaluación de los servicios de los ecosistemas de una cuenca hidrográfica

José S. Millán

Universidad de Lleida

Pilar Mallol

Universidad de Lleida

### Objetivo.

Contrastar una metodología consistente con las iniciativas y acciones a nivel europeo (MAES), para evaluar los efectos causados por los aprovechamientos hidráulicos sobre los recursos, el estado de los ecosistemas y sus servicios, con aplicación a una cuenca hidrográfica.

### Metodología.

El ejercicio que propone este trabajo es comparar la situación actual de la cuenca del río Noguera Pallaresa, con aprovechamientos hidroeléctricos, con la situación simulada de que estos no existieran. Las etapas a seguir son: a) Delimitar los ecosistemas en el ámbito de estudio sobre cartografía; b) Determinar el estado de estos ecosistemas, de acuerdo con indicadores de presiones, estado y biodiversidad; c) Evaluar los servicios de estos ecosistemas y valorar monetariamente los cambios entre la situación actual y la simulada. Se utiliza el software InVEST (<http://www.naturalcapitalproject.org/InVEST.html>), que permite determinar cómo los cambios sobre los ecosistemas modificarían los beneficios que se obtienen de ellos.

### Resultados.

El estado ecológico de los ecosistemas es bueno o muy bueno en la mayoría de los casos. Falta información para determinar el estado químico en la mayor parte de ecosistemas.

Servicios de los ecosistemas: a) Acumulación de carbono: La superficie de almacenaje y la capacidad de almacenaje de carbono disminuyen en el escenario simulado; b) Recurso hidráulico y generación de energía: En el escenario simulado la cantidad de agua aportada por la cuenca es ligeramente inferior y la cantidad de agua consumida prácticamente se reduce a cero. No se genera energía hidroeléctrica debido a la ausencia de infraestructuras; c) Retención de nutrientes y depuración de aguas: En el escenario simulado tanto la exportación de nutrientes como las cantidades retenidas son superiores. La valoración de costes evitados en el tratamiento del agua indica un mayor servicio de la situación actual con relación a la simulada; d) Retención de sedimentos: En el escenario simulado hay una erosión mayor, consecuencia del aumento de superficie susceptible de ser erosionada.

### 4. Conclusiones.

Es posible aplicar el marco analítico MAES a unidades geográficas más pequeñas, aunque en determinados aspectos hay falta de información con el suficiente nivel de desagregación. Para los servicios ecosistémicos evaluados y valorados monetariamente, no se constata una reducción como consecuencia de la transformación de esta cuenca hidrográfica orientada a los aprovechamientos hidroeléctricos. Aunque las diferencias son pequeñas y se limitan a los usos en el cauce del río y zonas cercanas, en algunos casos la magnitud del cambio en el valor monetario de los servicios es apreciable.

**Palabras clave:** Servicios de los ecosistemas; Cartografía; Evaluación.

## **Innovación y participación. Análisis de una iniciativa de secuestro de carbono en el sector vitivinícola a través de la técnica de los grupos focales”**

Rocío Losada Burgos

ETS de Ingenierías Agrarias de Palencia (Universidad de Valladolid, España) y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) (Argentina)

María Elena Nogueira

ETS de Ingenierías Agrarias de Palencia (Universidad de Valladolid, España) y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) (Argentina)

Almudena Gómez Ramos

ETS de Ingenierías Agrarias de Palencia (Universidad de Valladolid, España) y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) (Argentina)

Margarita Rico González

ETS de Ingenierías Agrarias de Palencia (Universidad de Valladolid, España) y Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) (Argentina)

El medio rural ha sido de manera constante uno de los aspectos centrales de la construcción europea. En la actualidad, de acuerdo a la estrategia de crecimiento y en consonancia con el segundo pilar de la PAC, la Unión Europea propone, entre otras cosas, fomentar espacios asociativos, implementar instancias de *gobernanza* multinivel y generar procesos participativos. Asimismo, la Europa actual fomenta, estratégicamente, la cultura de la innovación -el llamado crecimiento inteligente- la validez de las ventajas comparativas territoriales y la protección de la naturaleza.

En este sentido, el objetivo de este trabajo se centra en determinar la percepción de distintos actores de cara a la implementación de un proceso innovador en el medio rural basado en la instauración de tecnologías de producto y proceso dentro de la industria agroalimentaria. El caso de estudio analizado se centra en el sector vitivinícola en el marco del proyecto LIFE+Integral Carbon, cuya finalidad es aplicar tecnologías que no sólo reduzcan la huella de carbono, sino que contribuyan a su secuestro en el proceso y ciclo de vida del producto. Desde el punto de vista metodológico, se mostrará y analizará sistemáticamente la información obtenida a partir de la aplicación de la técnica de los grupos focales (*focus group*). A este respecto, se considera de sumo interés conocer cuáles son las posiciones de los actores involucrados en el proceso en relación a las dimensiones técnicas, ambientales, económicas y sociales del proyecto. Asimismo, este ejercicio puede ser de gran utilidad dado el carácter demostrativo que poseen este tipo de iniciativas y la sinergia que puede generarse a partir de la vinculación de diferentes actores involucrados directa o indirectamente con su implementación: productores, empresas, universidades, consultoras, centros de capacitación, etc.

En el medio rural actual, la agricultura especializa sus funciones y en especial la ambiental, con el fin de generar un modelo productivo capaz de secuestrar carbono. En el caso analizado en esta ponencia, se concluye que este tipo de redes generadas a través de un asociativismo participativo entre los actores, puede potenciar aún más el rasgo central de esa especialización de las funciones. Se enfatiza por tanto, la importancia del valor demostrativo que deben tener los conocimientos y prototipos desarrollados a partir de este tipo de iniciativas como mecanismo eficiente para generar una economía baja en carbono en el medio rural.

**Palabras clave:** Desarrollo rural; Grupos focales; Capital social; Secuestro de carbono.

## Inserção de agricultores familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil na contramão do crescimento inteligente e sustentável

Cristina Alencar

O Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), do governo brasileiro, e o Programa de Bioenergia (Bahiabio) do governo do estado da Bahia, na primeira década do século XXI, são as políticas públicas nas quais se examina o processo de inserção da agricultura familiar nestas ações governamentais, focalizando a ideia de que as condições de participação dos agricultores familiares configuram-se como desafios que expressam complexidade política, social e econômica na ação de governo. Uma intencionalidade explicitada pelo governo Federal do Brasil nessa política pública foi contemplar esses agricultores através de maneira inclusiva em níveis de organização produtiva e tecnológica que garantissem melhores condições de vida.

Contudo, essa pretensão se desconstrói na realidade social concreta devido à extrema desigualdade social, de poder econômico e político da participação desses agricultores, dependendo de forte coesão enquanto categoria social frente a uma política que não vislumbra o território rural e sim produção de biomassa para biodiesel. Teoricamente, compreende-se a produção de biodiesel como uma evidência da dinâmica de desenvolvimento metropolitano, a qual requer oferta de energia em grande volume para garantir crescimento econômico. O território no qual se examina essa problemática é a unidade de planejamento do governo da Bahia/Brasil, denominada Território de Identidade Nordeste de Alagoinhas / Litoral Norte.

Adotou-se abordagem de análise e síntese relacional na perspectiva teórica do rural como lugar de trabalho e vida em relação subalternizada com o urbano sob a hegemonia do projeto metropolitano de desenvolvimento na sociedade capitalista, o que tensiona essa relação.

Adotou-se análise de conteúdo, método próprio da abordagem qualitativa, para discussão dos resultados constatados em pesquisa bibliográfica e documental, participação em reuniões governamentais, entrevistas individuais e em grupo focal, fontes de conteúdos dinâmicos ao longo do processo de planejamento do governo. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas a partir de categorias construídas especificamente sobre o processo de participação dos produtores familiares sistematizando-se os conteúdos. Descreve-se brevemente o Território, discute-se a relação entre tecnologia e sociedade estabelecida no processo, e a correlação de forças e parcerias. Pela discussão dos resultados são delineadas as condições estruturais que contextualizam a inserção dos Agricultores Familiares na agenda de desenvolvimento através da pauta de produção de biodiesel, nucleadas por relações entre tecnologia e sociedade, e desigualdades nas relações de forças entre parceiros.

**Palavras-chave:** Tecnologia e sociedade; Relações desiguais; Agricultores familiares; Política pública.

## Medidas protetivas na produção de vinho na Região Demarcada do Douro/Portugal

Fatima Regina Zan

(fatimazan@yahoo.com.br)

Suzana Leitão Russo

(suzana.ufs@hotmail.com)

Manuel Luís Tibério:

(mtiberio@utad.pt)

Roberto Vitorino Lucchese Wagner

(vitorinowag@hotmail.com)

A Região Demarcada do Douro, em Portugal, foi a primeira a ser reconhecida como local de um produto com notoriedade, o vinho do Porto. Marquês do Pombal, idealizador, criou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, surgindo assim um conceito jurídico de região demarcada e de proteção da propriedade intelectual ou industrial. A região continua a ser referência em proteção, que através de mecanismos legais busca proteger a marca comunitária, DOP do Douro/Porto, num contexto internacional. O presente estudo tem como objetivos identificar as principais contrafações que afetam a produção e a comercialização de vinhos da DOP Douro/Porto e quais as medidas protetivas utilizadas pelo Instituto do Vinho do Douro e Porto (IVDP). A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, através da análise documental dos registros no IVDP. Os resultados obtidos demonstram que apesar de existir um órgão instituído como o IVDP, as contrafações são uma constante no cotidiano da DOP Douro/Porto e são identificadas em várias partes do mundo.

**Palavras-chave:** Propriedade industrial; Contrafações; Vinhos do Douro.



## Os desafios da agricultura brasileira no século XXI: produção e meio-ambiente

Jonathan Gonçalves da Silva

A agricultura é um dos poucos setores da economia brasileira, cujo o plano de negócios está pautado no progresso tecnológico. O padrão de desenvolvimento desse setor, reflete décadas de um esforço conjunto de agentes públicos e privados para transformar um país, importador líquido de alimentos, em exportador. Os primeiros resultados desse esforço surgiram ainda na década de 1980, com a autossuficiência do Brasil na produção de alimentos e, alguns anos depois, o país obteve um excedente exportável. O dinamismo da agricultura brasileira também pode ser verificado pela capacidade desse setor em gerar renda, emprego e superávits na balança comercial. No contexto internacional, em especial, no mercado de alimentos, o Brasil se tornou um dos principais *players*, destacando-se na produção de café, suco de laranja, soja, algodão, carnes, açúcar, etanol, entre outros. No entanto, a expansão da agropecuária apesar de intensiva em capital, incorporou grandes extensões de terra, cerca de 230 milhões de hectares (Mha), principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, onde o crescimento de lavouras e pastagens foi de 203,7% e 15%, respectivamente (IBGE, 2015). Assim, o deslocamento da atividade agropecuária em direção às novas fronteiras agrícolas do Centro-Norte do Brasil desencadeou o desmatamento de grandes áreas de florestas e campos naturais dos biomas Amazônia (floresta equatorial) e Cerrado (savanas), presentes nessas regiões. Ademais, o desmatamento de áreas de vegetação nativa para o desenvolvimento da atividade agrícola é uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Essas questões evidenciam os desafios da agricultura brasileira no século XXI – conciliar os potenciais agrícola e ambiental, garantindo o crescimento do primeiro sem o prejuízo do segundo. A harmonização desses objetivos é avaliada através de políticas ambientais/climáticas distintas como: ganhos de produtividade na agricultura, recuperação de pastagens, melhoramentos genéticos dos rebanhos, integração lavoura-pastagem-floresta e outras medidas – denominadas de melhores práticas agrícolas. Neste estudo, analisa-se os impactos econômicos de uma política mais audaciosa e igualmente debatida, o desmatamento zero no Bioma Amazônia. Ainda, são analisados os possíveis efeitos sobre a alocação de terra e emissões de gases de efeito estufa. Para isso, utiliza-se um modelo econômico de equilíbrio geral computável. Espera-se, que os resultados obtidos auxiliem os debates e a elaboração de políticas públicas, agrícolas e/ou ambientais.

**Palavras-chave:** Agricultura; Gases de efeito estufa; Economia; Brasil.



## Os indicadores de avaliação estratégica na Denominação de Origem Controlada do Douro-Portugal

Fátima Regina Zan

(fatimazan@yahoo.com.br)

Suzana Leitão Russo

(suzana.ufs@hotmail.com)

Manuel Luís Tibério

(mtiberio@utad.pt)

A indicação geográfica, certificação para produtos com notoriedade, identificados em determinados territórios, constituídos por Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), a partir da sua certificação são consideradas estratégias de mudança visando a competitividade e o desenvolvimento. O presente estudo tem como objetivos identificar as estratégias e os respectivos indicadores de avaliação nas relações inter organizacionais no âmbito da DOP de Vinhos do Douro/Portugal. Certas etapas devem ser cumpridas para a busca de certificação em Indicação Geográfica, e que passam pelo planeamento estratégico para definição das estratégias, objetivos e metas, constituição de uma organização coletiva e a respectiva documentação. A metodologia a ser utilizada será o estudo de caso, de abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos serão realizados através de estudos descritivos, pesquisas documentais e entrevistas semiestruturadas com os gestores das organizações coletivas e empreendimentos associados, por acessibilidade. Os resultados alcançados com o presente estudo respondem as perguntas tais como: as organizações coletivas realizam planeamento de estratégias em conjunto com os associados? As ações estratégicas formuladas para a produção, são implementadas ou não pelos associados? Como é realizada a comunicação das estratégias e a avaliação respectiva da aceitação e implementação pelos associados produtores de vinhos? Desta forma será possível conhecer como se alinham as estratégias de produção e organização de todo o contexto da indicação geográfica e de seus *stakeholders*.

**Palavras-chave:** Governança territorial; Indicações geográficas; Alinhamento estratégico.

## Percepção popular de riscos associados a deslizamentos no município de Alagoa Grande (Paraíba – Brasil)

Jadely Clementino dos Santos  
Maria Deise das Dores Costa Duarte  
Adriano Lucena da Silva

As ocupações desordenadas de áreas ambientalmente frágeis, associada às precárias condições socioeconômicas da população e a centralização do poder no processo de gestão das áreas de risco, têm contribuído para a ocorrência de desastres ambientais. Assim, este estudo teve como objetivo investigar a percepção dos moradores do Morro do Cruzeiro, localizado no município de Alagoa Grande, estado da Paraíba, Brasil, no que diz respeito ao gerenciamento de riscos associados a deslizamentos, visando compreender a interação entre poder público e sociedade. Para a realização desse estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, levantamento de aspectos legais (em âmbito federal, estadual e municipal), indicadores socioeconômicos e ambientais da área e outros. No levantamento de campo, em um segundo momento, realizaram-se observações *in loco*, registros fotográficos e utilizou-se, também, um roteiro metodológico para a análise da área de risco, adaptado do Ministério das Cidades. Posteriormente, selecionou-se uma parcela da população para a aplicação de um formulário, a fim de identificar a percepção dos moradores frente às ocorrências de desastres associados a deslizamentos. A estrutura organizacional da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do município foi avaliada, com a finalidade de conhecer o seu funcionamento e a efetividade de suas ações. O estudo possibilitou identificar as vulnerabilidades socioambientais existentes na área, mostrando que locais com alta fragilidade ambiental estão mais propícios à ocorrência de desastres. Constatou-se que os moradores se encontram conscientes dos riscos existentes no local e dos possíveis fatores deflagradores de deslizamentos, no entanto essa percepção é restrita à área em que vivem, uma vez que os mesmos não foram capazes de identificar riscos em outras partes do município, igualmente sujeitas a desastres. O município de Alagoa Grande não possui uma Defesa Civil organizada, demonstrando a necessidade da implantação, infraestrutura e gestão no funcionamento da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, garantindo a descentralização do poder e a efetiva participação dos diferentes atores da sociedade. Nesse contexto, tem-se que a percepção do risco e participação da população local pode atuar como ferramentas fundamentais para o gerenciamento de riscos ambientais, assim, o conhecimento permanente dos riscos por parte de todos os agentes envolvidos (população, técnicos e comunidade acadêmica) é algo essencial para a efetivação das ações voltadas à prevenção e preparação diante de eventos extremos.

**Palavras-chave:** Área de risco; Deslizamento; Morro do Cruzeiro; Percepção de riscos ambientais; Defesa civil.

## Plan de uso de suelos en Uruguay y los cambios generados en la agricultura

Daiana Pelоче

Facultad de Agronomía, Universidad de la República

Paysandú-Uruguay

En Uruguay, en los años 2002-2003, luego de una importante crisis económica y social comienza a desarrollarse un proceso de expansión de la agricultura, impulsado principalmente por el crecimiento del área sembrada de soja que pasó de 10.000 ha en 2001 a aproximadamente 1.4 millones de ha en el año 2015, acompañada de una fuerte presencia en toda la cadena agrícola y en especial en el sector primario, de empresas extranjeras, principalmente de origen argentino con nuevas formas de organización hasta ese momento desconocidas en el país. Uno de los cambios que genera el nuevo sistema de producción agrícola, asociado al cultivo de soja, consiste en la sustitución del sistema de rotaciones anteriormente predominante de cultivos agrícolas y pasturas sembradas, por un sistema de agricultura continua (Pérez et al., 2010; Arbeletche et al., 2010; Rodríguez, 2011). Ante dicho escenario, el Gobierno, por medio del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) pone en vigencia la Ley de Conservación de Suelos y Aguas, que obliga a los agricultores a presentar un Plan de Uso y Manejo de Suelos (Plan) basados en un modelo de pérdida de suelos por erosión (USLE/RUSLE) por medio de un programa (EROSION 6.0).

El trabajo se realiza en base a una tipología de productores a partir de datos de los Censos Agropecuarios de 2000 y 2011 (Arbeletche et al., s.f; Mondelli et al. 2015). El marco metodológico consistió en un estudio de casos múltiples, realizando 23 entrevistas a agricultores que presentaron Plan y representando un 13 % del área agrícola nacional.

El estudio expone una similitud en el manejo general de los cultivos entre diferentes categorías de agricultores pero se hallaron diferencias en el uso del suelo y en la fertilización con diferencias importantes entre los arrendatarios y propietarios de la tierra, sobre todo en contratos de menos de dos años. Los resultados muestran además cambios generados en el uso del suelo a partir de la implementación del Plan relacionado a la cobertura del suelo durante el invierno (estación donde se generan mayores problemas de pérdida de suelos). En cuanto a las tipologías, hubo diferencias en la postura de los agricultores sobre la implementación del Plan, pero la mayor parte de los técnicos lo perciben como algo muy beneficioso, sobre todo para el largo plazo. Si bien los datos no poseen representatividad estadística, los resultados coinciden en muchos aspectos con los datos obtenidos en base a los Censos.

**Keywords:** Agricultura; Sustentabilidad; Sojización.

## **Políticas para mudanças climáticas e seus desdobramentos territoriais: uma análise preliminar sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará (Brasil)**

Andrei Cornetta

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP).  
andreicornetta@usp.br

Este artigo aborda questões referentes a política para mudanças climáticas adotadas pelo Brasil e seus desdobramentos territoriais, particularmente sobre os novos usos (e significados) atribuídos à floresta amazônica. Em detalhe, discute-se os projetos de compensação de gases efeito estufa (GEE) desenvolvidos em assentamentos rurais ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230), no estado do Pará, com especial atenção para as relações entre as diferentes escalas envolvidas – desde as diretrizes sobre mudanças climáticas instituídas internacionalmente, passando pelas políticas nacionais e estaduais sobre o tema até as escalas mais detalhadas, onde os efeitos destas políticas recaem no cotidiano de populações rurais.

Construída no início dos anos 1970, a Transamazônica é um marco das políticas desenvolvimentistas dos governos militares, tendo como base o trinômio energia-mineração-integração, o que levou a uma série de consequências adversas para a Amazônia, com destaque para a expansão do desmatamento. A partir deste momento, a dinâmica territorial amazônica se torna mais complexa, sobretudo com o grande fluxo migratório impulsionado pela construção da BR-230, ao lado dos projetos de colonização oficial, adotados como uma política estratégica de deslocamento de trabalhadores do semiárido nordestino para a Amazônia. A despeito da federalização da maior parte das terras dessa região, não houve uma melhoria da governança sobre a questão fundiária. Pelo contrário, os conflitos aumentaram e a apropriação ilegal de terras tornou-se prática corriqueira, tendo como consequência imediata o desmatamento acelerado. Ações mais recentes de regularização fundiária e ambiental implementadas no estado do Pará, buscam reverter determinados pontos deste cenário, ao lado do desenvolvimento de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), articulados como iniciativas para frear o desmatamento e a redução das emissões de GEE. Busca-se, assim, discutir as coexistências e contradições nas relações que se estabelecem entre as atividades regulares daquelas comunidades rurais – seus usos econômicos e formas de convivência com a floresta (especificamente o agroextrativismo) –, e a introdução dos atuais projetos de PSA e políticas de regularização fundiária e ambiental. Neste sentido, levantam-se questões sobre como estas ações se desdobram territorialmente: de que maneira o Estado vem institucionalizando regras para a implementação de projetos de mitigação em florestas? A partir do momento em que se aplicam as novas regras fundiárias e ambientais, quais as principais mudanças ou ajustes na produção daquelas famílias assentadas? Até que ponto estas medidas podem assegurar a soberania destes territórios, frente a expansão do desmatamento na Amazônia e os distintos interesses sobre os recursos florestais?

**Palavras-chave:** Amazônia; Transamazônica; Assentamentos rurais; Pagamento por serviços ambientais; Políticas para mudanças climáticas.

## **Políticas públicas e pagamento por serviços ambientais: uma análise do projeto Conservador das Águas em Extrema/MG – Brasil**

Luísa Amélia Paseto

Milla Reis de Alcântara

Marco Túlio Ospina Patino

A estratégia de valoração e pagamento aos proprietários rurais pelo serviço de prevenção e conservação ambiental tem contribuído para o fortalecimento dos recursos naturais. Este trabalho analisou a pós-implantação do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais, na cidade de Extrema/MG (Brasil), considerando como as dimensões produtivas e sociais afetaram o desenvolvimento dos agentes produtivos participantes. A análise foi realizada utilizando-se técnicas de investigação composta por material obtido em pesquisa de campo, com entrevista semiestruturada pois oferece perspectivas possíveis para que o alcance da liberdade e da espontaneidade necessárias, à investigação. Os efeitos da aplicação do mecanismo de pagamento por serviços ambientais indicam mudanças culturais nos diversos agentes interessados com interferências e alterações no viver e conviver dos proprietários rurais provocados pela preservação das águas (produtores e conservadores) e um novo modelo de produção de leite (áreas menores e gado confinado). Algumas das conhecidas práticas administrativas utilizadas em Políticas Públicas, como ações de comando e controle perderam seu sentido e outras formas de se lidar com essa realidade, na seara pública, começam a se tornar relevantes em tempos de justiça ambiental e justiça social, como é o caso das ações de prevenção e preservação, para o desenvolvimento sustentável. Em 2013, o projeto Conservador das Águas, alcançou 144 contratos assinados, perfazendo 5.204 hectares em propriedades privadas com algum tipo de ação de conservação. Economicamente o programa tem maiores impactos sobre o agricultor familiar o projeto causou alterações na constituição da renda total e também maior mudança no uso do solo. O acesso à informação e a preocupação ambiental são os principais fatores que influenciaram a adesão dos proprietários, mais do que o valor recebido pela produção e preservação de águas. O projeto demonstra que o Estado (governança) é incapaz de enfrentar a diversidade do potencial das necessidades apresentadas pelas cidades, sem que exista uma mudança e flexibilização coletiva nos conceitos de política pública. Assim, a cidade mineira de Extrema, privilegiando a capacitação em termos de governança social, ambiental e coletiva apresenta-se como uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, fundada na valorização da multifuncionalidade da agricultura. Ainda que necessite de correções os resultados estimulam a busca por ações cada vez menos assistencialistas e mais empreendedoras, para o enfrentamento do crescimento sustentável.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Governança; Desenvolvimento sustentável.

## **Potencial da bioeletricidade no Brasil: uso da biomassa da cana-de-açúcar como energia alternativa e complementar**

Sérgio Alves Torquato

Katia Regina Evaristo de Jesus

Rejane Cecília Ramos

A energia elétrica produzida a partir do uso da biomassa da cana-de-açúcar (bagaço) ou comumente conhecida como bioeletricidade é uma energia considerada limpa e renovável, foco do estudo. O bagaço que é oriundo do esmagamento da cana-de-açúcar para produção de álcool e açúcar, que pode ser utilizado na produção de energia elétrica e calor de processo, sendo grande parte voltada para o atendimento das necessidades da própria usina de açúcar e álcool (autoprodução). Com a necessidade de uso sustentável do excedente de bagaço de cana-de-açúcar, novas oportunidades surgiram a partir de inovações tecnológicas com uso de caldeiras mais eficientes, e assim proporcionando maior produtividade na produção de energia elétrica. Observou-se que ainda é baixo a participação da biomassa da cana na geração de bioeletricidade diante do grande potencial que existe. Diante do aumento da demanda por energia elétrica, incidência maior de secas, inclusive nas áreas dos reservatórios de água para produção de energia elétrica no Brasil, torna-se cada vez mais imprescindível a necessidade de alternativas e complementariedade entre fontes geradoras de energia. Produzindo de forma racional, sustentável e complementar para a matriz de energia elétrica brasileira como forma de mitigar os riscos decorrentes da alta dependência de uma única fonte. O objetivo deste artigo é elucidar o potencial de utilizar a bioeletricidade resultante da utilização de biomassa da cana como uma alternativa para diversificar a matriz energética brasileira. No estudo serão analisadas informações de Protocolo Agro-Ambiental (carta de intenções entre o Governo do Estado de São Paulo e da indústria a partir do qual as plantas foram examinadas de acordo com alguns parâmetros sustentáveis) e os dados do Balanço Energético Nacional foram usadas para o Brasil.

**Palavras-chave:** Bioeletricidade; Cana-de-açúcar; Matriz energética; Biomassa; Brasil.

## **Práticas de gestão de combustíveis e risco de incêndio. Um problema de decisão do proprietário florestal mais do que de percepção do risco**

Ana Maria Novais

Maria João Canadas

Marco Neves Marques

Nas últimas décadas, os incêndios florestais constituíram-se, pelas perdas mais ou menos severas que trazem, como um dos graves desafios para a sociedade e os proprietários florestais. Sobre estes últimos, e designadamente sobre os proprietários privados, tem vindo a recair a responsabilidade pela prevenção do risco de incêndio através de adequada gestão de combustíveis.

As práticas de gestão preventiva dos incêndios florestais, os factores de diferente natureza – cognitiva, psicológica, económica ou social – que influenciam a percepção dos proprietários florestais do risco de incêndio ou as suas atitudes, com maior ou menor aversão a esse risco, têm sido alvo de investigação sob variadas perspectivas de análise. Porém, nestas análises nem sempre se encontram as relações preconizadas pelos modelos de análise utilizados, entre percepções ou atitudes e práticas preventivas.

Neste estudo, pensamos as práticas de prevenção do risco de incêndio em contexto de decisão. Assumimos que o proprietário florestal, como qualquer tomador de decisões, pondera alternativas de gestão dos seus povoamentos, de acordo com critérios múltiplos, num contexto de decisão específico. Este define-se pelas condições e restrições do contexto socioeconómico onde opera e pela própria vulnerabilidade ao risco de incêndio. Vulnerabilidade aqui entendida como uma função da exposição, sensibilidade e capacidade de acção adaptativa a um incêndio. O risco de incêndio, o qual poderá ser encarado como um risco de produção, a par de outros riscos como os de mercado, é considerado conjuntamente com outros critérios do proprietário decisor.

A partir de informação recolhida por inquérito a proprietários de uma amostra de 170 prédios rústicos com floresta de duas freguesias dos concelhos de Paredes e de Odemira e com recurso à técnica de análise de correspondências múltiplas, identificamos grupos de proprietários, em função de critérios de decisão, percepção do risco de incêndio e vulnerabilidade a este risco, e relacionamo-los com conjuntos de práticas de redução de carga combustível e investimentos preventivos de incêndios.

Não se encontram relações simples ou directas entre a percepção do risco de incêndio e a execução de práticas preventivas. A redução de combustíveis pode ser realizada por proprietários com níveis muito diferentes de percepções de risco de incêndio e uma percepção de risco elevado pode justificar a não realização daquelas práticas. Conclui-se que a compreensão da gestão de combustíveis encontra-se no compromisso entre critérios múltiplos dos proprietários florestais condicionado à sua situação e vulnerabilidades ao risco.

**Palavras-chave:** Risco; Vulnerabilidade; Gestão de combustíveis; Proprietários florestais privados; Decisão.

## Práticas organizacionais da atividade suinícola na região Oeste de Santa Catarina-Brasil

Silvana Kruger

Debora Cristina dos Santos Bandeira

Geovanne Dias de Moura

Antonio Zanin

O estudo objetivou identificar o contexto das práticas organizacionais relacionadas ao desenvolvimento da atividade suinícola da região Oeste de Santa Catarina- Brasil. Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como descritiva, do tipo levantamento, com dados obtidos por meio de questionários aplicados para 163 gestores rurais que desenvolvem a atividade suinícola. Os resultados revelaram que a maioria dos suinocultores possuem propriedades rurais de até 20 hectares, com predomínio de obra familiar, sendo que metade não possuem terceiros contratados para a execução das atividades. Constatou-se também que a maioria dos suinocultores possuem mais de 11 anos de experiência no desenvolvimento da atividade suinícola, mais de 90% possuem contratos de parceria ou integração com empresas agroindustriais e possuem licença ambiental. Em cerca de 70% dos estabelecimentos rurais há proximidade de até 200 metros das instalações de pocilgas à nascentes ou rios e, além disso, 86% usam água de fontes naturais disponíveis e de poços artesianos para o consumo dos animais, ainda, 83% das entidades rurais utilizam os dejetos da produção para adubação do solo, apenas 5% da amostra possuem biodigestores para o tratamento dos resíduos gerados pela produção suinícola. Em relação ao processo de gestão, identificou-se que 46,01% dos produtores rurais da amostra não realizam a separação dos gastos das atividades com os gastos da família. De modo geral, destaca-se no conjunto das práticas organizacionais observadas junto às entidades rurais que desenvolvem a atividade suinícola, a necessidade de melhorias nas relações estabelecidas entre agroindústrias e suinocultores, especialmente quanto ao destino dos dejetos e seus impactos no meio ambiente, bem como de discussões acerca das possibilidades de melhorias para garantir no longo prazo, o equilíbrio entre as variáveis econômico-financeira, ambiental e social acerca do desenvolvimento da suinocultura.

**Palavras-chave:** Práticas organizacionais; Atividade suinícola; Região Oeste de Santa Catarina.



## **Producción de carne de vacuno de la raza Tudanca en Cantabria bajo un sistema alternativo de cebo: perspectivas de productores y consumidores**

Ibán Vázquez González

Ana M. Olaizola

Helena Resano

Emma Serrano

La Tudanca es una raza de bovino autóctona de Cantabria y en peligro de extinción, incluida en la IGP Carne de Cantabria. Sin embargo, la comercialización bajo este distintivo es muy reducida, ya que la mayoría de terneros se venden para ser acabados en otras regiones. Una de las estrategias básicas de marketing de los ganaderos es la diferenciación del producto, pero para que dicha estrategia tenga éxito es necesaria una orientación al mercado y la coordinación entre los diferentes operadores de la cadena. La implantación de una fase de engorde y acabado en la explotación permitiría obtener un producto acogido a la IGP y, por tanto, de mayor valor añadido.

Los objetivos de este trabajo son analizar las implicaciones económicas de un sistema alternativo de cebo de terneros en explotaciones de vacuno de raza Tudanca y la importancia de las señales de la calidad para los consumidores cántabros en el momento de comprar carne de vacuno.

Se llevó a cabo una encuesta directa a una muestra de 18 explotaciones de ganado Tudanco en Cantabria considerando el tamaño y su localización, utilizando un enfoque de casos de estudio. Se aplicó la metodología de Presupuestos Parciales sobre 4 explotaciones seleccionadas según su dimensión y orientación al cebo de terneros, para cuantificar el impacto económico de la realización de un cebo alternativo en animales destetados a los cinco meses, alimentados con silo y concentrado *ad libitum*. Asimismo, se ha realizado una encuesta personal a 600 residentes en Cantabria, muestreados según edad, sexo y tamaño del municipio, recogiendo información, entre otros aspectos, sobre los factores condicionantes de la decisión de compra de carne de vacuno.

Los resultados revelan que el 55% de las explotaciones estudiadas ceban de manera convencional algún ternero, alimentándose con heno-paja-concentrado. Desde el punto de vista económico, parece más interesante realizar un cebo alternativo en aquellas explotaciones que cebaban si el precio de venta de los terneros es superior al precio medio de mercado. Con respecto a las “señales” de la calidad de la carne de vacuno en el momento de la compra, las más importantes son la garantía de terneza y de que sea cardiosaludable y el aspecto del establecimiento. El origen cántabro es también muy importante, sin embargo no lo es tanto que proceda de un animal joven.

**Palabras clave:** Razas autóctonas; Cebo alternativo; Presupuestos parciales; Señales calidad carne.

## Quantificação dos estoques de carbono do solo em áreas florestais como referencial para a política de pagamento por serviços ecossistêmicos

Alexandre Fonseca D'Andrea

Orione Álvares da Silva

Bráulio Almeida Santos

Rosicléa Maria Santos D'Andrea

Arlide Franco Alves

Atualmente, questões envolvendo alterações climáticas causadas por atividades humanas estão na pauta das atuais discussões políticas e técnico-científicas no mundo. O Acordo de Paris, aprovado em dezembro de 2015 na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP 21, França), reconhece a importância de recursos financeiros de fontes públicas e privadas para pagamentos de incentivos à redução de emissões de gases de efeito estufa por desflorestamento e degradação florestal, assim como o papel da conservação, do manejo adequado do aumento dos estoques de carbono florestal. Nas últimas décadas, diversas regiões metropolitanas no Brasil passaram por reduções drásticas de áreas com vegetação nativa por causa da expansão urbana e de atividades agrícolas, transformando áreas contínuas localizadas na zona rural em fragmentos isolados de florestas, na maior parte das vezes descaracterizada com relação às suas espécies originais. Além da diminuição da biodiversidade e de modificações no uso da terra, a diminuição de áreas verdes representa uma grande perda do potencial econômico de manejo de florestas com compensações financeiras no âmbito da economia verde ou bioeconomia. O objetivo deste trabalho foi apresentar um referencial para o pagamento de serviços ecossistêmicos em remanescentes de vegetação nativa na região de João Pessoa, Brasil, com base na avaliação dos estoques de carbono em ambientes florestais. Para tal, foram feitas avaliações dos estoques de carbono orgânico do solo (EstC) na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Paraíba, Brasil, a partir da densidade e dos teores de carbono orgânico do solo até 40 cm de profundidade, em 48 pontos distribuídos regularmente em área de 1.650 m<sup>2</sup>. O EstC foi de 20,49 ± 1,43 Mg ha<sup>-1</sup> (média ± erro padrão da média) na camada de 0-20 cm e de 12,03 ± 1,20 Mg ha<sup>-1</sup> de 20-40 cm, com um valor acumulado de 32,52 ± 2,27 Mg ha<sup>-1</sup> de 0-40 cm. Esses valores podem ser adotados inicialmente como referencial em florestas de restinga conservadas que tenham características semelhantes às da unidade de conservação avaliada e, com isso, reconhece-se o potencial de desenvolvimento de projetos de geração de créditos de carbono e pagamento por serviços ecossistêmicos com base em informações disponíveis sobre áreas protegidas e seus estoques de carbono na vegetação e no solo.

**Palavras-chave:** Alterações climáticas; Créditos de carbono; Meio ambiente; Unidades de conservação.

## Sistemas agroflorestais e cultura camponesa: um caminho para agricultura sustentável

Ana Paula Fraga Bolfe

Doutora em Ciências Sociais, Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP, Brasil,  
(apfbolfe@gmail.com)

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Doutora em Agronomia, Livre Docente, Professora Programa de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, e no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Bolsista de produtividade CNPq, Campinas – SP, Brasil, (sonia@feagri.unicamp.br)

O trabalho teve como objetivo compreender os sistemas agroflorestais, sob a ótica de quem vive e convive, quem planta, colhe, consome e preserva os sistemas agroflorestais. O caminho metodológico construído desvenda a trajetória dos agentes da pesquisa, captando as experiências dos narradores. A pesquisa foi desenvolvida em duas áreas no estado do Rio Grande do Sul (RS, Brasil), uma junto a agricultores familiares do litoral norte e outra com agricultores familiares assentados do Assentamento 19 de Setembro em Guaíba. Optamos pelo método da história oral, utilizando como instrumento da pesquisa o depoimento. A partir de análises constatamos a existência do *habitus* agroflorestal, que se confirmou na configuração entre práticas gestadas no âmbito de problemas socioambientais e nas marcas da cultura camponesa. É algo que não se explica de uma forma racional, mas existe; sua racionalidade vai além do que podemos compreender, sua lógica é algo peculiar à situação histórico-social. Por isso, podemos entender porque algumas famílias que passam pelo mesmo processo de mediação não continuam na prática e porque essas entendem o sistema agroflorestal como um sistema de vida.

**Palavras-chave:** Agricultura sustentável; Campesinato; Agricultura familiar.

## Sistema de riego, Ecuador, agricultores y política de gestión del agua en el Ecuador

Christian Franco

Estudiante de Doctorado de Economía Agraria, Alimentaria y de los Recursos Naturales de la Universidad Politécnica de Madrid

José María Sumpsi

Profesor investigador en la Universidad Politécnica de Madrid

La política de gestión del agua y la aplicación de tarifas sobre el consumo de este recurso son instrumentos con una amplia difusión para reducir el despilfarro e incentivar el ahorro en un sector como la agricultura que demanda de más del 70 % del agua a nivel mundial. En el caso del Ecuador, en donde el peso de la agricultura, tanto en ocupación laboral como impacto sobre la economía nacional, requiere de políticas vanguardistas para plantear soluciones a los agricultores frente a la disponibilidad de los recursos. En este sentido, las reformas institucionales producidas en los últimos años crea un escenario propicio para la aplicación de una política de gestión del agua que incida sobre el comportamiento de los agricultores y su relación para el aprovechamiento de los recursos hídricos actuales. De esta forma, este trabajo contrasta los sistemas de riego de dos sectores: un sistema comunitario que se desarrolla en la región Sierra con apoyo institucional público, frente a un sistema de gestión de agricultores relacionados con la agro-exportación de la región Costa. El marco de discusión en el que se analiza este estudio muestra las relaciones que se han establecido a través de la política pública del agua en el Ecuador junto con los esfuerzos para mejorar el funcionamiento de las instituciones de regantes, así como las fortalezas y desventajas frente a la implementación de una política de gestión para la reducción del consumo. Se observa, por una parte, la vulnerabilidad de los recursos hídricos existentes y como se distribuyen de una forma desigual, similar a las condiciones de acceso a la tierra. También existe una mayor demanda de agua de los sectores urbanos por el crecimiento de la población, así como problemas de contaminación de las fuentes hídricas. Por otra parte se observa que la política requiere de una visión más amplia por parte de las entidades públicas que diseñan las políticas, ya que existe una alta heterogeneidad en las instituciones administradoras de los sistemas de riego. Los instrumentos que se apliquen requieren de una visión transversal que coincida en la reducción del consumo, junto con la aplicación de incentivos directos hacia los agricultores para reducir los efectos sobre sus ingresos y la producción. De esta forma se plantea la adaptabilidad a la política por parte de los grupos de agricultura familiar de la Sierra y productores capitalistas de la Costa.

**Palabras claves:** Política del agua; Ecuador; Sistema de riego comunitario; Asociación de regantes.

## **The Mediterranean diet towards the inner areas development process: cultural landscape approach for integrated planning**

Francesco Calabrò

LaborEst - PAU Dept. - Mediterranea University Reggio Calabria, Italy

Lucia Della Spina

LaborEst - PAU Dept. - Mediterranea University Reggio Calabria, Italy

Giuseppina Cassalia

LaborEst - PAU Dept. - Mediterranea University Reggio Calabria, Italy

Carmen Tramontana

LaborEst - PAU Dept. - Mediterranea University Reggio Calabria, Italy

Tiziana Meduri

LaborEst - PAU Dept. - Mediterranea University Reggio Calabria, Italy

This paper presents the overall concept and the first stage of a research project focused on the Mediterranean Diet as opportunity and a valuable tool for the sustainable development of the Inner Areas. The methodology is based on the definition of a evaluative-oriented tool that allows the identification of the correct assets of knowledge and planning towards the cultural landscape valorization. The case study to be implemented is the Metropolitan City of Reggio Calabria, Southern Italy. The main scope is to design and share a project of knowledge able to help in enhancing the contexts of local products, preserving the “tangible” elements bringing this “intangible” lifestyle named Mediterranean Diet, in order to produce specific effective impacts on territories and communities.

In this sense, the proposed model focuses on both physical and human components, declined into a variety of adequate phases and activities. Protecting the areas where typical products are grown and adopting strategies on a local level in order to preserve the living habits of the place are the expected resulting actions that will have to be carried out to make a positive impact on the large-scale territory of the case study.

**Keywords:** Cultural landscape; Integrated approach; UNESCO; Inner areas planning.

## Transferência de tecnologias para geração de energia em unidades rurais de pequeno porte

Mônica Tejo Cavalcanti

Emanuelle Maria Cabral

Avelino Silva, Rossino

Ramos de Almeida

José Nilton Silva

Inserida na região semiárida do estado da Paraíba, Brasil, encontra-se a IACOC, incubadora baseada no desenvolvimento inclusivo de agricultores familiares organizados em forma de associações ou cooperativas rurais com enfoque produtivo voltado a agroindústria de alimentos com indicadores sociais mais relevantes que o valor de capital dos incubados. O Programa de Estudos e Ações para o Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande (PEASA-UFCG), juntamente com a Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba, IACOC, buscam contribuir para melhoria socioeconômica e ambiental com a transferência de tecnologias para comunidades rurais de municípios paraibanos. Dentre as tecnologias, estão o uso de biodigestores com a finalidade de obtenção de energia a partir de matéria orgânica residuais, com os quais são produzidos o biogás e fertilizante orgânico, sendo importantes vetores na melhoria do ciclo produtivo agrícola. Esse trabalho trata do dimensionamento e avaliação econômica de uma unidade de geração de biogás em uma unidade rural de pequeno porte. O biodigestor foi projetado para receber uma carga diária de 0,45 m<sup>3</sup> de biomassa oriundos dos resíduos gerados nos currais de confinamento de suínos e bovinos, onde foram considerados 20 animais suínos e 10 animais bovinos. O volume requerido para um tempo de residência de 30 dias foi de 13,38 m<sup>3</sup>, onde um gasômetro constituído por uma caixa de fibra de vidro de 5000 L. A produção de biogás estimada foi de 7,05 m<sup>3</sup>/dia. O custo de investimento inicial gira em torno de \$ 2,150.00, por sua vez com uma taxa de retorno anual de 78%.ano-1. O biodigestor projetado encontra-se instalado e operando em um sítio da comunidade rural do município de Monteiro-PB, servindo de unidade experimental para desenvolvimento de novos estudos e ainda estimulando a sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Biodigestor; Energia; Biofertilizante; Sustentabilidade.

## Vivendo paradigmas alternativos – Iniciativas de base em Portugal

Rita Melo Azevedo

Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa

As sociedades humanas vivem atualmente de acordo com o paradigma do crescimento económico. Existem contudo evidências de que o crescimento económico tem levado à escassez de recursos e aos problemas ambientais atuais. Com os governos a falharem nas suas respostas à crise ambiental, surgem no contexto da sociedade civil iniciativas que procuram dar respostas locais e comunitárias às alterações climáticas globais. Em Portugal têm surgido várias destas iniciativas de base em meios rurais, que constituem espaços nicho protegidos onde experiências sociotécnicas podem ocorrer à margem da sociedade e esperar por uma oportunidade para se expandir, influenciar a sociedade em geral e desencadear transições sistémicas.

Este trabalho visa conhecer estas iniciativas de base e os membros que as constituem. Entrevistaram-se líderes e membros (32 pessoas) de 9 iniciativas. Analisaram-se as visões do mundo associadas às iniciativas e aos membros utilizando o *Integrative Worldview Framework* e as práticas ambientais, sociais e outras implementadas. Identificaram-se ainda os fatores que contribuem para o sucesso destes projetos e mediu-se o seu potencial de expansão de acordo com o modelo *Perspetiva Multinível*.

Os resultados mostram uma grande heterogeneidade de iniciativas e uma grande homogeneidade nas características sociodemográficas e visões do mundo dos seus membros. Membros e iniciativas partilham uma visão do mundo pós-moderna, baseada na filosofia do movimento *New Age*, em que o cumprimento de práticas ambientais é uma prioridade. Os indicadores de sucesso utilizados confirmam a importância e validade dos fatores de sucesso da literatura de referência. Existem 5 iniciativas com potencial para se expandir, sendo os processos de aprendizagem, a gestão das expectativas e a construção de redes os fatores que mais separam as iniciativas com um nível de sucesso mais elevado das de menos sucesso.

Conclui-se que a radicalidade dos projetos rurais estudados não é tão forte como noutros países, sendo que o nicho português pretende funcionar em paralelo ou em conjunto com o sistema e não destruí-lo. Este trabalho mostra que apenas algumas iniciativas terão capacidade para se expandir, sendo a cooperação com o regime dominante e suas instituições fundamental para isso acontecer. A cedência a pressões do regime para sobreviver pode levar estas iniciativas a perderem o seu caráter inovador e a capacidade para desencadear mudanças sistémicas significativas.

**Palavras-chave:** Crise ambiental; Iniciativas de base; Paradigmas alternativos.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Food, consumption and food security | Alimentação, consumo e  
segurança alimentar



## **A comida como categoria de pensamento simbólico no cotidiano de famílias rurais em Minas Gerais – Brasil**

Romilda de Souza Lima

José Ambrósio Ferreira Neto

Rita de Cássia Pereira Farias

A alimentação é um tema carregado de complexidade. Se a razão primeira do ato alimentar é a necessidade fisiológica, as demais são carregadas de justificativas culturais, sociais e econômicas que determinam as escolhas alimentares. O entendimento da comida como uma categoria analítica pelas áreas da Sociologia, Antropologia e História da alimentação mostra que pela comida é possível perceber as transformações do mundo social através dos tempos e que essa relação se estabelece na produção, escolha e na ingestão do alimento.

Dessa forma, este trabalho se fundamenta na compreensão cultural e social da comida vista como categoria de pensamento simbólico. Trata-se daquele sentido em que, por meio das regras socialmente estabelecidas no ato de comer, criam-se vínculos com quem se come, com o que se produz e adquire com essa finalidade, assim também com as demais dinâmicas que envolvem as práticas alimentares.

Neste trabalho serão apresentados resultados de pesquisa desenvolvida com famílias rurais de três municípios do Estado de Minas Gerais – Brasil. A escolha dos municípios se deu por formarem uma região com maior população rural da microrregião de Viçosa e por seu interessante histórico de ocupação que tem origem na exploração do ouro pelos bandeirantes em Minas Gerais.

Analisar e compreender como as famílias rurais estão lidando com as transformações alimentares que ocorrem na contemporaneidade foi o eixo norteador da pesquisa de campo. A experiência dessas famílias “fala” de um grupo que busca responder e se adaptar às mudanças, sinalizando que o rural contemporâneo não está alheio e distante do que ocorre na sociedade mais ampla, questão muito bem sinalizada nos estudos de Maria de Nazareth Wanderley (2000 e 2009), Maria José Carneiro (1998) e José Graziano da Silva (1997). Mas também “fala” de um grupo que respeita sua tradição e seus hábitos alimentares, suas necessidades de não ceder às todas as mudanças propostas nesta contemporaneidade de rápidas transformações.

Esta pesquisa teve como objetivo mostrar o significado da comida e as relações de comensalidade, atendo-se às mudanças e permanências referentes às práticas alimentares das famílias rurais. Para isso, analisando a articulação entre o tradicional e o moderno, o processo de escolha alimentar e os princípios que a determinam, tais como hábitos, tradição, praticidade e custo, a influência dos guardiães da tradição na reprodução do gosto, no processo de significação e ressignificação da comida atrelada às práticas, aos saberes e aos hábitos, tanto no cotidiano quanto nos rituais.

**Palavras-chave:** Práticas alimentares; Rural; Tradição; Transformações; Comida.

## A expansão dos mercados para os alimentos regionais no Brasil

Armando Fornazier

Solange da Costa Nogueira

O Brasil com uma enorme extensão territorial possui uma diversidade de biomas, culturas, ecossistemas e consequentemente uma grande diversidade de alimentos. Porém, muito desses alimentos são regionais, pois, os produtores não conseguem alcançar mercados mais distantes e ficam restritos aos mercados locais ou nem conseguem chegar aos mercados ficando restritos aos grupos familiares. Os entraves para a criação ou expansão dos mercados vão desde a pouca estrutura dos agricultores para se adequarem aos padrões sanitários vigentes no país, até a falta de capital (pouco capital para expandir a oferta) e falta de estratégias de marketing e logística. Porém, algumas regiões, comunidades, grupos de agricultores ou organizações (empresas, associações e cooperativas) vêm buscando novas estratégias para chegarem aos mercados que em alguns casos vão desde o acesso às políticas públicas de incentivo à inclusão produtiva como investimentos em infraestrutura, apoio logístico até a organização territorial em busca de uma marca ou denominação de origem que representa a região ou o grupo social que produz determinado alimento. No Brasil tem surgido novas experiências de mercados para alimentos regionais inclusive de produtos da sociobiodiversidade que utilizam de estratégias de circuitos curtos locais de comercialização que podem inclusive serem associados à outras áreas como o turismo rural, a venda em feiras e exposições, via internet, compras governamentais, por exemplo para a alimentação escolar, entre outras. Dessa forma, o objetivo desse estudo é verificar as experiências de produtos regionais no Brasil e suas estratégias adotadas para chegar aos consumidores. Para isso se utiliza de pesquisas documentais, bibliográficas e pesquisa de campo. Como há uma diversidade de produtos e biomas, delimitou-se com experiências da Região Centro Oeste, bioma Cerrado, região próxima à capital federal do país. Algumas experiências são descritas como bem-sucedidas, alcançando mercados mais distantes, enquanto algumas comunidades e grupos sociais como comunidades tradicionais quilombolas tem uma diversidade de produtos regionais e da sua cultura que produzem há muitos anos, mas, não conseguem chegar a mercados mais distantes ficando a comercialização restrita à região de origem e em pequena escala. Para expandirem os mercados há a necessidade de uma maior organização social, acesso aos recursos produtivos assim como estratégias de marketing que permitem os consumidores conhecer o histórico de produção e identidade dos produtos. Para isso, em alguns casos vem se buscando isso através inclusive do apoio de fundações, universidades e outras organizações.

**Palavras-chave:** Comercialização; Mercados regionais; Inclusão social; Biodiversidade; Alimentos.

## **A fronteira entre o mercado (in)formal de produtos da agricultura familiar no sul de Santa Catarina - Brasil**

Dimas de Oliveira Estevam

UNESC (doe@unesc.net)

Giovana Ilka Jacinto Salvaro

UNESC (giovana@unesc.net)

O presente texto busca analisar a fronteira entre o mercado formal e o informal de produtos da agricultura familiar a partir de estudo de caso da região sul catarinense. Os agricultores familiares produzem e comercializam seus produtos transitando nestas fronteiras (o formal e o informal). No Brasil, embora haja um conjunto de políticas públicas – dentre as quais se destaca o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) -, que reforça a produção de alimentos da agricultura familiar, ao mesmo tempo se tem um quadro regulatório (fiscal e sanitário) restritivo a este setor, que empurra grande parte dos agricultores familiares para a informalidade. No artigo pretende-se fazer uma discussão teórica sobre mercado informal de alimentos, na tentativa de compreender sua lógica de funcionamento e a sua persistência. Além disto, se por um lado, este mercado está fortemente ameaçado de desaparecer, por outro, ganha força a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar. Isso ocorre devido a demanda crescente por produtos artesanais (coloniais), as preocupações com segurança alimentar, o combate a pobreza no meio rural e a sustentabilidade, estes fatores remetem à críticas ao sistema agroalimentar dominante, com isto abrindo novas perspectivas para a produção de alimentos para a agricultura familiar. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa, em que foram entrevistados/as cooperados/as de cooperativas de agricultores familiares da região. Os resultados da pesquisa evidenciam o trânsito entre o mercado formal (Programa governamentais, mercado tradicional, entre outros espaços) e o informal (dentre as quais esta a produção para o autoconsumo e feiras).

**Palavras-chave:** Mercados formal e informal de alimentos; Segurança alimentar; Agricultura familiar.

## **Alimentación en contextos de pobreza: estrategias de supervivencia y gestión de la privación**

Cecilia Díaz Méndez

Isabel García Espejo

Sonia Otero Estévez

En las sociedades modernas, a pesar de la abundancia alimentaria, sigue existiendo un importante número de hogares e individuos que aunque no pasan hambre, no tienen los recursos necesarios para acceder a los alimentos de manera regular y autónoma. La crisis económica ha recuperado el debate público en torno a esta cuestión y ha puesto de manifiesto que los problemas relacionados con la inseguridad alimentaria no son un asunto del pasado y siguen contando con importantes incógnitas por resolver.

Las tradicionales formas de medición de la pobreza y la revisada definición de inseguridad alimentaria no permiten un conocimiento profundo de la situación vivida por los hogares más afectados por la crisis y que sufren privación alimentaria. Poco se conoce acerca de las formas de gestión de la alimentación en contextos en los que no faltan alimentos. Por ello, el trabajo que presentamos aquí es el resultado de un estudio en el que se analizan y describen las estrategias de gestión utilizadas por los hogares que reciben ayudas alimentarias y la forma en que estos grupos resuelven sus necesidades cotidianas.

El colectivo de estudio son un grupo de hogares de bajos ingresos usuarios de la ayuda alimentaria que proporcionó en el año 2012 Cruz Roja Española (Asturias). Se ha empleado una metodología cualitativa, a través de entrevistas en profundidad semi-estructuradas realizadas a las gestoras del hogar.

Los resultados indican que los hogares siguen un proceso complejo para el aprovisionamiento de alimentos combinando la ayuda recibida con la compra de alimentos. Todo este proceso pone de manifiesto que, por una parte, los hogares realizan una buena gestión de su alimentación y de las ayudas recibidas; por otra parte, que a pesar del esfuerzo realizado siguen una precaria y deficiente dieta que está repercutiendo en un empeoramiento de su salud y en la aparición de enfermedades relacionadas con la alimentación.

## **Análisis dinámico bianual del posicionamiento BCG en el periodo 2012-2014 de las empresas top 20 de distribución con base alimentaria en España**

Antonio Colom Gorgues

Profesor de la Universidad de Lleida. Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agraria. Email: antonio\_colom@hotmail.com

Rosa Maria Florensa Guiu

Profesora de la Universidad de Lleida (España). Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Facultad de Derecho y Economía. Email: rmflorensa@aegern.udl.es

Pilar Cos Sanchez

Profesora de la Universidad de Lleida (España). Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Facultad de Derecho y Economía. Email: cspilar@aegern.udl.cat

Con este trabajo se ha pretendido analizar el dinamismo y posicionamiento estratégico del grupo de 20 empresas con mayor peso de cifra de negocio en el sector de la distribución con base alimentaria en España. Para ello se ha aplicado el modelo de Matriz Portafolio del Boston Consulting Group (BCG).

Se presenta la síntesis de la investigación sobre la industria de distribución con base alimentaria en España, en el periodo 2012-2014, con datos bianuales (o bicampaña) para las variables de la matriz BCG. Se considera la información de la Revista Alimarket sobre dicho grupo de 20 empresas con mayor cifra de ventas en el periodo analizado. Se aplica el modelo BCG para empresas, de Bruce Henderson (Boston Consulting Group). Se calculan las variables de cuota relativa o % de participación de cada empresa sobre el mercado del TOP 20 y el % de crecimiento (o decrecimiento) de la cuota de mercado de las mismas, en el periodo 2012-2013 y en el periodo 2013-2014, generando dos matrices y gráficos de posicionamiento empresarial.

Con ello se estudia, analiza y concluye sobre el posicionamiento de cada empresa en las cuatro cuadrículas que se establecen al combinar una Alta y una Baja cuota relativa de mercado con un Alto y un Bajo % de crecimiento en el mercado. Del análisis resulta destacable, y razonable a la vez, la tilde de empresa estrella de Mercadona, fenómeno innovador conocido por todos (y analizado en Universidades fuera de España). Así mismo se obtienen diferentes resultados de posicionamiento que clasifican al grupo analizado en empresas estrella, interrogantes, vacas lecheras y perros, con su significado estratégico y competitivo, que describen la realidad del rol y dinámica socioeconómicos de cada una de las empresas, en el periodo estudiado.

**Palabras clave:** Matriz BCG; Distribución alimentaria; Cuota relativa de mercado; Crecimiento de la cuota de mercado; Posicionamiento estratégico.

## A via campesina em busca da soberania alimentar, perspectivas e desafios

Igor Tairone Ramos dos Santos

Aluno graduando do curso de Relações Internacionais da UFPB, bolsista voluntário no Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica-PIVIC e membro da Liga de Estudos de Direito Internacional Oswaldo Aranha

Arlete Ramos dos Santos

Doutora em Educação (FAE/UFMG), Professora Adjunta do Programa de Pós Graduação – Mestrado em Formação de Professores para a Educação Básica (DCIE/UESC). Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação (UESC); Email: arlerp@hotmail.com .

O presente artigo versará sobre o alcance da segurança e da soberania alimentar, e ainda sobre a importância de movimentos agrários, a exemplo da Via Campesina, que lutam junto às Organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - *FAO* e da Organização Mundial do Comércio - OMC em prol dos direitos dos pequenos agricultores, cada vez mais prejudicados pelas políticas neoliberais impostas pelas organizações capitalistas. Também foi feita uma contextualização sobre as mudanças econômicas relativas à agricultura, que impulsionaram o surgimento da rede de movimentos agrários, “*La Via Campesina*”, foi abordada a emergência dos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, e como o movimento agrário citado acima se insere nesta discussão. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica, cuja temática evidencia o papel da Via Campesina na sociedade, e suas relações conflitantes diante do sistema capitalista por meio das agências internacionais. Para fundamentação teórica me apoiarei nos pressupostos de autores da área, como Desmarais (2013), FAO (2013) e Vieira (2011), dentre outros. A partir das reflexões realizadas, concluímos que a Via Campesina tem-se empenhado em diversas lutas ao redor do mundo, com o objetivo de dar mais voz aos camponeses que se tornaram cada vez mais sufocados pelas políticas neoliberais. Além disso, suas ações tem contribuído para a criação de uma consciência da sociedade civil para outras questões como a exploração irracional de recursos naturais, a utilização maciça de fertilizantes químicos e de seres vivos transgênicos. O Movimento em foco trouxe, também, a noção da reforma agrária como uma questão de acesso democrático a terra, e também da alimentação como um direito humano.

**Palavras-chave:** Agricultura; Direito; Neoliberalização; Soberania; Via campesina.

## Circuitos da produção orgânica na região da Grande Florianópolis – Brasil

Clecio Silva

Maria das Graças Brightwell

Daniele Gelbcke

Muitas das mudanças espaciais ocorridas nas últimas décadas, no território brasileiro, podem ser atribuídas ao processo de urbanização e, sobretudo, de metropolização. São mudanças explicadas não somente pelo conteúdo das transformações urbanas em si, mas também pelas novas escalas e padrões de relação estabelecidos entre as cidades e as suas áreas de influência. Do ponto de vista estrutural, a produção de alimentos é grandemente afetada por estas relações. Ao localizar-se nas imediações das áreas urbanas, esta produção é limitada pelas expectativas do mercado imobiliário com respeito à expansão física da cidade. Sob este aspecto, pode-se esperar um parcelamento ou recuo das propriedades rurais em ritmo proporcional ao aumento do preço da terra, tendo como consequência, o avanço dos projetos de loteamento urbano em direção à periferia, contando, ainda, com a opção crescente por outros usos (turismo, segunda residência). Além disso, há o esvaziamento da força de trabalho no campo; a migração para os centros urbanos, reforçada pelo deslocamento de grande parte dos jovens remanescentes para atividades tipicamente urbanas, vem resultando num rápido envelhecimento do meio rural. Entretanto, há vantagens locais que favorecem claramente a produção de alimentos no entorno das aglomerações urbanas: a proximidade do mercado consumidor, a rede de estradas e infraestruturas de acesso, a concentração territorial de equipamentos de distribuição e armazenagem etc., dão a vantagem logística sobre áreas distantes, motivando sua permanência, mesmo sob a pressão do aumento do preço da terra. Uma das formas de se analisar esta realidade geograficamente localizada é compreendendo os mercados como extensões de redes sociais que se constituem tanto vertical (ligações dentro do setor agroalimentar) quanto horizontalmente (relações no nível espacial-territorial). Neste sentido, podemos acrescentar certas vantagens associadas ao conteúdo das relações sociais estabelecidas, isto é, aos compromissos, contratos e obrigações mútuas que disciplinam o mercado e conferem “pessoalidade” aos fluxos de transferência materiais e imateriais (de capitais, mercadoria, informação). As relações entre produtores e consumidores conteriam atributos importantes para a manutenção das áreas de produção no entorno da cidade. Essas áreas de produção seriam mantidas não apenas pelo seu interesse como “volumes” (quantidades) destinados ao abastecimento urbano mas, principalmente, como referências de qualidade superior ou diferenciada, como seria o caso dos alimentos orgânicos.

**Palavras-chave:** Circuito regional; Alimentos orgânicos; Grande Florianópolis.

## **Desenvolvimento de estratégias para ampliação da inserção socioeconômica de assentados do município de Pombal-PB através da IACOC**

Mônica Tejo Cavalcanti

Vicente de Paulo Albuquerque de Araújo

Raiza Madje Tavares

Mônica Correia Gonçalves

Thayse Cavalcante da Rocha

José Nilton da Silva

Daniel Casimiro da Silveira

Constituída por pequenos e médios produtores, a agricultura familiar representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. O Assentamento São João é um projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, ocupa uma área de 266 hectares e localiza-se na região Oeste do Estado da Paraíba, mesorregião do Sertão paraibano e microrregião de Pombal. É composto por 15 famílias, das quais possuem como fonte de renda o Programa Bolsa Família, além da venda dos produtos da agropecuária principalmente para o mercado institucional, tendo como principal produto a polpa de fruta congelada que é processada pelos assentados na agroindústria adquirida através de convênio com o Programa de Redução a Pobreza Rural (PRPR). A sua inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, onde este conjunto de fatores normalmente tem sido a principal limitante do desenvolvimento. Neste contexto surge a oportunidade dos assentados em ser incubados pela Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba, IACOC. De modalidade virtual, a incubadora visou estimular o agronegócio em bases solidárias oferecendo oficinas e capacitações nos eixos de empreendedorismo, produção, mercado e gestão. Esse modelo de incubação de empresas vai de encontro ao preconceito com relação ao agronegócio, pois faz com que o agricultor familiar se capacite para ter requisitos suficientes para atingir o mercado e agregar valor aos produtos desenvolvidos, muitas vezes comercializados por atravessadores. Como resultado do processo de incubação se tem uma reestruturação da agroindústria, com programa de Boas Práticas de Fabricação implantado, elaboração dos rótulos dos produtos de acordo com a legislação vigente, criação de logomarca e identidade visual, certificação dos produtos (Selo de Inspeção Federal) e site próprio. Foram realizadas transferências de tecnologia para o processamento dos produtos, cumprindo com pontos relacionados a segurança alimentar, onde diz que todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional. Com isso, a execução das ações da incubadora habilitou aos assentados na melhoria de seu processo produtivo, na produção de alimentos com melhor qualidade e segurança, assim como a melhoria no controle de sua comercialização, resultando em um aumento real da renda das famílias, o que lhes permite acesso à alimentação de qualidade sem o comprometimento de outras necessidades essenciais como saúde, educação e lazer.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Polpa de fruta; Incubadora.



## Diferencias en la estructura de decisión de consumidores de vino con y sin D.O. en función de la frecuencia de consumo

Ramo Barrena

Universidad Pública de Navarra (Pamplona); ramo.barrena@unavarra.es;

Teresa García

Universidad Pública de Navarra (Pamplona); tegar@unavarra.es

Actualmente las empresas muestran gran interés en entender el proceso de adopción de productos por parte de los consumidores, ya que pueden ayudar a realizar una segmentación más efectiva, mejorar el posicionamiento y las estrategias de lanzamiento del producto. La investigación centrada en el consumidor ha considerado habitualmente como variables de segmentación las características mentales, demográficas y de comportamiento. Dentro de este último conjunto de variables se encuadra este trabajo, que trata de analizar las diferentes estructuras de decisión de los consumidores de vino con Denominación de Origen y sin ella en función de la frecuencia de consumo de este producto. La literatura en general señala que el descenso en el consumo de vino en el territorio español ha sido menor entre los vinos con Denominación de Origen frente a aquellos que no la tienen, ya que los consumidores usan las D.O. como un indicador para inferir calidad o como un atributo de identidad geográfica. Por lo tanto conocer que aspectos valoran los consumidores en relación a estas dos estrategias de comercialización resulta crucial para conseguir mejores índices de éxito.

Metodológicamente esta perspectiva se puede desarrollar a través de la teoría means-end chain, que establece relaciones entre el conocimiento que el consumidor tiene del producto con el conocimiento sobre si mismo, en relación con los beneficios y valores personales que persigue a través del producto. Para ello se contrastaron a través de esta metodología las estructuras de decisión de consumidores ocasionales y frecuentes de vinos con y sin Denominación de Origen. La información requerida se obtuvo a través de encuestas personales y encuesta laddering realizadas a una muestra de conveniencia de 100 consumidores. A partir de la segmentación previa de los consumidores en función de su frecuencia de consumo, se pueden establecer diferencias en la estructura de decisión de los consumidores que ayuden al sector a establecer mejores estrategias comerciales ante el tipo de vino que comercializan.

**Palabras claves:** Comportamiento del consumidor; Frecuencia de consumo; Denominación de origen; Vino; Means-end chain.

## El etnocentrismo y su influencia en los hábitos de consumo de alimentos tradicionales

Dena Ma. Camarena

Profesora-investigadora en la Universidad de Sonora. División de Ciencias Económicas y Administrativas. Departamento de Contabilidad. Dirección: Blvd. Luis Encinas y Rosales, s/n, Hermosillo, Sonora, México. Correo: dena.camarena@eca.uson.mx

Carolina Ferrales

Tesista en la Universidad de Sonora. División de Ciencias Económicas y Administrativas. Departamento de Contabilidad. Dirección: Blvd. Luis Encinas y Rosales, s/n, Hermosillo, Sonora, México

Sergio Sandoval

Investigador Titular del Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, A.C. (CIAD), adscrito a la Coordinación de Desarrollo Regional

La globalización de los mercados convierte el acceso a bienes que proceden de otros países en una realidad cotidiana. Esto puede visualizarse como una ventaja de disponibilidad, precio, conocimiento, entre otros. Sin embargo, hay consumidores que lo conciben como una situación de detrimento de lo proveniente de su propia cultura. Esta tendencia que surge entre los individuos se conoce en la literatura como ‘etnocentrismo del consumidor’. El término tiene su origen en la sociología (Sumner, 1906), se basa en la creencia de que el grupo cultural al que pertenece un individuo determinado, es superior a otros grupos étnicos o culturales. Partiendo de esta concepción, los consumidores desarrollan una forma de juzgar los productos que adquieren de acuerdo a su lugar de procedencia.

En esta línea, algunos autores (Javalgi *et al.*, 2003), consideran que las actitudes etnocentristas representan un fenómeno global, que se presenta en cualquier grupo social independientemente de su tamaño (Lantz y Loeb, 1996). No obstante no se trata de una característica que pueda ser considerada homogénea, por el contrario, todos manifiestan niveles distintos de etnocentrismo.

Con el propósito de medir el etnocentrismo en los consumidores, Shimp y Sharma (1987) elaboraron la escala de CETSCALE (por sus siglas en inglés). Este instrumento ha sido utilizado durante más de veinte años y aplicado a consumidores de distintos países, probando así su validez y fiabilidad. Sin embargo, en México su estudio es incipiente (Jiménez *et al.*, 2012). De ahí, que el objetivo de este trabajo es identificar el nivel de etnocentrismo del consumidor sonorenses, mediante la realización de un estudio empírico, con el fin de profundizar en la relación de las actitudes del consumidor y las características sociodemográficas como factor de influencia en los hábitos de compra y consumo de alimentos tradicionales. La investigación se realizó en tres entornos del noroeste del país: Nogales, Guaymas y Hermosillo a un total de 1214 consumidores.

Los resultados muestran que aun cuando los niveles de etnocentrismo encontrados se consideran dentro de los parámetros normales (valor medio de 32.99 y mediana de 33), la proporción de consumidores con mayor nivel de etnocentrismo es más alta (bajo etnocentrismo  $\leq 32 = 48.6\%$  de la muestra; alto etnocentrismo  $\geq 33 = 51.4\%$ ). También se constató que existe una relación inversa entre el nivel de etnocentrismo y la edad, el nivel educativo y de ingresos, resultados que son coincidentes con investigaciones llevadas a cabo en otros países.

**Palabras clave:** Etnocentrismo del consumidor; Consumidor sonorenses; Alimentos tradicionales.

## El potencial de las redes sociales como base para la creación de canales cortos de distribución para las PYMEs agroindustriales

Elghannam, A.

Department of Agricultural Economics, Faculty of Agriculture, Damanhour University – Tor Sinaa Rd, Damanhour, Elbeheira (Egypt); ; email: ahmedelghannam66@gmail.com; Tel.: (0034) 924286200; Fax: (0034)924286201

Mesías, F.J.

Instituto de Investigación en Recursos Agrarios (INURA). Universidad de Extremadura. Avda. Adolfo Suarez, s/n – 06007 Badajoz (España)

Escribano, M.

Instituto de Investigación en Recursos Agrarios (INURA). Universidad de Extremadura. Avda. Adolfo Suarez, s/n – 06007 Badajoz (España)

Los consumidores españoles adquieren alimentos por medio de diferentes fuentes, aunque el 70% de las compras hechas a través de las cadenas tradicionales/largas en las que los hipermercados son el último eslabón entre el productor y el consumidor. Sin embargo, hay segmentos de consumidores que siguen buscando relaciones más directas con los productores, y que reclaman su derecho a elegir los productos que consumen y a ser informados acerca de la fuente y el modelo de producción utilizado. Por ello, la posibilidad de relacionarse directamente con los consumidores mediante la creación de canales cortos de distribución de alimentos, eliminando varios eslabones de la cadena alimentaria, podría ser una gran oportunidad para las pequeñas y medianas empresas (PYMEs) agroalimentarias.

En este contexto, el enorme aumento en el uso de internet y especialmente de las redes sociales ofrece a los productores la posibilidad de construir nuevos canales cortos para la promoción y venta de sus productos de forma rápida, con bajo costo y de manera directa, mientras que al mismo tiempo contribuye a reducir los márgenes de mercado y a aumentar el valor añadido que se mantiene entre los productores y en las zonas rurales.

Por ello, el objetivo de este trabajo es analizar el papel que los canales cortos online pueden tener como oportunidad para las PYMEs agroalimentarias. Además, se destacarán las nuevas perspectivas que se abren con el uso de las redes sociales para la creación y mantenimiento de dichos canales cortos. Finalmente, se presentará información acerca de los alimentos que los consumidores perciben que pueden comprarse a través de redes sociales.

**Palabras clave:** Redes sociales; Alimentos; Canales cortos; pymes.

## El proceso de expansión de la soja en la Península de Yucatán, México

Flavia Echanove

Instituto de Geografía, Universidad Nacional Autónoma de México

La soja es el grano en el que mayor dependencia alimentaria tiene México, por lo que a partir de 2008 el gobierno ha promovido su cultivo, otorgando relevantes subsidios, tanto a productores como a compradores del grano, contribuyendo así a un reciente proceso de expansión en ciertos estados, como ocurre en los que conforman la Península de Yucatán, en especial en Campeche. Este artículo tiene como objetivo el análisis de las características y efectos de dichos apoyos, así como del resto de factores que hasta hoy han llevado a los productores del mencionado Estado a iniciar o expandir el cultivo de la soja. Los hallazgos de la investigación revelan que si bien los productores han mejorado sus niveles de ingreso, el proceso es vulnerable, al depender de variables como los apoyos gubernamentales, los precios internacionales de la soja y el tipo de cambio (peso mexicano– USD). El conflicto existente entre los productores de soja genéticamente modificada o transgénica y los apicultores de Campeche constituye también un elemento relevante, al igual que los efectos negativos de ese tipo de cultivo en el medio ambiente, la biodiversidad y la salud humana y animal. La soja es el grano en el que mayor dependencia alimentaria tiene México, por lo que a partir de 2008 el gobierno ha promovido su cultivo, otorgando relevantes subsidios, tanto a productores como a compradores del grano, contribuyendo así a un reciente proceso de expansión en ciertos estados, como ocurre en los que conforman la Península de Yucatán, en especial en Campeche. Este artículo tiene como objetivo el análisis de las características y efectos de dichos apoyos, así como del resto de factores que hasta hoy han llevado a los productores del mencionado Estado a iniciar o expandir el cultivo de la soja. Los hallazgos de la investigación revelan que si bien los productores han mejorado sus niveles de ingreso, el proceso es vulnerable, al depender de variables como los apoyos gubernamentales, los precios internacionales de la soja y el tipo de cambio (peso mexicano– USD). El conflicto existente entre los productores de soja genéticamente modificada o transgénica y los apicultores de Campeche constituye también un elemento relevante, al igual que los efectos negativos de ese tipo de cultivo en el medio ambiente, la biodiversidad y la salud humana y animal.

**Palabras clave:** Soja; Subsidios; Estrategias de sobrevivencia; México.

## La “alimentación” en de-construcción: experiencia del programa Ecocomedores (Canarias)

Yurena González González

Adrián García Perdigón

Desde el curso escolar 2013-2014 se está desarrollando en las Islas Canarias el Programa Ecocomedores escolares, promovido desde el Instituto Canario de Calidad Agroalimentaria, en colaboración con la Dirección General de Ordenación, Innovación y Promoción Educativa del Gobierno de Canarias.

Este Programa surge en el marco de un proceso de diagnóstico participativo en el que se implicaron: operadoras y operadores ecológicos, consumidores y consumidoras y la Administración Pública. El resultado de ese proceso se materializa en 2010 con la presentación del “I Plan de Actuación para el Desarrollo de la Producción Ecológica en Canarias”, el cual recoge la preocupación por el desarrollo e incremento de la producción ecológica y por la promoción de hábitos de consumo saludables y responsables.

Los objetivos generales del Programa son:

1. Mejorar la calidad de la alimentación en los comedores escolares a través de la introducción de productos ecológicos frescos, locales y de temporada.
2. Favorecer y potenciar el desarrollo de la producción agraria ecológica en Canarias.

Las dimensiones que se abarcan en el Programa a través de la alimentación son: medioambiente, desarrollo local, salud y alimentación. En el curso 2015-2016 el Programa cuenta con la participación de 40 centros escolares, 120 agricultoras y agricultores ecológicos y 9.000 comensales. Desde este Programa se abordan conceptos como el de producción ecológica, alimentación saludable, producto local y de temporada, calidad de los alimentos, canales cortos de comercialización, soberanía alimentaria, sostenibilidad ambiental, económica y social, economía social, biodiversidad, desarrollo local, diversidad cultural, confianza, educación, participación y justicia. Desde un punto de vista analítico y una mirada sociológica, la praxis de este Programa cuestiona el sistema alimentario moderno. Un sistema donde la cadena agroalimentaria se ha alargado cada vez más, dando lugar a la separación entre producción y consumo, la aparición de grandes empresas agroindustriales y la pérdida de autonomía y valor del trabajo agrario. Por otro lado, esta experiencia permite de-construir y reconstruir el concepto “alimentación”, en un momento en el que crece la preocupación por la seguridad alimentaria y el interés por una alimentación saludable. El marco del comedor escolar ofrece una oportunidad para operar en este proceso de de-construcción-reconstrucción. Varios son los perfiles que intervienen en este marco: productores y productoras de alimentos; cocineros, cocineras; auxiliares de servicio complementario de comedor; familias; encargados de comedor; equipos directivos de los centros; niñas y niños.

## Measurement of food access in indigenous communities of Sierra Tarahumara – Mexico, using the Months of Adequate Household Food Provisioning (Mahfp) Indicator

Otilia Vanessa Cordero Ahiman

Research Centre for the Management of Agricultural and Environmental Risks (CEIGRAM), Universidad Politécnica de Madrid, España. [ov.cordero.ahiman@gmail.com](mailto:ov.cordero.ahiman@gmail.com) and [alberto.garrido@upm.es](mailto:alberto.garrido@upm.es)

Eduardo Santellano Estrada

Facultad de Zootecnia y Ecología, Universidad Autónoma de Chihuahua, Chihuahua, México. [esantellano@uach.mx](mailto:esantellano@uach.mx)

Alberto Garrido

Research Centre for the Management of Agricultural and Environmental Risks (CEIGRAM), Universidad Politécnica de Madrid, España. [ov.cordero.ahiman@gmail.com](mailto:ov.cordero.ahiman@gmail.com) and [alberto.garrido@upm.es](mailto:alberto.garrido@upm.es)

Household food access remains a concern primarily in rural households in lower- and middle-income countries. The purpose of this study was to measure food access through the Months of Adequate Household Food Provisioning (MAHFP), in households of communities of the Sierra Tarahumara, located in Chihuahua State-Mexico. The representative sample was made up of 123 households from 38 communities. The survey was conducted face to face between February and March 2015. Since all respondents were Raramuris answering in their dialect, authors were assisted by translators. The MAHFP, measures how many months of the previous year a household was not able to provide itself with enough food. The respondents were asked during which months the household did not have access to sufficient food to meet their needs among the previous twelve months. The MAHFP score is then calculated by subtracting 12 from the number of months indicated by the respondent. The final score thereby indicates the number of months during which the household had adequate food provisions (Swindale & Bilinsky, 2010). Based on this, we deemed a logical categorization of low, moderate and high food access to be  $\leq 9$ , 10–11, and 12 respectively (12: a higher score represents a household that has more consistent food access all year round, and  $\leq 9$ : low food access, implying at least a quarter of the year with food access problems). Our findings show that food access as measured by MAHFP was relatively low. The proportion of households reporting difficulties in obtaining food for 3 months or more in the previous 12 months (low food access score  $\leq 9$ ) was 54.47 %, and only 5.69% of the respondents indicated not facing difficulty in obtaining food for their household in the past year (high food access score 12). MAHFP in average was 7.83. Thus, it was concluded that respondents did experience some difficulties in obtaining food for their household in the previous 12 months during 2014.

**Keywords:** Food access; MAHFP; Sierra Tarahumara; Households.

## Tipos de consumidores de verduras y frutas ecológicas

Antonio Manuel Pérez Flores

Departamento de Sociología. Universidad Pablo de Olavide. Sevilla (España);  
amperflo@upo.es

Víctor Manuel Muñoz Sánchez

Departamento de Sociología. Universidad Pablo de Olavide. Sevilla (España)  
vmmunsan@upo.es

Actualmente se detectan nuevos patrones de consumo de alimentos asociados a los llamados alimentos ecológicos. España, como otros muchos países de su alrededor, ha sido afectada por importantes casos de ausencia de seguridad alimentaria provocando cierto grado de alarma social. La estrategia desplegada por algunos consumidores para salvaguardar un grado amplio de seguridad alimentaria es acudir a los productos ecológicos. El objetivo de esta comunicación es realizar un estudio exploratorio estadístico descriptivo sobre las características sociodemográficas de los distintos tipos de consumidores de frutas y verduras ecológicas, y la descripción de sus prácticas de tipo proambientales. Recurrimos a una estrategia de tipo cuantitativa mediante el uso secundario de datos contenidos en la encuesta ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557). La técnica utilizada es el análisis bivariado y la segmentación mediante el algoritmo Chaid. Partiendo de la hipótesis de la escasez y de la socialización esbozadas por Inglehart, los resultados principales conducen a caracterizar socialmente esta variedad de consumidores y establecer la incidencia de los ingresos y la formación en el consumo de productos alimenticios ecológicos.

**Palabras clave:** Conciencia ambiental; Opinión pública; Consumidor ecológico; España.

## Valores y actitudes frente al medio ambiente en los consumidores españoles de verduras y frutas ecológicas

Víctor Manuel Muñoz Sánchez

Departamento de Sociología, Universidad Pablo de Olavide. Sevilla (España)  
vmmunsan@upo.es

Antonio Manuel Pérez Flores

Departamento de Sociología, Universidad Pablo de Olavide. Sevilla (España)  
amperflo@upo.es

Es importante resaltar que en estos últimos años se ha ido desarrollando un notable incremento en la preocupación por el medioambiente dentro de la opinión pública española. La puesta en marcha de opiniones y comportamientos conducentes a proteger el ecosistema por parte de la población es un hecho palpable. Asimismo, estas actitudes y comportamientos reseñados provocan cambios en las tendencias de consumo de alimentos, dando lugar a la irrupción de un nuevo tipo de consumidor de alimentos con el marchamo ecológico. El objetivo de la presente comunicación será realizar un estudio exploratorio estadístico descriptivo. Las variables de conciencia ambiental referentes a los distintos tipos de consumidores de productos alimenticios básicos de tipo ecológicos serán analizadas. Para la obtención de datos utilizaremos una estrategia de tipo cuantitativa mediante el uso secundario de datos contenidos en la encuesta ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557). La muestra cuenta con 2560 entrevistas realizadas y un error de  $\pm 1,98$  para el conjunto de la muestra. Los resultados principales ofrecen datos sobre actitudes y valores frente al medio ambiente de los distintos tipos de consumidores de frutas y verduras ecológicas.

**Palabras clave:** Conciencia ambiental; Opinión pública; Consumidor ecológico; España.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Protected areas, conservation policies, property rights and social conflicts | Áreas protegidas, políticas de conservação, direitos de propriedade e conflitos sociais

## **A decisão no uso de recursos públicos nos territórios rurais: as consequências do desequilíbrio entre a gestão social participativa e as emendas parlamentares**

Dr. José Marcos Froehlich

MSc. Martin Alencar da Rosa Dorneles

MSc. Elisângela Lopes da Silva

Dr. Silvio Calgaro Neto

A política de desenvolvimento territorial brasileira propõe um diálogo sociopolítico que preza pela construção de modelos de gestão social participativos, neste caso, os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER's) são as instâncias deliberativas para a promoção destas experiências de democracia direta (BRASIL, 2005). Apesar das variadas atribuições destes colegiados, são as decisões acerca do destino dos recursos públicos provindos do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PROINF/MDA) que concentram as discussões destes colegiados. Em contraponto a estas experiências de democracia direta, observou-se um incremento significativo dos recursos derivados de emendas parlamentares, que possuem objetivos semelhantes, porém não exigem processos participativos para sua destinação, ou seja, as decisões sobre as formas de uso destes recursos públicos concentram-se nos próprios parlamentares (SODRÉ & ALVES, 2010). Simultaneamente ao incremento da destinação dos recursos às emendas parlamentares, constatou-se a redução de recursos públicos sob a decisão das experiências de democracia direta relacionadas aos Colegiados Territoriais. Como consequência, observa-se um desequilíbrio no que tange a importância dada pelos atores territoriais aos processos participativos em relação aos processos representativos. Além disso, a destinação dos recursos públicos via emendas parlamentares, nos casos analisados, não levam em consideração os documentos norteadores construídos por estes colegiados para conduzir os processos e estratégias de desenvolvimento territorial, os quais são, no Brasil, os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS's). O presente trabalho, portanto, realiza a análise comparativa dos recursos públicos empenhados por processos participativos e via emendas parlamentares, e traz ao leitor a discussão sobre suas consequências para a participação social, a coesão territorial e o desenvolvimento local. A experiência empírica realizada junto ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER Centro Serra, RS, Brasil) entre 2014 e 2016 tem observado grande divergência entre os projetos e propostas de desenvolvimento construídos por estas duas formas de empenhar recursos públicos. De um lado, tem-se o processo participativo estabelecendo relações entre estes empenhos e os documentos norteadores de desenvolvimento territorial, enquanto pela via parlamentar, estes documentos não são considerados. Tal divergência, acompanhada do desequilíbrio na quantidade de recursos destinados para ambas as vias traz inconsistências para participação social, fragiliza a coesão territorial e desfoca os planos e projetos participativos de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial; Gestão social participativa; Emendas parlamentares; Recursos públicos.

## **A vida social dos marcos: espaço, sociabilidade e conflito numa aldeia da Beira Baixa (Portugal)**

Ema Pires

Universidade de Évora

Ricardo Sapia de Campos

Universidade Federal de Goiás

Esta proposta de comunicação/poster explora relações entre cultura material, interação social e modos de produção de espaço. Partido, metodologicamente, de observação participante exploratória numa freguesia rural da Beira Baixa (localizada no concelho de Proença-a-Nova), discutem-se significados socioculturais atribuídos aos marcos divisórios das terras, com vista a eliciar as suas dimensões enquanto marcadores sócio espaciais de diferenciação. Em zona de minifúndio, demograficamente envelhecida e pouco povoada, estes elementos de cultura material ora são testemunhas de relação sociais pacíficas (quando a fronteira de divisão de terras é socialmente reconhecida por todos), ora conflituais (quando a autoridade para colocar os marcos no referido local é contraditada pelos vizinhos de terreno). Argumentamos que é possível consignar a estes objectos uma certa vida social que os transforma em marcadores de interação socio espacial. Pontos na e da paisagem humanizada, unem o território e os residentes num mais amplo processo de (des) continuidade sociocultural.

**Palavras-chave:** Território; Espaço; Cultura material; Fronteiras.

## Amazônia “multifuncional”: política ambiental, conflito de uso da terra e exclusão social no Oeste do Pará (Brasil)

Felipe da Silva Machado

Human Geography, Plymouth University, Plymouth, United Kingdom  
felipe.dasilvamachado@plymouth.ac.uk

Para além da dimensão econômica, a Amazônia atende a outros interesses globais, relacionados às questões ambientais que, ao alterar a organização espacial impondo limites e restrições de uso, incidem diretamente nas questões territoriais e influenciam diretamente nas ações locais. Políticas ambientais de preservação nas escalas regional e nacional também repercutem diretamente na dinâmica espacial da Região Amazônica e, conseqüentemente, nas ações dos atores locais. Assim, a Amazônia Brasileira tem sido palco ativo de interesses ambientais que restringem e conflitam com outros usos da terra, ao mesmo tempo em que fomentam novos usos e funções espaciais.

Estudos rurais revelam que políticas ambientais de preservação de áreas florestais no Brasil têm sido acompanhadas de grande tensão social face à restrição à ocupação e limitação de uso dos recursos pela população local. Bicalho e Hoefle (2014), em uma pesquisa acerca do conflito socioambiental na Amazônia Brasileira com ênfase nas unidades de conservação ambiental, refletem sobre as questões agrárias surgidas com a delimitação e imposição de restrições às populações, desencadeando mobilização de movimentos sociais no enfrentamento das instituições gestoras das políticas ambientais.

O presente estudo alinha-se ao pressuposto de que a multifuncionalidade e a sustentabilidade, processos que estão na base do desenvolvimento territorial, demandam foco maior na diversidade e história regional e no reconhecimento das diferentes trajetórias do processo de reestruturação espacial. Através de um trabalho de campo realizado em outubro de 2013 na região de Santarém e em pequenas comunidades ribeirinhas incluídas na área da Floresta Nacional do Tapajós (ICMBio – Flona/ Tapajós), Oeste do estado do Pará, a comunicação pretende apresentar as múltiplas direções do processo de reestruturação espacial em uma região de fronteira agrícola no vale médio do rio Amazonas e no vale do rio Tapajós e revelar a complexidade das políticas ambientais na Amazônia Brasileira.

**Palavras-chave:** Multifuncionalidade; Políticas ambientais; Conflito de uso da terra; Amazônia brasileira; Pará, Brasil.

## **Análisis de influencia de variables de satisfacción de visitantes de espacios naturales protegidos mediante la Metodología AID. Caso del Parque Nacional de Aigüestortes, en España**

Rosa M Florensa Guiu

Profesora de la Universidad de Lleida (España). Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Facultad de Derecho y Economía. Email: rmflorensa@aegern.udl.es

Antonio Colom Gorgues

Profesor de la Universidad de Lleida. Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agraria. Email: antonio\_colom@hotmail.com

La satisfacción de los visitantes de los Espacios Naturales Protegidos (ENP), está influenciada por distintas variables cuantitativas y cualitativas que es indispensable identificar y analizar para optimizar la valoración final, y lograr información para mejorar la utilidad de uso y disfrute de dichos ENP.

El propósito de este trabajo es analizar las variables y los inputs a considerar en los instrumentos utilizados para el seguimiento y la evaluación del uso público de los ENP, en una aplicación al Parque Nacional de Aigüestortes, que sirven para identificar y valorar la satisfacción y las expectativas de los visitantes, analizando también aspectos relacionados con la calidad y la actividad ecoturística.

Así en el proceso de investigación, se ha analizado estadísticamente a través del Análisis de Componentes Principales (ACP), las variables explicativas, sus correlaciones y definido los factores resultantes. Posteriormente se ha aplicado el método de Detección Automática de Interacciones (AID), con el objetivo de valorar la influencia de distintas variables explicativas con el factor final, que es la variable criterio, considerada producto de la satisfacción del usuario.

A través de las encuestas del Parque Nacional de Aigüestortes y del ACP, se constata que las variables que se pueden considerar como resultado o producto de la visita, serían: la “valoración final de la misma en el ENP”, la “recomendación de este espacio natural a otra persona”, y la “posibilidad de volver de nuevo”. Se ha constatado que existe relación entre el conocimiento y la información previa del ENP y el nivel de satisfacción final, con lo cual no afecta el factor sorpresa y ya se conocen los servicios, prestaciones y características del entorno, en una mayoría de los visitantes. A través del análisis final, es interesante remarcar que, en la valoración global de los servicios, afectan el paisaje, la planificación previa, el conocimiento de la red de parques, el entorno, la señalización y la accesibilidad, pero no afecta la edad del visitante, estado de los caminos, horarios, valoración de las publicaciones y posibilidades de pagar, ya que no han mostrado una capacidad diferenciadora significativa en los valores medios de la variable criterio.

**Palabras clave:** Espacios naturales protegidos; Uso público; Satisfacción de visitantes; Detección automática de interacciones (AID); Turismo ecológico.

## **Análisis de las infraestructuras de uso público de la red de espacios naturales de Castilla Y Leon**

Pablo Zuazúa

Departamento de Ingeniería Agrícola y Forestal. ETS de Ingenierías Agrarias de Palencia. Universidad de Valladolid  
(zuamunpa@jcyL.es,

Margarita Rico

*Departamento de Ingeniería Agrícola y Forestal. ETS de Ingenierías Agrarias de Palencia. Universidad de Valladolid,  
mrico@iaf.uva.es).*

Castilla y León es una de las regiones más extensas de la Unión Europea. Su superficie, relieve y situación geográfica, dan origen a gran variedad de ecosistemas y paisajes y a un rico patrimonio natural que da soporte a la Red de Espacios Naturales Protegidos de Castilla y León (REN).

El turismo de naturaleza es uno de los subsectores turísticos que más crecimiento ha registrado en los últimos años, siendo Castilla y León líder nacional en materia de turismo rural, tanto por el número de viajeros como por su oferta de alojamientos. Este segmento turístico aprecia el grado de conservación y la calidad de los recursos por lo que la existencia de espacios naturales protegidos constituiría un factor determinante en los planes de elección de destino de los viajeros.

La REN incluye veintisiete espacios naturales que ocupan algo más de siete mil quinientos kilómetros cuadrados, lo que supone aproximadamente un ocho por ciento del territorio de la región. La gestión de los espacios naturales que la conforman es competencia de la Administración regional y se centra principalmente en la conservación de sus valores naturales, el desarrollo local y el fomento del uso público.

Entre 2002 y 2012 la Administración regional, en el marco del Programa Parques Naturales de Castilla y León, ha realizado un esfuerzo importante para dotar a los espacios naturales de equipamientos de uso público, como centros de visitantes (conocidos en la región como "casas del parque"), puntos de información, senderos balizados, observatorios, miradores, refugios y áreas recreativas. Este programa ha permitido además crear una imagen corporativa común y el funcionamiento coordinado de las casas del parque, que han sido diseñadas con criterios homogéneos.

En este sentido, el presente trabajo tiene por objeto caracterizar los espacios naturales de la REN, en función de los recursos y las infraestructuras que ofrecen a los visitantes. Para ello, se ha definido una metodología específica de clasificación en base a la información recabada a través de un panel de expertos creado a tal efecto. Posteriormente se ha aplicado a la REN la metodología desarrollada, obteniendo de este modo un conjunto de resultados que han permitido establecer una serie de conclusiones y líneas de acción.

**Palabras clave:** Bienes públicos; Patrimonio natural; Protección ambiental; Beneficios sociales.

## Áreas protegidas e gestão de proximidade: uma reflexão centrada no Parque Natural da Serra da Estrela

Catarina Fonseca

CICS.NOVA, Interdisciplinary Center of Social Sciences, Faculty of Social Sciences and Humanities,  
University Nova de Lisboa 1069-061 Lisboa, Portugal  
CIBIO - Research Center in Biodiversity and Genetic Resources /InBIO - Associate Laboratory,  
University of Porto, Rua da Mãe de Deus, 13-A, 9501-801 Ponta Delgada, Portugal

Margarida Pereira

CICS.NOVA, Interdisciplinary Center of Social Sciences, Faculty of Social Sciences and Humanities,  
University Nova de Lisboa 1069-061 Lisboa, Portugal

Helena Calado

CIBIO - Research Center in Biodiversity and Genetic Resources /InBIO - Associate Laboratory,  
University of Porto, Rua da Mãe de Deus, 13-A, 9501-801 Ponta Delgada, Portugal

Em Portugal, a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) inclui diversas tipologias, que traduzem diferentes conjugações de valores a proteger, objetivos de gestão e formas de ocupação humana. Nas áreas de maior presença humana, o estatuto de proteção gera conflitos com as comunidades locais e os agentes económicos em termos de usos do solo e expectativas de desenvolvimento. Assim, a consecução dos objetivos de conservação não depende apenas da classificação destas áreas mas, sobretudo, da sua gestão. A gestão das áreas protegidas é competência do Estado, justificada pelo seu carácter de utilidade pública, existindo um órgão público responsável pela RNAP. Desde a sua criação, o modelo de governança assentou em dois níveis de atuação: os serviços centrais, definindo as orientações nacionais e assegurando a coerência da Rede Nacional, e os órgãos executivos de cada área protegida, garantindo a salvaguarda dos interesses específicos. Contudo, em 2007, esta orgânica foi reestruturada sob uma lógica de desconcentração, com a criação de um nível intermédio de gestão e a subtração de poderes de decisão do nível local. Atualmente, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) dispõe, para além dos serviços centrais, de serviços territorialmente desconcentrados, organizados em cinco departamentos 'regionais', que reúnem os poderes executivos das áreas protegidas integradas em cada departamento. As áreas protegidas perdem assim a figura de 'diretor', dispondo agora de um conselho estratégico, de natureza consultiva. A reestruturação do modelo de governança multinível justifica a discussão sobre a noção de gestão de proximidade, suas vantagens e desvantagens e níveis mais adequados aos desafios das áreas protegidas. Se por um lado a gestão de proximidade poderia proporcionar um maior envolvimento das populações e atores locais, estarão resolvidas as desconfianças que os têm oposto à conservação da natureza? A concentração de poderes ao nível intermédio será uma oportunidade para reduzir despesa pública? Esta reflexão é centrada no Parque Natural da Serra da Estrela, a maior área protegida da RNAP, abrangendo 6 municípios, com um importante património natural, paisagístico e cultural. Nesta região os setores agrícola e florestal detêm significativa expressão territorial, o que pode comportar tensões e conflitos com os objetivos de conservação. Em termos metodológicos recorre-se à realização de entrevistas estruturadas aos serviços do ICNF, autarquias locais e agentes privados para identificar a real hierarquia e repartição de poderes, o exercício das competências bem como as dificuldades e desafios de articulação e coordenação.

**Palavras-chave:** Conflitos territoriais; Modelos de gestão; Governança multinível.

## **Construção de experiência agroecológica, no âmbito da política pública Plano Brasil Sem Miséria (Pbsm), em Sergipe, Região Nordeste do Brasil**

Tereza Cristina de Oliveira

Embrapa Tabuleiros Costeiros; tereza.oliveira@embrapa.br

Edson Diogo Tavares

Embrapa Tabuleiros Costeiros; edson.diogo@embrapa.br

Francisco Roberto Caporal

Universidade Federal Rural de Pernambuco; caporalfr@gmail.com

Fernando Fleury Curado

Embrapa Tabuleiros Costeiros; fernando.curado@embrapa.br

A construção do conhecimento utilizada na abordagem agroecológica possibilita a valorização dos produtos locais, permite o diálogo e a troca de saberes por meio das práticas e (re)conhece os métodos tradicionais de manejo produtivo dos agroecossistemas locais, fortalecendo a identidade rural do território. Este trabalho apresenta a construção de Unidades de Aprendizagem (UA), utilizando o diálogo entre o conhecimento local dos agricultores e o conhecimento formal dos técnicos, para promover a inclusão socioprodutiva de famílias agricultoras do Território do Alto Sertão Sergipano, beneficiárias da Política Pública (PBSM) que traz, no Eixo de Inclusão Sócio Produtiva, a meta de erradicar a pobreza através do aumento da produção e da diversificação de alimentos, com foco na autonomia e segurança alimentar. Utilizou-se uma metodologia de pesquisa-ação-participativa baseada na Extensão Rural Agroecológica (CAPORAL, 1998). Esta política é direcionada aos brasileiros que possuem renda de até R\$77,00 (setenta e sete reais) por pessoa.

Encontram-se nesta situação 16,2 milhões de brasileiros e no meio rural estão 47% do público alvo da Política. A metodologia de Extensão Rural Agroecológica seguiu as Etapas: Mapeamento e Articulação de parceiros para construção da proposta e levantamento de dados secundários; Sensibilização, construção validação da proposta; Formação do Comitê Gestor Interinstitucional, Caracterização da realidade local utilizando o Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA); Planejamento participativo em Comunidades/municípios e a formação dos Grupos de Interesse (GI) para a construção das UAs; Acompanhamento, monitoramento e avaliação das UAs e a Sistematização da Experiência, conforme Holiday (1994) e Chavez-Tafur (2007). As seis UAs construídas geraram conhecimentos adaptados à realidade das famílias agricultoras. A constituição do GI e da UA permitiu a construção de um novo conhecimento sobre a realidade local promovendo o diálogo entre o conhecimento dos agricultores e o conhecimento dos técnicos, gerando novos sistemas agroecológicos de produção de alimentos com pequenos animais, a partir dos temas priorizados pelo GI. Esses sistemas estão se disseminando para as áreas das famílias do GI. A ação envolveu 150 famílias agricultoras que cultivam palma, milho, feijão, algumas possuem hortas e pomares. Além disso, se dedicam as criações de pequenos animais, aves, ovinas e bovinas e, ainda, vendem seus dias de trabalhos em grandes fazendas da região. A UA se mostrou como um espaço sócio-técnico de inovação, de gestão coletiva e de tomada de decisão do GI, possibilitando a busca de soluções para os problemas identificados e priorizados, a partir da discussão e deliberação coletiva.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Metodologia de extensão agroecológica; Política pública; Construção do conhecimento.



## **Das políticas de expansão às políticas de conservação: análise das institucionalidades nas políticas governamentais de desenvolvimento para o território Baixo Amazonas, Amazônia Brasileira**

Marcelo Andrade

Danielle Wagner Silva

O objetivo deste estudo é analisar as institucionalidades norteadoras da conformação de políticas governamentais para a Amazônia brasileira, focando o ambiente institucional que favoreceu a ocupação e as mudanças no uso da terra no território Baixo Amazonas, situado no Estado do Pará, Brasil. Tomando-se por referência o conceito de instituições como invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo, a partir dos referenciais da Nova Economia Institucional - NEI, tendo como recorte analítico temporal o período entre os anos de 1970 a 2012, a pesquisa se baseia em revisão bibliográfica, dados secundários e análise documental sobre políticas públicas e acontecimentos relevantes ocorridos no território do Baixo Amazonas que possam ter influenciado a relação sociedade-natureza e as formas de apropriação e uso da terra. No Baixo Amazonas, a partir de meados do séc. XX, a pressão sobre os recursos naturais da floresta também são resultados da intervenção de políticas públicas, acompanhadas de programas de colonização dirigida, incentivos fiscais e creditícios para o setor agropecuário e mineral, visando à expansão da fronteira agrícola, a ocupação do território e a exploração dos recursos naturais. Por outro lado, a concepção global que se tem sobre a Amazônia é de um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta. A partir disto, emergem dois valores, por vezes conflitantes, atribuídos a esse espaço: o de terra propriamente dito e o de um imenso capital natural. Na perspectiva de amenização de conflitos e da contenção dos impactos ambientais, desde a década de 1990 o governo vem investindo na criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, formando o conhecido mosaico de Unidades de Conservação. Nesse cenário de disputa, populações tradicionais, agricultores familiares, empresários capitalistas têm buscado meios para reproduzir respectivos modos de existência. Associadas a esses, agentes estatais e de organizações não governamentais - ONG's estão cada vez mais focados em constituir institucionalidades que promovam o ordenamento territorial e a gestão do território conforme os interesses em jogo. Apesar da importância dos arranjos institucionais formais e informais na constituição dos modos de apropriação dos recursos naturais, ainda são poucos os estudos sobre os processos sociais gerados localmente a partir das mudanças no ambiente institucional relacionado à gestão do território e dos recursos naturais. Com isso, o contexto social, econômico e ambiental das populações tradicionais não consegue influenciar na objetivação das instituições criadas pelo governo federal.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Amazônia; Instituições; Ambiente institucional.

## **Desafios e potencialidades das unidades de conservação de uso sustentável no bioma Amazônico: panorama de duas áreas protegidas**

Thais Helena Teixeira

José Ambrósio Ferreira Neto

Judit Tort Tarrés

Ações e ferramentas que promovam a preservação dos recursos naturais, como água, fauna, flora, e também manifestações culturais e populações humanas, são preocupações constantes dos poderes públicos e da sociedade civil, e têm se apresentado em forma de leis, projetos, ações pontuais, entre outras. Neste contexto, o Brasil, na última década, avançou nas questões referentes à conservação da natureza, com a aprovação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, o qual normatiza a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC) a nível federal. Assim, as áreas protegidas, no caso do presente trabalho as Unidades de Conservação de uso sustentável, têm se mostrado como importante ferramenta para efetivação das intervenções governamentais no caminho do desenvolvimento sustentável e da conservação dos recursos naturais. Estas apresentam, além de múltiplos desafios referentes a sua real efetivação, gestão de seu território, fiscalização, entre outros pontos, características específicas relacionadas às formas de vida e apropriação dos recursos por suas populações. Neste cenário, o presente trabalho busca comparar elementos de duas Unidades de Conservação de uso sustentável da Amazônia, a fim de estabelecer alguns pontos de distinção e convergência entre as mesmas. Para isso foram comparados elementos levantados durante oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo em ambas as UC's, pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários. Evidenciou-se que, apesar das distinções quanto à localização e as formas de ocupação do território e uso dos recursos, existem pontos em comum, os quais podem ser tomados como base para a discussão das políticas de desenvolvimento que vêm sendo e que serão formuladas para estas áreas. Entre estes pontos pode-se destacar a precariedade nos serviços e infraestruturas básicas de saúde, educação, acesso à energia elétrica e comunicação. Além disso, são destacadas as dificuldades no desenvolvimento de atividades produtivas relacionadas à falta de subsídios, incentivos e crédito e à falta de assistência técnica. Porém, sob outra perspectiva, apesar de todos os desafios encontrados, estas populações desenvolvem um papel importante na conservação dos recursos naturais. Uma vez que suas formas de acesso ao território e recursos têm assegurado o uso sustentável dos mesmos, além da conservação dos ecossistemas e geração de modos de vida socialmente mais equitativos, estas apresentam-se como importantes agentes do desenvolvimento sustentável nesta região.

## **Diversidade social e diversidade de ecossistemas: ensaio sobre o estudo de categorias sociais a partir da abordagem etnoecológica**

Danielle Wagner Silva

Rumi Kubo

Gabriela Coelho-de-Souza

Marcelo Andrade

Neste trabalho objetiva-se analisar como a diferenciação social tem sido tratada pelos autores afiliados à Etnoecologia, enfocando as bases teóricas/disciplinares que orientam seus trabalhos. O texto é embasado em revisão bibliográfica, sendo privilegiados ensaios teóricos sobre diferenciação e diversidade social e trabalhos feitos a partir de pesquisa de campo junto a grupos específicos do tecido social que conformam a sociedade do qual os mesmos fazem parte, tais como textos que tratam sobre as populações tradicionais. Sem a intenção de analisar conceitos, procurou-se compreender os critérios a partir dos quais os autores diferenciam ou classificam os grupos (populações tradicionais, etnias, etc.) para os elegerem na realização de seus estudos. A revisão bibliográfica aponta que em estudos feitos a partir de referenciais da Etnoecologia o reconhecimento da diversidade de categorias sociais se funde com a diversidade de ecossistemas e de formas de gestão dos “recursos” naturais. Alguns critérios de diferenciação social são recorrentemente utilizados pelos pesquisadores ao estudarem grupos sociais, tais como: a) relação que os grupos estabelecem com o meio onde vivem; b) impacto ambiental causado pelo grupo; c) sistema simbólico e institucional relacionado à apropriação dos recursos naturais; d) identidade coletiva; e) tradição e; f) instituições que regulam os sistemas sociais de reprodução social do coletivo. Na teoria social, a diferenciação social enquanto processo trazia a desigualdade econômica como produto causal e final. Todavia, atualmente a partir da abordagem etnoecológica, a diferenciação, vista como diversidade social, é concebida como produto de processos relacionados à interação entre grupos sociais e ecossistemas. Nos trabalhos analisados são valorizados como positivos aspectos anteriormente considerados negativos nas análises econômicas e sociológicas, tais como a não apropriação de tecnologias ditas modernas, pouca integração ao mercado, sistemas sociais “arcaicos” e valores culturais específicos. Aspectos como estes que eram considerados expressão da desigualdade entre grupos/classes em relação ao acesso aos meios de produção, cultura e política, na abordagem etnoecológica passam a ser fatores que geram o reconhecimento de categorias invisibilizadas por suas situações sociais diferenciadas. Logo, esse referencial permite a compreensão do processo de diferenciação social como resultante de situações sociais que derivam da relação entre homem e natureza e entre homem e homem, tornando-se importante na construção de ferramentas teórico-metodológicas a serem mobilizadas nos estudos e ações de intervenção relacionados às populações tradicionais no Brasil, uma vez que estas estão conquistando espaço não somente no debate acadêmico, mas também da agenda política brasileira.

**Palavras-chave:** Grupos sociais; Recursos Naturais; Sociobiodiversidade.

## El cultivo de olivar en áreas protegidas de Andalucía: localización, ordenación territorial, conflictos y oportunidades

José Domingo Sánchez Martínez

Universidad de Jaén y Universidad Internacional de Andalucía  
jdsanche@ujaen.es

Vicente José Gallego Simón

Universidad de Jaén y Universidad Internacional de Andalucía  
vgallego@unia.es

El olivar es el cultivo dominante en Andalucía, ocupando en régimen de monocultivo numerosos municipios rurales. Su presencia en zonas de dificultad productiva, la frecuente convivencia con usos forestales e incluso la penetración en el interior de áreas protegidas, se explica por la rusticidad de la planta y el elevado interés económico de sus diversas utilidades en el modelo agrario tradicional. En nuestros días, estas características se traducen en marginalidad productiva, al ser modelos incapaces de competir con las explotaciones más intensivas que se han ido instalando en zonas con recursos más favorables: topografías llanas, suelos profundos, acceso al regadío, estructura de la propiedad mejor dimensionada y menos atomizada, etc. Con todo, siguen jugando un papel destacado en el mantenimiento de la actividad agraria y la población rural, de suerte que acaba siendo una de las pocas opciones agrícolas viable frente al abandono.

La investigación analiza el origen, situación actual y perspectivas de los olivares existentes en el interior de áreas protegidas. El primer objetivo es, precisamente, localizar, datar el origen, cuantificar y caracterizar dicha realidad. Para ello se hace uso de información digitalizada que permite presentar una cartografía actualizada y fiable.

Un segundo objetivo es analizar la gestión de estas explotaciones en relación tanto a los principios inspiradores de la Política Agrícola Común para este cultivo y su producto principal (el aceite de oliva), como a las prescripciones y orientaciones derivadas de la propia planificación de los territorios protegidos. En este apartado las fuentes fundamentales serán el Plan de Ordenación de los Recursos Naturales y el Plan de Desarrollo Sostenible de varios parques naturales y sus áreas de influencia socioeconómica.

Finalmente se reparan en las oportunidades de continuidad que se derivan de procesos de revalorización a través de la cualificación y diferenciación del producto. En esse sentido, se explica el impacto que están teniendo iniciativas tales como la conversión hacia métodos compatibles con el medio ambiente, la concesión de premios a la calidad, la declaración de Denominaciones de Origen Protegido y la creación de la marca Parque Natural.

**Palabras clave:** Aceite de oliva; Denominación de origen protegida; Marca Parque Natural; Olivar de montaña; Ordenación territorial.

## El geoparque como figura turística y didáctica para el fomento del desarrollo endógeno. Red de geoparques de España: análisis y caracterización

Rubén Fernández

Departamento de Geografía, Universidad de Salamanca; rfa@usal.es

José Fernández

Universidad Nacional de Educación a Distancia; joselito@usal.es

Durante las últimas décadas son muchas las figuras que han surgido, tanto de carácter nacional como de carácter internacional, con el objeto de fomentar la protección y la conservación de la naturaleza, así como para articular el impulso del desarrollo endógeno de las áreas rurales, especialmente en aquellos espacios que se encuentran notablemente deprimidos y afectados por la despoblación y el envejecimiento pero que, a la postre, cuentan con valores singulares que se han de gestionar y potenciar adecuadamente como es el caso de los recursos geológicos y geomorfológicos. Desde el año 2001 la UNESCO ha impulsado, en el marco del Programa Internacional de Ciencias de la Tierra, los Geoparques. Se trata de lugares cuyo patrimonio geológico se encuentra constatado y ofrecen una serie de potencialidades turísticas que han de contribuir de forma positiva al desarrollo endógeno local de las áreas donde se enmarcan.

Los objetivos que se persiguen con esta comunicación se dirigen, precisamente, al análisis de las características de estos espacios geológicos y a la evaluación de su potencial como recurso territorial orientado a la dinamización y puesta en valor de las áreas rurales, es decir, a la incidencia que éstos pueden tener sobre aquellos lugares en los que se desarrollan.

Para ello, el trabajo se centra en el análisis de los espacios catalogados con la figura de Geoparque en España y en las medidas llevadas a cabo con el objeto de fomentar el desarrollo endógeno de estos territorios rurales. Además, se evaluarán las iniciativas y los instrumentos puestos en marcha en cada uno de ellos, así como su repercusión en las políticas de desarrollo. Del mismo modo, se acentuarán los mecanismos de participación ciudadana y el grado de incorporación de éstos en los procedimientos de gestión.

Los resultados y conclusiones que pueden derivarse pondrán de manifiesto la influencia que esta figura, el Geoparque, ha tenido sobre el territorio y sobre las políticas e iniciativas de desarrollo.

**Palabras clave:** Desarrollo local; Patrimonio territorial; Área rural; Geoparque.

## Endogenous development capital and landscape conservation in Galicia, Spain

Paul Swagemakers

Lola Domínguez García

In this paper we defend and look for supportive empirical evidence for the proposition that smart growth implies a sustainability shift in which long-term and regionally anchored economic development builds upon and regenerates a cultural sense of community and place in combination with landscape preservation and nature conservation. This builds upon temporarily theoretical framework on a local turn to food. With the aim to contribute theoretically, methodologically and practically to a sustainability shift of the food system we explore endogenous development capital among Galician dairy farmers and beef cattle breeders. Farming style analysis distinguishes farm development trajectories in which farmers' values on the protection of nature and natural resources as well as their concern about environmental issues differentiate. This differentiation provides starting points for sustainable development, which includes environmental protection, respond to the issue of climate change and provision of public goods. The results of the case study research can be of use to for example representatives of public institutions and administrations on how to organize support to dairy farmers and beef cattle breeders on landscape conservation in combination with economic viability of farming in remote rural areas. Also, farmers can respond actively to the study through discussing the results and/or adapting and unfold their farm practice accordingly the ideas as revealed encountered by the farmers in this study. From this perspective, the findings respond to both the necessarily relationship of smart growth to local knowledge and asset specificity as generated through a local turn to food as well as governance frameworks for counter-fighting the marginalisation of rural areas. The paper concludes that when development depends only on the market this brings the risk of externalities that are unmanageable and unacceptable. The results in this study exhibit how seeds for transition anchor in farmers' perceptions on how to exploit nature, which can be turned further into reality through supportive policy frameworks that emphasize and enhance the preservation of natural and cultural resources.

## Espacios protegidos y desarrollo territorial: conflicto versus consenso

Melchor Guzmán Guerrero

Agencia de Gestión Agraria y Pesquera de Andalucía (AGAPA), Córdoba. melchor.guzman@juntadeandalucia.es)

Manuel Pérez Yruela

Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA-CSIC), Córdoba, mpyruela@iesa.csic.es).

La aplicación de las políticas de protección del medioambiente se han extendido transversal y territorialmente en las últimas décadas, paralelamente al aumento de la conciencia social sobre el valor de la conservación y la sostenibilidad de los recursos de que disponemos. En España, el aumento de superficie protegida se ha multiplicado sobre todo en los últimos treinta años, alcanzando en estos momentos valores medios cercanos al 20%, que son superados ampliamente en algunas comunidades autónomas como es el caso de Andalucía.

Uno de estos ejemplos, fue la creación, en el año 1988, del Parque Natural de las Sierras Subbéticas Cordobesas (PN). Los responsables de la realización, en el año 1990, de los trabajos para la formulación del “Estudio de Planificación del Parque Natural de las Sierras Subbéticas Cordobesas”, hemos creído de utilidad analizar la percepción que, en estas más de dos décadas, han construido diversos actores relacionados con el Parque sobre los siguientes aspectos del mismo: efectos socioeconómicos positivos y negativos sobre la comarca de influencia, aciertos y desaciertos de la gestión del Parque y perspectivas de futuro de la relación entre la evolución de la comarca y el Parque.

Se ha realizado un estudio, a partir de la tipología de los diferentes grupos de interés, que pone de manifiesto los aspectos positivos y negativos desde la percepción de los agentes implicados directa o indirectamente en el área protegida. La metodología utilizada ha sido cualitativa, mediante entrevistas en profundidad presenciales y autocumplimentadas, dirigidas según un guión abierto. El análisis de los discursos recogidos se ha hecho de acuerdo con la técnica usual para estos casos. Los entrevistados se han seleccionado de forma que estuvieran representados los actores sociales de la comarca con algún tipo de relación con el Parque.

Con los resultados de este caso de fondo, los autores hacen una reflexión que pretende profundizar en el debate sobre la relación entre protección del medioambiente y desarrollo territorial, el posicionamiento de los distintos agentes implicados y su evolución a lo largo del tiempo, y las perspectivas futuras de estas políticas.



## Estrategias locales de ordenación del pastoreo como respuesta a la presión de otros usos del territorio

Bermejo, L.A

Área de Economía, Sociología y Política Agraria. Universidad de La Laguna. Escuela Politécnica Superior de Ingeniería. Sección de Ingeniería Agraria. Carretera de Geneto nº2. 38201. San Cristóbal de La Laguna. España

Cubas, F

Servicio de Agricultura. Cabildo Insular de Tenerife. Calle Alcalde Mandillo Tejera, 8 (4º planta) – 38007. Santa Cruz de Tenerife. España

Luis, J

Área de Economía, Sociología y Política Agraria. Universidad de La Laguna. Escuela Politécnica Superior de Ingeniería. Sección de Ingeniería Agraria. Carretera de Geneto nº2. 38201. San Cristóbal de La Laguna. España

En algunas regiones de Europa y del mundo, las estrategias locales de ordenación del territorio y los recursos están más relacionadas con la marginalización que con un proceso de modernización. Es decir, son el resultado de una adaptación a los cambios impuestos desde el entorno. Estos cambios externos relacionados con los usos del suelo (incremento uso residencial, protección ambiental y otros) ejercen una presión significativa sobre los sistemas de producción que los obliga a adaptarse para sobrevivir. Junto con estos, algunos cambios más sutiles como la visión negativa y de atraso que hay sobre algunas actividades tradicionales.

El análisis se ha llevado a cabo en el valle de La Orotava (Tenerife, Islas Canarias, España) como unidad territorial homogénea a través del análisis de coordenadas principales de los resultados de entrevistas y mapeos participativos con 36 ganaderos de caprino. Se trata de una zona tradicionalmente agraria y ganadera, sometida a dos presiones importantes. Por un lado, el gran desarrollo urbanístico de las últimas décadas, ligado en cierta medida al sector turístico y por otro lado, la declaración de Espacios Naturales Protegidos en las áreas mejor conservadas de la costa y las zonas altas, donde el pastoreo está prohibido. En este contexto, la ordenación de la actividad ganadera, en general y el pastoreo en particular, es resultado de la adaptación a los conflictos generados en este entorno, a través de un proceso de contracción y simplificación respecto a los sistemas tradicionales, que algunos autores denominan marginalización. Se han caracterizado tres estrategias básicas: i) sistemas con escaso territorio, con elevadas intensidades

de uso continuo, ii) Intensificación mediante el aumento de la suplementación del ganado y desvinculación de los recursos – pasto y iii) sistemas estacionales de menor intensidad de uso gracias a una mayor disponibilidad de territorio, más próximos a los sistemas tradicionales. En términos de tendencia, podemos concluir que estos últimos recurren a las estrategias de pastoreo continuo o intensificación en la medida que se incrementa la presión de la competencia con otros usos del territorio y que esto, lejos de ser un proceso de modernización, está más cerca de la marginalización y por tanto, de la desaparición del sector. Esta tendencia está directamente relacionada con la incapacidad de las explotaciones para adaptarse de manera eficiente a los cambios en los usos del territorio.

**Palabras clave:** Ganadería; Ordenación del territorio; Usos del territorio; Marginalización.



## **Evolución a nivel mundial de las Áreas Naturales Protegidas (ANP): vinculación de las comunidades locales en el manejo y gestión de sus recursos**

Díaz-Maroto, I.J.

Escuela Politécnica Superior, Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Ingeniería Agroforestal,  
Campus Universitario s/n, 27002 Lugo, España. ignacio.diazmaroto@usc.es

Vizoso-Arribe, O.

Escuela Politécnica Superior, Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Ingeniería Agroforestal,  
Campus Universitario s/n, 27002 Lugo, España

Fidalgo, B.

Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra, Departamento de Recursos Florestais, Bencanta, 3045-601  
Coimbra, Portugal. bfidalgo@esac.pt

Martínez, Y.

Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente, Centro de Investigaciones y Servicios Ambientales ECOVIDA,  
Parque Nacional Viñales, Cuba

La designación de lugares para prácticas religiosas o áreas restringidas para la realeza era común en las antiguas civilizaciones. La dinastía Han en China poseía el área natural más antigua de la que se conservan escritos (siglo II a.C.). Posteriormente, en la época medieval, se establecieron dominios para cazar en la mayoría de los imperios y reinos europeos.

Dentro de los antecedentes conservacionistas, podemos citar el caso español; en mayo de 1579, Felipe II rubricó una real cédula que prohibía la caza y pesca en el bosque de Valsain. Sin embargo, no es hasta el siglo XIX, 1872, cuando en Estados Unidos se declararon los primeros parques nacionales, Parque Nacional de Yellowstone y Parque Nacional de Yosemite.

La creación y manejo de las ANP es una de las estrategias para asegurar la conservación y dar respuesta a las necesidades materiales y culturales de las generaciones presentes y futuras. Su expansión, se sustenta, gracias a los compromisos internacionales desarrollados en el Convenio sobre Diversidad Biológica de 1992. El informe “Perspectivas del Medio Ambiente Mundial”, dedica un apartado a la situación de la biodiversidad, señalando, que aún no se ha alcanzado el Objetivo de Desarrollo del Milenio (ODM), que perseguía reducir la pérdida de biodiversidad en 2010. Consecuencia de ello, ese mismo año, en Nagoya (Japón), se aprueba el Plan Estratégico de Diversidad Biológica 2011-2020, con el propósito de inculcar acciones a gran escala para todos los países y partes interesadas; declarándose dicho periodo como el Decenio de las Naciones Unidas para la Diversidad Biológica.

Con la declaración de áreas bajo diferentes categorías de protección, nace en 1948, la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN). Actualmente, agrupa a diferentes organizaciones e investigadores de más de 160 países. Desde el inicio de la declaración de las primeras ANP, se impulsó la conservación, sin contar con las comunidades locales, provocando consecuencias insostenibles en el tiempo. A partir de los 80, la tendencia se orienta hacia un manejo participativo mediante un proceso de concertación con dichas comunidades. Este manejo debería ampliarse en su diseño y en los métodos de gestión. En este sentido, la gestión participativa es una responsabilidad compartida con las comunidades rurales, autoridades locales y organismos que intervienen en la conservación. La metodología de efectividad de manejo está orientada a crear capacidades en los actores locales, dentro de los ámbitos de intervención, en las zonas de amortiguamiento e influencia socioeconómica.

**Palabras clave:** Área natural protegida; Manejo participativo; Efectividad de manejo.

## **Gaiolas para peixes, cercas para pescadores. Os impactos da expansão da aquicultura em grande escala na Ilha dos Pescadores, Petrolândia – PE, Brasil**

José Ignacio Vega Fernandez

Neste trabalho discutimos os conflitos gerados pela expansão da aquicultura empresarial nos espaços onde é praticada a pesca artesanal, tendo como foco o caso da comunidade de Caraíba Seca, também conhecida como Ilha dos Pescadores. Esta comunidade localiza-se no município de Petrolândia, que faz parte da Mesorregião do São Francisco Pernambucano, região nordeste

do Brasil. Este município passou por profundas transformações, a partir da década de 1980 com a inundação da antiga cidade Petrolândia, para a construção da usina hidrelétrica de Itaparica, a Companhia Hidrelétrica de São Francisco – CHESF foi obrigada a realocar a maior parte dos moradores da antiga cidade, ao que hoje é a cidade Nova Petrolândia. É nas águas dos reservatórios de Itaparica e Moxotó, onde os pescadores e pescadoras associados à colônia dos pescadores José Alexandre Melo, Z – 23, desenvolvem seu trabalho. As principais espécies capturadas são a tilápia, o tucunaré, a pirambeba, a piranha, a pescada, e também o camarão. Contudo, o peixe que predomina hoje na região é a tilápia. Isto se deve a intensa promoção da aquicultura de Tilápia em tanque-rede que fizeram o Ministério de Pesca e Aquicultura e sua Subsecretaria no Estado de Pernambuco, principalmente através da licitação de áreas aquícolas, para uso privado. Com a chegada de fortes investimentos, advindos principalmente de empresas especializadas no setor, consolidou-se o que hoje é denominado “Polo Aquícola de Pernambuco”, onde predomina a aquicultura intensiva praticada nos moldes empresariais. Os principais conflitos surgidos entre pescadores e pescadoras artesanais e o setor aquícola emergente, são por um lado, os relativos as consequências que tem a privatização de espaços que antes eram de uso público, e por outro, os relativos a poluição das águas e a diminuição das espécies, provocada pela monocultura intensiva de tilápia. Frente a esta expansão, os movimentos sociais de pescadores e pescadoras demandam o reconhecimento e a defesa dos territórios pesqueiros, com o objetivo de poder dar continuidade ao trabalho pesqueiro artesanal. É por isso que questões relativas a conservação e preservação dos espaços pesqueiros, assim como dos direitos de uso e propriedade são especialmente relevantes na discussão acerca dos territórios pesqueiros.

**Palavras-chave:** Pesca artesanal; Aquicultura; Políticas públicas; Conflitos.

## Identificação do uso e ocupação da terra no assentamento Itamarati, município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul

Alencar Garcia Bacarji

Olivier François Vilpoux

Antonio Conceição Paranhos Filho

Olten José Ludwig Da Cunha

A questão agrária brasileira nunca foi prioridade para o Estado, sendo privilegiada a produção em grande escala, transformando o país em fornecedor de matérias-primas, com desigualdade de renda entre pequenos e grandes produtores. Os assentamentos rurais surgiram para diminuir os efeitos dessas disparidades, com o reordenamento da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra. O assentamento Itamarati, módulos I e II, possui 2.458 famílias assentadas em uma área superior a 50 mil hectares. A extensão territorial do que já foi a maior fazenda de produção de soja do Brasil, em conjunto com a diversidade de movimentos de luta pela terra presentes no assentamento e os vários modelos aplicados (áreas todas individuais, individuais e coletivas ou apenas coletivas), justificam a escolha do Itamarati como objeto de estudo. Diversos autores afirmam que a agricultura familiar desempenha um importante papel para preservação ambiental em comparação a agricultura em grande escala. A pesquisa objetiva identificar o uso e a ocupação da terra no assentamento Itamarati. Após a revisão bibliográfica foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de 33 questionários e a observação direta de informações sobre infraestrutura, conservação do solo, uso das reservas florestais e das áreas comunitárias. Junto com a pesquisa de campo foi realizada uma análise da ocupação da terra do assentamento utilizando imagens Landsat disponíveis para o ano de 2014. Com o *software QGIS 2.8 Wien* aplicou-se os índices de vegetação NDVI e NDWI para classificar as áreas destinadas a agricultura, pecuária e preservação ambiental. Os resultados indicam o predomínio de áreas agrícolas. Cerca de 37% da área é cultivada e 22% com pastagens. Uma explicação centra-se na infraestrutura existente no assentamento, em especial aos equipamentos herdados da antiga

fazenda Itamarati, tais como pivôs centrais de irrigação. Localizado no bioma Cerrado, o percentual mínimo legal de área de preservação ambiental é de 20%, sendo observado que representam cerca de 40% da área do assentamento. Foi possível observar que a disposição e a organização de áreas para produção e preservação ambiental da antiga fazenda contribui para permanência das atuais áreas de preservação, as quais em 2004, representavam 50% da área total do assentamento. Foi também possível constatar que grande parte dos pivôs de irrigação encontram-se destinados ao uso individual por parte de alguns assentados ou arrendados a fazendeiros e empresas produtoras da região, sendo observado ganhos individuais em detrimento ao trabalho em comunidade.

## Manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad: Función de las zonas de amortiguamiento de las Áreas Naturales Protegidas (ANP)

Díaz-Maroto, I.J.

Escuela Politécnica Superior, Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Ingeniería Agroforestal,  
Campus Universitario s/n, 27002 Lugo, España. ignacio.diazmaroto@usc.es

Vizoso-Arribe, O.

Escuela Politécnica Superior, Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Ingeniería Agroforestal,  
Campus Universitario s/n, 27002 Lugo, España

Salas-González, R.

Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra, Departamento de Recursos Florestais, Bencanta, 3045-601  
Coimbra, Portugal. rsalas@esac.pt

Martínez, Y.

Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente, Centro de Investigaciones y Servicios Ambientales ECOVIDA,  
Parque Nacional Viñales, Cuba.

El manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad es uno de los grandes desafíos del mundo actual y, fundamentalmente, de los países en vías de desarrollo. En América Latina y el Caribe, la sostenibilidad está muy vinculada al cambio climático, debido a la pérdida de biodiversidad, al deterioro ambiental, los desastres naturales, la escasez de agua y la urbanización acelerada de territorios rurales. El concepto de “zona de amortiguamiento” surgió por primera vez en el año 1979 dentro del programa Hombre y Biosfera (MAB) de la UNESCO. En 1982, en el Congreso Mundial de Parques, celebrado en Bali (Indonesia), pasó a ser reconocida como una herramienta fundamental para el manejo de las Áreas Naturales Protegidas (ANP). Esta idea fue evolucionando hasta 1986, donde se definieron como áreas periféricas de las ANP, donde se establecen restricciones al uso de la tierra, con el objetivo de proveer una faja adicional “de seguridad” para la protección de un área concreta, reconociendo que el ser humano es parte integral de los ecosistemas.

Las zonas de amortiguamiento tienen un valor estratégico para las áreas núcleo, ya que les confieren una franja adicional de protección y a su vez proveen de trascendentales beneficios a las comunidades rurales vecinas. Estas cumplen dos importantes funciones:

- 1) Amortiguamiento de una extensión de hábitats (prioritario para las especies)
- 2) Socio-amortiguamiento (prioritario para la obtención de productos de valor)

Debido a su importancia, es primordial que sean delimitadas bajo criterios técnicos y científicos coherentes con su función y que además cumplan con las siguientes finalidades:

- 1) El manejo de las zonas de amortiguamiento proporciona un desarrollo integrado con la conservación.
- 2) Las zonas de amortiguamiento involucran elementos del paisaje que protegen el ANP de las amenazas externas y de las comunidades rurales que ejercen un impacto directo sobre el mismo.
- 3) El manejo de estas zonas favorece el mantenimiento de los procesos ecológicos establecidos en el ANP.
- 4) Deben servir de control de las políticas públicas y privadas que divergen de los objetivos del ANP y estar orientadas por un proceso de planificación que contemple los aspectos socio-ambientales.

**Palabras clave:** Área Natural Protegida; Zona de amortiguamiento; Manejo sostenible.

## O sistema nacional de unidades de conservação e suas contribuições para o aprimoramento dos espaços especialmente protegidos no Brasil

Adriano Lucena da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Maria Deise das Dores Costa Duarte

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

O debate em torno das questões ambientais tem influenciado uma série de iniciativas da comunidade internacional, seja através dos Estados ou da sociedade, no sentido de conduzir as discussões, definir as ações públicas e implementar as políticas necessárias à resolução de tais questões. No que tange a criação de áreas protegidas, tal iniciativa pode ser considerada um importante e eficaz instrumento de política pública de prevenção e proteção do meio ambiente. No Brasil, a partir da Lei Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi estabelecida a estrutura legal, onde os espaços especialmente protegidos passaram a ser categorizados e enquadrados legalmente. As Unidades de Conservação (UC) foram reconhecidas como espaços territoriais, com limites definidos, possuidoras de características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e, sob-regime especial de administração. Além dos critérios legais, os instrumentos necessários à implementação e gestão das UCs foram estabelecidos e, dentre estes, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), constitui uma ferramenta básica para gestão e monitoramento da efetividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma vez que disponibiliza um banco de dados com informações oficiais do SNUC, onde são apresentadas as características de cada unidade de conservação. Com a finalidade de avaliar o contexto atual das unidades de conservação da Paraíba, Brasil, tomou-se por base os dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), ano base 2015. A partir destas informações, utilizando o Estado da Paraíba, Brasil, como recorte desta pesquisa, constata-se trinta e uma UC's (Unidades de Conservação) localizadas no território paraibano, sendo doze Unidades de Proteção Integral e dezoito Unidades de Uso Sustentável. Apesar do pequeno território da Paraíba, encontra-se registrado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) uma variedade significativa de UC's, representadas por diferentes categorias e tipos, cuja distribuição contempla os biomas da mata atlântica, o marinho e a caatinga. As informações do CNUC são essenciais para aprimorar os mecanismos para o planejamento e gestão do SNUC e de suas unidades de conservação. É essencial ir para além do retrato momentâneo das características que circunscreve o conjunto de UC's localizadas no estado da Paraíba. É necessário estabelecer uma relação entre as UC's e o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, tendo em vista, constatar na atualidade, o nível de implementação do SNUC na Paraíba – Brasil.

**Palavras-chave:** SNUC; CNUC; Espaços territoriais; Paraíba.

## **Políticas públicas e caminhadas na natureza: estudo de caso do território Vale do Ivaí, Paraná, Brasil**

Clarice Bastarz

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
clariceufsm@gmail.com

Natália Salvate Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
nataliasalvatebrasil@gmail.com

Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
marcelino.souza@uol.com.br

Alinhadas às noções de multifuncionalidade e de diversificação econômica das propriedades rurais, as Caminhadas na Natureza configuram-se num projeto em que se realizam eventos de caminhadas oferecendo aos turistas serviços de alimentação (café-da-manhã e almoço), bem como a venda direta de produtos locais. Este modelo de caminhadas possui uma metodologia internacional, orientada pela Federação Internacional de Esportes Populares (IVV). O estudo busca analisar quais foram as políticas públicas que fundamentaram e proporcionaram o surgimento e disseminação do projeto “Caminhadas na Natureza”. Adotando o recorte geográfico do Território Vale do Ivaí, região central do Estado do Paraná, Sul do Brasil, o projeto Caminhadas na Natureza, se destaca no território como uma modalidade de turismo rural, em que um número considerável de participantes tem gerado um fluxo turístico regional importante. Neste estudo de caso, optou-se por pesquisa de caráter qualitativo, em que os dados foram obtidos em março, maio e outubro de 2015 através pesquisa documental e de entrevistas com informantes chaves, que foram protagonistas no processo de desenvolvimento do projeto com a finalidade de compreender as políticas públicas inerentes ao projeto. De acordo com documentos consultados e entrevistas realizadas, as Caminhadas na Natureza surgiram no Brasil com o objetivo de promover o desenvolvimento rural através de ações coletivas e comunitárias, sem a participação do Estado, baseado no modelo francês de turismo rural. Entretanto, a difusão das caminhadas no Brasil, até chegar ao Vale do Ivaí, foi impulsionada por políticas públicas com determinante participação do Estado. No Território Vale do Ivaí observou-se uma forte participação do Estado, com destaque para a empresa pública de assistência técnica e extensão rural, a EMATER.

**Palavras-chave:** Multifuncionalidade; Turismo rural; Desenvolvimento rural; Políticas públicas.

## Preferencias en el uso recreativo del parque natural de los calares del mundo y de la sima (España) según la edad de los visitantes

R. Bernabéu

A. Samos

M. Díaz

M. Olmeda

M. Suárez De Cepeda

El estudio de las preferencias de los consumidores constituye un elemento indispensable en la gestión de espacios naturales protegidos para ofrecer lo que los ciudadanos buscan en su visita a estos lugares. El objetivo de este trabajo se centra, en primer lugar, en la caracterización de los grupos de visitantes en base a una de las variables clásicas de segmentación, la edad. En segundo lugar, se trata de analizar las diferencias en las estructuras de preferencias manifestadas por los visitantes, según su edad, hacia los principales atributos del uso recreativo de los espacios naturales. Para responder a estas cuestiones se realizaron 410 encuestas a los visitantes del Parque Natural de los Calares del Mundo y de la Sima, en Castilla-La Mancha, España. Los datos se analizaron mediante las técnicas de segmentación directa y de análisis conjunto y los resultados muestran que el atributo más importante para los tres segmentos estudiados son las actividades a realizar, siendo los visitantes de mayor edad (con mayor proporción de rentas bajas y estudios básicos, más preocupados por la salud y menos informados por temas relacionados con el medio ambiente) los que les dan un valor más positivo al senderismo, y más negativo al ciclismo, y los de mediana edad (con mayor proporción de rentas altas y estudios medios y más concienciados con los problemas sociales) los que valoran más negativamente poder realizar equitación. Los más jóvenes (con mayor proporción de rentas medias y estudios superiores, con más disposición a disfrutar de su tiempo libre y más informados sobre temas medioambientales) son los que menor importancia conceden al tipo de acceso al parque y son los menos críticos con que este acceso se realice a pie. Los resultados del análisis de preferencias permiten identificar líneas estratégicas en la gestión del uso recreativo del parque para ofrecer una oferta diferenciada de servicios en función de la edad del visitante y permitir a la Administración autonómica compaginar los objetivos de conservación de la naturaleza con el uso recreativo de los visitantes.

**Palabras clave:** Análisis conjunto; Comportamiento del consumidor; Segmentación; Espacios naturales; Castilla-La Mancha.



## Questão agrária brasileira e suas implicações na pesca artesanal: os conflitos e a luta pelos territórios pesqueiros

Suana Medeiros Silva

O que se configura hoje como a questão agrária brasileira, tem início no processo de colonização e conseqüentemente, nas formas de divisão e relações referentes à propriedade e à posse da terra. Tais relações ganham novos elementos ao longo da história do país, mas preservam os seus pilares: a desigualdade de classes e um modelo de desenvolvimento elitista e portanto, excludente. Todos os projetos de organização espacial, de independência ou “desenvolvimento” do país tiveram como base a concentração latifundiária, combinada à exploração do trabalho e da natureza. Processos semelhantes ocorreram em toda a América Latina, que em sua totalidade subsidiou, mediante sua exploração, a ascensão da Europa enquanto centro político-econômico mundial. Alguns países latino-americanos encontraram na reforma agrária uma solução em tempos de crises do capital e reorganização econômica. Porém, no Brasil a reforma agrária nunca se efetivou; a elite latifundiária – iniciada no período colonial – representava e representa uma das maiores forças político-econômicas do país. Além disso, outras forças como a elite industrial e o grande capital estrangeiro seguem também junto ao Estado em um constante processo de uso e expropriação da terra e dos espaços que secularmente são utilizados por povos tradicionais para a reprodução de suas vidas. Assim, o cenário que se intensifica progressivamente, é o do avanço do agronegócio, dos megaprojetos de produção e reprodução do capital, das grandes obras de infraestrutura para o escoamento de mercadorias, da exploração exacerbada da natureza e a tomada e/ou destruição dos espaços onde é praticada a pesca artesanal e reproduzidos outros modos de vida fora da lógica da acumulação. Nesse sentido, a questão agrária no Brasil se configura não somente como uma luta por terra, mas também por água e território. A luta pela reforma agrária reflete essas múltiplas lutas, que se traduzem em reivindicações por territórios camponeses, quilombolas e indígenas, territórios pesqueiros, reservas extrativistas, dentre outros. Reivindicações pelo direito à terra e à água, que possibilitam a reprodução da vida. Dentro desse cenário, nos dedicamos a estudar os conflitos e as lutas das comunidades de pesca artesanal por garantir seus territórios. Nesse sentido o objetivo desse trabalho – que é parte da nossa pesquisa de doutorado – é discutir a relação da questão agrária com os conflitos e as lutas pelos territórios pesqueiros no Brasil, evidenciando o papel do Estado e do grande capital nessa correlação de forças.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Brasil; Pesca artesanal.





## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

The multiple faces of work and its role as an enhancer or a threat to rural territories social cohesion | As múltiplas faces do trabalho e o seu papel de reforço ou ameaça à coesão social nos territórios rurais

## **Agribusiness roughness in the Cerrado of Piauí, Brazil: the Uruçuí case**

Antônio Joaquim da Silva

Master in Development and Environment (UFPI), Professor of the Department of Teacher Training, Arts and Sciences/UFPI, Teresina Central Campus, e-mail: antoniojoaquim@ifpi.edu.br Maria do Socorro

Maria do Socorro Lira Monteiro

PhD in Applied Economics (Unicamp), Professor of the Department of Economic Sciences/UFPI, Ministro Petrônio Portella Campus, e-mail: socorrolira@uol.com.br

Eriosvaldo Lima Barbosa

PhD in Culture and Society (UFBA), professor of the Department of Planning and Agricultural Policy/UFPI, Ministro Petrônio Portella Campus, e-mail: eriosvaldobarbosa@hotmail.com

The term "roughness" means what remains from the past, such as landscape, built space, in other words, represents what remains from the suppression or superposition process, in which things replace and accumulate themselves everywhere. In this proposition, it is relevant to discuss the contraposition of Uruçuí-PI incorporation process for the commercial agriculture, activity led by agribusiness, since the installation of grain enterprises in the city, interfered in the daily habits of the locations, reaching the land, labor and the environment. In fact, due to the agribusiness trigger a new spatial dynamic in the places where they settle, it is necessary to establish a critical analysis of the context of Cerrado biome incorporation (tropical savanna with presence of the greatest biodiversity on the planet and is the second largest vegetal formation of Brazil) for the agricultural capital, especially in Uruçuí, city that is located in the southwestern, state of Piauí and which stands out as a pioneer in installing grain enterprises, offer the necessary infrastructure for agribusiness and consolidate the grain production in the state. Therefore, this article has descriptive character, as was based on bibliographic and documentary research, which represent significant and reliable sources for understanding phenomena, facts and variables on a given reality. Thus, the methodology used is based on the analysis and synthesis of scientific articles, as well as documents which have not undergone treatment, especially material originating from public institutions, such as the Ministry of Environment (Ministerio do Meio Ambiente-MMA), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA) and the National Institute for Space Research (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE). After the review, it was concluded that agribusiness roughness in Uruçuí manifest an imperative of socio-spatial contradictions that expose the sustainability of the Cerrado and the reproduction of family farming, considering the increase of deforestation and forest fires, the expulsion of farmers of collective areas and the redimension of social labor relations.

**Keywords:** Agribusiness; Family farming; Cerrado; General; Ways of life.

## Determinantes do trabalho infantil nos territórios rural e urbano do Estado de Minas Gerais (Brasil) em 2010

Luiz Eduardo Vasconcelos Rocha

Marco Santos de Oliveira

Ana Maria Hermeto Camilo

Há um consenso na literatura que o trabalho infantil, independente da região e do nível de desenvolvimento econômico, trata-se de um fenômeno complexo e de difícil interpretação devido aos seus múltiplos fatores determinantes. Os rendimentos do trabalho no Brasil são responsáveis por cerca de três quartos da renda per capita das famílias, demonstrando, portanto, a importância da estrutura do mercado de trabalho nas condições de vida e na coesão social do país. Dentre os fatores responsáveis pela dinâmica do mercado de trabalho, tais como a legislação trabalhista, o nível educacional e a produtividade da força de trabalho, entre outros, se destaca o trabalho infantil pela sua influência, no curto prazo, na complementação do rendimento das famílias e, no longo prazo, na baixa qualificação da mão de obra dos indivíduos que entraram precocemente no mercado de trabalho, contribuindo para a perpetuação do círculo vicioso do nível de pobreza intergeracional. O estado de Minas apresenta grande diversidade econômica, social e cultural, onde, por hipótese, assumimos que os fatores tanto de origem interna às famílias quanto externa, representado pelo mercado de trabalho, distintos entre as regiões rural e urbana, podem influenciar de forma diversa o comportamento do trabalho infantil. Dentro deste contexto, a presente pesquisa, utilizando como fonte os microdados do Censo Demográfico de 2010, analisa os fatores determinantes do trabalho infantil no estado, levando em consideração os territórios rural e urbano e, posteriormente, através de um modelo logístico multinomial, identifica os determinantes das decisões das famílias na alocação do tempo das crianças e adolescentes entre trabalho e estudo. A medida oficial, no Brasil, que define os territórios rural e urbano utiliza o critério da delimitação administrativa, classificando como urbana todas as sedes dos municípios e distritos, independente de suas características socioeconômicas e do seu tamanho, levando a um subdimensionamento do espaço rural. Assumindo a inadequação dessa definição, a pesquisa propõe uma nova delimitação territorial, a partir de três critérios combinados: delimitação administrativa, contingente populacional e densidade demográfica. Em síntese, o trabalho infantil no estado de Minas Gerais, em todos os ramos de atividade, especialmente na agropecuária, é caracterizado por uma relação de vulnerabilidade onde, além da inserção prematura no mercado de trabalho, as crianças enfrentam a falta de registro, a exploração e o trabalho de subsistência. Essa relação de vulnerabilidade, que compromete a coesão social, ocorre também na região urbana, mas se mostra mais intensa nas regiões rurais do estado.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Trabalho infantil; Territórios rural e urbano.

## El trabajo de las mujeres en territórios rurales del agronegocio global en Brasil

María Franco García

Departamento de Geociências – DGEOC/CCEN, Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Ruben Camilo Lois González

Facultad de Geografía, Universidad de Santiago de Compostela

Estudios sobre la reciente dinámica del trabajo asalariado rural en América Latina muestran la creciente incorporación de las mujeres, como trabajadoras, a la agroindustria global (VALDÉS, X; 2015), (FERNANDEZ, J; 2012), (RUIZ, P; 2012) y (SOARES, C.S; 2011).

En Brasil, el proceso de mundialización del denominado *agronegocio* ha acelerado también, lo que algunas autoras han definido como, la actual “feminización de la agricultura”. Si bien que se ha incorporado un significativo número de mujeres al empleo rural como jornaleras, lo han hecho en condiciones laborales precarias, en la medida que gran parte de los nuevos contratos son temporales y otros puestos recaen en la informalidad. El acceso a una renta hace que muchas de estas mujeres garanticen la sobrevivencia de familias pauperizadas en regiones rurales dominadas hoy por el *agronegocio*, pero al mismo tiempo, su condición de precariedad laboral agudiza aún más la desigualdad social sobre la que se sustenta este modelo de agricultura industrial de carácter exportador. La cohesión social en estos territorios no apenas se encuentra amenazada como es una imposibilidad formal.

Entre los sectores del *agronegocio* global que en la actualidad emplean el mayor número de mujeres, destacan: la caña de azúcar en el estado de São Paulo, región Sureste de Brasil; las frutas tropicales en la región Semiárida Nordeste, específicamente entre los municipios de Petrolina y Juazeiro y; las agroindustrias de granos, como es el caso de la soja en el Sur de Brasil.

En este contexto, el objetivo de este trabajo es discutir cohesión social a partir del aumento de la empleabilidad femenina en territorios rurales monopolizados por los monocultivos empresariales de carácter exportador en Brasil, las contradicciones y las posibilidades que emanan de este proceso. La metodología utilizada se asienta en un análisis de género de los datos de series históricas de empleo agrícola en los principales sectores agroindustriales globalizados, a partir de las series históricas de la PNAD/IBGE (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) y de los datos de ocupación rural del Censo Agropecuario 2006 del IBGE.

**Palavras clave:** Feminización del trabajo; Agricultura global; Territorios rurales; Brasil.

## **Movimentos sociais do campo x agronegócio no extremo sul da Bahia: conflitos e contradições**

Arlete Ramos dos Santos

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA); Doutora em Educação pela FAE/UFMG; Pós-doutorado pela UNESP.

Esse texto traz o resultado de uma pesquisa de pós-doutorado que foi realizada na Regional Extremo Sul da Bahia, a qual teve como objetivo analisar as contradições originadas de uma parceria entre os movimentos sociais do campo, de cunho progressista (MST, FTL, MRC, APRUNVE, FETAG, MLT), o governo do Estado da Bahia, de caráter (Neo)desenvolvimentista, e as empresas do agronegócio de eucalipto, Fíbria S.A. e Veracel Celulose S.A. Nesse contexto buscamos compreender as contradições presentes na realidade que envolve a relação entre reforma agrária, agronegócio e movimentos sociais do campo. Para analisarmos tais contradições, realizamos a pesquisa utilizando a metodologia qualitativa, cujos instrumentos de coleta de dados foram: análise de documentos, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. A fundamentação teórica teve como método de análise o materialismo histórico dialético, e os principais teóricos utilizados para analisar essa relação contraditória foram Marx e Mészáros. Os resultados da pesquisa apontaram que nessa parceria, as empresas citadas têm contribuído no Extremo Sul da BA, com financiamentos para a implementação de projetos pautados na agroecologia, e ainda para a construção de agroindústrias e de espaços educativos em assentamentos. Todavia, a contrapartida “negociada” é que os movimentos sociais não deverão ocupar as áreas destas empresas de eucalipto, surgindo assim, um novo jeito de fazer reforma agrária, fundamentado no “consenso” entre as empresas do agronegócio e estes movimentos sociais do campo que atuam na região supracitada. O referido “consenso” é realizado com a mediação do Estado (Neo)desenvolvimentista o qual tem a tarefa de regulamentar essa relação antagonica entre capital e trabalho estabelecendo uma parceria entre o campesinato e o agronegócio, subordinando os camponeses cada vez mais às demandas das grandes empresas e do capital financeiro. Segundo os sujeitos parceiros, as vantagens obtidas nessa relação são: a) O agronegócio não terá suas terras ocupadas pelos movimentos sociais que estabeleceram a parceria naquele espaço; b) O Estado terá conseguido resolver as situações de conflito na região, implementando um novo modelo de reforma agrária; e c) Os movimentos sociais parceiros terão recebido recursos para implementação de projetos em suas áreas. Estamos designando “Reforma Agrária do Consenso” o paradigma específico de reforma agrária originado dessa relação contraditória.

**Palavra-chave:** Agronegócio; Movimentos sociais; Reforma agrária.

## Os territórios rurais dos trabalhadores migrantes e o impacto da mecanização do processo de trabalho

Marilda A. Menezes

(menezesmarilda@gmail.com)

Maciel Cover

(macielcover@gmail.com)

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da mecanização do corte de cana em usinas do Estado de São Paulo sobre os territórios dos trabalhadores migrantes que são, na sua maioria, de áreas rurais da região Nordeste do Brasil. O processo de modernização agrícola nas usinas de cana de açúcar vem se intensificando desde a década de 1970, no entanto o corte de cana permaneceu manual. Nos últimos cinco anos, a mecanização se intensificou, as usinas ampliaram o número de colheitadeiras de cana que substituem em média 80 cortadores de cana. A utilização da colhedeira não implica em humanização do trabalho para os seus operadores, nem ameniza o trabalho dos cortadores manuais que passam a cortar cana nos locais declinados, onde as máquinas não alcançam e/ou de abrem caminho, corredores, para a passagem das máquinas. Cortar nestas condições dificulta a boa produtividade diária do trabalhador, passando, conseqüentemente, a receber menores salários. Cortando cana crua, na palha, os trabalhadores passam a se expor bem mais aos riscos decorrentes de acidentes com animais peçonhentos. Mas o maior impacto da mecanização do corte de cana é a redução do emprego. Migrar temporariamente para trabalhar nas usinas de São Paulo constitui, nos últimos 20 anos, uma estratégia de trabalho e renda importante para as famílias de agricultores das áreas rurais da região Nordeste do Brasil. Com a diminuição drástica do número de empregos nas usinas, os trabalhadores migrantes precisam buscar outras alternativas de emprego para garantirem a renda da família. Considerando que os municípios onde residem têm poucas oportunidades de trabalho, em geral, precisam migrar para outros lugares e se empregar em outros setores econômicos como construção civil, venda de roupas e outras. Para tratar dessas questões, nos fundamentamos em pesquisa empírica realizada na micro-região do Sertão da Paraíba com famílias em que os homens migram para trabalhos temporários no período de 2011 a 2015. A metodologia de pesquisa é história oral, em que privilegiamos as entrevistas semi-estruturadas.

**Palavras-chave:** Migração; Trabalhadores rurais; Relações de trabalho; Usinas.

## **Política de reforma agrária e a reproletarização de trabalhadores rurais assentados na região de Ribeirão Preto, Brasil**

Rosemeire Aparecida Scopinho

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thainara Granero de Melo

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

A política de reforma agrária brasileira é uma resposta do Estado às pressões sociais dos trabalhadores rurais e urbanos desempregados. Além da concessão de uso da terra, são oferecidos subsídios e incentivos por meio de programas de crédito, de comercialização e assistência social, desde que os trabalhadores assentados pratiquem a agroecologia e o associativismo. Na prática, a experiência organizativa desses assentamentos revela um campo de contradições onde os ganhos econômicos, políticos e subjetivos, misturam-se à insegurança social generalizada percebida, principalmente, pela instabilidade da renda dos trabalhadores. A falta de infraestrutura produtiva, de preparação dos trabalhadores e de assistência técnica permanente coloca limites para produzir em escala que possa significar a superação da pobreza e a melhoria real das condições de vida das famílias assentadas numa região brasileira que, contraditoriamente, é uma das mais desenvolvidas do país. Sem perspectivas de emancipação econômica, ao lado da “vida de assentado”, estabelece-se (ou nunca fora interrompido) um processo de reproletarização que faz os trabalhadores recorrerem ao mercado de trabalho rural e/ou urbano, especialmente o informal, para sobreviver, o que pode comprometer a consolidação dos projetos de assentamento e o futuro da incipiente reforma agrária realizada no país. Nosso objetivo é o de compreender as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos trabalhadores rurais assentados que transitam entre campo e cidade em busca de sobrevivência e segurança social bem como as suas representações sociais sobre esta condição. Estudamos o caso de um assentamento localizado na região de Ribeirão Preto-SP, Brasil, cujas famílias ocupam o território desde o ano 2000 e estão oficialmente assentadas desde 2005. As informações obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e não estruturadas com os trabalhadores e gestores de políticas públicas foram trianguladas e organizadas em categorias temáticas. Partindo de uma breve caracterização do território onde se situa o assentamento e das principais políticas públicas destinadas ao controle e erradicação da pobreza nele implantadas, analisamos a composição da estrutura familiar e as

formas de distribuição das várias famílias pelos lotes, a configuração e o lugar do trabalho e das políticas públicas de fomento à produção e comercialização e de assistência social no desenvolvimento deste território. Os dados tem permitido refletir sobre a saga desses trabalhadores na luta pela sobrevivência e sobre o significado dos assentamentos rurais de reforma agrária na reprodução/transformação das suas condições de vida.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; Assentamento rural; Reproletarização.

## Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014

Otávio Valentim Balsadi

Engenheiro Agrônomo, Doutor em Economia Aplicada, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e-mail: otavio.balsadi5@gmail.com

Mauro Eduardo Del Grossi<sup>2</sup>

Doutor em Economia, Professor da Universidade de Brasília (UNB) no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PROPAGA), e-mail: delgrossi@unb.br.

O mercado de trabalho na agricultura brasileira é caracterizado por diversas formas de ocupação, desde as relações de assalariamento até as diversas modalidades de trabalho familiar. Em um país continental, com uma agricultura heterogênea e diversa, nota-se um mercado de trabalho complexo, com importantes transformações no período recente.

Entre 2004 e 2014, a agricultura brasileira experimentou uma fase favorável em termos de expansão de área, aumento da produção e, especialmente, de ganhos de produtividade. Favorecido pelos bons preços das principais commodities e por um conjunto de políticas públicas diferenciadas para seus distintos perfis e tipos de agricultores(as), o setor foi importante gerador de divisas para a economia brasileira, especialmente pelo significativo saldo positivo na balança comercial. Este desempenho econômico favorável, no entanto, nem sempre traz benefícios para as pessoas que tem na agricultura a sua principal ocupação e fonte de emprego. Ou mesmo para aquelas que se ocupam de forma parcial no trabalho agropecuário.

Se é fato que nas duas últimas décadas foram registrados importantes avanços no mercado de trabalho, também é verdade que vários desafios ainda permanecem para serem adequadamente tratados pelos trabalhadores e suas organizações, agricultores e suas representações, formuladores e gestores de políticas públicas. Ao lado de aspectos positivos, como: redução do trabalho infantil; aumento do grau de formalidade das relações de trabalho assalariado; ampliação da cobertura da Previdência Social; ganhos reais de salário; e aumento do nível de escolaridade das pessoas, é importante chamar atenção para alguns desafios que ainda permanecem como questões estruturais da agricultura brasileira. São eles: continuidade da redução do número de pessoas ocupadas; “envelhecimento” dos trabalhadores(as) e agricultores(as) e dificuldades no processo de sucessão nas propriedades rurais; precária situação dos(as) trabalhadores(as) temporários(as); e elevado contingente de pessoas subocupadas. Em função do exposto, o objetivo do texto é analisar os principais aspectos relacionados ao trabalho e ao emprego na agricultura brasileira no período 2004-2014, tendo como fonte de informações as tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O referido período foi escolhido pelo fato de, em 2004, a PNAD ter-se tornado, de fato, uma pesquisa nacional, abrangendo as áreas urbanas e rurais de todos os Estados e Regiões. Com isso, será analisada uma série recente e inédita de dados para todo o Brasil, sendo uma novidade em termos metodológicos. Espera-se que os resultados obtidos sejam úteis para novos estudos e pesquisas, bem como para elaboração e implementação de programas e políticas que contribuam para uma vida digna das pessoas e famílias que trabalham na agricultura.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; Agropecuária; Ocupações agrícolas; PNAD; Brasil.





## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Value chains, globalisation trends, and smart specialisation | Cadeias de valor, dinâmicas globais e especialização inteligente

## **Análise fatorial da produtividade láctea no corede da produção no Rio Grande do Sul**

Marco Antonio Montoya

Doutor em economia aplicada pela ESALQ-USP. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo. (montoya@upf.br)

Júnior Candaten

Bacharel em Ciências Econômicas (UPF) e acadêmico do MBA em Economia e Gestão Empresarial (UPF). (juniorcandaten@hotmail.com)

A expansão agropecuária láctea vislumbrou-se com a livre comercialização, possibilitando influir tecnologia, genética, conhecimento e técnicas adequadas para o manejo e produção. Propício para a atividade, o Estado gaúcho detém elevada produtividade, derivando-se a isso a integração dos vinte e oito COREDEs, onde salienta-se a forte participação do COREDE de Produção, cuja municípios abordados derivam, em sua grande maioria de pequenos produtores, que buscam na atividade a fortificação da renda. Perante tal contexto, o presente trabalho, análise fatorial da produtividade láctea no COREDE da Produção no Rio Grande do Sul, buscou verificar as correlações existentes entre uma série de variáveis, prospetando alternativas para alavancar a produtividade leiteira no COREDE da Produção. Para tal abordagem, utilizou-se do método Varimax, possibilitando a minimização das relações e elucidando os resultados. Por meio da verificação dos dados e adequação à análise, vislumbrou-se significativas correlações entre a produtividade e as incógnitas ‘área’ atuando com 0,650 e ‘tempo desprendido para a atividade’, em 0,427. Obteve-se, juntamente a isto, uma tendenciosa correlação com o fator Propriedade, correspondendo com 0,938. Portanto, a variação da produtividade infere-se com maior ferocidade ao fator Propriedade, e as variáveis ‘área’ e ‘tempo desprendido para a atividade’, sendo estas os vieses para aglomeração produtiva.

## **Biodiesel in Brazil: assessing the impacts of blending laws with a partial equilibrium model**

Silvia Kanadani Campos

Joint Research Centre, Institute for Prospective Technological Studies (IPTS)

Simone Pieralli

Joint Research Centre, Institute for Prospective Technological Studies (IPTS)

Ignacio Perez Dominguez

Joint Research Centre, Institute for Prospective Technological Studies (IPTS)

Biodiesel was established in Brazil in 2005 by Law 11.097/2005 (Brasil, 2005) which mandated a minimal addition of 5% of biodiesel to the normal diesel (B5). The biodiesel introduction to the Brazilian energy portfolio was justified by the reduction of dependence on foreign diesel imports and by its environmental benefits. The law also has a social component: the Ordinance n. 337/2015 (Brazil, 2015) from the Brazilian Agrarian Development Ministry defines the minimum acquisition of raw material (in percentage terms) from family farms by the Industry.

In 2014, the Law 13.033/2014 increased twice the minimum percentage of biodiesel to 6% (B6) in July and to 7% (B7) in November. Since this year, Brazil has become the second largest biodiesel world producer, with an estimated production of 4 billion litres in 2015 (Abiove, 2016), only behind the United States with 4.4 billion (Energy Information Administration, 2016). In March of 2016, the Law 13.263/2016 (Brazil, 2016) was sanctioned. According to this, the biodiesel blend rate is allowed to increase by 1% per year up to a total of 10%. It also included an authorization for the Energy Policy National Council to increase the mandatory share up to 15%, after testing higher biodiesel blends on vehicles. The main aim of this study is to analyse the impacts of the new blending law on the Brazilian agricultural markets, especially on the soybean sector. For this the Aglink-Cosimo model is used and two scenarios constructed, namely a blending share increasing of 1% from 2017 until reaching the limit of 10% (scenario 1) and another up to the limit of 15% (scenario 2). Aglink-Cosimo is a global partial equilibrium model used to simulate development of supply, demand, and prices for the main agricultural commodities produced and traded worldwide.

In Scenario 1 results show a decrease of 60% in vegetable oil exports, following an increase in domestic biodiesel production of about 50%. The vegetable oil producer prices are expected to rise by about 10% and the consumer prices, 5%. Similar but slightly intensified results are obtained under scenario 2.

## Cadenas de valor y dinámicas globales en el neoextractivismo de América Latina

Marco Antonio Merchand Rojas

El objetivo del presente trabajo consiste en analizar, cómo a pesar de las diferencias estructurales económicas y políticas de los países Latinoamericanos, el común denominador de estas economías, es su dependencia que tienen con la economía mundial como países productores de bienes primarios. Esta explotación de materias primas llamado modelo neoextractivista, conlleva desde su propio origen, acaparamiento de tierras, expulsión o desplazamiento de las comunidades rurales, se instaura luego entonces, por consecuencias naturales una espiral de criminalización y represión de las resistencias por disputas territoriales y valores divergentes en torno a ellos, en un contexto de gran asimetría de poder.

El abordaje epistémico parte del supuesto de que el capitalismo globalizado territorial a través de los sucesos de la historia (fordismo y posfordismo) ha construido una división internacional del trabajo y una división territorial de la producción mundial que determina un rol fundamental para América Latina cómo proveedora de recursos naturales (agua, suelos, yacimientos minerales e hidrocarburos –recursos estratégicos-).

La conjetura que sustenta este trabajo postula que la apropiación de dichos recursos naturales (materias primas), se caracteriza por un coloniaje formal e informal que impone una lógica de acumulación a través los mecanismos de la compra, el alquiler o la concesión; estos mecanismos utilizados de dominio sobre los RN (Recursos Naturales) se logran gracias a dos protagonistas claves: el Estado Nación y el capital que configuran espacios y lugares para la explotación de los RN.

En el transcurso de las líneas argumentativas de este trabajo se quiere destacar la importancia que cobra y se le exige a los Estados-nación, favorecer *el despliegue de la acumulación del capital* en la lógica de la cadena de valor global en las actividades turísticas, agrícolas, mientras e industriales. En otras palabras, como lo explica Harvey, D (2004) la soberanía Estatal sobre la circulación de mercancías y capitales es entregada en una actitud servicial al mercado global. El quid del asunto, para David Harvey se encuentra en la soluciones espacio-temporales, porque generan demanda, tanto de inversión como de bienes de consumo en otros lugares (ejemplo; la actividad turística). Incluso extendiendo más el concepto sobre el despliegue de la acumulación de capital, el petróleo y otros recursos geoestratégicos de México, incluida la tierra como mercancía, están incluidos entre los objetivos neocoloniales de Washington y el capital corporativo transnacional, plasmados en la Alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte.

## Concentração da indústria de sementes de soja no Brasil

Julyerme Matheus Tonin

Meliyara Sirex Consuegra Diaz Granados

João Gomes Martines-Filho

O desenvolvimento da indústria sementeira no Brasil foi impulsionado por transformações, em aspectos tecnológicos, com o advento da biotecnologia, em aspectos institucionais, com a criação do Registro Nacional de Cultivares, e no ambiente concorrencial, com um amplo processo de fusões e aquisições. Todas essas transformações criaram um ambiente concorrencial singular, com uma vasta gama de participantes com objetivos distintos. Nesse contexto, o presente estudo busca avaliar o grau de concentração no segmento de soja convencional e transgênica, com o intuito de identificar quais foram os fatores indutores das alterações no nível de concentração do mercado de sementes de soja no Brasil no período de 2003 à 2015? Como ferramenta analítica, procedeu-se ao cálculo do índice de concentração de Hirschman-Herfindahl (HHI). Para tal utilizou-se a quantidade de cultivares registrados por cada empresa no Registro Nacional de Cultivares (RNC) e indicados nas portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Essa medida é necessária para evitar que cultivares que foram registrados e tornaram-se obsoletos sejam utilizadas na análise. Desse modo, dado que a indústria sementeira é um setor intensivo em pesquisa, a abordagem de concentração é realizada em termos de participação em novas inovações. A análise de concentração foi realizada para o Brasil, sendo calculado primeiramente os índices de concentração para as empresas produtoras de soja convencional e comparado com o segmento de sementes transgênicas, com o intuito de testar a hipótese de que as empresas especializadas na produção de sementes transgênicas participavam de um extrato mais concentrado de mercado, em comparação com as sementes convencionais. Por sua vez, procedeu-se ao cálculo dos índices de concentração separadamente para as principais regiões produtoras, para avaliar se a dinâmica concorrencial em regiões de agricultura consolidada e em regiões de fronteira agrícola. Como resultado, verificou-se que o ingresso de novas empresas no ramo dem transgênico fez com que esse segmento apresenta-se uma redução dos índices de concentração na segunda metade da década de 2000, porém essa redução do grau de concentração não ocorreu com a mesma intensidade nas principais regiões produtoras de soja no Brasil.

**Palavras-chave:** Concentração de mercado; Indústria de semente; Soja transgênica.

## **Controle gerencial da produtividade leiteira: uma análise sobre as perspectivas dos produtores rurais brasileiros**

Débora Cristina dos S. Bandeira

Silvana Dalmutt Kruger

Antonio Zanin

Geovanne Dias De Moura

O estudo teve como objetivo verificar as percepções dos produtores de leite quanto à utilização de um sistema gerencial de controle dos custos da produtividade leiteira. Metodologicamente a pesquisa é caracterizada como descritiva, quanto aos procedimentos como de levantamento e quanto à abordagem do problema é de cunho quantitativo. A pesquisa foi aplicada no Brasil, em municípios da região Oeste de Santa Catarina, por meio de questionários, a amostra é composta por 360 gestores que desenvolvem a produção leiteira. Os resultados evidenciam que 96,12% dos respondentes são do gênero masculino, e quando se trata da gestão da propriedade há participação das mulheres, quando esses são casados. Quanto às propriedades 99,17% possuem até 50 hectares para desenvolver a atividade; 100% possuem mão-de-obra familiar. A pesquisa demonstra que 94,72% dos produtores rurais faz algum tipo de anotação, sendo 98,88% anotações simples em cadernos, 94,72% identificam a produtividade por animal, 56,67% reconhecem como extremamente importante anotações e informações de apoio à tomada de decisão. Embora a pesquisa indica que apenas 0,56% dos respondentes utilizam um sistema digitalizado para controlar os custos da atividade; ainda apenas 0,56% conseguem separar as despesas pessoais das receitas e despesas geradas pela atividade leiteira. Ainda, 70,06% indicaram interesse em participar de treinamentos ou capacitações. Os resultados destacam que apenas 0,56% dos respondentes utilizam um sistema digitalizado para controlar os custos da atividade e esses mesmos 0,56% são os únicos que conseguem separar as despesas pessoais das despesas geradas pela atividade, 99,44% não separam os gastos pessoais da família com os gastos das atividades desenvolvidas. De modo geral os resultados demonstram que o sistema de gerenciamento de produtividade leiteira como um instrumento de gestão das propriedades é bastante frágil, uma vez que os produtores rurais pesquisados não fazem o uso da contabilidade e de seus relatórios, para gerenciar a atividade que desenvolvem, evidenciando a necessidade da utilização da contabilidade e de controles gerenciais de apoio à gestão das atividades desenvolvidas no meio rural.

**Palavras-chave:** Atividade leiteira; Produtores rurais; Controle gerencial para o meio rural.

## **Demanda por bacalhau seco e salgado no Brasil – entre 1989-2014**

Roque Pinto de Camargo Neto

Patrícia Raggi Abdallah

Este estudo analisa o mercado brasileiro de bacalhau salgado e seco. Isso é feito através de uma análise da demanda por este produto de 1989 a 2014. A Noruega é o maior exportador de bacalhau seco e salgado para o Brasil, seguido por Portugal. China recentemente ganhou presença no mercado brasileiro, mas ainda é de importância moderada em termos de volume de exportação para o país, quando comparado com os principais exportadores. Embora o bacalhau faça parte da dieta diária de muitos brasileiros, principalmente a partir das duas últimas décadas, importante ressaltar as demandas sazonais, com volumes de importação elevados em torno Páscoa e Natal. Através de uma estimativa da função de demanda, concluiu-se que nossos resultados estão alinhados com a teoria econômica. Um aumento de 1% no preço do bacalhau salgado e seco, importado da Noruega e de Portugal, leva a uma redução no volume de importação brasileira deste produto de 0,66%, ou seja, a demanda é considerada inelástica em relação ao preço. E, um aumento de 1% na taxa de câmbio brasileira (R\$/USD), ou seja, uma desvalorização cambial, afeta negativamente o consumo de bacalhau no Brasil da ordem de 0,98%. Além disso, um aumento de 1% na renda familiar brasileira afeta positivamente o consumo de bacalhau do país em 1,3%. O resultado revela uma elasticidade significativa de renda-consumo, indicando que mudanças nos salários domésticos implicam mudanças significativas no consumo de bacalhau salgado e seco - um fato que tem implicações tanto para o volume de importações brasileiras, bem como para a economia pesqueira como todo.

**Palavras-chave:** Bacalhau; MQO; Demanda; Brasil.

## **La profundización capitalista en el espacio agrario uruguayo a inicios del siglo XXI. Estudio de las tendencias empresariales en el marco de las cadenas globales de valor de la agricultura de granos**

Soledad Figueredo

Universidad de la República, Facultad de Agronomía, Uruguay  
(solefigueredo@gmail.com)

La estructura social agraria uruguayo se ha ido modificando al tiempo que se procesan importantes cambios en los rubros y en los sistemas de producción. Las transformaciones ocurridas en el campo uruguayo en los últimos años conllevan una nueva conformación de la estructura social dinamizada por el modelo de los agronegocios, que en particular en la agricultura de secano se ha expandido ocupando tierras y alterando los arreglos territoriales precedentes a partir de una nueva estrategia de organización de la producción. En este trabajo se abordan las nuevas tendencias empresariales en la agricultura de secano desarrolladas a partir del proceso de agriculturización como expresión de la construcción y profundización capitalista del espacio agrario desde comienzos de este siglo. Esto, en el marco del anclaje en un régimen agroalimentario mundial donde los países del sur se vuelven “plataformas productivas” proveedoras de materias primas para cadenas globales de valor a partir de dos pilares fundamentales: la biotecnología y las tecnologías de información y comunicación junto a la reducción de la capacidad reguladora de los Estados nacionales. Como forma de comprender cabalmente este fenómeno en su real dimensión, alcance y características el estudio desarrolló la articulación de análisis cuantitativos y cualitativos que iluminan diferentes aspectos de los procesos a nivel macro y micro. El análisis de la cadena global de valor de los granos permitió comprender aspectos que contribuyen a una más afinada comprensión de la estructura social agraria y de sus transformaciones contemporáneas.

**Palabras clave:** Agronegocio; Estructura social agraria; Agricultura; Uruguay.



## **Las políticas públicas agroalimentarias de América Latina y el Caribe (ALC) y de la Unión Europea (UE28) (2007-2014): impacto en la seguridad y soberanía alimentaria de Cuba y de España**

Elisa Botella-Rodríguez

Universidad de Salamanca, España

Jourdy Victoria James Heredia

CIEM, Cuba

¿Cómo contribuyen las políticas agroalimentarias en ALC y la UE28 a la seguridad y soberanía alimentaria de ambas regiones? ¿Qué políticas se han llevado a cabo de desarrollo agrario, de desarrollo mirando hacia fuera (export-led growth) versus desarrollo mirando hacia dentro (inward-looking development)? ¿Dónde han funcionado para solventar los problemas de seguridad alimentaria? Y si lo han hecho, ¿Cómo han funcionado y bajo qué circunstancias? Estas son las principales preguntas que el artículo trata de responder.

La novedad e importancia de la presente investigación radica en la propuesta de políticas públicas agroalimentarias para ALC y UE28 que remedien la crisis y que integren tanto a los productores como a los consumidores, y así contribuir con la estabilidad de la seguridad y la soberanía alimentaria en ambas regiones. El presente estudio también trata de aportar lecciones y recomendaciones de economía política para diferentes países (desarrollados y en desarrollo) que aplican políticas agroalimentarias distintas. Los estudios de casos (Cuba, España y Costa Rica en menor medida y si hay espacio) aportan una contribución clara a la literatura y diseño de política agropecuaria internacional. La falta de conversación/comparación entre diferentes modelos de desarrollo agrícola (por ejemplo neoliberal, neo-estructuralista y otros modelos más heterodoxos) y sus políticas agroalimentaria es una de las lagunas fundamentales que encontramos en la literatura académica sobre el desarrollo agrario y rural. Este estudio trata de promover estas comparaciones y conversaciones entre modelos/políticas agroalimentarias tan dispares.

**Palabras clave:** Seguridad alimentaria; Soberanía alimentaria; España; Cuba; Políticas agroalimentarias; Crisis alimentaria.

## Los países ibéricos en los mercados internacionales de aceite de oliva

Raúl Compés López

Profesor Titular de Universidad de la Universidad Politécnica de Valencia (UPV). Copresidente de la Asociación Española de economía Agraria (AEEA).

Román Cabeza

Investigador de la Universidad Politécnica de Valencia (UPV).

Los países ibéricos son grandes potencias en los mercados oleícolas internacionales. España es desde hace años el primer país productor y exportador mundial y Portugal, por su parte, se encuentra entre los diez primeros productores y consumidores, y entre los cinco primeros exportadores. Esta posición es muy destacable ya que, si bien en el pasado el del aceite de oliva ha sido un mercado estrecho de ámbito regional mediterráneo, en este siglo XXI se está globalizando. Las exportaciones están creciendo más deprisa que la producción, están surgiendo nuevos productores y las empresas están adoptando estrategias cada vez más globales.

En esta situación cobra interés el conocimiento de la posición de los países que compiten en los mercados mundiales. A través de un análisis de la competitividad basado en una batería de indicadores de ventaja comparativa es posible determinar el desempeño de cada uno de ellos. Los mejores resultados corresponden a Túnez y, en cuanto a España y Portugal, el primero muestra valores mejores que los de Portugal en todos los indicadores, aunque la competitividad de Portugal tiene una evolución más favorable que la española a lo largo del período 2000-2013.

**Palabras claves:** Competitividad; Aceite de oliva; España y Portugal.

## Melhorias contínuas e capital social: a competitividade na cadeia de valor da cafeicultura brasileira

Luísa Amélia Paseto

Milla Reis Alcântara

Marco Túlio Ospina Patino

Mudanças nas relações entre os stakeholders da cadeia de valor do café brasileiro veem contribuindo para maximizar ganhos em produtividade e qualidade, evidenciando uma reestruturação na organização do espaço agrícola (interno e entorno). Este movimento tem sido fundamental para a gestão do capital social e ambiental das propriedades, na condução da produção para a conformidade em boas práticas agrícolas. Com o objetivo de identificar sinergias de competências essenciais entre os atores da cadeia de valor, influenciadores de competitividade, a metodologia aplicada contemplou o levantamento e análise de dados secundários obtidos em literatura científica, estatísticas oficiais de produção, consumo e comércio exterior, além de entrevistas semiestruturadas. As análises da introdução de boas práticas agrícolas e o desenvolvimento (conhecimento e capacitação) do capital social para a cafeicultura na cidade de Poços de Caldas, identificou a competitividade em longo prazo como resultado da sinergia de competências essenciais dos atores da cadeia de valor. Reconhecida por produzir cafés especiais, de bebida fina, com predomínio produtivo em pequenas e médias propriedades (IBGE, 2013), Poços de Caldas é o primeiro município certificado FAIRTRADE em todo o Hemisfério Sul desde 2009. Representa 30% da produção brasileira de café, com sistema de cultivo semi adensado, e mecanização fortemente aplicada nas lavouras produzindo 1/5 das exportações de café especial. A análise das dimensões social e ambiental tem por característica, forte presença de sinergia nos atores da cadeia de valor, com foco nas ações coletivas, o aproveitamento das expertises individuais reverberam na melhoria da comunidade, do entorno, da economia, das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O IDHM (índice de desenvolvimento humano do município) foi incrementado em 34,08%, saindo de 0,581 nos anos 90 e chegando em 2010 no patamar de 0,799. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a educação (0,132), seguidos por longevidade e renda. Houve diminuição na desigualdade de concentração de renda (GINI) neste período de 1996 a 2010, a diferença entre os rendimentos dos mais pobres para os mais ricos apontam para 0,52 (1990), 0,56 (2000) e 0,50 (2010) respectivamente. A valorização do café dá-se ao rigor dos produtores, do plantio à colheita, em 2013 os exportadores faturaram US\$ 637,5 milhões, em comparação com US\$ 420,9 milhões de 2009. Observa-se que a inovação nos cafés com características especiais e excepcionais possuem rendimento médio do capital social e valor de produção descolado positivamente da média nacional desde 2010.

**Palavras-chave:** Organização agrícola; Inovação; Gestão; Capital social.

## **New wine world from China: an analysis of competitiveness of the wine industry in Ningxia**

Yuanbo Li

Ph.D. Universidad Politécnica de Madrid lybgood123@163.com

Isabel Bardají

Professor Universidad Politécnica de Madrid isabel.bardaji@gmail.com

Recently China not only attracts the attention as a huge wine consumer market but also shows its potential to be an important wine producer. China has the fifth largest global wine consumption and the largest global red wine market (OIV, 2015) while most of the wine consumed (more than 80%) is being produced domestically. With the growing economy and technical advance, the Chinese domestic wine industry has a significant development. Now China has the second largest vineyard area just after Spain and the eighth largest wine production of the world (OIV, 2015). The Chinese wine industry has flourished across the broad territory from the east costal area to the west desert area with distinct climatic and geographic conditions. Ningxia is one of the leading wine regions in China which has been the first province region as an observer of the International Organization of Vine and Wine (OIV) since 2012 and has a potential to produce the best wine of China.

The present work is aimed to make a review of the local wine industry development in China using Ningxia as a study case with a collection of secondary data and analyze factors that affect the competitiveness of the wine industry of Ningxia with the application of the Porter's Diamond Model.

**Keywords:** Wine industry; China; Ningxia; Competitiveness; Diamond model.

## Produtividade e eficiência das explorações leiteiras micaelenses: comparação entre fontes de rendimento exclusivas ou complementares

Emiliana Silva

Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApA), Universidade dos Açores, Campus de Angra, Rua Capitão João de Ávila, Pico da Urze, 9700-042, Angra do Heroísmo, Portugal, emiliana.ld.silva@uac.pt

Bruno Almeida

AASM - Associação Agrícola de S. Miguel, Recinto da Feira, Campo de Santana, Ribeira Grande, S. Miguel, bruno\_almeida45@hotmail.com

Alexandra Marta Costa

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Quinta dos Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal, www.utad.pt, amarta@utad.pt

A produção leiteira dos Açores, obtida maioritariamente de explorações de natureza familiar, apresenta um grande impacto na economia regional e contribui com cerca de 30% da produção portuguesa. A importância da bovinicultura no arquipélago tem sido acompanhada pelo apoio relevante das políticas agrícolas conduzidas pela União Europeia, o que tem permitido aos agricultores açorianos auferirem de um rendimento anual sustentável e, em muitos casos, proveniente exclusivamente da atividade pecuária.

A abolição recente das quotas leiteiras tem originado consequências desastrosas no setor português e, a nível regional, a produção de leite encontra-se condicionada pela diminuição do seu preço ao produtor e pela redução das quotas de produção impostas pela indústria. Desta situação emerge a necessidade da racionalização da produção e dos fatores produtivos utilizados na pecuária, sendo a procura de fontes de rendimento novas ou complementares a consequência mais previsível a prazo. Neste sentido, pretende-se com este trabalho avaliar a produtividade e eficiência das explorações agrícolas nas situações em que a agricultura é a principal fonte de rendimento e compará-las com outras em que tal não se verifique. Para o efeito, as explorações leiteiras que integram a base de dados da Associação Agrícola de S. Miguel, ilha que mais contribui para a produção de leite nos Açores, foram organizadas em dois grupos, de acordo com a fonte de rendimentos - (I) exclusivamente provenientes da agricultura ou (II) derivados de fontes complementares - através dos quais se analisou, de forma comparativa, a produtividade e eficiência e a sua relação com as características estruturais.

Os valores das eficiências técnicas, obtidas pelo *Data Envelopment analysis method*, evidenciam a inexistência de diferenças relevantes entre os dois grupos de explorações agrícolas (0,689 e 0,679, para a Eficiência Técnica a Rendimentos Constantes, e Eficiência Técnica a Rendimentos Variáveis, respetivamente). As divergências localizam-se no número de explorações eficientes, sendo este superior para o Grupo I. Ao nível da produtividade, verifica-se que o rendimento da exploração por hectare e a produção de leite por vaca é ligeiramente superior nas explorações cujo rendimento provém exclusivamente da agricultura (1032,8€/ha e 8104,8 litros de leite/vaca e ano), quando comparado com o outro grupo de explorações (730,9€/ha e 7666 litros de leite/vaca e ano).

Em suma, a criação de alternativas que possam, de algum modo, compensar as perdas de rendimento atuais, poderá constituir o desafio que se impõe, para reforçar a sustentabilidade económica micaelense e sem debilitar a eficiência dos seus sistemas produtivos lácteos.

**Palavras-chave:** Açores; Eficiência; Fonte de rendimento; Leite.

## Relevance of alliances activities for new product development: the case of European Agri-food firms

Ferdaous Zouaghi

Universidad Pública de Navarra, Pamplona (ferdaous.zouaghi@unavarra.es)

Mercedes Sánchez García

Universidad Pública de Navarra, Pamplona (mersan@unavarra.es)

Strategic alliances are argued to be a critical to firm capability development by acquiring valuable chain knowledge and expertise. Co-operation may become necessary in food sector because internal resources are insufficient to meet the firms strategic objectives. Firms join multiple alliances such as universities, research institutions, competitors, suppliers, and customers to gain access to a wide range of skills and resources along different points of its value chain for innovation (Chen et al., 2015). Prior research provided empirical evidence that a firm's strategic alliances have a positive impact upon its innovative performance and new product development and that the relationship between alliances and innovation performance might be characterized by diminishing marginal returns to extensive allying (Rothaermel & Deeds, 2004). R&D alliances are complex organizational forms that can require adequate absorption capabilities to make better performing R&D alliances. So far, while various studies reported an inverted U-shaped relationship between R&D alliances diversity and innovation performance on firms in general, there is little empirical testing of such relationship on Agri-food firms. Furthermore, very little is known about how managers can operationally leverage the value created by strategic alliances into commercially viable products. This present study suggests that the diverse knowledge available under increasing network partner diversity lacks complete exploitation (Parida et al., 2015) in Agri-food firms, high costs associated with increases diversity and limited firms' resources and capabilities available to firms (Teirlinck and Spithoven, 2013). This paper extends research on knowledge transfer for innovation by examining the impact of alliance partners on product innovation performance. To that end, we distinguish between the positions in the value chain (horizontal vs vertical) and two kinds of outcomes (radical vs incremental innovations).

Using two waves of the European Community Innovation Survey (CIS), we find that the levels of the alliances diversity are optimal at different levels depending on innovation novelty. To maximize radical innovation performance in food industries, a larger set of vertical upstream would be required, contrary, for incremental innovation, customers and clients are important sources of knowledge for firms pursuing this kind of innovation. This study contributes to a better understanding of how food firms should configure their alliance portfolio types depending on their knowledge needs.

**Keywords:** Strategic alliances; Value chain; Agri-food firms.

## Suicultura extensiva ou intensiva? Um desafio para a zootecnia em Portugal

Marieta Amélia Martins de Carvalho

CIMO, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, Apartado 1172, 5301-855 Bragança, Portugal (carvalho@ipb.pt)

Há uma previsão de crescimento populacional no mundo, fator que afetará a procura e o mercado de carnes no futuro. Dentro destas, a mais consumida é e será em Portugal e na Humanidade a carne de porco. Na conjuntura atual, devido à crise económico-financeira, a União Europeia estabeleceu uma estratégia de crescimento até 2020: 1) Crescimento inteligente – tem de desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; 2) Crescimento sustentável – tem de promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; 3) Crescimento inclusivo – tem de fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Nesta investigação vamos-nos focar no setor da suicultura sustentável. Este assenta em três pilares, tem de ter viabilidade económica, ecológica e social. Em relação ao primeiro pilar, toda a atividade, para ser sustentável tem de criar riqueza. No que se refere ao aspeto ambiental, sabemos que todos os alimentos que consumimos têm impactos ambientais, em termos de emissões de gases de efeito estufa, uso da terra, uso da água, de energia, biodiversidade, etc. Apesar disso, a zootecnia enfrenta desafios dos grupos de defesa do meio ambiente e do bem-estar animal. Estes grupos alegam que o consumo de carne prejudica o meio-ambiente e a intensificação da produção não é bom para o bem-estar animal. O setor da suicultura é responsável por cerca de 11,5% das emissões de gases de efeito estufa, dentre os animais de produção (bovinos de leite, de carne, aves e outros). Quando se fala de sustentabilidade social, alguns dos aspetos a considerar são o bem-estar animal e, fatores nutricionais das carnes produzidas pelos dois sistemas. Neste quadro, o maior desafio que se coloca à zootecnia será decidir que tipo de produto produzir? A que preço? Qual o sistema de exploração utilizar? Existe um sistema de exploração sustentável?

**Palavras-chave:** Suicultura; Sistemas de exploração de suínos; Especialização inteligente; Desenvolvimento sustentável.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Social capital, resilience, governance and networks | Capital social,  
resiliência, governança e redes



## **A resiliência socioecológica em contexto de base produtiva primária: um estudo na comunidade Sítio de Capoeira no município de Pedra Branca – PB, Brasil**

Tânia Maria de Andrade

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Recursos Naturais – IFPB / João Pessoa, Brasil. [tania.andrade@ifpb.edu.br](mailto:tania.andrade@ifpb.edu.br)

Arlide Franco Alves

Prof. Dr. em Ciências Sociais – IFPB / João Pessoa, Brasil. [alves@ifpb.edu.br](mailto:alves@ifpb.edu.br)

Gesinaldo Ataíde Cândido

Prof. Dr. em Engenharia da Produção – UFCG / Campina Grande, Brasil. [gesinaldo@pq.cnpq.br](mailto:gesinaldo@pq.cnpq.br)

Isaiane Vieira de Melo

Gestora Ambiental – IFPB / João Pessoa, Brasil. [isaianev@gmail.com](mailto:isaianev@gmail.com)

A resiliência socioecológica apresenta-se como variável central da sustentabilidade e contributiva ao processo identitário local, inserindo-se na área temática “Capital social, resiliência, governança e redes” do XI CIER 2016. Para avaliá-la num contexto de atividade primária, tomou-se como referência os camponeses de Capoeira, Semiárido Paraibano, marcado por vegetação do bioma Caatinga, clima quente e seco, relevo ondulado e presença de várzeas cultiváveis. Embora apresente potencial hídrico, através de barragens, os camponeses sofrem com a escassez hídrica durante as estiagens. No contexto socioecológico resiliência é a capacidade que um sistema tem de absorver processos de desenvolvimento, tendo condições não só de resistir às adversidades, mas de considerar em seus processos de desenvolvimento, os componentes que se inter-relacionam aos ecossistemas. Como percurso metodológico seguiu o marco teórico, acompanhado de visitas de campo, registros e, elaboração do corpus de narrativas dos atores sociais locais. Apropriou-se de questionamentos como: qual o histórico de formação da comunidade? Como se define o processo gestor local? Que externalidades poderão ser percebidas? Como se estabelecem as relações entre os sistemas de crenças, produtivo e de governança? Como estas relações interferem na biodiversidade local? Incorporando como instrumento de coleta dos dados primários, a técnica do Grupo Focal, dividida em quatro grupos (homens, mulheres, liderança e jovens maiores de 16 anos). Consideramos como dimensões da resiliência: i) sistema de crenças; ii) formas de manejo dos bens da natureza; iii) mudanças na biodiversidade; e, iv) sistema de governança. Observaram-se as percepções locais e as relações intrínsecas a estas percepções no campo funcional entendido como sistema de significações; e no campo estrutural, entendido como pragmatismo do cotidiano. Os resultados sinalizaram positivamente às três primeiras dimensões; isso se deu, devido à conservação de valores de pertencimento ao coletivo, do respeito à mulher, a ancianidade, a importância às técnicas agrícolas tradicionais e a capacidade de aceitabilidade de novas tecnologias. Porém, a dimensão sistema de governança foi considerada negativa, devido ao processo de desterritorialização da comunidade. Evidenciou-se, portanto, mesmo na condição de incertezas da comunidade, que os principais atributos da resiliência socioecológica foram conservados, tornando-se um indicativo favorável ao enfrentamento das atuais mudanças que já fazem parte de suas vidas.

**Palavras-chave:** Resiliência socioecológica; Dimensões da resiliência; Sustentabilidade; Região semiárida; Comunidade camponesa.

## Can social workers partake of ecosystem services enhancement? The governance of agri-environmental payments as an opportunity to deploy eco-social approaches to welfare provision and poverty alleviation in protected rural areas

Pedro Gabriel Silva

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CETRAD/ISCTE-IUL

Lívia Madureira

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CETRAD

This paper results from the project SAVE-Valorization of Environmental Services of Agro-Ecosystems in Protected Areas, a research sponsored by the Ministry of Agriculture through the *Rede Rural* (Rural Network) program. The project, developed by researchers from UTAD and Quercus was focused in the study and valuation of Ecosystem Services in the Serra da Estrela Natural Park (SENP), in Portugal. One of the key features of the research was the assessment of an agri-environmental program, the *Iniciativas Territoriais Integradas* (ITI-Integrated Territorial Initiatives), and its impact on the provision of Ecosystem Services, conservation and environmental sustainability. Among the research findings, we have discovered a wide potential of the ITI program for welfare provision and to bolster the economy of local communities in the SENP. Nonetheless, we have also perceived that, unlike what happened in other Portuguese protected areas, in the SENP, the results achieved by the ITI program were meagre, due to, among other reasons, a faulty governance architecture that was systematically parted from local stakeholders' involvement. A circumstance that might have been mitigated if, from the start, the local ITI program had integrated social workers, whether working in the municipalities or based in local 3rd sector organizations. If, on the one hand, the ITI governance design overlooked the possibilities that social workers could offer to a better implementation of the program, on the other hand, social workers seemed to disregard or relinquish the program. Hence, drawing from the outcomes of SAVE project, we propose discussing the potential of agri-environmental policies to act in support of social intervention and poverty alleviation in rural settings and the role that social workers can assume in its implementation and in rendering environmental measures more effective when it comes to fighting demographic decline, human desertification and economic impairment in rural mountain contexts.

**Keywords:** Ecosystem services; *Iniciativas territoriais integradas*; Payments of ecosystem services; Environmental social work; Serra da Estrela.

## Capital social Brasileiro: uma abordagem sindical

Edith Ornellas

O conceito de capital social tem sido utilizado com diferentes abordagens e procedimentos metodológicos em pesquisas para análise de processos de cooperação, nas diversas situações da realidade contemporânea brasileira. Por vezes, o uso do conceito, um dos mais conhecidos do final do século passado, formulado pelo cientista Robert David Putnam, se distancia dos resultados e discussões dessa pesquisa, pois a realidade que serviu de base empírica para que Putnam o formulasse em suas pesquisas aconteceu examinando informações entre o norte e o sul da Itália, com contexto histórico milenar. Neste trabalho busca-se rediscutir o conceito de capital social, contextualizando-o historicamente à realidade brasileira, com olhar específico sobre iniciativa, civismo, cooperação, confiança e reciprocidade, nos territórios, tendo como ponto de partida a formação do povo brasileiro e a influência da ocupação ibérica no processo colonizador. Como especificidade aborda-se o perfil da ruralidade, articulando-o à forma de explorar os espaços de natureza com o perfil do povo colonizador e desbravador que praticou essas ocupações. Para entendimento do processo de transição deste período ao momento de configuração do Estado Nacional, é analisado um recorte do perfil de portugueses e espanhóis presentes nas atuais características da sociedade brasileira, mostrando os traços de individualismo na vivência governamental. O material histórico levantado focou algumas variáveis do passado colonial e imperial na formação da sociedade brasileira, dentro da trajetória do Brasil para a República Velha e para a República Nova, retratando uma realidade social de construção do perfil de cooperação, apesar da presença de estruturas de favoritismo na administração pública. O texto confronta também o crescimento da população brasileira, com o crescimento do número de sindicatos ligados às áreas rurais e urbanas no período de 1966 a 2001, bem como dialoga com características da administração pública entre a década de 1960 até meados de 1990, época em que o governo brasileiro dá ênfase ao neoliberalismo na administração do bem público. Pontua-se, então, repensar as seis dimensões do capital social, postuladas pelo Banco Mundial, bem como a mensuração do nível de capital social, especificamente para o Brasil.

**Palavras-chave:** Capital social brasileiro; Influência ibérica no Brasil; Ibéria e a cooperação no Brasil; Ibéria e o capital social no Brasil.

## **Contribuições da cooperação internacional, redes e organizações da sociedade civil para os avanços paradigmáticos em políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa no Nordeste do Brasil**

Marcelino de Souza, Lima

MSc em Agricultura Tropical e Subtropical pela Georg August Universitaet von Goettingen (Alemanha). Doutorando na UTAD. Curso de 3º Ciclo: Ciências Agronômicas e Florestais

Timothy Leonard, Koehnen

Prof. PhD – Professor Associado por Agregação (CETRAD-DESG-ECHS-UTAD)

Alexandre Henrique Bezerra Pires

MSc em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX/UFRPE) e Coordenador Geral do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá

Este artigo apresenta um trabalho que se desenvolve principalmente no âmbito geográfico do Semiárido brasileiro, região Nordeste, e visa a analisar impactos e mudanças na agricultura familiar e camponesa, influenciadas pelas relações estabelecidas entre Organizações da Sociedade Civil e Agências de Cooperação Internacional a partir de dinâmicas de formação de capital social, entendido aqui como a proliferação horizontal de confiança mútua e construção de novas relações sociais, solidariedade e fortalecimento da sociedade civil e do processo democrático para a incidência em políticas públicas. São fontes de informação a literatura especializada, relatórios de projetos e programas de Organizações e Agências, bem como entrevistas realizadas com atores sociais locais e internacionais. O objectivo é entender como a cooperação internacional, redes e organizações da sociedade civil contribuem para os avanços paradigmáticos nas políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa naquela região, bem como os atuais entraves e riscos para a continuidade dessa trajetória. A hipótese é de que os processos de interação entre a cooperação internacional, organizações e redes da sociedade civil resultam num processo de formação de capital social, construção e intercâmbio de conhecimento, e incidência política efetiva.

**Palavras-chave:** Cooperação internacional; Sociedade civil; Desenvolvimento inclusivo; Política pública; Semiárido brasileiro.

## Collective action in social community intervention: challenges in (re)configuration of local governance<sup>3</sup>

Hermínia Fernandes Gonçalves

Professor, Department of Economics, Sociology and Management (DESG) UTAD;  
Researcher Transdisciplinary Studies Center for the Development of the same University (hgconcalves@utad.pt)

The complexity of social issues along with financial and ideological crisis of the welfare state, are often highlighted in the renewal of values in collective action, governance and integrated social intervention. The theories of Beck (2000), Giddens (1997, 2001), Castells (2007), Blanquart (2004), Gonçalves (2011), Estivill (2008), Adaikalam (2014), come in the sense of building governance spaces from local power structures and integrated social intervention enhancing the coordination of social protection with local development. Indeed, it is underway, a paradigm of integrated social intervention, increasingly systemic, ethno methodological and supported in research-action. On the other hand, based on a governance proposal from interface structures between the public and private sectors -connecting people, organizations and representatives- in order to take collective decisions on the definition of strategies and the allocation of resources to meet the territories challenges. The acting in the vulnerability in key fields of well-being -like social action, employment, health, education, environment, culture and the social relations- in Portugal has been delivered to local partner devices, including Local Councils for Social Action (CLAS4). This article focuses on the interpretation of managerialist practices of integrated strategic planning and inter partners joint.

In methodological terms part of speech analysis of Policy, Social Network Programme, and focuses on the analysis of CLAS practices. It was chosen a study strategy of multiple cases, of CLAS, supported, at the same time, in the qualitative and ethnographic methods and in the typical analytical theoretical reasoning of Grounded Theory to interpret the formal and empirical sense of these processes.

In general, the CLAS have revealed difficulties in gear which concerns to guarantee the strategic and integrated character and, in the implementation of forms of participated collective actions to strengthen the articulation of individual and community focus readings. The paper contributes to systematize the main conclusions of the observed cases interpreting them in the light of theory, and sketching at the same time, the essential outlines of local governance in the integrated social intervention.

**Keywords:** Governance; Integrated social intervention; Collective action; Local development.

<sup>3</sup> This article is part of a research PhD in Sociology from USAL, completed in April 2011 on the Local Governance Collective Strategies in Social Field; and a research PhD in Social Work at ISCTE\_IUL, going on Reconfiguration of contemporary social work within the framework of neo-liberal thinking. Paralelemente the author has developed some research, analysis of the Social Network Programme and case studies CLAS.

<sup>4</sup> The CLAS are partnerships for shared management of the local social development at the municipal level, which, in Portugal, were created under the National Social Network Programme

## Cooperação na gestão do espaço agro-florestal: quando a percepção das acções dos vizinhos conta

Maria João Canadas

Ana Novais

Marco Marques

A questão da cooperação entre proprietários fundiários no âmbito da prevenção de incêndios é um tema ainda pouco explorado, sobretudo em contextos de domínio de propriedade privada. A noção de dilema social na produção de bens públicos, aplicada à redução de risco de incêndio de uma paisagem agro-florestal pela gestão de combustíveis, levada a cabo pelos múltiplos proprietários que integram essa paisagem, constitui o quadro de análise para o estudo de cooperação que se apresenta. Com recurso a um inquérito presencial e em profundidade a uma amostra de 112 prédios numa freguesia do concelho de Paredes, caracteriza-se: a disposição dos proprietários a cooperar para reduzir a susceptibilidade aos incêndios; e a actual coordenação entre o proprietário e os seus vizinhos, implícita no sistema de práticas de gestão de combustíveis do próprio e sua percepção das práticas dos vizinhos. A atitude à cooperação permite definir três grupos de prédios cujos proprietários são: avessos à cooperação (20%); disponíveis para acordo informal entre proprietários (40%); disponíveis para formalizar a cooperação (40%). Idade, género, local de residência, lógicas económicas de gestão, importância atribuída à floresta, modelos de trabalho, e atitude reivindicativa de incentivos financeiros públicos são factores que permitem uma clara distinção do perfil dos três grupos. O confronto da disponibilidade e práticas do proprietário com as práticas dos vizinhos permite definir o carácter unilateral ou mútuo daquela disponibilidade. Estão na primeira situação os casos de disponibilidade para a cooperação por parte de proprietário que gere combustíveis, mas acha que os vizinhos não o fazem. Esta percepção de comportamento oportunístico, ao concorrer para a ideia de ineficácia da acção pessoal, pode vir a contrariar a concretização daquela disposição. Os casos em que a aversão à cooperação se associa a um sistema de práticas-percepções em que o próprio não realiza qualquer gestão de combustíveis, e acha que os vizinhos também não o fazem, configuram uma situação de deserção mútua. Conclui-se que, enquanto o procedimento mais usual de segmentação dos proprietários permite a definição de perfis mais receptivos ou mais avessos à cooperação, o seu cruzamento com as actuais modalidades de coordenação de proximidade, implícitas no sistema de práticas do próprio-percepções relativamente aos vizinhos, realça a necessidade de mensagens ou medidas de política concertadas territorialmente, ou seja, que tenham em conta a proximidade no espaço rural.

**Palavras-chave:** Cooperação; Dilema social; Proprietários florestais privados; Gestão de combustíveis; Incêndios rurais.

## Cooperativismo e desenvolvimento rural: complexidades e contradições no campo brasileiro

Evandro César Clemente

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí – Rua Riachuelo CP 03 CEP 75804-020 –  
Email: evandrocclemente@gmail.com

Tatiane Rodrigues de Souza

Mestranda em Geografia - Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí – Rua Riachuelo CP 03 CEP 75804-020 –  
Email: tati87souza@gmail.com

Rafael Fernando Gontijo

Mestrando em Geografia - Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí – Rua Riachuelo CP 03 CEP 75804-020 –  
Email: rafaelgontijo23@gmail.com

O trabalho tem como objetivo analisar o papel do cooperativismo na produção e uso do território no campo brasileiro em dois períodos: um que vai de 1930 até os anos 1980 e outro de 1990 até o momento atual. O recorte espacial para a realização da pesquisa é a Região do Sudoeste de Goiás, marcada pela presença da agricultura capitalista. Para a consecução da pesquisa foi efetuada revisão bibliográfica acerca do tema, levantamento de dados de fonte secundária em órgãos governamentais como o IBGE e também de dados de fonte primária a partir da aplicação de formulários e realização de entrevistas. No primeiro período, delimitado entre os anos 1930 e 1980, houve a implementação pelo Estado brasileiro de um cooperativismo voltado para viabilizar a implantação e a consolidação de uma agricultura de caráter empresarial. A partir de 1932 que o Estado oficializou por meio da promulgação da Lei básica do Cooperativismo brasileiro e passou a estimular a sua expansão no campo brasileiro por meio de isenção de impostos e subsídios, utilizando-o como um instrumento para mudanças na agricultura. A partir do final dos anos 1950, o país passou a incorporar na agricultura o pacote da revolução verde, aplicando ao processo produtivo agrícola insumos químicos e a mecanização, aumentando a produtividade, porém gerando nefastos problemas sociais e ambientais. Foi direcionado crédito estatal subsidiado para os grandes proprietários rurais, visando fomentar a expansão da agricultura capitalista. Neste processo, o cooperativismo cumpriu um papel relevante para fortalecer e consolidar este processo por diminuir custos na aquisição de insumos e equipamentos. Por outro, esta inserção tem sido se dado de maneira induzida pelo Estado e subordinada ao capital.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Campo; Território; Desenvolvimento rural.



## **Crise económica e dispositivos de inserção sociolaboral em territórios rurais e periurbanos**

Pedro Silva

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) (pgpsilva@utad.pt)

Octávio Sacramento

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) (octavsac@utad.pt)

Hermínia Gonçalves

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) (hgoncalves@utad.pt)

A crise financeira de 2008 representou um duro golpe para Portugal. Áreas rurais periféricas, já sujeitas a problemas estruturais que envolvem a competitividade da economia, o recuo nas oportunidades de emprego, o desequilíbrio demográfico devido a baixas taxas de natalidade, envelhecimento e êxodo dos jovens, agravam-se com as restrições trazidas pela crise e pelas medidas de austeridade que, entretanto, se seguiram. Este artigo apresenta estudos de caso de mulheres em situação de vulnerabilidade social e económica na franja periurbana de Vila Real, no norte de Portugal. Embora representando diferentes trajetórias biográficas, as mulheres que compõem as unidades de análise têm em comum o facto de se encontrarem em risco agravado de exclusão sócio-económica, beneficiando ou tendo beneficiado de apoios de rendimento mínimo concedidos pelo Estado. Estes casos trazem uma imagem heterogénea dos constrangimentos que afectam a subsistência das mulheres em grupos sociais ameaçados por empregos precários, mal pagos, informais e sazonais (muitas vezes na agricultura), condição que se agrava face aos baixos níveis de alfabetização, à falta de oportunidades de emprego e ao aumento da responsabilidade pessoal sobre a família e parentes dependentes. Identificar as estratégias individuais definidas por essas mulheres para superar as dificuldades torna-se um dos principais objectivos deste trabalho, sem deixar de lado o levantamento das modalidades de apoio das solidariedades informais e formais (seja por organizações privadas sem fins lucrativos ou por serviços do Estado). Compreender o papel das solidariedades familiares e comunitárias, informais e formais, bem como o relacionamento das mulheres com estas formas de solidariedade, às vezes beneficiando, outras vezes abrindo mão delas, apresenta-se como outro dos objectivos desta comunicação. Paralelamente, estudam-se as formas como elas percebem a pobreza e desenvolvem um discurso sobre a exclusão sócio-económica. Este exercício, suportado na narrativa, transmite a utilização de etnografias e de experiências de vida que servem, por um lado, de base ao processo de auto-conscientização e, por outro, de informação dos decisores políticos e de uma grande variedade de agentes profissionais que lidam com a exclusão sócio-económica. Metodologicamente, o trabalho decorre de um paradigma qualitativo, apoiada por entrevistas etnográficas (recorrendo, principalmente, à história de vida e de família e à elaboração de orçamentos-tempo).

**Palavras-chave:** Pobreza; Exclusão de gênero; Políticas de rendimento condicionado.



## Desarrollo territorial y pobreza. ¿Son importantes las instituciones?

Paula Andrea Nieto Aleman

Polytechnic University of Valencia, Department of Economics and Social Sciences, Camino de Vera, s/n, 46022  
Valencia

Noraty Roig-Tierno

Polytechnic University of Valencia, Department of Economics and Social Sciences, Camino de Vera, s/n, 46022  
Valencia

Franciscoz Mas-Verdú

Polytechnic University of Valencia, Department of Economics and Social Sciences, Camino de Vera, s/n, 46022  
Valencia

José María García Álvarez-Coque

Polytechnic University of Valencia, Department of Economics and Social Sciences, Camino de Vera, s/n, 46022  
Valencia

Las investigaciones existentes sobre la pobreza se caracterizan por la aplicación de diferentes métodos y enfoques. Por lo general, se centran en los atributos o carencias que los individuos comparten en una misma unidad física (país, región, localidad). La adopción de un paradigma sobre la pobreza implica asumir determinados valores y visiones del mundo. Colombia es un país con una historia particular, sobre la cual pesa un conflicto armado de más de cincuenta años. Esta condición ha podido afectar el desarrollo y crecimiento de los territorios. Sin embargo, este escenario no sería la única explicación plausible sobre la pobreza en el territorio nacional. Este estudio pretende construir un enfoque de pobreza sobre la base de las dimensiones; económica, institucional y social. Se hará uso de la técnica de Análisis Cualitativo Comparativo (QCA en sus siglas en inglés) para explicar el por qué se reduce la pobreza en las regiones colombianas. Se hará un QCA dinámico de carácter temporal, con el fin de observar la evolución de la pobreza a partir de las configuraciones causales en cada una de las dimensiones propuestas en este estudio.

**Keywords:** Pobreza; Desarrollo territorial; Conflicto armado; QCA.

## **Desenvolvimento territorial e a participação social da juventude no território de identidade de Vitória da Conquista-BA/Brasil**

Fernanda Viana de Alcantara

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB –  
falcantara17@hotmail.com

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira

lucasaguiar04@hotmail.com

Valdemiro Conceição Júnior

miroconceicao@hotmail.com

Pode se reconhecer que as bases sustentadoras do desenvolvimento territorial rural brasileiro são novas proposições da participação, da gestão e do empoderamento. São consideradas as dimensões que vão além da temporal e da espacial. Há uma expressiva tentativa de abarcar e inserir na conjuntura atual um processo que promova a participação, o entendimento e a redistribuição do poder, no conjunto dos atores é importante destacar a presença e o papel da juventude. A partir da realidade do território de Identidade de Vitória da Conquista é possível entender que o poder mais articulado gera oportunidades de aproximação da realidade rural com as alternativas de melhoria. Ao buscar dados sobre esta aproximação da juventude com as decisões políticas, verifica-se que a mesma se concretiza, pela participação política, na escolha dos representantes político-administrativos. Em diálogos estabelecidos com pessoas da sociedade civil, de modo especial com os jovens, verificou-se que embora sejam crescentes as preocupações com as questões locais, problemas de permanência no campo e alternativas de melhoria das condições de produção, muitos afirmam que não tem interesse nos temas e ambientes políticos. Fato contraditório e revela uma ausência de esclarecimento sobre o papel do indivíduo. Sobre o envolvimento da juventude com as questões de ordem política e que demandam a presença e a participação da mesma, no Território de Vitória da Conquista, registrou-se a presença de poucas organizações, que objetivam reunir jovens que apresentem interesse em comum, as organizações mais presentes são ligadas a produção, ou a questões do meio rural. Assim, há uma necessidade de promover oficinas e outros eventos para a Formação de Lideranças Jovens. Estes fatos apontam em direção à descentralização, por meio de novas maneiras de organização da administração pública municipal e as formas de inserção da juventude nas questões de ordem política. Observa-se um esforço em criar os espaços de participação, em que a juventude esteja presente. Nos espaços de participação, de modo especial, no colegiado territorial, a proposta é gerar o capital social capaz de garantir a sustentação necessária para enfrentar as situações que vão se formando no dia-a-dia. Mesmo com a diversificação das representações e interesses, há uma variação no que diz respeito ao poder de decisão no colegiado, e há necessidade de espaço para a participação da juventude. Tem sido constituído interessantes mecanismos de participação no território, onde a juventude pode interferir e propor debates sobre o planejamento e a execução das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial; Participação social; Juventude.

## El capital social en zonas rurales Andaluzas: ¿incide en su desarrollo?

Fernando E. Garrido

IESA-CSIC. Córdoba, España

Eduardo Moyano.

IESA-CSIC. Córdoba, España

La perspectiva del capital social (CS) es un enfoque cada vez utilizado por los científicos sociales que se ocupan de analizar el desarrollo territorial. En muchos trabajos relacionados con el desarrollo de los territorios rurales, se argumenta que lo que condiciona el éxito o fracaso de los proyectos de desarrollo que se aplican en regiones con similares recursos humanos y productivos, es la existencia de una buena red de relaciones sociales (capital social), al facilitar las estrategias de cooperación necesarias para emprender proyectos y favorecer el buen funcionamiento de los sistemas de gobernanza.

En este trabajo se analizan los procesos de desarrollo de los territorios rurales desde la perspectiva del CS mostrando los factores no económicos (normas de confianza, vínculos de cooperación, red institucional, sistema de gobernanza...) que explican la viabilidad de esos procesos en las áreas rurales de Andalucía. En concreto, se realiza una medición de las distintas dimensiones del capital social con objeto de explicar en qué dirección y con qué intensidad inciden esas dimensiones en las diferencias de desarrollo observadas entre un conjunto de comarcas andaluzas seleccionadas.

La fase de campo del proyecto de investigación (realizada a lo largo de 2015) ha consistido en la realización de una encuesta presencial en domicilios, a la población residente en las comarcas seleccionadas, cuyo cuestionario ha incluido preguntas que han tratado de medir las distintas dimensiones del CS. El cuestionario se ha aplicado sobre una muestra de 1500 individuos (seleccionados aleatoriamente por cuotas de sexo y edad), y distribuidos de forma equilibrada entre las comarcas objeto de estudio. Las comarcas han sido seleccionadas de modo que fueran distintas en cuanto a su nivel de desarrollo económico (en términos de PIB, renta per capita, tasa de actividad, tasa de desempleo,...), pero similares en cuanto a la dotación de infraestructuras y disponibilidad de recursos productivos (superficie agraria útil, superficie de espacios naturales, estructura económico-productiva,...), teniendo también en común el hecho de haber sido, además, objeto de aplicación de algún programa Leader o Proder. Con ello se ha tratado de aislar el CS como variable independiente en cada comarca, con objeto de poder medir si sus dimensiones explican las diferencias de desarrollo observadas. En esta comunicación se presentan los resultados más relevantes obtenidos de la citada encuesta.

**Palabras clave:** Capital social; Desarrollo; Andalucía.

## Food, social capital and relational capital

Roberto Veraldi

University of Gabriele d'Annunzio, Chieti-Pescara;

Leonardo Seghetti

Food and wine critic and expert on local specialities

The food is not only a mechanical intake of food, but very often is accompanied by a kind of conviviality, the pleasure of being together and eat. The act of consuming food, is also a form of identity of lifestyle: think of the Mediterranean diet, or the regionality of fine dining that represent one of the expressions of our being social individuals.

But it also represents a powerful engine of communication associated with consumption of leisure and tourism; as well as exemplary instrument of cultural transmission of a given territory.

That's why, even in the singularity of the act of consuming food, we love to go out to eat at least once a month; then, if you're young, that index changes. Equally we rediscover the pleasure of sharing with friends, closed between the domestic walls.

Still, we are rediscovering food as a cultural message, as social capital to be transmitted to future generations to combat a certain form of flattening dictated by modernization from the perspective of food consumption, food security and rituals associated with them: in fact, everything speaks to us of the importance of food as a social ritual.

Within this framework, we want to try to explore the link between the need and social rituals as a vehicle for the transmission of relational capital.

**Keywords:** Food; Social capital/relational capital; Security; local specialities.

## **Gestão social nos territórios rurais: apontamentos para uma narrativa do sobredesenvolvimento territorial no Brasil**

Betty Nogueira Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Kayton Ávila

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Um dos avanços no quadro normativo de políticas públicas no Brasil foi a adoção do território como unidade político-administrativa da ação governamental no meio rural. Adotando uma visão integradora do espaço rural com o urbano, a política de desenvolvimento rural com abordagem territorial tem por objetivo o fortalecimento de instâncias coletivas de participação e gestão social institucionalizada no âmbito dos Colegiados Territoriais. Estes Colegiados são instâncias de concertação e pactuação composto por representatividades da sociedade civil e do poder público que devem expressar, em alguma medida, a diversidade do tecido social do território. A consolidação destes espaços de gestão social passa por diversos estágios relacionados às capacidades dos atores sociais estabelecerem laços sociais baseados em relação de confiança, cooperação e de participação. Evidentemente, estas relações são mediadas por interesses e escalas de poder de tonalidades diversas capazes de potencializar, ou não, as ações em torno de um projeto coletivo. A gestão social pode ser compreendida como um processo no qual o Estado (atores do poder público) deixa de ter o monopólio da ação, sem perder a sua centralidade, e estabelece um conjunto de práticas e diretrizes onde a tomada de decisão é pactuada ou mediada com a sociedade (diversos segmentos da sociedade civil). Grosso modo, a gestão social no âmbito dos territórios rurais promove um arranjo institucional a partir de sistemas descentralizados baseados em forte participação social entre os diversos agentes da sociedade para melhorar o compartilhamento de poder, responsabilidades e mecanismos de controle social das políticas públicas voltadas ao rural. O território além de ter uma base física (concreta) é também uma construção social simbólica alimentada por uma rede de relações sociais que não necessariamente está restrita a uma espacialidade contínua e delimitada fisicamente. Assim um “território dado” pode ser entrecortado por diferentes e distintos “territórios construídos” que informam as relações de exercício de poder e de resistência dos grupos que o compõem. Para além das questões teóricas e instrumentais que envolvem o tema, este artigo tem por objetivo contribuir para uma análise reflexiva sobre a gestão social normatizada em uma política pública como possibilidade de institucionalizar ações dos atores que buscam realizar a gestão compartilhada do desenvolvimento. Utilizar-se-á como recurso metodológico a análise de dados primários e secundários produzidos em dois territórios rurais apoiados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

**Palavras-chave:** Território rural; Gestão social; Desenvolvimento territorial.

## **Gestão social nos territórios rurais do Nordeste - Brasil: retratos do território de identidade Sudoeste Baiano - Bahia**

Fernanda Viana de Alcantara

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
falcantara17@hotmail.com

José Eloízio da Costa

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Diana Mendonça de Carvalho

Doutoranda pelo Núcleo de Pós Graduação em Geografia (NPGeo/UFS).  
dianamendoncadcavvalho@yahoo.com.br

No propósito de compreender o desenvolvimento no contexto das políticas públicas de no Nordeste, o estudo considera as ideologias sobre desenvolvimento e as propostas elaboradas no sentido de gerar uma superação das desigualdades produzidas. A análise das políticas públicas em áreas rurais é importante, pois envolve a participação e interação de atores sociais na tentativa de apontar caminhos para o desenvolvimento territorial. O trabalho teve como objetivo realizar reflexões do processo de elaboração e implementação das ações territoriais para a promoção do desenvolvimento em áreas rurais do Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro. A pesquisa é de caráter exploratório-investigativo. Realiza uma abordagem do desenvolvimento territorial por meio de uma análise, partindo de levantamento e revisão bibliográfica, e da análise de dados obtidos por meio de trabalho de campo, a exemplo de entrevistas realizadas com os principais atores sociais vinculados a entidades e membros de movimentos sociais que contribuem no processo de desenvolvimento territorial, tomando como parâmetro a instância principal: os Colegiados Territoriais Rurais. Reconhece-se que a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas é importante, propiciando a transcendência de aparentes contradições de interesses e visões inerentes ao domínio público e privado, em particular quando se refere aos meios rurais. Como resultado se evidencia que a política de desenvolvimento territorial rural no Brasil é um processo em construção que passa por dificuldades no que diz respeito aos seus pilares dentre os quais se chama a atenção para a gestão social. As análises sobre o Território Sudoeste Baiano na Bahia/Brasil revelam que ocorreu um processo de mudança na forma e desdobramentos das ações em meio rural, que há um avanço no sentido de inovação nos instrumentos de participação. Buscam encontrar meios de reduzir as disparidades sociais em meio rural, por meio da gestão, mas ainda de forma frágil.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Gestão social; Espaço rural.

## **Gestão social e desenvolvimento territorial: os desdobramentos da articulação social de atores frente às conjunturas políticas no Brasil**

Raiza Madje Tavares da Silva

Bolsista CNPQ, Assessora Territorial de Gestão Social – NEDET Cariri Oriental, Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba - Brasil, raizamadje@gmail.com

Mônica Tejo Cavalcanti

Bolsista CNPQ, Professora Coordenadora Geral do NEDET Cariri Oriental - Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba - Brasil, monicatejoc@yahoo.com.br

Mônica Correia Gonçalves

Bolsista CNPQ, Professora Coordenadora de Núcleo do NEDET Cariri Oriental - Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba - Brasil, mnygoncalves@gmail.com

Rosa Maria dos Santos Pessoa

Bolsista CNPQ, Assessora Territorial de Inclusão Produtiva do NEDET Cariri Oriental, Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba - Brasil, rosapessoa@gmail.com

O presente estudo é o resultado do trabalho de pesquisa e extensão universitária do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Territorial do Cariri Oriental (NEDET). Implantado por meio da Universidade Federal de Campina Grande com apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), o referido projeto atua por meio de ações de assessoria e levantamento de informações, no referido território paraibano. A problematização desenvolvida a seguir busca analisar a evolução da gestão social no Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Cariri Oriental Paraibano, instância deliberativa das entidades do poder público e sociedade civil, do território ora analisado, objetivando desvendar os desdobramentos das relações de concertação social entre diversas entidades e atores que compõem a dinâmica territorial no colegiado observado, levando em consideração ainda, diferentes momentos políticos no Brasil, desde a implantação da política até os dias atuais. O estudo se desenvolve, com base em referencial teórico-metodológico composto de estudos e documentos de base do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (hoje extinto pelo atual governo interino do Brasil), formulários e documentação recolhidos durante ações de pesquisa e extensão da Assessoria de Gestão Social do NEDET Cariri Oriental, que trabalha a serviço do Fortalecimento do Fórum do Cariri Oriental.

## **Governing the common in the surroundings of protected areas: collective action and rural development in the socio-ecological system (SES) of the National Park Serra da Bodoquena**

Márcio Pereira

This work has as its theme the common natural resources and the management models that allow new governance systems in the rural areas in the surroundings of protected areas. As central question, seeks to answer how the various actors affected by the process of creation of a protected area organise themselves and develop collective actions for the management of common natural resources in the surroundings of this area. There has been hypothesised that there is a closeness among the actors as their goals in relation to common natural resources, which refers to setting up a new governance system that promotes the development of collective actions specific to the management of common resources. Another hypothesis is that state action, through government policies, has limited effect on the coordination and promotion toward a consensus among actors. In this sense, the objective of this work is to study the collective action of social actors in the management of common natural resources in the surroundings of the National Park of Serra da Bodoquena (Brazil), which covers areas of the municipalities of Bodoquena, Bonito, Jardim and Porto Murtinho in the State of Mato Grosso do Sul. Based on institutional approach for the study of the self-organisation and self-governance in common-pool resources situations developed by Elinor Ostrom, the investigation sought the theoretical explanation of phenomena and problem identified. Methodologically this is a documentary and field research, which has a feature of small-N case of study, proceeding an applying of the framework for analysing social-ecological systems (SES), conducting also a systematic analysis of documents close to a meta-analysis. The conclusions point out that the expected mobilisation of groups of individuals in the pursuit of common goals is twofold in this case, with the participants of the action arena creating different goals and different collective actions according to their interests, environmental or productive, and that the govern of the commons remains under the control of agribusiness interests rooted in the culture of the local agricultural production.

**Keywords:** Commons; Socio-ecological systems (SES); Protected areas; Collective action.



## **Is there a space for village in the new forms of rural governance in Turkey?**

Fatmanil Doner

Agricultural settings have been changed by various developments in the structural reform process such as deagrarianization, migration, consolidation, expropriation, rural development projects and infrastructure projects. The ongoing exodus of small farmers from land and production and the onerous consequences of three decades of structural adjustment have also changed the governance of the countryside in Turkey. Considering endemic ramifications in the rural sites of Turkey such as a falling rural population, decreasing job prospects, spatial relocation, rising credit debts, and distress land sales, the state should opt for a reassessment of democratic and accountable policies instead of implementing rural governance policies that are merely organized by technocratic principles.

However, what is seen on the ground is that new policies result in the transfer of land to local elites and business groups encouraged by the government to profit from non-agricultural rural development projects. Along with this, the state's efforts to formalize, legalize and legitimize its action are not based on force, but on the exercise of domination through political legitimacy and law. In addition to expanded commodification of land, the government issued a new law in November 2012, which has changed the status of village in rural governance. Villages lost autonomous governance rights and became dependent to metropolitan municipalities. This study intends to analyze the changing land politics, property relations, and rural governance based on a field research conducted in Harmanli village, Karacabey, Bursa with special emphasis on socio-technical and political arrangements in newly opening scenarios for rural areas in Turkey.

## **La movilidad de tierras rústicas en entornos de alta fragmentación de la propiedad: productividad o gobernanza?**

María José Enríquez García

Laboratorio del Territorio. Departamento de Ingeniería Agroforestal. Universidade de Santiago de Compostela - Campus de Lugo. C/ Benigno Ledo s/n, 27002 Lugo.  
e-mail: mariajose.enriquez.garcia@usc.es

Eduardo José Corbelle Ricoa

Laboratorio del Territorio. Departamento de Ingeniería Agroforestal. Universidade de Santiago de Compostela - Campus de Lugo. C/ Benigno Ledo s/n, 27002 Lugo.

El análisis y reflexión explicativa de las lógicas de los mercados de tierras rústicas se aborda casi de forma unánime desde el enfoque de la especialización sectorial. Este enfoque emplea una visión del espacio en la que la estructura económica resulta en factor determinante de las dinámicas territoriales y olvida que el espacio es una estancia de lo natural y lo social. A pesar de que la sostenibilidad ambiental y el crecimiento inclusivo son los pilares de las estrategias de desarrollo inteligente nada se sabe del potencial de los procesos endógenos a este respecto.

El objetivo del presente trabajo es hacer un ejercicio de modelización estadística para la tasa de transferencia de tierras rústicas a nivel municipal para todo el territorio de la Comunidad Autónoma de Galicia. ¿Por qué el estudio del caso gallego? Galicia representa el 6 % de la superficie rústica de España y el 20 y 28 % de los titulares catastrales y parcelas, respectivamente (DGC, 2015) y tiene un promedio de 7 parcelas de 0,25 ha de superficie media por titular. Por ello, es un caso representativo de región con alta fragmentación.

Los datos proceden de registro de transacciones de compraventa de parcelas rústicas de la Agencia Tributaria de Galicia durante el período 2008-2013 y del Censo Agrario de 2009 (tasa de arrendamiento y otros regímenes de tenencia indirecta de la tierra). A partir de los datos se estimó la tasa de transferencia anual media del número de parcelas de rústicas mediante compraventa y la tasa de movilidad de tierras global. Se utilizó un conjunto de 19 variables potencialmente explicativas relacionadas no sólo con la estructura y dimensión de las explotaciones sino también con la demografía, la estructura de la propiedad, nivel de integración tecnológica e innovación, marco institucional y capital social. Previo al análisis de significación de cada una de las variables en los modelos de regresión lineal múltiple se tuvo en cuenta la posibilidad de autocorrelación espacial mediante el uso de modelos espaciales autorregresivos.

Los resultados apuntan a que en ambos casos la densidad de explotaciones es más significativa que la dimensión o intensificación productiva de las explotaciones y, sobre todo, que el dinamismo del mercado de tierras no está significativamente relacionado con la evolución demográfica reciente pero sí con los indicadores del capital social local y las trayectorias de cambio de uso regionales.

## Los cambios en las funciones de las organizaciones: un caso en la Pampa Argentina

Juan José Torrado

Agencia de Extensión Rural Victorica, Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, Argentina  
torrado.juan@inta.gob.ar

El presente trabajo centra su atención en la dinámica de una asociación de productores agropecuarios en el Centro Norte de la Provincia de La Pampa, Argentina, la cual se utilizará como sustento para señalar las transformaciones que sufrió el sector rural y de qué forma modifica las funciones y prioridades dicha organización, desde su creación a inicios de la década de 1970 hasta la actualidad. Asimismo, se rescatan los cambios producidos en el escenario socio-productivo, así como la evolución de la constitución de su masa societaria.

Esta asociación fue creada por interés de actores de la producción local y regional, y se trató de una forma de institucionalización de la red de vínculos y de intercambios materiales y simbólicos entre los actores de producción ganadera regional, como forma de fortalecimiento del capital social. Además, puede entenderse como una estrategia para poner en juego una regionalización que atienda más específicamente a los intereses locales.

En las transformaciones que experimenta la asociación a lo largo de su historia implica considerar cuatro períodos: el inicial, el de su consolidación, el de la transformación de sus funciones y el de la profesionalización. Los dos primeros se corresponden directamente con el tipo de organizaciones reivindicativas de tipo gremial, y los dos posteriores, con el de las transformaciones (de origen endógeno y también exógeno) de sus funciones y de la dispersión de la representatividad. En todos los casos, las redes de vínculos cuentan con una dinámica específica asociadas a las transformaciones producidas en la producción agropecuaria en las áreas rurales.

**Palabras clave:** Redes; Capital social; Rural.

## Múltiplos métodos aplicados à pesquisa da ação coletiva e dos recursos comuns

Márcio Pereira

Os estudos da ação coletiva e dos recursos comuns requerem técnicas e métodos nem sempre tão disseminados e conhecidos. Algumas questões emergem, desde como instrumentalizar metodologicamente tais estudos ou mesmo como aplicar as teorias relativas aos common-pool resources (CPR). Quais são os métodos e técnicas? O que é a ação coletiva? Como determina-la e identifica-la nos estudos e pesquisas? Tratam-se de questões essenciais na compreensão do legado teórico-metodológico de Elinor Ostrom, bem como de outros pesquisadores que contribuíram para a emergência deste recente modelo que objetiva um cenário mais favorável

que possa assegurar bem-estar e qualidade de vida das comunidades por meio da gestão adequada de sistemas sócio-ecológicos. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os múltiplos métodos aplicados à pesquisa da ação coletiva e dos recursos comuns (common-pool resources), a partir da própria definição das variáveis que favorecem o florescimento de ações coletivas. Descrevem-se os métodos de campo e os modelos experimentais, apresentando-se os mais apropriados para determinada pesquisa, conforme as especificidades, características do estudo e contextualização do objeto de estudo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em todas as publicações realizadas por Elinor Ostrom as quais se referiam aos recursos comuns e ação coletiva. A pesquisa resultou na descrição dos diversos métodos utilizados, demonstrando-se suas virtudes e fragilidades, ficando a critério do pesquisador escolher qual das técnicas torna-se mais adequada para seus estudos.

**Palavras-chave:** Ação coletiva; Recursos comuns; Sistemas sócio-ecológicos.

## **Meio ambiente e sadia qualidade de vida em comunidades rurais na perspectiva dos direitos fundamentais**

Magda Cristina de Sousa

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira

Francisco Casimiro Filho

O artigo tem por objetivo estudar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida em comunidades rurais, na perspectiva dos direitos sociais fundamentais a partir de sua inserção na ordem social. Diferente da maioria dos trabalhos sobre qualidade de vida, considera-se a expressão “sadia qualidade de vida”, a qual encontra-se inserida no texto do artigo 225, da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF), que determina: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A escolha por realizar o estudo em comunidades rurais deveu-se: i) à carência de estudos sobre o tema; ii) à necessidade de adaptação de indicadores de qualidade de vida para o meio rural; iii) ao desejo de fomentar de chamar a atenção para uma parcela da população

relativamente mais negligenciada no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais. Inicialmente o artigo buscou interpretar o artigo 225 supracitado, capítulo VI, intitulado - do meio ambiente - o qual direciona ao direito ao meio ambiente com equilíbrio ecológico, essencial à sadia qualidade de vida. Em seguida foi realizada a análise de dados primários obtidos por meio da aplicação de formulários junto a pessoas que exercem ou já exerceram atividades de liderança em comunidades rurais. Para a análise dos dados, optou-se pela construção de um índice agregado de sadia qualidade de vida, composto por indicadores adaptados à realidade rural e com ênfase na garantia de direitos fundamentais. Nesse sentido, foram consideradas dez dimensões que buscaram cobrir os aspectos da qualidade de vida elencados no artigo 6º da CF que baliza os direitos sociais ou fundamentais. Os resultados da análise empírica mostraram que as comunidades apresentaram condições de sadia qualidade de vida acima da média esperada (índice > 0,5), com destaque para geração de emprego e renda. Contudo, precisa de maior atenção no atendimento dos direitos considerados básicos. É necessário investimento tanto nos indicadores de acesso a direitos materiais, quanto na acessibilidade do empoderamento das comunidades para que se convertam em elementos capitalizadores de capital social incidindo na governança ambiental para garantir a justiça social equânime para as presentes e futuras gerações com qualidade e equilíbrio ecológico.

**Palavras-chave:** Meio ambiente; Direitos sociais; Sadia qualidade de vida; Poder-dever compartilhado.

## Nuevas ruralidades e inclusión digital en Galicia. Mitos y realidades

Francisco Xosé Armas Quintá

Departamento de Geografía, *Universidad de Santiago de Compostela*  
francisco.armas@usc.es

Xosé Carlos Macía Arce

Departamento de Didácticas Aplicadas, *Universidad de Santiago de Compostela*  
carlos.macia@usc.es

The need to spread the Information Society in rural areas, and promote its development, has been a recurrent idea in scientific literature, albeit the way to achieve this goal is remains highly complex. Such complexity is based on, from our point of view, the typical notion of rurality. The difficulties delimitating these areas present, due to high diversity, changes when strategies to encourage the use of new technologies are designed. Therefore, in this article, the spread of the Information Society in the rural areas of Galicia is analysed. The paper begins by dealing with the delimitation and differentiation at distinct rural levels in this space and is followed by studying the grade of implementation for new technologies in each. Given the importance that these tools have in boosting developmental processes, special attention was paid to the various uses of the Net, its evolution and the importance of the digital gap.

**Keywords:** Rural areas; Development; Information society; Digital gap; Galicia.

## O desenvolvimento do turismo rural de base comunitária: a experiência do projeto “Viva Ciranda”, Joinville, Santa Catarina, Brasil

Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Brasil.

E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

Ivo Elesbão

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Brasil.

E-mail: ivoelesbao@yahoo.com.br

Angela Luciane Klein

Prefeitura Municipal de Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: angelaklain@yahoo.com.br

O cenário atual, caracterizado pelo crescimento massivo do turismo convencional começa a ganhar novos contornos a partir do surgimento de novas modalidades de turismo mais sustentáveis econômica e socialmente. Como exemplo, cita-se o turismo rural de base comunitária, cuja ênfase maior é dada à população local e seu envolvimento em todo o processo. O presente trabalho pretende, dessa forma, analisar o “Projeto Viva Ciranda”, desenvolvido no município de Joinville, Santa Catarina, Sul do Brasil enquanto uma experiência de turismo de base comunitária, destacando os seus principais benefícios e características, em consonância com a literatura pesquisada. A metodologia adotada neste artigo apresenta abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Utilizou-se como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica acerca da literatura existente; pesquisa documental, por meio da utilização de fontes primárias, relacionadas a documentos de arquivos relacionados ao Projeto Viva Ciranda e entrevistas semiestruturadas. A coleta de dados primários ocorreu no mês de março de 2013 e contemplou oito empreendedores rurais que desenvolvem atividades educativas voltadas para escolares residentes no município. Os depoimentos dos entrevistados foram utilizados nessa análise após a transcrição, mas sem identificação, sendo que para isso foi atribuído um código formado por letras e números. Os resultados encontrados demonstram elementos importantes associados ao turismo de base comunitária, como a participação ativa dos proprietários envolvidos na preparação inicial do projeto e também nas capacitações, na construção de parcerias estabelecidas com o setor público e privado, na relação dialógica entre os turistas e os proprietários e ainda, nas experiências vivenciadas pelos visitantes em cada roteiro, permitindo aos mesmos, um contato direto com o meio rural e a cultura local. Conclui-se assim, que o Projeto Viva Ciranda constitui-se um exemplo bem-sucedido de turismo rural de base comunitária, contribuindo amplamente para o desenvolvimento local, numa perspectiva integradora, ou seja, que favorece toda a comunidade não apenas economicamente, mas também, social e ambientalmente.

**Palavras-chave:** Turismo rural de base comunitária; Multifuncionalidade; Desenvolvimento local.

## **Panorama da participação da agricultura familiar no mercado institucional da alimentação escolar brasileira**

Catia Grisa

Vanderlei Franck Thies

Em 2009 o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou por uma importante mudança institucional. Conforme estabelecido na Lei nº. 11.947, a partir de então, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar devem ser aplicados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Até esse momento, em grande medida, a alimentação escolar envolvia a aquisição de um conjunto de produtos alimentares, pautado pelo princípio da economicidade presente na Constituição brasileira e orientados pela Lei de Licitações, e, não raro, eram alimentos industrializados, desvincilhados da cultura alimentar local, da produção local e atrelados a grandes empresas do sistema agroalimentar que conseguiam ser mais competitivas nas licitações. Desde modo, como

menciona Maluf (2009), a partir de 2009, estabeleceu-se um elo institucional entre a alimentação oferecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional, ou ainda, conforme Triches (2010), a alimentação escolar passou a atuar como um instrumento importante para promover a reconexão entre a produção e o consumo local. Trata-se de uma inovação importante para o contexto brasileiro, seja na construção de mercados institucionais para a agricultura familiar, seja na promoção da segurança alimentar e nutricional e de uma alimentação saudável, ou ainda seja no fortalecimento de dinâmicas territoriais. No entanto, a mudança ocorrida em 2009 tem gerado desafios importantes para os gestores públicos, organizações executoras (governos municipais, estaduais e do Distrito Federal), mediadores sociais, e para as próprias organizações de representação da agricultura familiar. Considerando que já se passaram seis anos desde a implementação da referida Lei, torna-se fundamental realizar uma avaliação sobre eficácia da legislação (grau em que o programa atinge suas metas). Visando contribuir

neste debate, o artigo procura construir um panorama nacional da participação da agricultura familiar na alimentação escolar, analisando seu desempenho ao longo dos anos, e suas diferenciações regionais. Em termos metodológicos, o artigo utiliza-se de dados divulgados pelo FNDE em seu sítio institucional, que compreendem a execução relativa aos anos 2011, 2012, 2013 e 2014. Os resultados apontam que a média nacional de participação da agricultura familiar na alimentação escolar ainda situa-se abaixo do mínimo definido em Lei, mas há perspectivas crescentes. Também se observou diferenças entre as regiões brasileiras, com destaque para a região Sul. Outrossim, não foram observadas diferenças expressivas na participação da agricultura familiar na alimentação escolar de acordo com o tamanho dos municípios (considerando os recursos repassados pelo FNDE).

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Política pública; Alimentação escolar; Eficácia.



## Planejamento e a necessidade de governança ambiental em comunidades rurais

Magda Cristina de Sousa

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

hmad Saeed Khan

Leonardo Andrade Rocha

O presente trabalho tem por objetivo estudar o planejamento como instrumento de participação da sociedade nos negócios de estado e a necessidade de governança ambiental no contexto do desenvolvimento rural. Estes dois pontos podem ser considerados mecanismos fundamentais no atual processo de desenvolvimento, que traz em si, os elementos: poder, legitimidade, autoridade, responsabilidade, equilíbrio e transparência entre as instituições, preceitos e regras que compõem e determinam a tomada de decisão com responsabilidade econômica, social e ambiental. Conseqüentemente, se refletem na promoção e execução de bens e serviços públicos e privados, melhorando as condições de vida e de bem-estar das pessoas em área rurais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada a partir de dados primários obtidos por meio da aplicação de formulários junto a pessoas que exercem ou já exerceram atividades de representação ou liderança em comunidades rurais. Para a análise dos dados, optou-se pelas técnicas de estatística descritiva e construção de um índice agregado de governança ambiental composto por um conjunto de indicadores adaptados do *Worldwide Governance Indicators* – WGI (Banco Mundial) e de trabalhos sobre o tema. Os indicadores foram agrupados em cinco dimensões: Participação e responsabilidade, Estabilidade Política e Legitimidade, Eficácias da Governança, Estado de Direito e Qualidade Regulatória. Os resultados mostraram que, numa escala de zero a um, os indicadores eficácia da governança e qualidade regulatória deram uma maior contribuição ao índice de governança ambiental. Contudo, resta melhorar os indicadores: regime de direito e estabilidade política e legitimidade, para que assim, a qualidade da participação que por sua vez incidem em engajamento comunitário, através do compromisso, confiança e confiabilidade, elementos que geram e fortalecem a ideia de “poder” essencial no exercício do poder-dever da gestão compartilhada, possa melhor a participação e com isso, legitimar a governança ambiental. Foi possível perceber que o planejamento incide numa reorganização cultural e de cidadania, onde a coletividade aponta para o potencial que as redes sociais detêm para capitalizar atores em diversas categorias e níveis de participação para elaborar, executar e monitorar estruturas adaptáveis de governança ambiental. Destacando-se a necessidade de governança ambiental como uma política de planificação que busca equilibrar toda a atividade econômica no sentido de atender as demandas oriundas das necessidades percebidas e adotadas na própria comunidade, com responsabilidade social e ambiental. Percebe-se que as demandas dos cidadãos e *stakeholders* fazem toda diferença quando a governança ambiental legitima os princípios da responsabilidade e transparência dos atos da gestão compartilhada.

**Palavras-chave:** Planejamento.

## Políticas para agricultura familiar, redes sociais e acesso a mercados

Roberta Brangioni Fontes

Mestranda em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa - UFV, Cientista Social formada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, email: betabrangioni@yahoo.com.br

Rafael Guimarães Farias

Mestrando em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa - UFV, Eng.º Agrônomo formado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, email: rafa\_mr04@hotmail.com.

Alair Ferreira de Freitas<sup>3</sup>

3) Doutor em Administração pela UFMG, Mestre em Extensão Rural e Graduado em Gestão de cooperativas pela UFV

O Programa Mais Gestão é uma política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que começou a ser implementada no Brasil no ano de 2009, tendo como objetivo desenvolver e aprimorar a gestão nas cooperativas da agricultura familiar para que essas estivessem mais aptas a atender os mercados institucionais e privados. Nesse contexto, este artigo analisa cinco cooperativas atendidas pelo Programa buscando compreender de que forma as relações sociais do contexto territorial em que as cooperativas estão inseridas podem ter influenciado de forma direta seu melhor desempenho no acesso a mercados. Para a análise, tomamos como base o referencial teórico da Nova Sociologia Econômica, utilizando conceitos como imersão social (embeddedness) e redes sociais sob a inspiração de autores como Mark Granovetter. Os dados que serviram como fonte para esse estudo foram coletados por uma pesquisa realizada pela “Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão”, através de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes das cooperativas, agentes territoriais (organizações parceiras que têm relação com as cooperativas) e técnicos das entidades executoras do Programa em cinco cooperativas abrangendo os estados do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. No contexto pesquisado, em que muitas cooperativas foram criadas especificamente para acessar políticas públicas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), a pesquisa realizada permite considerar que cooperativas que foram constituídas sobre uma base histórica socialmente organizada mostraram-se mais aptas a responderem aos estímulos do Programa Mais Gestão do que aquelas que foram criadas especificamente para acessar as políticas. As cooperativas recém-criadas e já inseridas no Programa apresentaram mais dificuldades para profissionalizar a gestão, na medida em que traziam necessidades básicas quanto ao fortalecimento da base social e a organização da produção. Sob essa perspectiva, a gênese da cooperativa e a rede de atores com as quais ela se relaciona mostram-se categorias que podem contribuir de forma relevante para a compreensão do desenvolvimento organizacional e a formulação de políticas públicas nessa área.

**Palavras-chave:** Política pública; Agricultura familiar; Nova sociologia econômica.

## Redes empresariales y creación de capital social. El caso de San Vicente de Alcántara (Extremadura)

Francisco Manuel Parejo Moruno

Universidad de Extremadura (fmparejo@unex.es)

José Francisco Rangel Preciado

Universidad de Extremadura (jrangelp@alumnos.unex.es)

La creación de *capital social* es una de las virtudes y características que se le presuponen a cualquier red empresarial, ya sea bajo la denominación de distrito industrial, sistemas productivos locales o clusters empresariales. Entre las características del capital social se encuentra el fomento de la colaboración empresarial, sin renunciar a la competencia. A través de lo cual se fomentan también la colaboración con las administraciones públicas y los centros de investigación, dando lugar a una mayor transmisión del conocimiento y la innovación, es decir, se produce una ventaja competitiva conocida como efecto i-distrito.

En esta comunicación se analiza el Consorcio empresarial corchero institucionalizado en la localidad extremeña de San Vicente de Alcántara, basado en los preceptos enunciados por los distritos industriales que aglutina a 21 empresas de diferente titularidad, para comprobar si la transmisión del conocimiento y la colaboración empresarial son inherentes a las aglomeraciones empresariales o resulta necesario la existencia de una verdadera red de colaboración empresarial. Es decir, esta investigación se realiza con un doble objetivo. En primer lugar, comprobar si una simple aglomeración empresarial fomenta el capital social (noción marshalliana), o si por el contrario resulta necesaria la creación de una verdadera red de colaboración para que se produzca el capital social (noción beccattiana). En segundo lugar, conocer cómo se produce la transmisión de conocimiento entre los diferentes agentes que componen un distrito industrial.

La investigación nos muestra que otras ventajas competitivas pueden darse en simples aglomeraciones empresariales, pero para la creación de capital social es necesaria la existencia de una verdadera red de colaboración empresarial, independientemente de la forma en la que esta colaboración se organice.

**Palabras clave:** Capital social; Aglomeración empresarial; Redes de colaboración; Extremadura.

## **Redes e cooperação no uso de recursos comuns: uma análise dos projetos de ostreicultura no Estado do Pará**

Maria Graciete do Amaral

Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade da Amazônia – UNAMA, Brazil. Email: [gracieteamaral@bol.com.br](mailto:gracieteamaral@bol.com.br);

Cyntia Meireles de Oliveira

Doutora em Ciências Agrárias; Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH); Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Administração da UNAMA, Brazil, Email: [cyntiamei@hotmail.com](mailto:cyntiamei@hotmail.com)

O estudo de redes requer um enfoque sistêmico, o que decorre das características de interação social entre os indivíduos. No seu bojo, essas “redes” têm valor econômico e à luz do capital social, diz respeito à confiança entre os atores. Na ostreicultura no Pará, chama a atenção a Rede Nossa Pérola da Amazônia, que envolve um conjunto de organizações sociais sob a coordenação de um agente paraestatal, que faz a articulação institucional entre os governos municipais e estadual, instituições de ensino e pesquisa e, órgãos financiadores. Assim, a luz da governança de recursos naturais, buscou-se refletir sobre a perspectiva do capital social e da formação de redes a partir do Projeto Rede Nossa Pérola Ostra da Amazônia, objetivando entender como estão estruturadas suas relações de cooperação. A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo realizado através de revisão de literatura, consulta à base de dados e relatórios, bem como entrevistas em profundidade com informantes chaves. São cinco municípios da região do Salgado Paraense que atuam há dez anos na produção da ostreicultura e encontram-se na rede. O projeto contempla cento e cinco famílias de produtores distribuídos em sete comunidades. Estes, em sua maioria, vivem em comunidades tradicionais, cujos saberes herdados pela lógica daquele campo social geram estratégias alinhadas aos interesses das comunidades. As associações fortalecem o princípio de gestão eficiente de recursos, baseada na organização e cooperação entre indivíduos. As regras da Rede estão estabelecidas no Estatuto elaborado pelas Associações em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio, em função de existir comunidades que se localizam dentro de Reservas Extrativistas. A Rede encontra-se em fase de desenvolvimento de grupos para autogestão, buscando a independência. Sob o ponto de vista da interação, os instrumentos estabelecidos pelo condutor do projeto são abarcados pela totalidade dos envolvidos e procedem do forte espírito de cooperação ali presentes. Existem ainda muitas relações informais, baseadas na confiança, como entre as associações de produtores e a de bares e restaurantes. Contudo, os poucos recursos das famílias envolvidas, aliados às dificuldades de acesso ao crédito, a morosidade na regulamentação ambiental e a carência de uma unidade de beneficiamento limita a capacidade potencial da produção. Apesar disso, a rede se consolida em função do estoque de capital social que vem sendo construído, gerando trabalho e renda, ganhos da ciência, e para o meio ambiente, o uso sustentável dos recursos comuns.

**Palavras-chave:** Capital social; Inclusão socioeconômica; Desenvolvimento.

## Relational capital and personal social networks in rural development. A brokerage analysis from the SNA approach

Javier Esparcia

Universidad de Valencia  
(Javier.esparcia@uv.es)

El presente trabajo toma como punto de partida el análisis del stock de capital relacional en la red de actores sociales en las comarcas salmantinas de las Sierras de Béjar y Francia. Se aplica un enfoque metodológico mixto de Análisis de Redes Sociales. Por un lado, sociocéntrico, principalmente para la delimitación de la red de actores relevantes en el área de estudio; por otro, de redes personales, centrado en la capacidad de intermediación entre los diferentes actores. Tradicionalmente el análisis del capital relacional se ha centrado en indicadores de cohesión y centralidad de la red social. En este caso queremos dar un paso más y nos centramos en la capacidad de mediación de los actores, que es probablemente uno de los rasgos más destacados del capital relacional.

Este análisis de la capacidad de mediación se lleva a cabo a partir de la conceptualización de Gould and Fernandez (1989). Estos autores insisten en no identificar una elevada capacidad de mediación con otros indicadores en las redes sociales como es el prestigio o el poder, pero es evidente que una elevada capacidad de mediación otorga, aunque sea de manera implícita, un cierto poder en la red social. De ahí el gran interés que tiene como instrumento para definir con mayor precisión la red de actores con mayor capacidad de influencia en las relaciones sociales, aunque sea a través del control de las mismas.

A partir de este enfoque hay cinco grandes tipos de mediación, en función de en qué grupo de actores se sitúa cada uno de los tres que actúan en una relación (el origen de la mediación, el destino y el bróker que realiza la mediación): coordinador, consultant, gatekeeper, representante, y liason.

Efectivamente, la división en grupos de los actores sociales es fundamental, y está siempre presente, determinando con frecuencia el tipo e importancia de las relaciones sociales y, por tanto, el stock de capital relacional que en nuestro caso un área rural es capaz de generar. En nuestro estudio se utilizan tres grandes criterios para la segmentación de la red social. En primer lugar, un criterio de tipo atributivo, referido al perfil profesional predominante de cada actor (económico, social, institucional o técnico). En segundo lugar, un criterio relacional, el nivel de prestigio que se deriva de la posición de cada actor en la red social (a partir del grado de entrada). Por último, se aplica el criterio de género, con el objetivo de conocer sobre todo el papel que las mujeres tienen en tanto que intermediarias en las relaciones en las redes sociales de áreas rurales como actores sociales relevantes.

**Palavras clave:** Social relational capital; Rural development; Social network analysis; Brokerage analysis.

## **Re-ruralization processes in Szeklerland and its effects on local communities. Case study**

Katalin Gál

Ph.D, assistant professor, University, Oradea, Romania

Partium Christian

University, Oradea, Romania

This study, based on a micro analysis, aims to examine the so called re-ruralization phenomenon in Szeklerland, in a community that is characterized by the researchers as a relatively closed society. Szeklerland is situated in the heart of Romania, a small geographical region – including three counties – inhabited by Hungarian minority. Szeklerland is that region where the minority is the majority. The analysis presents on one hand the internal migration processes, which are characterizing Romania after the regime change in 1989, and on the other hand describes the main processes of urban-rural migration of the last years and its effects. In the last decade it can be identified a significant re-ruralization process, the main focus is on the analysis of its patterns and typology through short statistical description and qualitative research in the context of rural areas around the city of Miercurea Ciuc, the capital city of Harghita county (one of the above mentioned counties in Szeklerland). At the same time the micro-analysis aims to describe the main changes, if there are, from the local stakeholders point of view, taking into consideration the effects of the identified phenomenon on local communities, local economies and the environment.

**Keywords:** Re-ruralization; Urban-rural migration patterns; Local communities; Local economy.

## Trabalho, modos de vida e processos identitários na Serra do Açor, Portugal

Rosemeire Aparecida Scopinho

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Norma Valencia

Universidade de São Paulo, Brasil

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra, Portugal

Na região serrana de Açor, Portugal, o esvaziamento do rural, por êxodo e/ou envelhecimento populacional, é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas e se expressa na forma de intensas mudanças na economia e nos modos de vida, antes eram baseados, fundamentalmente, na atividade agrosilvopastoril. A vida rural é caracterizada pelas idas e vindas dos aldeões entre o campo e a cidade, em busca de trabalho e melhores condições de reprodução social. Esta comunicação propõe uma reflexão sobre as construções materiais e simbólicas que sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que tanto caracterizam o modo de vida aldeão quanto redefinem as suas identidades sociais. Partimos do pressuposto de que os desencontros entre a memória oficial e aquela que se constrói por meio dos acontecimentos e relações que se estabelecem no tempo presente entre as personagens do lugar podem contribuir com a compreensão da riqueza subjacente à vida cotidiana e dos processos identitários em curso. Construimos um quadro teórico que procura articular os conceitos de vida cotidiana, modos de vida, memória social, representações sociais e trabalho para compreender o que motiva os aldeões no vai-e-vem constante entre a cidade e o campo. As informações obtidas por meio de observações etnográficas realizadas em oito aldeias localizadas no Distrito de Coimbra permitiram apreender elementos importantes do modo de vida local, desde as formas de trabalho existentes, até aos costumes e tradições mantidas, passando pela organização dos diferentes espaços trabalho e de vivência. No percurso analítico, elas foram complementadas e ilustradas com a produção discursiva dos moradores das aldeias, registrada formal ou informalmente por meio de entrevistas individuais e coletivas realizadas durante os trabalhos de campo. Assim foi possível confrontar discursos e práticas sociais. Descrevemos o cenário em foco, com ênfase nas atividades produtivas, procurando discutir o sentido material e subjetivo do trabalho realizado pelos aldeões e as consequências identitárias geradas. A identidade social desses sujeitos tem sido reproduzida e transformada combinando valores e práticas secularmente mantidos com as novas demandas e possibilidades trazidas pelas transformações econômicas e sociais globais em curso. Compreender as construções simbólicas que informam as estratégias criadas pelos sujeitos para combinar o tradicional e o moderno a fim de garantir as suas condições de vida e a reprodução social pode ser a chave para a construção de políticas de desenvolvimento econômico e social que levem em conta as expectativas e necessidades dos sujeitos

**Palavras-chave:** Trabalho; Modo de vida; Identidade social.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Knowledge, innovation and human capital | Conhecimento, inovação e  
capital humano



## **A política nacional de educação do campo brasileira e sua efetivação na esfera local: desafios a serem enfrentados**

Fernanda Leal

O trabalho se propõe a analisar a Política Nacional de Educação do Campo (PNEC), ora em desenvolvimento no Brasil. Trata-se de pesquisa realizada no âmbito de uma tese de doutorado que investigou o processo de efetivação da referida Política em três municípios do Cariri da Paraíba, região situada no semiárido do Nordeste brasileiro. A Teoria do Ciclo Político (FREY, 2000) fundamentou parte do estudo, sobretudo no que diz respeito à compreensão dos momentos pelos quais a PNEC vem se consolidando. Além das fases propostas por Frey para se compreender ciclos políticos, a saber: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda-setting; 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e, finalmente, 5) a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (Frey, 2000), a tese trouxe, como uma contribuição adicional à Teoria do Ciclo Político, o aspecto jurídico-legal, fundamental no processo de construção e consolidação da PNEC. Os conceitos de Estado Ampliado (GRAMSCI, 1982; COUTINHO, 1981) e Intelectual Orgânico (GRAMSCI, 1982) se mostraram particularmente importantes à compreensão da PNEC, sobretudo no que diz respeito ao papel que a sociedade civil tem em sua construção (MUNARIM, 2009). Foram realizadas observações e entrevistas junto a gestores da educação dos três municípios estudados, bem como junto a professores e representantes de associações rurais de cada um deles. Os dados foram analisados à luz da Análise Temática (BARDIN, 2006). Verificou-se que no âmbito da construção desta Política, em seus aspectos mais amplos, que dizem respeito à constituição do problema e sua inserção numa agenda pública, bem como sua expressão em ações relacionadas a programas e projetos – as três primeiras fases do Ciclo Político – há uma conformação mais consolidada do problema, com uma presença já assegurada no cenário político do país. No que diz respeito à implementação em contextos locais, há ainda um grande trabalho a ser realizado, no sentido da própria incorporação do conceito e de seu alcance pelos gestores locais e por representantes da sociedade civil para, de posse desta incorporação, verificar-se a efetivação de uma Educação do Campo que considere os sujeitos e seus direitos, bem como suas formas particulares de existência. Defende-se uma maior intensificação da PNEC na esfera local, com vistas a produzir nas realidades específicas os efeitos pretendidos por uma educação que se caracteriza, dentre outros aspectos, por carregar consigo outro projeto de sociedade para o país (FERNANDES & ARROYO, 1999; CALDART, 2004; MOLINA, 2009).

**Palavras-chave:** Política pública; Educação do campo; Contexto local.

## ¿Afecta la capacidad de innovación de los agricultores a la probabilidad de ser usuario de servicios I+D?

Rosmery Ramos Sandoval

Departamento de Economía y Ciencias Sociales, Universitat Politècnica de València

José María García Álvarez-Coque

Departamento de Economía y Ciencias Sociales, Universitat Politècnica de València

Francisco Mas-Verdú

Departamento de Economía y Ciencias Sociales, Universitat Politècnica de València.

Los estudios realizados en el marco de la Estrategia de Innovación y Desarrollo Rural de la Unión Europea (UE) 2014-2020 confirman la relevancia de la amplia red proveedora de servicios en el ecosistema de innovación agraria; e.g. empresas proveedoras de servicios intensivos en conocimiento (KIBS), centros e institutos de investigación (públicos y privados) y universidades. En muchos de estos trabajos, se recomienda la intermediación como una práctica que asegura el proceso de transferencia del conocimiento especializado generado por los sistemas de innovación, así como el reconocimiento de las KIBS como elementos proveedores e intermediadores a escala regional y rural.

A manera de caso de estudio, realizamos una investigación a nivel regional con el objetivo de determinar el efecto de las características estructurales y de contexto que definen la capacidad de innovación de los agricultores en una región de España (Comunitat Valenciana), como condicionantes de la probabilidad de ser usuarios (adopción y/o participación) de servicios I+D (KIBS: públicos y privados). Se diseñó un modelo logit, construido a partir de la información previamente obtenida de las respuestas a una encuesta realizada a agricultores de la Comunitat (247) entre mayo y diciembre de 2012, en el marco del proyecto AGRINNOVA. Los resultados obtenidos del modelo confirman la relevancia del efecto de las variables independientes (orientación al mercado, orientación al aprendizaje, actitud innovadora, nivel de educación y dimensión, medida como margen bruto total) como variables que se manifiestan asociadas a la probabilidad de que los agricultores con estas características individuales y de contexto sean usuarios de servicios I+D.

Este estudio empírico identifica determinadas condiciones individuales de carácter emprendedor e innovador en los agricultores, que facilitan la integración de las explotaciones agrarias con el sistema de conocimiento e innovación agraria (AKIS). Sin embargo, a pesar de haber identificado un conjunto de características emprendedoras que influyen en el uso de KIBS, la probabilidad global al elegir aleatoriamente un individuo de la muestra, y que este sea “no usuario de servicios I+D” es del 70.4%. Ello ha permitido identificar líneas de trabajo para las políticas de innovación que permitan fortalecer el AKIS y permitan apuntar a un sistema agrario inteligente, sostenible e inclusivo. Todo ello de cara a mejorar la conexión entre los actores, con sus comportamientos, aptitudes y valores, y los servicios de conocimiento especializados.

**Palabras clave:** Performance innovadora; Pymes agrarias; Servicios I+D.

## **Desenvolvimento regional – contributo de um projeto de inovação agrícola desenvolvido de acordo com o sistema Triple Hélix**

Maria Paula Simões

Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) (mpaulasimoes@ipcb.pt)

Dora Ferreira

Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) (dorairferreira@gmail.com)

Carmo Martins

Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional (COTHN) (carmo@cothn.pt)

Pedro Dinis

Universidade da Beira Interior (UBI) ( dinis@ubi.pt)

O desenvolvimento de uma região pode ser alcançado com diferentes ritmos e direções mas deve visar sempre o aumento do bem-estar das populações, que advém da riqueza fixada nessa mesma região. O estudo e sistematização das ações que contribuem para a geração de riqueza e, por conseguinte, para o desenvolvimento regional é objeto de estudo da economia e da sociologia que analisa ações e resultados, sistematizando metodologias de modo a permitir a sua replicação em caso de sucesso. O modelo Triple Hélix constitui-se como um modelo de desenvolvimento que assenta no envolvimento de três esferas – Academia, Indústria e Organizações do Estado – que cooperam e interagem para a criação e consolidação de desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação. A aplicação do modelo ao setor agrícola é ainda pouco frequente. O projeto +pêssego – Inovação e desenvolvimento na cultura do pessegueiro na região da Beira Interior, financiado pelo PRODER, tendo como objetivo contribuir para a valorização global da fileira através da atuação a nível de diversas técnicas culturais e valorização do seu produto – o pêssego, desenvolve-se numa estrutura e organização do modelo Triple Hélix, em que a esfera da indústria é ocupada pelos fruticultores e Organizações de Produtores. Como aspetos mais relevantes referem-se a contribuição para a constituição de uma rede de conhecimento, a inter-substituição de tarefas pelos intervenientes, e ainda o planeamento de atuações futuras numa perspetiva bottom-up, que apresenta enormes potencialidades de sucesso. Realça-se ainda como aspeto positivo a formação de um espaço de dinâmica de atuação na zona de interseção das esferas que apresenta resultados ao nível da majoração e sinergia dos esforços desenvolvidos.

**Palavras-chave:** Redes de conhecimento; Desenvolvimento rural; Fruticultura; Prunóideas.

## Educação não formal e desenvolvimento local: o caso da escola comunitária de São Miguel de Machede

Bravo Nico

Universidade de Évora

Lurdes Pratas Nico

Universidade de Évora

Desde 1998, na freguesia de São Miguel de Machede (município de Évora/Portugal), a Escola Comunitária local – um dos projetos da SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário – tem vindo a construir e a concretizar um modelo endógeno de desenvolvimento local, no qual se valorizam, em simultâneo, os conhecimentos académicos dos mais jovens e os conhecimentos experienciais dos adultos da comunidade.

O projeto da Escola Comunitária de São Miguel de Machede abrange áreas tão diversas como a saúde, o trabalho (em particular o trabalho jovem e qualificado), a solidariedade, o empreendedorismo social, a economia local, a cultura, a informação e a educação.

O modelo de educação não formal assume a cooperação intergeracional, a participação e a valorização dos recursos humanos locais como elementos estruturantes, no pressuposto de que a construção local de repostas inovadoras para os desafios e os problemas da comunidade contribuem para a edificação de competências territorializadas que, pela sua natureza endógena, contribuirão para fortalecer as capacidades individual e coletiva e para a respetiva sustentabilidade.

Ao longo dos 18 anos que já leva de existência, a Escola Comunitária de São Miguel de Machede tornou a educação não formal numa das principais fileiras de desenvolvimento local da comunidade micaelense e numa das três principais atividades económicas da freguesia.

A comunicação, que se propõe ao XI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, pretende apresentar este projeto, seus pressupostos e respetivos impactos.

**Palavras-chave:** Educação não formal; Educação e território; Educação e desenvolvimento; Desenvolvimento local.

## Educação no campo: a experiência do Semiárido Brasileiro

Marta Maria Aguiar Sisnando Silva

Patricia Veronica Pinheiro Sales Lima

Francisco Casimiro Filho

Cleycianne de Souza Almeida

O semiárido brasileiro costuma ser descrito como a região mais frágil e vulnerável do Brasil, cuja maioria da população rural, apresenta elevados índices de analfabetismo, retrato de um modelo de educação formal que desvaloriza o espaço rural. As políticas educacionais implementadas na região centraram-se, por muitos anos, de forma equivocada, na importação de experiências nem sempre adaptáveis à realidade local. Conseqüentemente, as escolas atuantes no semiárido, especialmente as rurais, apresentam qualidade questionável e pouco contribuem para uma mudança do cenário socioeconômico e ambiental. Neste contexto, experiências de implementação de um ensino contextualizado vêm sendo colocadas como proposta de educação ancorada no saber e na prática dos moradores, levando em conta suas potencialidades socioculturais, econômicas e ambientais. É o caso da Educação no Campo, que não é citada diretamente na Constituição Federal Brasileira, mas é tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – a qual orienta as escolas rurais a adaptarem seus currículos de modo a se adequarem às necessidades e expectativas dos moradores de áreas rurais. Este artigo objetiva analisar a experiência do Semiárido Brasileiro com a Educação no Campo como modalidade de ensino na educação formal. A inclusão dessa modalidade pode trazer contribuições para a disseminação de saberes sobre a convivência com o semiárido sendo um passo adiante na inserção da escola na dimensão contextualizada da educação. Busca-se problematizar a atuação da escola na perspectiva de ruptura de uma estrutura curricular que reproduz e dissemina informações que não representam a realidade rural e não contribuem para criar um ambiente de convivência com as condições locais. A partir de pesquisa documental e levantamento bibliográfico é apresentada uma discussão sobre a importância da educação no campo para a população rural, seguida de relatos de algumas das principais experiências da educação contextualizada no semiárido. Além disso, é feita uma análise quantitativa da presença da modalidade de ensino Educação no Campo nos planos municipais de educação dos municípios da região. Os principais resultados mostram que, apesar da mobilização percebida nas últimas décadas, das mudanças na alfabetização de adultos e da existência de material didático para crianças e professores, em substituição dos livros importados de outras regiões do país, a concretização da educação contextualizada nos espaços escolares do Semiárido rural ainda está longe de ser alcançada, se manifesta de forma lenta, havendo retrocessos nas conquistas alcançadas em alguns municípios, o que requer o posicionamento mais efetivo de autoridades educacionais.

**Palavras-chave:** Capital humano; Semiárido brasileiro; Educação contextualizada.

## Educação popular no ensino superior: um diálogo entre a Universidade de Évora e o Alentejo

Bravo Nico

Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora

Lurdes Pratas Nico

Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora

A Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora existe, estatutariamente, desde 2009 e, desde essa data, tem vindo a concretizar um relevante papel no âmbito da extensão universitária da academia eborense e alentejana.

Assumidamente uma escola popular, na qual se concretizam projetos de educação não formal e presente no território da região Alentejo, através de uma rede de polos (Alandroal, Canaviais, Portel e Viana do Alentejo), a Universidade Popular Túlio Espanca/Universidade de Évora recorre aos recursos científicos, culturais, físicos, tecnológicos e humanos da academia e aos recursos dos seus parceiros locais, nos quais se contam as autarquias locais e as organizações da sociedade civil.

A rede de educação popular, entretanto constituída no território alentejano, tem vindo a promover projetos educacionais de diferentes formatos didáticos e dirigidos a diferentes públicos, de acordo com a forma, autónoma como cada polo concretiza as suas finalidades.

Nos últimos dois anos – no âmbito do projeto «*Janelas Curriculares de Educação Popular no Ensino Superior Universitário*», que tem vindo a ser promovido pela Universidade Popular Túlio Espanca e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do *Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações/Projetos de Desenvolvimento do Ensino Superior* –, a academia tem iniciado um processo de incorporação da educação popular no contexto curricular dos planos de estudo de alguns estudantes, com a supervisão dos seus docentes. Neste contexto, algumas atividades de aprendizagem concretizadas pelos estudantes são transformadas e valorizadas, em determinadas circunstâncias, em oportunidades de educação popular abertas à participação de todos.

A avaliação realizada tem evidenciado resultados positivos e deixa em aberto o alargamento desta experiência, reforçando o envolvimento da academia e dos seus membros.

**Palavras-chave:** Ensino superior; Educação popular; Extensão universitária.

## Entrepreneurship, innovation and rural development. The case of Montemuro region

Lúcia Pato

Rural regions face significant challenges in comparison to other regions being even more critical in the so called peripheral or mountain regions (López-i-Gelats, Tàbara, and Bartolomé, 2009). The problems stem, in general, from a rapid decline of employment in the agricultural sector, poor socioeconomic environment, low density and ageing population, and also from distance to market and services (EC, 2012). In this context entrepreneurship and innovation have emerged as one of the most potential tools for inducing the development of such regions (Petrin and Gannon, 1997). In fact, entrepreneurship, measured by indicators such as new firm formation rates, has been correlated with economic prosperity and growth of these areas (McElwee and Atherton, 2011). Currently, it is considered a key component of the EU's Europe 2020 strategy for smart, sustainable and inclusive growth in Europe's rural areas. Through a qualitative approach towards different stakeholders, this study explores the importance of entrepreneurial initiatives conducted by local people in one of the most peripheral areas of Portugal - Montemuro region (municipality of Castro Daire). These people have been stimulated to develop entrepreneurial and innovative activities in the rural area, taking advantage of endogenous resources, local and traditional knowledge as well as the support of the community, local governance and networks. They are in the home handicraft sector producing fashion and home textile products, rural tourism sector and "green" businesses. Apart from this, the region has a local and innovative theatre company, responsible for an internationally known festival in the region.

**Keywords:** Entrepreneurship; Innovation; Rural development; Montemuro region.

EC. (2012). A view on Employment , Growth and Innovation in Rural Areas. Access 2

December, 2013, from [http://ec.europa.eu/agriculture/publi/reports/ruralemployment/swd-2012-44\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/publi/reports/ruralemployment/swd-2012-44_en.pdf)

López-i-Gelats, F., Tàbara, J.D. and Bartolomé, J. (2009). The rural in dispute: Discourses of rurality in the Pyrenees. *Geoforum*, 40(4), 602-612.

McElwee, G. and Atherton, A. (2011). Rural Entrepreneurship. In L. P. Dana (Ed.), *World Encyclopedia of Entrepreneurship* (pp. 377-384):

Edward Elgar. Petrin, T. and Gannon, A. (1997). *Rural development through entrepreneurship*. Rome: FAO.

## **Extensão rural brasileira: uma análise de sua política a partir de um assentamento rural**

Marina de Sá Costa Lima

Programa de Doutorado em Engenharia Agrícola - Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Feagri/  
Unicamp. marina.scl@gmail.com

Maria Angela Fagnani<sup>3</sup>

Professora Doutora da Feagri/Unicamp. angela@feagri.unicamp.br

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Professora Doutora da Feagri/Unicamp. sonia@feagri.unicamp.br

A implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER tem propiciado indagações teóricas e práticas que se revelam ao tratar das mudanças socioeconômicas e ambientais que vem ocorrendo para a compreensão da relação entre os atores sociais nos assentamentos rurais. O propósito deste artigo é registrar partes deste processo e identificar alguns desafios que ainda precisam ser enfrentados. O estudo foi realizado no assentamento Pitanga, na Zona da Mata-Norte de Pernambuco. A região é de longa história de resistência coletiva concentrando fortes conflitos pela terra, com o maior número de ocupações, dentre elas Pitanga em 1988. Os dados foram coletados através da história oral e observação direta, incluindo entrevistas semiestruturadas aplicadas a um grupo de mulheres, com forte experiência no manejo da terra. Esta análise contribui para a compreensão das diferentes perspectivas das agricultoras frente à PNATER, enfatizando o grau de participação e a atuação como sujeito político desses assentados. Admite-se a Extensão Rural como um meio para ter direitos fundamentais, o que reivindica não um fazer servir, mas a participação dos agricultores no desenvolvimento do meio rural no assentamento, constituindo uma premissa necessária na agregação do potencial endógeno e construção de saberes das populações rurais assentadas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Assistência técnica e extensão Rural; Assentamentos de reforma agrária.



## **Fortalecimento do desenvolvimento territorial no Estado do Rio Grande do Sul: constituição dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial do Litoral e Campos de Cima da Serra**

Gabriela Coelho-de-Souza

Marcos Daniel Schmidt de Aguiar

Leonardo Beroldt

A abordagem territorial recebeu grande interesse dos planejadores e formuladores de políticas públicas no Brasil, desde a redemocratização, cujo marco legal, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu a democracia participativa com a descentralização das políticas públicas e a ampliação da participação social. Essa abordagem propõe a gestão por meio da cooperação horizontal e vertical entre as três esferas de governo – municipal, estadual e federal, com a participação da sociedade civil, conformando uma nova unidade de referência, expressa pelo território.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a finalidade de implementar o desenvolvimento rural por intermédio do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), em parceria com diversas instituições da sociedade civil, nos governos federal, estaduais e municipais. O PRONAT tem por objetivo promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia. A participação no PRONAT se dá via os territórios rurais homologados pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e incorporados pela SDT.

No PRONAT o território rural é considerado como um conceito operacional, um instrumento de planejamento, um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão do ordenamento social, cultural e territorial.

No estado do Rio Grande do Sul, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais reconheceu 18 territórios, entre eles os novos Territórios Rurais do Litoral e o dos Campos de Cima da Serra, ambos com identidade territorial diferenciada onde atuam Redes de Agroecologia e colegiados relacionados às temáticas ambientais e de valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais. Neste contexto, o projeto iniciado em 2015, visa fortalecer o processo de implantação dos Núcleos de Extensão Interinstitucionais em Desenvolvimento Territorial do Litoral e dos Campos de Cima da Serra, com ênfase em projetos de inclusão da mulher e da sociobiodiversidade, com base nas redes locais já existentes. Também se propõe a buscar a integração da produção familiar e das comunidades tradicionais de ambos os territórios, tendo em vista que estas são complementares.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial; Indicadores socioeconômicos; Sociobiodiversidade; Conhecimentos e práticas tradicionais.

## How to design and develop inclusive knowledge and innovation agricultural networks: the case of the Portuguese Cluster of small-fruits

Livia Madureira

University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)/CETRAD (Centre for Transdisciplinary Development Studies),  
Vila Real Portugal

Artur Cristovão

University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)/CETRAD (Centre for Transdisciplinary Development Studies),  
Vila Real Portugal

Dora Ferreira

Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB)

Timothy Koehnen

University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)/CETRAD (Centre for Transdisciplinary Development Studies),  
Vila Real Portugal

The Portuguese Cluster of small-fruits (CSF) has been established with a twofold goal: to promote the competitiveness and the sustainability of this novel sector in Portugal; and to produce and disseminate relevant knowledge, information and innovation, to support the sector development. The sector novelty along with its attractiveness for new investors, including small-scale inexperienced producers, creates defying challenges to the sustainability and inclusiveness of this cluster. Its design and implementation addressed those challenges however a number of imbalances are present making difficult the network maintenance. Major imbalances result from geographic dispersion and the cognitive distance between pioneer farmers and the new-entrants. The former are key knowledge and innovation suppliers to the cluster.

The aims of this paper are threefold: (1) to characterise the Portuguese Cluster of small-fruits within its agricultural knowledge network dimension, meaning describing its structure, content and dynamics; (2) to identify the aspects that threaten this network sustainability; and to discuss how these could be overcome, in particular to prevent the exclusion of small-scale producers.

The actors involved in the network were mapped and then described together with their interactions, including their extra-cluster interactions, through interviews conducted through questionnaires. A social network analysis (SNA) approach has been used to depict the different actor's positions and interactions in the network focusing on the knowledge flows involved in the creation and exchange of knowledge.

The paper results highlight the need to strengthen the public (or public funded) knowledge and advisory infrastructure supporting the cluster, making clear that it cannot by itself fill the gaps in the Portuguese agricultural knowledge and innovation system (AKIS). Secondly, experienced and innovative producers play a key role in this type of networks. They can be better engaged in this networks and act as relevant local knowledge producers and exchangers, acting both as gatekeepers or active mutual exchangers in the cluster. Thirdly, the inclusiveness feature of the network, by including the small-scale and newly-established producers, depends on stimulating the emergence of knowledge sub-networks addressing practical problems where these producers can engage and actively learn, and establish linkages with their counterpart experienced and innovative producers. The cognitive approximation between these different types of producers might be the key to prevent the exclusion of small-scale producers from the cluster and eventually from the sector.

**Keywords:** Agriculture; Networks; Agricultural knowledge; Innovation systems; Clusters.

## Investigação agrária e inovação agroalimentar no contexto da crise financeira global. O caso Português

Pedro Reis

INIAV, Oeiras, (pedro.reis@iniav.pt)

A inovação e a investigação são cruciais para o crescimento económico e o aumento da competitividade das empresas, mas, por sua vez, necessitam de recursos financeiros e humanos para a execução das suas atividades. Durante o longo período de crise financeira, económica e social, verificou-se uma quebra muito acentuada do emprego, uma forte emigração de pessoal altamente qualificado e grandes restrições financeiras. Neste período, reduziu-se o défice da balança agroalimentar e houve uma forte dinâmica de investimento em novas culturas e na instalação de jovens agricultores.

Face à importância da investigação e inovação para a competitividade do setor agroalimentar e às restrições de financiamento, analisou-se a evolução da investigação e inovação durante o

período da crise, assim como dos recursos financeiros e produção científica, com o objetivo de conhecer o contributo da inovação para a resposta do setor agroalimentar à crise, e quais os efeitos da crise sobre as atividades de investigação e inovação. As fontes de informação utilizadas foram as estatísticas oficiais de ciência e tecnologia (DGEEC) e do setor agroalimentar (GPP e INE), o inquérito a produtores e entrevistas a personalidades do sistema de inovação agrícola. A metodologia assentou na análise comparativa de séries cronológicas das atividades de investigação e inovação (incluindo os recursos e os *outputs*), complementado com os resultados do inquérito e das entrevistas.

A investigação agrária tem atualmente um peso muito pequeno da despesa total em I&D, mas cresceu em termos relativos entre 2008 e 2012, invertendo a tendência que se vinha registando. Houve um aumento acentuado da investigação privada e uma quebra acentuada do investimento nos setores institucionais. A agroindústria teve uma pequena quebra nas atividades de inovação e um ligeiro crescimento nas atividades de I&D (intramuros e extramuros). O setor agroalimentar manifestou uma elevada capacidade de inovar, com um perfil semelhante aos outros setores de atividade económica, e com um grande potencial em jovens produtores individuais e em micro empresas. A crise não teve um efeito significativo nas atividades de inovação, apesar de alguns investimentos terem sido adiados. A inovação permitiu responder melhor aos efeitos da crise, nomeadamente através de uma melhor adaptação às alterações nos mercados e à redução de custos. Estes resultados comprovam que a inovação confere, não só uma maior capacidade competitiva e novas oportunidades de criação de valor, mas também uma capacidade de resistência às situações adversas no mercado.

**Palavras-chave:** Agroalimentar; Agricultura; Crise económica; Inovação; Investigação; Portugal.

## La innovación en la industria agroalimentaria y sus determinantes estructurales y territoriales: el caso de la crisis económica en Castilla-La Mancha

Juan Sebastián Castillo Valero

Instituto Desarrollo Regional, Universidad Castilla. La Mancha (sebastian.castillo@uclm.es)

M.Carmen Garcia Cortijo

Instituto Desarrollo Regional, Universidad Castilla. La Mancha

En esta Comunicación se medirá, para el periodo 2007-2013, la innovación de la región y se analizará su comportamiento para una muestra de empresas del sector en función de la estructura de la firma y de las características del territorio en la que están ubicadas. El objetivo de este trabajo, medir la innovación y analizar los factores que influyen en su intensidad. A efectos de este trabajo, entendemos la innovación en términos del Manual de Oslo (2010), es decir, el proceso de cambios significativos en el producto, el proceso, el marketing o la organización de la empresa. Y una de las formas de representarla es a través las ayudas regionales a la innovación (para CLM son las ayudas Focal e Innova) y en las patentes y modelos de utilidad registrados en la Oficina Española de Patentes y Marcas (García Álvarez-Coque et al, 2013). Para medir la innovación, se calcula un índice ( $II_i$ )  $II_i = \left(\frac{f_{Focal}}{4}\right) + \left(\frac{f_{Innova}}{5}\right) + \left(\frac{f_{Patentes}}{7}\right)$ , inspirado en el algoritmo propuesto por Rugeles et al (2013).

Definida la innovación se analizarán los factores que han influido en el posicionamiento de cada empresa de la IAA. Como señala Rama (2014) es de crucial importancia conocer mejor las características y problemas de la innovación en el sector, así como los factores de éxito que la facilitan. En una rápida y somera revisión más reciente, Rugeles et al (2013), Alfranca et al. (2002), Audretsch y Acs (1991), López et al (2003) señalan a los factores internos de la organización como los más influyentes en la innovación, en cambio otros como Fagerberg et al. (2012) señalan a los factores territoriales. En este estudio se combinarán ambas posturas (García Álvarez-Coque et al, 2013; Rugeles et al, 2013) para explicar la intensidad innovadora de la IAA en Castilla-La Mancha en el periodo 2007-2013. En total resulta una muestra representativa compuesta por 252 empresas innovadoras de las 2.689 empresas agroalimentarias registradas en SABI (<https://sabi.bvdinfo.com/>), es decir, un 9%. Se plantea como Hipótesis Principal: el comportamiento innovador de las empresas es una función de: HP1.-la Estructura de la empresa (antigüedad, tamaño, personalidad jurídica, tipo de actividad económica).HP2.- las Características del territorio en donde se localiza (tasa de variación de la población, índice de actividad económica, índice de educación superior, tipo de zona rural). El modelo econométrico a estimar es:

$$II_i = \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ki} + u_i = \beta_1 Antigüedad_i + \beta_2 Tamaño_i + \beta_3 PJ_i + \beta_4 NACE01_i + \beta_5 NACE10_i + \beta_6 NACE11_{it} + \beta_7 POB_i + \beta_8 IAE_i + \beta_9 IES_i + \beta_{10} ZR_i + \beta_{11} ZI_i + \beta_{12} ZP_{it} + u_{it}$$

Las variables exógenas se agrupan en dos categorías. La primera categoría refleja la estructura de la empresa: *antigüedad*, *tamaño*, *personalidad jurídica* (PJ), *tipo de actividad económica* (NACE01, NACE10, NACE11). La segunda categoría engloba las características del territorio en donde se localiza la empresa: *tasa de variación de la población* (POB), *índice de actividad económica* (IAE), *índice de educación superior* (IES), *tipo de zona rural* según el Plan de Desarrollo Rural Sostenible (Zona a revitalizar/ZR; Zona intermedia/ZI y zona periurbana/ZP).

**Palabras clave:** Innovación; Industria agroalimentaria; Territorio; Empresa.

## Os perfis de inovação em empreendimentos rurais familiares no Brasil e Itália

Ana Paula Matei

Leonardo Xavier da Silva

Transformar a matéria prima em produtos, associando-os à oferta de serviços, tem sido uma alternativa para a melhoria da renda, da qualidade de vida e de autonomia dos agricultores no âmbito do desenvolvimento rural. No Brasil, esta prática tem sido evidenciada em diferentes políticas públicas para a agricultura familiar; portanto, há um contexto dinâmico para a sua atuação. Neste sentido, há a necessidade de identificar quais são as atividades econômicas, as relações sociais e as dinâmicas destes empreendimentos rurais familiares, para evidenciar as suas práticas inovadoras. Considerando que o contexto é caracterizado pelas instituições e seu arranjo organizacional, as proposições teóricas para a realização deste estudo compreenderam os princípios da Nova Economia Institucional e da Economia Evolucionária, bem como novas abordagens para tratar das inovações no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural. O objetivo foi o de identificar quais são os processos de inovação realizados pelos empreendimentos rurais familiares diante das dinâmicas do ambiente institucional em que estes se situam. A pesquisa foi realizada em empreendimentos rurais familiares em três regiões do Brasil (Rio Grande do Sul), e em duas regiões da Itália (Molise e Emília Romanha), totalizando 27 estudos de casos. A pesquisa se sustentou em métodos qualitativos e quantitativos, por meio da análise de conteúdo e de técnicas multivariadas de análise de dados, especificamente a análise de agrupamento. Os resultados demonstraram a existência de quatro perfis de empreendimentos rurais familiares, em função dos processos de inovação realizados. Há, também, um ambiente institucional e um arranjo organizacional favorável em todas as regiões. Contudo, cada ambiente se apresenta de maneira distintiva e, de fato, verifica-se que, para a definição dos perfis de inovação dos empreendimentos rurais familiares, o âmbito geográfico não se define como uma condicional preponderante. Desta forma, o arranjo organizacional contribui para que as interações aconteçam; mas, sobretudo, é o ambiente institucional formal e informal que comporta os principais elementos que direcionam para a efetivação dos processos de inovação realizados.

**Palavras-chave:** Empreendimentos rurais familiares; Ambiente institucional; Arranjo organizacional; Perfis de inovação.

## **Política de expansão e interiorização da educação profissional: os interesses dos jovens de cultura indígena na região norte do Brasil**

Jorge Pereira

O Ministério da Educação brasileiro, em 2009, com o sancionamento da Lei 11.892/08 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transformou várias Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais das diferentes regiões do país, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, promovendo a expansão da rede de educação profissional ainda com a criação de 38 instituições. A expansão e interiorização da rede de educação profissional nas localidades de extremas dificuldades de acesso a toda forma de infraestrutura representa a possibilidade de desenvolvimento e transformações significativas nas condições de vida das comunidades de cultura indígena brasileira, pois serve de instrumento para a construção de projetos educacionais (ensino fundamental, médio e profissionalizante), de pesquisa e extensão que levem à melhoria da qualidade de vida de jovens rurais. Este artigo analisa a descentralização da política de expansão e de interiorização da rede de educação profissional na Região Norte brasileira e suas consequências para o desenvolvimento rural, com ênfase na construção das identidades sociais dos jovens rurais, na manutenção da sua ruralidade. Trata-se de um estudo sobre os documentos que serviram de base para a elaboração da política de expansão e interiorização da rede e pesquisas e observações realizadas nos Institutos Federais Brasileiros na Região Norte, através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ. Podemos observar que, no caso de jovens rurais indígenas pertencentes às comunidades tradicionais, inseridos nos espaços urbanizados, alguns mantêm relações familiares e de parentescos com seus grupos ancestrais. É o caso dos Tikúnas e dos Macuxis. É comum ouvirmos dos mais velhos (Tikúnas) que os “Institutos Federais estão tirando os jovens das suas tradições indígenas e os inserindo numa cultura urbana”. Esses jovens não demonstram interesse em cursos ligados à produção agropecuária e meio ambiente por falta de emprego nessas atividades na sua localidade de origem, pois ao ser formarem, dificilmente permanecem junto às suas famílias, são atraídos pelo mundo do trabalho assalariado. Os dados apontam ainda para o êxodo feminino das comunidades indígenas rurais na Região Norte. Por outro lado, existem casos em que as comunidades indígenas já vêm solicitando junto aos Institutos Federais projetos educacionais dentro da comunidade, bem como a criação de cursos específicos. É o caso da comunidade indígena Saterê-Maué. Esse pleito das lideranças representa a busca de autonomia na gestão de territórios, para sua autossustentação e fortalecimento da identidade étnica.

**Palavras-chave:** Política; Expansão; Interiorização; Educação profissional; Jovens indígenas.

## Quem cresce no campo estuda, ou não? Uma abordagem empírica às desigualdades socioeducativas no noroeste de Portugal

Joana Nogueira

Os países do sul da Europa caracterizam-se por uma escolarização básica universal muito tardia. Essa escolarização foi ainda mais tardia em Portugal, acontecendo já bem avançado o século XX (Medina Carreira, 1996). Entre os fatores explicativos deste atraso substancial está a lentidão da implementação da rede escolar, mas também a resistência de determinados setores da população a escolarizar os filhos (VINAO FRAGO, 1990; SEBASTIÃO, 1998). Uma resistência particularmente elevada para as mulheres e a população rural. Em pleno século XXI, o atraso português e a seletividade social no acesso à educação implicam uma análise ao nível da educação secundária e superior. Nas sociedades modernas o êxito escolar é o fator legítimo de posicionamento profissional, e todas as classes sociais o reconhecem (GOUX Y MAURIN, 1997; ERIKSON Y GOLDTHORPE, 1993). No entanto, o sistema educativo continua a ser muitas vezes incapaz de anular os efeitos de um nascimento menos favorecido (BOURDIEU, 1979; GOLDTHORPE, 1996; BREEN y GOLDTHORPE, 2001).

Com base num questionário aplicado a 206 indivíduos do noroeste português (com 25-34 anos em 2008), analisamos os trajetos escolares e um conjunto de potenciais fatores explicativos. Os resultados evidenciam uma perceção nítida dos jovens quanto à importância da educação como recurso estratégico para a sua vida profissional e social. Mas os percursos escolares concretos revelam que a seletividade social continua a condicionar significativamente o êxito educativo. A baixa escolaridade da mãe e o contexto rural de vida são fatores que reduzem significativamente a probabilidade de um jovem chegar aos níveis de qualificação mais altos. Já no que se refere ao género, ser rapariga constitui agora fator de vantagem.

Os nossos dados permitem concluir que os jovens que se emancipam precocemente por motivos educativos têm grandes probabilidades de êxito escolar. Esta estratégia familiar exige recursos financeiros e sociais nem sempre acessíveis às famílias que vivem em espaços rurais. Note-se que encontramos aqui jovens que saem de casa dos pais quando ingressam no ensino superior, mas também jovens o fazem para frequentar o ensino secundário.

Os resultados permitem concluir que a origem social e geográfica são ainda fatores de desigualdade substancial no acesso à educação. Numa escala regional, envolvendo o sistema educativo secundário e superior, há claramente a necessidade de fortalecer o apoio às famílias e aos jovens, seja com ajudas financeiras que complementem os investimentos das famílias, seja com serviços de apoio aos estudantes de origem rural (residências, transportes, apoio escolar adicional).

**Palavras-chave:** Educação; Juventude rural.



## **Relato de experiências do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial (Nedet Chapadeiros) na Chapada Diamantina-Bahia, Brasil**

**Henrique Oliveira de Andrade**

Professor e pesquisador do Instituto Federal da Bahia, Campus Seabra - Coordenador do Projeto Nedet Chapadeiros (MDA/CNPQ/SPM/IFBA) (hgeouefs@gmail.com)

**Theo da Rocha Barreto**

Professor e pesquisador do Instituto Federal da Bahia, Campus Seabra (theo@yaho.com.br)

**Melissa Zonzon Silva**

Assessora de Gestão Social Projeto Nedet Chapadeiros (melzonzon87@gmail.com)

**Marco Aurélio Xavier**

Assessor de Inclusão Produtiva Projeto Nedet Chapadeiros souzaxavierm@gmail.com

**Marleide Silva**

Assessora de Mulheres Projeto Nedet Chapadeiros (marleydsilva@gmail.com)

**Jefte Batista**

Estudante do IFBA/Seabra e bolsista do Projeto Nedet Chapadeiros (jeftebatista10@gmail.com)

**Francisco Souza**

Técnico em Meio Ambiente e bolsista do Projeto Nedet Chapadeiros (franciscosza@hotmail.com)

Este resumo busca apresentar as principais experiências no contexto da pesquisa e extensão no processo de execução, planejamento e concepção das ações concernentes ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Projeto/Nedet Chapadeiros) executado no território de Cidadania da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. O projeto é resultado de uma chamada pública que atingiu todos os territórios rurais do Brasil por meio de uma pactuação interinstitucional envolvendo o governo brasileiro, ministérios (MDA e SPM) e o conselho nacional de pesquisa (CNPQ). Dessa forma, o foco do projeto visa empoderar os territórios no contexto do planejamento de políticas públicas visando sua qualificação e o envolvimento dos sujeitos territoriais com foco nas mulheres e juventude rural. Nesse contexto, o íterim das ações emerge agroecologia, educação do campo e economia popular e solidária, como base para a potencialização na elaboração de projetos sociais, captação de recursos e principalmente na qualificação das demandas territoriais ligadas às políticas públicas de cunho territorial. Diante disso, ressalta-se a potencialidade de atuação do projeto Chapadeiros nos 24 municípios do território Chapada Diamantina, galgando a construção e efetivação de redes de trabalho nas áreas temáticas de educação do campo e agroecologia, visto a concepção de pesquisa-ação, extensão e metodologias participativas, buscando envolver a sociedade civil e movimento sociais nos processos decisórios e de participação social efetiva. Nesse contexto, a atuação ampla e interinstitucional tem possibilitado à equipe executora do projeto ofertar oficinas temáticas, construir projetos participativos, executar reuniões temáticas e as do conselho territorial, permitindo assim o empoderamento socioterritorial pautado nos princípios da pesquisa-ação e extensão participante no contexto do território Chapada Diamantina.

**Palavras-chave:** Território; Agroecologia; Juventude rural; Ações com mulheres e Desenvolvimento.





## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Identity, heritage, culture and tourism | Identidade, património,  
cultura e turismo

## A casa dos Varais (Lamego): o despertar do ter na região Duriense

Helena Pina

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CEGOT (mpina@letras.up.pt)

A região duriense não é só paisagem, vinha e vinho! É também gente, cultura, tradição e inovação! Com efeito, embora estejamos perante uma paisagem idílica onde persistem os socalcos tradicionais, repletos de videiras de castas regionais, estes conjugam-se com novas tipologias de plantação dos vinhedos, o que proporciona uma paisagem “evolutiva e viva”, única, como reconheceu a UNESCO, em 2001, quando distinguiu o Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Humanidade.

A este património paisagístico distintivo, implantado num substrato xistoso, tem de se reunir o enológico e o gastronómico, para além do arquitetónico, do cultural e de outros. Trata-se, de facto, de um espaço paradigmático, produtor de vinhos afamados, com destaque indiscutível do Vinho do Porto, mas onde, a partir dos anos oitenta do século passado, se apostou numa perspetiva multifuncional que inclui o turismo nas suas diversas tipologias, como forma de mitigar os graves problemas de âmbito social e económico, e até institucionais, que a região enfrenta. Não esqueçamos que as potencialidades da região são, de facto, imensas, sobretudo quando observamos também o património arquitetónico, indissociável do histórico-cultural, despoletadores de dinâmicas inovadoras que estão a revitalizar o mundo rural.

Nesta comunicação, tendo por base um amplo trabalho de campo, que conjugamos com a análise estatística e documental e a aplicação de entrevistas estruturadas, debruçamo-nos sobre o historial e os registos documentais da Casa dos Varais, unidade precursora do Turismo em Espaço Rural (TER) na região duriense. Unidade de referência, corresponde a um caso exemplificativo com três décadas de vivências no enoturismo e em turismo de habitação. Na verdade, na sequência de uma opção estratégica dos seus proprietários, projetaram a dinamização e a preservação do património familiar mas num quadro multifuncional, onde o progresso e a inovação se conjugam harmoniosamente com a tradição. Efetivamente, desde a década de oitenta reestruturaram o espaço vitícola, enquanto modernizaram a área de vinificação, iniciando ainda a comercialização dos vinhos com a designação do nome da Quinta, quer o Vinho do Porto, quer os vinhos de mesa (DOP). Aderem também ao enoturismo após a recuperação e adaptação da habitação familiar, uma casa solarenga do século XVIII, a turismo de habitação. Mais recentemente diversificaram a oferta turística, criando a Casa de Pinguéis, unidade de agro-turismo que, como o restante património referenciado, se encontra rodeada de vinhedos e jardins. Assim se conjuga a tradição com a inovação em contexto sustentável!

**Palavras-chave:** Turismo de habitação; Desenvolvimento rural; Região Demarcada do Douro; Inovação; Tradição.

## **A experiência turística em unidades de turismo em espaço rural no Alto Alentejo: um estudo exploratório**

Eva Milheiro

Instituto Politécnico de Portalegre e GOVCOPPeva@esep.pt

Elisabeth Kastenholtz

GOVCOPP, Universidade de Aveiroelisabethk@ua.pt

Maria João Carneiro

GOVCOPP, Universidade de Aveiro mjcarneiro@ua.pt

O turismo em espaço rural tem vindo a afirmar-se como um produto alternativo a formas de turismo mais massificadas, refletindo alterações no comportamento dos consumidores e mudanças nos estilos de vida nas sociedades emissoras de turistas, que se traduzem numa procura de novas experiências, num ambiente mais autêntico, calmo, tradicional, com uma forte ligação aos valores ambientais e patrimoniais (Eusébio e Kastenholtz, 2010; Jesus et al., 2008; Lane, 2009; Loureiro, 2010; Milheiro et al., 2014). Por seu lado, compreender a experiência do turista no espaço rural é essencial, pois esta influencia a procura de um produto ou destino e, conseqüentemente, a competitividade dos mesmos (Kastenholtz et al., 2014; Mossberg, 2007; Stamboulis e Skayannis, 2003). Esta comunicação visa contribuir para uma melhor compreensão do comportamento do turista em áreas rurais e resulta de um trabalho em curso, focando-se no território do Alto Alentejo, destino com características marcadamente rurais, constituído por 15 concelhos.

O estudo empírico foi conduzido em 38 das 86 unidades de alojamento de turismo rural existentes neste território, entre junho e dezembro de 2015, tendo o questionário sido auto-administrado a hóspedes portugueses e estrangeiros, após explicados os seus objetivos e forma de administração aos proprietários e gestores das unidades TER.

As respostas obtidas até ao momento permitem-nos avaliar, de uma forma exploratória, a experiência vivida neste destino rural, e nas unidades de alojamento em particular, em dimensões relacionadas com o escapismo, aprendizagem, descoberta, estímulos sensoriais, comportamentos e emoções. O questionário incluiu, ainda, questões sobre aspetos que podem influenciar a experiência dos hóspedes nas unidades e no destino envolvente, como o seu perfil sociodemográfico, motivos da visita e características da viagem. A satisfação e a fidelização, enquanto resultados da experiência vivida, também foram avaliadas, permitindo uma análise da relação entre dimensões da experiência turística e as suas conseqüências ao nível do comportamento turístico futuro.

**Palavras-chave:** Turismo rural; Comportamento do consumidor; Experiência turística.

## **A identidade Gandaresa como fator de desenvolvimento turístico e de preservação do património e cultura tradicionais de uma região**

Dina Ramos

Professora adjunta convidada do Departamento de Ciências Sociais- Turismo, Instituto Politécnico de Tomar, (dinaramos@ua.pt)  
Membro da unidade de investigação em Governança, competitividade e políticas publicas (GOVCOPP), Aveiro, Portugal

Carlos Costa

Professor catedrático e director do Departamento Economia, Gestão Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT) da Universidade de Aveiro, ccosta@ua.pt  
Membro da unidade de investigação em Governança, competitividade e políticas publicas (GOVCOPP), Aveiro-Portugal

O mundo está em constante mudança e a globalização “facilita” a integração dos turistas como co - autores dessa mudança através da participação ativa e co-criação de atividades que impulsionam esta metamorfose no turismo e no mundo. A existência de alternativas credíveis e diferenciadoras de Turismo em particular nas zonas costeiras poderá contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações e para os turistas que visitam uma determinada região.

A região Gandaresa situa-se na zona costeira da região Centro de Portugal e é caracterizada por uma identidade única de tradições, culturas e edificado patrimonial impar no país. Como símbolo máximo dessa identidade evidencia-se a casa gandaresa, um dos principais elementos singulares do património edificado.

Um planeamento sustentável destas regiões pode ser um fator dinamizador de municípios costeiros com um alojamento turístico escasso e onde o destino sol e mar é o principal tipo de turismo existente. É objetivo desta investigação propor alternativas sustentáveis de alojamento mantendo a identidade local, preservando a cultura e património existentes e potenciando o turismo costeiro e o turismo rural que lhes está adjacente.

O Turista que está potencialmente interessado neste tipo de turismo procura alternativas credíveis e diferenciadoras que lhes permita nas suas horas de lazer, conhecer a identidade cultural e patrimonial de uma determinada região, e pode ser um fator de sucesso e incremento deste tipo de turismo desencadeando o aparecimento de novas oportunidades de negócio, novas atrações turísticas e como fator dinamizador e sustentável para a região, promovendo o Turismo, a Cultura e o património Gandares.

**Palavras-chave:** Turismo; Turismo em zonas costeiras rurais; Património; Identidade Gandaresa.

## A Quinta de Recreio enquanto pólo de desenvolvimento rural – casos dos arredores Lisboa (séculos XVI e XIX)

Inês Pires Fernandes

Investigadora Colaboradora do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (inesfernandes@gmail.com)

Em território rural, a fixação de populações está inerente à existência de áreas de interesse para exploração agrícola, pecuária e outros recursos naturais. Em território português, nomeadamente na área rural envolvente à capital, verifica-se o desenvolvimento de lugares e aldeias em torno de estruturas arquitetónicas complexas – Quinta de Recreio. Estes edifícios, residenciais e de carácter erudito têm a sua origem no ideal de vilegiatura e de proveito das qualidades da vida no campo mas, frequentemente se tornam em verdadeiros polos de exploração agrícola e pecuária, como modo de rentabilização económica da propriedade. São tomados como objeto de estudo esta tipologia, pretendendo-se a compreensão do seu papel arquitetónico, económico e social no desenvolvimento de aglomerados no seu entorno.

A Quinta de Recreio implanta-se nas cinturas rurais das principais cidades. Esta implantação está inerente a fatores físicos do sítio que garantam a viabilidade agrícola e económica da propriedade e da família. O edifício torna-se, graças à sua escala e/ou monumentalidade da sua arquitetura, um marco físico no território. A sua importância vital vai, porém, mais além da demarcação arquitetónica e demonstração de domínio perante a terra. A sua actividade garante a empregabilidade de populações que nela ou na sua proximidade se fixam. Esta tipologia torna-se, deste modo, em territórios rurais e inexplorados, num polo propulsor de economia local e de vida.

Metodologicamente, a Quinta de Recreio é contextualizada a nível tipológico, cronológico, espacial e político-social. Como campo de estudo é abordada a área rural envolvente à capital. A análise arquitetónica e cronológica de alguns objectos em particular demonstra o seu papel fulcral no desenvolvimento de aglomerados urbanos em contexto rural.

A Quinta de Recreio é um património de valor histórico, arquitetónico e simbólico para o território rural português. Apesar do seu relevo, a desvalorização e abandono atuais das áreas rurais colocam em severo abandono e degradação física e cultural destes objectos, que urgem em ser valorizados, estudados e salvaguardados.

**Palavras-chave:** Quinta de Recreio; Desenvolvimento rural; Património arquitetónico rural.

## Artesanato e identidade territorial

José Marcos Froehlich

Ao mesmo tempo em que as fronteiras se tornam mais permeáveis e as distâncias menos evidentes devido ao advento da globalização, presencia-se um período de valorização das singularidades e pluralidades, onde a produção artesanal tem sido cada vez mais estimada pelos consumidores. Tendo por referência as experiências dos territórios da Costa Doce e da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, este artigo tem por objetivo refletir sobre como o artesanato vem se transformando em interação com os processos globalizantes contemporâneos que oportunizam o seu acionamento enquanto expressão de identidade territorial em nome do desenvolvimento. Os dois territórios estudados, apesar de empreenderem esforços em nome da construção e projeção identitária, representam diferentes relações entre o artesanato e o território. Na Costa Doce, há uma vinculação clara entre as estratégias de reconversão territorial e o artesanato produzido no território. Na Quarta Colônia, apesar de tentativas de inserir o artesanato produzido no território nos processos de construções identitárias, sua visibilidade não é acentuada, embora a prática subsista em todos os municípios do território. Após as reflexões teóricas, como conclusão provisória, percebe-se que na contemporaneidade o artesanato possui maiores oportunidades de subsistir quando reconvertido para ser tornar expressão identitária.

**Palavras-chave:** Artesanato; Identidade territorial; Globalização; Desenvolvimento.

## Arvoredo de interesse público: potencial de desenvolvimento educativo e turístico de uma região

Raquel Pires Lopes

Estudante de Doutoramento em Biologia no Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF), Universidade de Aveiro, Campus Universitário, 3810-193 Aveiro, Portugal (raquellopes@ua.pt)

Catarina Schreck Reis

Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, Calçada Martins de Freitas, 3000-456 Coimbra, Portugal

Paulo Renato Trincão

Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, Calçada Martins de Freitas, 3000-456 Coimbra, Portugal

O estudo tem como objetivo promover o conhecimento do Arvoredo classificado de Interesse Público (AIP) em Portugal continental. Com base no Registo Nacional do AIP do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, realizado entre 1939 e 2012, procedeu-se à recolha do seu número, localização, espécie e tipo de proprietário, nos 278 Municípios, correspondentes às 5 Regiões de Turismo do território continental. Verificou-se que 130 Municípios não possuem processos de classificação. Por se considerar ser esta uma lacuna, não só em termos ambientais, como sociais, os dados justificam a necessidade de se contribuir para a compreensão social destas plantas. Importa que, de uma forma científica, seja evidenciada a sua heterogeneidade e especificidade assim como o seu potencial de desenvolvimento local, enquanto recurso natural, histórico, cultural, paisagístico, turístico e educativo para além também do seu reconhecido papel na promoção da saúde e bem-estar.

O AIP e outras árvores monumentais contribuem para a diferenciação endógena das regiões onde se localizam, constituindo focos de desenvolvimento local, em meio rural, como representam alguns projetos que, têm timidamente surgido no nosso território, mas em franco desenvolvimento noutros países. Assim, a necessidade da promoção da cultura científica em torno do arvoredo monumental encetou o desenvolvimento de: um questionário aos 100 Municípios, que integram a Região de Turismo do Centro, para se proceder ao seu conhecimento efetivo, como aferição da sua promoção, junto do público em geral, por iniciativa autárquica; roteiros em torno do arvoredo monumental, em contexto urbano; projeto-piloto, em 2 Municípios, com o envolvimento de crianças e famílias na inventariação de árvores já classificadas e de outras monumentais, através de um movimento de ciência cidadã. Este projeto servirá de base a um roteiro botânico a materializar num *flyer* e a uma exposição fotográfica, projetos que se inserem em contexto de educação não formal, para o público em geral.

A educação científica ao ser parte integrante da formação dos cidadãos deverá valorizar a sua contribuição para a preservação do património cultural e natural de uma comunidade. Nesta perspetiva, espera-se que este estudo contribua para promover o aumento da literacia científica, junto do público em geral, sobre o arvoredo monumental e a importância que este património assume como elemento catalisador e diferenciador no desenvolvimento local.

Este projeto faz parte de um estudo experimental mais alargado para avaliar o impacto de projetos de comunicação de ciência no aumento da consciência pública sobre o arvoredo monumental.

**Palavras-chave:** Arvoredo de interesse público; Árvores monumentais; Roteiros botânicos; Desenvolvimento local; Educação não formal.

## **Como surgem e se desenvolvem unidades TER e percepção do seu impacto no território: estudos de caso em Janeiro de Cima e Escalos de Baixo (Portugal)**

Silvia Pina

Anabela Dinis

As tendências de mercado apontam para um futuro promissor do Turismo em Espaço Rural (TER) visto que assentam numa procura globalmente crescente, com interesse pelo “genuíno” e pela natureza e que é, por isso mesmo, sensível à recuperação/conservação do ambiente e do património. Pela sua própria natureza, este tipo de turismo é apontado como um sector particularmente relevante para a sustentabilidade dos territórios rurais, nas suas diversas componentes, ambiental, económica e social. Todavia, a concretização deste potencial de desenvolvimento sustentável está dependente de dois factores fundamentais: i) o surgimento e configuração de uma oferta adequada nos territórios; ii) o envolvimento das comunidades locais.

Assim, o presente trabalho centra-se no TER como actividade empreendedora, i.e., na perspectiva da oferta, procurando compreender como surgiram e se desenvolveram as unidades TER. Na medida em que esta oferta turística para ser verdadeiramente sustentável (e competitiva) implica uma relação com a comunidade onde se insere, pretende-se também analisar quais as percepções e atitudes das comunidades relativamente a este tipo de oferta.

Para tal, foi realizada uma revisão da literatura abordando o conceito de turismo como actividade empreendedora, discutindo os conceitos associados ao TER, bem como os factores promotores do seu desenvolvimento, nomeadamente: i) o empreendedor, ii) a inovação, iii) o capital rural, iv) as políticas públicas e a v) comunidade, configurando estes elementos os pilares do modelo de investigação. A análise empírica inclui uma abordagem mista, baseada em dois territórios (freguesias) rurais do interior de Portugal: Janeiro de Cima (Fundão) e Escalos de Baixo (Castelo Branco). Para compreender o lado da oferta, em cada território foi estudado o caso de uma unidade TER, com base em entrevistas aos responsáveis, análise documental e observação. Para tentar compreender as atitudes e percepções da comunidade foi utilizada uma abordagem quantitativa através da realização de inquéritos por questionário aos residentes.

Os resultados obtidos validam o modelo de investigação estabelecido confirmando as características e motivos dos empreendedores, o capital rural, a inovação e as políticas públicas como importantes factores que influenciam a emergência e desenvolvimento das TER. Constataram-se também importantes diferenças entre as unidades TER, particularmente ao nível da motivação dos empreendedores, da utilização e promoção do capital rural, do tipo de inovação e do benefício das políticas públicas. Por outro lado, concluiu-se que, em geral, os residentes consideram que a actividade de turismo rural desenvolvida na sua comunidade traz benefícios, mas também que o grau de satisfação da comunidade se relaciona com o grau de envolvimento da TER com a comunidade local.



## **Crenças e saberes no mundo rural: as transformações culturais no distrito de Barranco Alto-Alfenas/MG**

Rafaela Figueiredo

Abigail Cruz

Flamarion Alves

O presente trabalho intitulado Crenças e Saberes no Mundo Rural: As Transformações Culturais no Distrito de Barranco Alto – Alfenas/MG, buscou nas bases da ciência geográfica, mais precisamente na corrente da geografia humana, explicar como os saberes populares da medicina natural e da cultura das benzeduras ainda se faz presente nos espaços rurais no Brasil. Primeiramente é necessária a compreensão de que essas práticas são heranças histórico-culturais dos povos indígenas, que associado a rituais da cultura europeia transformou-se no que a atual sociedade ocidental reconhece por medicina natural. Entre os objetivos da pesquisa encontram-se a realização de análises críticas dos credos existentes no meio rural juntamente as perdas e resistências associadas a evolução dos meios técnicos. Para tanto, a metodologia consistiu primeiramente na consulta de materiais teóricos e em entrevistas baseadas em relatos orais de quatro gerações (bisavós, avós, mães e filhos) investigando a percepção dos moradores do Distrito referente ao objetivo anteriormente exposto. Contudo, um dos produtos dessa investigação foi a comprovação da teoria inicial de que essa cultura tende a perder adeptos conforme há a inserção das novas tecnologias no campo, pois comprovou – se também que a permanência ainda se dá principalmente nas antigas gerações.

**Palavras-chave:** Geografia cultural; Identidades; Crenças; Barranco-Alto; Ruralidade.

## **Cultura, património e ruralidade. O caso do teatro regional de Montemuro – Portugal**

Lúcia Pato  
(mljesus@esav.ipv.pt)

Vítor Figueiredo  
(vitor.mpfigueiredo@gmail.com)

O Teatro Regional de Montemuro nasceu na década de noventa fruto de uma iniciativa do Instituto de Assuntos Culturais, que mercê da observação de fortes dinâmicas culturais, reuniu artistas locais, nacionais e internacionais, na pequena aldeia de Campo Benfeito (freguesia de Mezio) na serra do Montemuro. O primeiro espetáculo a nível profissional – o lobo Wolf – teve uma dimensão já internacional, acabando por despoletar o interesse de outras instituições e do próprio Estado Português. Passados cerca de vinte e cinco anos da sua fundação, o projeto cresceu, afirmou-se, sendo atualmente uma figura incontornável da história da pequena aldeia e uma marca do concelho, da região de Montemuro e mesmo do país. Hoje conta com seis pessoas ao serviço a tempo inteiro, maioritariamente todas da aldeia, mas há muitas mais que são contratadas pontualmente para ajudar nos diferentes espetáculos que se vão fazendo pelo país fora e não só. Um dos espetáculos mais conhecidos é o festival internacional Altitudes (já com dezasseis edições) que durante uma semana em agosto reúne diversas companhias nacionais e internacionais, assim como também centenas de pessoas e turistas que se dirigem à pequena aldeia de Mezio para participarem no festival. O que distingue todavia este projeto de tantas outras iniciativas culturais é o facto dos protagonistas tentarem construir as histórias baseadas na realidade do mundo rural e nas particularidades das tradições e história local. Daí que para além de toda a pesquisa por detrás de cada espetáculo, as ligações dos atores e atrizes à aldeia, às suas gentes e à realidade rural local sejam muito estreitas. Complementarmente sublinham-se as ligações estabelecidas com outras entidades económicas locais, de que é exemplo a cooperativa de artesanato local – Capuchinhas do Montemuro. São aliás as capuchinhas que fazem todos os figurinos utilizados nos espetáculos. As parcerias com outras estruturas fora da aldeia são também de enfatizar e sem elas provavelmente o projeto desfalecia.

Baseada numa análise qualitativa o objetivo deste trabalho é pois o de explorar o contributo desta iniciativa no desenvolvimento rural e na revitalização da aldeia, focando-se igualmente o estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e privadas locais.

**Palavras-chave:** Cultura; Património rural; Montemuro.

## Declínio demográfico, identidade e património num município rural

Maria da Graça Moreira

O declínio demográfico nas áreas rurais, faz perigar a manutenção do património material e imaterial produzido pela sociedade rural que os criou, em séculos passados. Este trabalho analisa a transformação funcional, ligada à desertificação social e ao desaparecimento da estrutura económica tradicional, que se deu durante a segunda metade do séc. XX, no concelho de Idanha-a-Nova.

Com o desaparecimento da sociedade rural que o criou, este património arquitetónico é ameaçado por uma sociedade urbana que apresenta outros valores estéticos e de uso. A identidade das populações que ainda permanecem fica ameaçada, pela desvalorização que sentem, por parte dos grupos sociais dominantes, relativamente ao seu património. O turismo pode ser o fator que pode contrariar ou não, uma tendência que se refletiu na destruição da paisagem dos pequenos aglomerados populacionais da zona.

O estudo desenvolve-se num dos concelhos com maior envelhecimento e abandono da sua população residente, em Portugal, e onde desde os anos 50 do século passado o processo de desertificação social tem maior impacto.

O reflexo na arquitetura local das consequências da alteração na organização económica e social das aldeias é visível em vários casos. A atual apropriação dos edifícios, nomeadamente os públicos, com a alteração das suas funções iniciais e a descaracterização das aldeias como centro socioeconómico encaminha a sua vivência para um pós-ruralismo evidente.

As aldeias quando atingiram picos de população tinham capacidade de manter um conjunto de atividades económicas, com edifícios especializados como lagares, fornos para pão, ou comércio, que quando perderam parte significativa da população, desapareceram. Também desapareceram as escolas primárias quando as crianças deixaram de viver nestes lugares passando os seus edifícios a ter outros usos. Por outro lado os palheiros que tinham grande importância funcional nestas aldeias, com localizações próprias, muitas vezes separados da parte habitacional, perderam função e tem entrado em ruínas ou sofrendo grandes transformações para se adequarem a novos usos. A transformação da base económica faz aparecer novas atividades, algumas ligadas ao turismo, que tendem a apropriar-se de edifícios pré-existentes e por vezes favorecer a destruição do património arquitetónico.

**Palavras-chave:** Declínio demográfico; Património material e imaterial; Idanha-a-Nova.

## Diálogo entre cultura, patrimônio e visitação: o parque da Esalq (Escola Superior De Agricultura “Luiz De Queiroz”/ Usp), Piracicaba, Sp

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

Docente e pesquisadora USP. ESALQ. Piracicaba, SP. (otmmquei@usp.br)

O patrimônio cultural, na atualidade, vem sendo cada vez mais valorizado, abrindo possibilidades de se projetar o passado no presente, patrimônio este que testemunha uma identidade, contagiando quem o conhece. É o caso do Parque da Esalq (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo, Brasil), localizado em Piracicaba, interior paulista. Este Parque foi concebido em estilo inglês de paisagismo por arquiteto belga e inaugurado em 1907. O referido estilo inglês com alamedas em curva tem uma distribuição dos maciços arbóreos interessante (LIMA, 1987). Apresenta extensos gramados, pequenos bosques, caminhos em curvas suaves e árvores isoladas (MONTENEGRO, 1983). A Esalq é direcionada ao ensino, pesquisa e extensão universitária nas áreas das Ciências Agrárias, Sociais Aplicadas e Ambientais, tendo iniciado suas atividades em 1901 (MOLINA, 2011). Inicialmente, a principal área de atuação da ESALQ era voltada à agricultura, com o curso de graduação em Engenharia Agrônoma. Mas a Escola foi ampliada com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, fortalecendo-se a pesquisa e extensão universitária com enfoque multidisciplinar. No campus também são implementadas diversas atividades que envolvem o seu uso público “pela população local e da região devido às características históricas, paisagísticas e ambientais de seu parque que permitem o lazer, a recreação e a prática de exercícios físicos.” (HIRATA; SETE; QUEIROZ, 2013, p.627). Os patrimônios cultural e paisagístico do Parque (tombados) têm sido bem cuidados, configurando-se como um dos grandes atrativos turísticos da cidade, oferecendo aos visitantes a oportunidade de uma experiência contagiante. Este patrimônio, sua história e beleza são elementos de qualificação e atratividade que estimulam o seu uso, gerando também afetividade por parte dos frequentadores. Enfim, é um espaço com conteúdo significativo e que desperta grande interesse.

**Palavras-chave:** Cultura; Patrimônio; Turismo; Esalq.

HIRATA, S. R.; SETE, P. K.; QUEIROZ, O. T. M. M. O Parque da ESALQ como Espaço Público Multifuncional e de Lazer em Piracicaba, SP. Turismo em Análise. Vol.24, n.3, dez 2013. P.627-653.

LIMA, A.M.L.P. Nosso Parque faz 80 anos. Revista da ADEALQ, v.10, n.6, p.20-22, 1987.

MONTENEGRO, H.W.S. A arte de projetar jardins. Piracicaba: FEALQ, 1983. 134p.

MOLINA, Rodrigo S. Escola Agrícola Prática "Luiz De Queiroz" (ESALQ/USP) : sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2011. 127 p.

## **El aporte agrícola y cultural de los pequeños productores vitícolas al Valle Antinaco-Los Colorados, Argentina**

Alejandro R. Carrizo

INTA: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, Argentina. UNdeC: Universidad Nacional de Chilecito, Argentina

Daniela de la Vega

INTA: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, Argentina. UNdeC: Universidad Nacional de Chilecito, Argentina

La actividad agrícola en el Valle Antinaco – Los Colorados (noroeste argentino), se desarrolla vinculado a factores económicos, tecnológicos, políticos y demográficos. Hay tres períodos diferenciados: 1° vinculados a procesos migratorios hasta la primera mitad del siglo XX; 2° las políticas desarrollistas setentistas y; 3° por políticas fiscales de fines del siglo pasado. Cada etapa afecta diferencialmente al sector vitícola. La llegada de familias inmigrantes aporta mano de obra y se asocia con actividades agroindustriales, en pequeños predios de tipo familiar. Posteriormente, el crecimiento se potencia por políticas desarrollistas que impulsan colonias agrícolas, radicando colonos agricultores, incrementando la superficie cultivada del Valle. Finalmente, a finales del siglo XX, las políticas neoliberales facilitaron inversiones productivistas a gran escala, funcionales a mercados internacionales, con procesos tecnológico-eficientistas.

Actualmente conviven en aparente armonía, los pequeños productores de principios de siglo XX con los medianos y grandes que arribaron desde 1960 en adelante. Sin embargo, diferencias en el acceso a los factores productivos, principalmente capital y tecnología, junto al envejecimiento poblacional, han puesto a los primeros al borde de la extinción.

Este trabajo, principalmente cualitativo, elabora con datos del INTA y la UNdeC, un análisis del laboreo de los pequeños productores de principios del siglo XX. Tiene objetivos descriptivos de la situación actual en que se encuentran, considerando variables socio-demográficas y tecnológicas, que afectan fundamentalmente la continuidad de sus lógicas de producción tradicional. Estos productores evidencian una baja participación en la producción de uva, pero conforman más de tres cuartas partes del total de los productores del valle. Principalmente son organizaciones familiares con escasa participación político-económico del sector, transmiten verbalmente sus saberes, sufren el cambio generacional y las migraciones internas entre otros.

Estos pequeños productores pueden considerarse ineficientes desde lo productivista, pero sus prácticas agrícolas, las variedades de uva predominante y sus vínculos socio-culturales con la tierra, conforman un acervo cultural, genético vegetal e histórico de gran valor.

La presencia de productores medianos y grandes, no evidencia competencia por las tierras ni por el agua, pero introdujeron un paradigma hegemónico que aglomera servicios financieros y tecnológicos, prácticas mercantiles, disponibilidad de mano de obra y la definición de políticas agrícolas. La llegada de nuevos actores al sector rural local, provoca un desplazamiento de los pequeños productores del eje de las políticas gubernamentales e introduce nuevas reglas en el sector vitivinícola provincial.

## **El papel del Camino de Santiago en la dinamización de las áreas rurales: análisis de los municipios del Camino Francés en Galicia**

Ximena Morales Urrutia

Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Santiago de Compostela (ximenaalexandra.morales@rai.usc.es)

Edelmiro López Iglesias

Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Santiago de Compostela (edelmiro.lopez@usc.es)

Maria do Mar Pérez Fra

Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Santiago de Compostela (mariadomar.perez@usc.es)

El Camino de Santiago se ha consolidado en las décadas recientes como una de las rutas turísticas culturales más conocidas a nivel mundial, siendo presentado habitualmente como un recurso que puede contribuir de forma notable al desarrollo del turismo, y más globalmente a la dinamización socioeconómica, de los territorios por los que transcurre.

El objetivo de este trabajo es contrastar, a partir de la información estadística disponible, los efectos de este recurso turístico en los municipios rurales de Galicia. Para ello nos centramos en los 14 municipios rurales que atraviesa el Camino Francés, la más conocida, y la más utilizada, de las ocho rutas que se engloban habitualmente bajo el rótulo genérico de “Camino de Santiago”. La metodología utilizada parte de analizar la evolución de las principales variables demográficas y socioeconómicas en estos 14 municipios durante las dos últimas décadas, prestando especial atención a aquellas actividades económicas que pueden tener una mayor vinculación con el turismo y la presencia de los peregrinos. Sobre esa base, con el fin de discernir el posible impacto del Camino de Santiago, se efectúa un análisis comparativo con municipios rurales de características similares por los que no pasa el Camino. Para ello empleamos los datos, publicados recientemente por el Instituto Galego de Estatística (IGE), sobre la dinámica de los municipios gallegos clasificados según su grado de urbanización (aplicando criterios propuestos por Eurostat). De este modo, el trabajo ofrece una primera aproximación indirecta a la posible contribución del Camino de Santiago a la dinamización socioeconómica de aquellos 14 municipios. Por un lado, contrastando la existencia o no de mejoras en el comportamiento de diferentes variables a lo largo de las dos últimas décadas. Y por el otro discerniendo en qué medida se constata una dinámica más favorable que en los municipios rurales de características similares que no cuentan con este recurso.

**Palabras clave:** Desarrollo rural; Turismo; Galicia; Camino de Santiago.

## **El patrimonio cultural y ambiental como eje para el desarrollo turístico de interior: el ejemplo de los arribes del Duero**

Fernández Álvarez, José

Universidad Nacional de Educación a Distancia (Joselito@usal.es)

Fernández Álvarez, Rubén

Departamento de Geografía, Universidad de Salamanca (rfa@usal.es)

Desde mediados del S.XX el mundo rural, por lo general, viene sufriendo circunstancias de envejecimiento y emigración de su población aspecto que se refleja en la degradación y pérdida del patrimonio cultural y en el deterioro de sus bienes naturales. En las últimas décadas, y cada vez con más fuerza, ha surgido un nuevo concepto de uso o aprovechamiento en estos territorios alejados de lo urbano y que presentan elevada calidad ambiental y paisajística, “el turismo rural”.

Esta variedad de turismo de interior ayuda a la diversificación económica de muchos territorios rurales que por su grado de aislamiento están muy limitados al desarrollo, como es el caso de las Arribes del Duero, enclave singular de identidad propia cuyo clima y geomorfología favorecen la localización y distribución de diferentes usos y aprovechamientos del suelo que, a la postre, no son posibles en los territorios adyacentes. Son estos factores climáticos, geográficos y agrarios los que otorgan el valor cultural, patrimonial y turístico a este espacio marginal, de difícil acceso y cuya población se encuentra cada vez más envejecida.

Con ello, se pretende, a través de este estudio, analizar como el patrimonio natural y cultural y su adaptación turística son elementos clave en la conservación y mantenimiento de estos espacios deprimidos o en riesgo de retroceso, tomando como ejemplo, para ello, El Parque Natural de Los Arribes del Duero.

**Palabras clave:** Turismo rural; Patrimonio; Cultura; Calidad ambiental; Paisaje.

## **Empreendedores “estilo de vida” em agroturismo: poderá a complementaridade das atividades ajudar a promover o sucesso dos pequenos negócios em regiões rurais?**

Conceição Cunha

Assistente e aluna de doutoramento, Universidade de Aveiro  
DEGEI Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal (ccunha@ua.pt)

Elisabeth Kastenholtz

Professora Associada, Universidade de Aveiro  
DEGEI Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal(elisabethk@ua.pt)

Maria João Carneiro

Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro,  
DEGEI Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, Portugal (mjcarneiro@ua.pt)

Os pequenos negócios em turismo enfrentam múltiplos constrangimentos, em muitas circunstâncias agravados pela sua localização rural e pela reduzida dimensão que os caracteriza, podendo o agroturismo ilustrar uma realidade na qual os empreendedores enfrentam diversas dificuldades na gestão e viabilização dos seus negócios (McGehee e Kim, 2004; Park *et al.*, 2014; Smallbone *et al.*, 2002). Contudo, existe uma orientação empreendedora conhecida como “estilo de vida” que pode ser encontrada em alguns dos proprietários de pequenos negócios de agroturismo, que parece contribuir para práticas de gestão mais proativas, empreendedoras e sustentáveis, estando portanto na origem de melhores desempenhos e resultados desses negócios.

Um estudo de caso foi conduzido numa região do interior sul do país – o Alto Alentejo. Três unidades de agroturismo geridas por empreendedores com características de “estilo de vida” foram consideradas nesta investigação realizada entre Março e Maio de 2015. Foram feitas entrevistas de profundidade aos proprietários destes empreendimentos, que foram complementadas com observação no local e documentação recolhida em diversas fontes.

Os empreendedores “estilo de vida” são indivíduos que desenvolvem os seus negócios como parte de uma estratégia de construção de um determinado estilo de vida, que acreditam ser mais interessante, equilibrado ou sustentável. A paixão pela natureza, a vivência que o campo ainda permite ou a possibilidade de equilibrar o trabalho com a família ou outros interesses pessoais, são aspetos que os movem e que os mantêm otimistas e confiantes no futuro. As múltiplas atividades desenvolvidas põe estes empreendedores nas quintas, nomeadamente a agricultura biológica, as diversas atividades turísticas (como o alojamento ou o turismo equestre), ou o comércio de produtos alimentares (azeite ou vinho), evidenciam uma complementaridade que parece contribuir para um maior equilíbrio operacional e financeiro do negócio, mas também para uma maior riqueza da oferta. A oferta diferenciada e de qualidade para uma procura turística pós-moderna, fragmentada e heterogénea, caracterizada por um interesse crescente pelo “autêntico”, crescentemente motivada também por um estilo de vida saudável, assume particular relevância (Ateljevic e Doorne, 2000; Cederholm e Hultman, 2010; Kastenholtz, 2014; Sidali *et al.*, 2013). O agroturismo promovido por empreendedores cuja forma particular de gerir os negócios se alinha com aquilo que se considera ser a essência do turismo em espaço rural, parece estar particularmente bem posicionado para responder a esta “nova procura” constituída por nichos de mercado de elevado potencial.

**Palavras-chave:** Agroturismo; Empreendedores; Estilo de vida; Sucesso; Turismo rural.



## Guía de patrimonio natural y cultural de Santa Lucía de Tirajana (Gran Canaria, España). Propuesta metodológica

Alejandro González Morales

Antonio Ramón Ojeda

José Manuel Quesada Medina

El objetivo de este trabajo es realizar una propuesta metodológica para la elaboración de una guía de patrimonio natural y cultural, a partir de la cual los potenciales senderistas puedan confeccionar sus propios senderos. Se trata de proporcionar las herramientas adecuadas para que los usuarios de las rutas de senderos patrimoniales puedan conocer de forma adecuada el patrimonio natural y cultural de la Isla. En efecto, hay toda una serie de espacios naturales y antrópicos que sólo se pueden conocer a través de transitar por los callejones de cascos históricos, caminos de herradura y senderos, y de esta manera contemplar el patrimonio de esos espacios. De igual manera es objeto de esta comunicación contribuir a incrementar el conocimiento del valioso y variado patrimonio de Canarias, en particular de Santa Lucía de Tirajana, para ello es necesario que los potenciales senderistas que utilicen las rutas que se recomiendan en este estudio sepan utilizar las herramientas técnicas que le permitan una adecuada interpretación de los paisajes y espacios observados.

**Palabras claves:** Senderismo; Metodología; Patrimonio natural; Patrimonio cultural.

## Medio rural, actividad agraria y turismo: agroturismo. Oportunidades y dificultades (Canarias)

Adrián García Perdigón

Yurena González González

El visitante podría encontrarse en un alojamiento de turismo rural, sin tener posibilidades de entender el entorno (en el que se incluyen explotaciones agrarias), principalmente porque la actividad agraria no es contemplada como un requisito básico e indispensable para entender el turismo en el medio rural, o porque la actividad agraria no ha visto al turismo como un posible diversificador de rentas de la agricultura. (A. García y M. Gutiérrez, 2013).

La realidad económica del archipiélago canario ha estado fuertemente ligada desde los años 60 del s.XX al desarrollo del turismo. Esto ha llevado aparejado un crecimiento paulatino de la planta alojativa turística, la generación de una economía dependiente de los flujos de viajeros, y un cambio de modelo productivo, donde el sector agrario tiene un bajo protagonismo.

Con la intención de vincular actividad turística y producciones agrarias en el medio rural de Canarias, se indaga en los supuestos que permiten hablar de agroturismo en las islas, encontrándonos con unas prácticas agroturísticas que no tienen un encaje jurídico claro, al margen de aquel centrado en el turismo rural muy vinculado a los alojamientos emblemáticos en el medio rural, sin ofrecer una alternativa a las problemáticas de las economías locales rurales.

La legislación que establece el marco de desarrollo de la actividad turística en general en el archipiélago, es la Ley 7/1995, de Ordenación del Turismo de Canarias y el Decreto 142/2010 de Actividad Turística de Alojamiento. Esta legislación da un marco de oportunidades para el desarrollo del agroturismo como “actividad turística complementaria”, pero por otro lado dificulta lo que tiene que ver con el alojamiento turístico en explotaciones agrarias.

Un reciente Decreto 113/2015 por el que se aprueba el Reglamento de las Viviendas vacacionales de la Comunidad Autónoma de Canarias, abre la posibilidad modificando el citado Decreto 142/2010, de alojarse en una vivienda vacacional en el medio rural. Este Decreto posibilita la práctica de un turismo diferente, aquel que quiere disfrutar del medio rural en compañía de los moradores de una vivienda ubicada en dicho ámbito, y participar de las actividades agrarias habituales, sin necesidad de alojarse en lo que comúnmente se ha dado en llamar casa rural.

Sin embargo el agroturismo sigue sin tener un marco jurídico que contemple su desarrollo.

**Palabras clave:** Medio rural; Actividad agraria; Turismo; Agroturismo.

## Mitos y medias verdades sobre la dehesa y el jamón ibérico

Santiago Amaya Corchuelo

Mario Fernández Zarza

Encarnación Aguilar Criado

En el contexto agroalimentario actual, contemporáneo y globalizado, donde la cadena alimentaria está dominada por enormes empresas multinacionales que copan el mercado con productos genéricos o sin identidad, algunos alimentos con un tremendo anclaje territorial se han forjado un importante hueco en el panorama del mercado gourmet y disfrutan de una elevada reputación internacional.

Uno de esos casos es el del jamón ibérico de bellota. Se trata de un tipo de fiambre, de carne curada que como producto final depende de diversas variables, fundamentalmente de la utilización de una raza de cerdo denominada ibérico, que se somete a un manejo extensivo en un tipo de bosque denominado dehesa que ocupa el suroeste ibérico (con unas tres millones de hectáreas entre Portugal y España), alimentándose en el periodo final de su vida básicamente con bellotas, el fruto de dicho bosque; a esto hay que añadir los posteriores procesos productivos realizados en zonas con condiciones climáticas precisas y mano de obra con una elevada especialización, para obtener los jamones curados de estos cerdos con las características organolépticas que los convierte en referente cultural y gastronómico mundial. Por tanto, saberes técnicos, condiciones climáticas, tipo de manejo agroganadero del cerdo ibérico en la dehesa más, finalmente, las formas canónicas de cortar y consumir este tipo de jamón, forman un conjunto de elementos patrimoniales en los que se basa la fama de este producto. Existe pues una construcción social, una memoria colectiva y un cuerpo de representaciones ideológicas sobre lo que debe ser un buen jamón ibérico de bellota.

Ahora bien, de acuerdo a las investigaciones que desde el grupo TECUDE de la Universidad de Sevilla llevamos a cabo estos últimos años en torno a distintos alimentos de calidad y certificación de los mismos, entre ellos el jamón ibérico, hemos obtenido múltiples resultados sobre la cadena alimentaria en torno al jamón ibérico. Entre dichos resultados está la dudosa realidad de la imagen social ampliamente extendida sobre el cerdo ibérico, la dehesa, la bellota y las prácticas canónicamente adecuadas para el consumo de este producto. De esta manera nuestro objetivo en este trabajo será analizar, en base a los datos empíricos de nuestras investigaciones, hasta dónde lo que denominamos como mitos o creencias basadas en tradiciones culturales ampliamente extendidas sobre el jamón ibérico son reales o no. Para ello analizaremos entre otras cuestiones la existencia, creación o recreación de una raza de cerdo denominada ibérica; si la dehesa que se nos muestra como ejemplo de medio ecológico sustentable lo es o no, y si es un medio natural o reflejo del bosque mediterráneo original; hasta dónde esos cánones y reglas para consumir el jamón responden a una arraigada tradición o no y hasta qué punto, como se entiende popularmente, todos los españoles somos consumidores de jamón ibérico. Así comprobaremos qué parte de las creencias y prácticas en torno al jamón ibérico de bellotas se basan en realidades objetivas, y cuáles otras pueden ser catalogadas entre los mitos que acompañan a múltiples procesos socioculturales inherentes al devenir histórico del ser humano.

**Palabras clave:** Dehesa; Jamón ibérico; Patrimonio cultural; Mitos.

## Museus da ruralidade do baixo Alentejo: espaço de valorização e produção dos territórios rurais

Ricardo Luiz Sapia de Campos

O chamado baixo Alentejo foi palco de intenso processo de proletarização agrícola atrelado a cultura do trigo. Nos “campos brancos” próximo, por exemplo, dos chamados “campos de Ourique” tendo Beja e mais ainda o município de Castro verde como uma espécie de capital moral da cultura do Baixo Alentejo e dos movimentos de resistência ligados a proletarização agrícola. Esta proposta de trabalho visa discutir e problematizar o enaltecimento e a vinculação moral com o território e a proletarização agrícola, bem como a produção do território via a chamada rede de museus da ruralidade que se espriam pelo território. A emblematização do passado, a monumentalização do trigo e da cultura cerealífera, a lembrar novas “campanhas do trigo” ou descamisadas de milho. O Alentejo, e mais propriamente o chamado “baixo Alentejo” (tendo como contraponto o “alto Alentejo) surge aqui mais como um território idealizado num passado distante, qual uma montra panorâmica, e menos como espaço real vivido e apropriado pelos cidadãos do presente. Aqui o rural é reinventado para consumo panoptico de uma nostalgia do ruralismo que alimenta as memórias dos mais velhos, mas que já não corresponde à realidade. Mesmo assim aguça a imaginação dos mais novos de que o passado é um lugar distante. As dimensões campo cidade sofreram transformações e a vida da transmutou-se em novas dimensões que aqui questionamos se os museus “podem” abarcar em proveito do “desenvolvimento” do território. O enfoque da discussão privilegiará o “local” dos museus enquanto espaço de produção de políticas públicas e desenvolvimento regional. O estudo tem por base cinco dos principais museus da rede: Museu do Trabalho Rural da Abela (Abela - Santiago do Cacém); Museu da Farinha (S. Domingos – Santiago do Cacém); Museu de Aljustrel (Núcleo de Ervidel); Museu de Santa Clara-a-Nova – Almodôvar; Museu da Ruralidade (Núcleo da Oralidade, Entradas, Castro Verde).

**Palavras-chave:** Museus; Ruralidade; Espaço; Alentejo; Território.

Apoio: FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

## Novos usos turísticos no concelho da Mêda: encontrar a justa medida urbana e arquitectónica

João Miguel Pinto

CIAUD, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa (miguelpinto89@gmail.com)

Madalena Cunha Matos

CIAUD, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa (mcunhamatos@fa.ulisboa.pt)

Trabalhou-se o território da aldeia de Coriscada no concelho da Mêda, Guarda, sendo o objectivo principal a implantação de uma nova oferta turística. Concebe-se o turismo como um factor de desenvolvimento económico em zonas afectadas pelo despovoamento, em particular as zonas rurais, onde também têm incidência os impactos da crise económica actual, a acrescentar aos problemas existentes do abandono prolongado no tempo. O trabalho realizado em âmbito académico procura entender a relação e a importância da arquitectura na criação de um novo produto turístico neste tipo de regiões. Para tanto, foi fundamental o estudo das práticas contemporâneas do turismo, nomeadamente do turismo em espaço rural, em paralelo com a abordagem dos conceitos de identidade do lugar, *genius loci* e regionalismo na proposta de uma arquitectura do turismo. Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas análises e estudos sobre a morfologia e valores deste povoado que resultaram numa base conceptual segura para o projecto de intervenção. O novo produto turístico, e por consequência o projecto, divide-se em três componentes programáticos: um pequeno equipamento hoteleiro instalado numa antiga casa apalaçada; um conjunto de casas representativas da arquitectura popular da região reabilitadas para um programa de turismo de aldeia; e uma construção de raiz onde se instala um museu, um restaurante e um café. Estes incluem as três vertentes base de um produto turístico: alojamento, restauração e actividades. O projecto procura respeitar e potenciar a ruralidade do lugar, conferindo-lhe ao mesmo tempo a marca da contemporaneidade. Deste modo, os conceitos da arquitectura específica da região – seja popular, seja erudita - são reinterpretados e aplicados à luz da modernidade.

**Palavras-chave:** Turismo rural; Regionalismo crítico; Desenvolvimento turístico; Identidade do lugar; Intervenção arquitectónica.

## O repositório oral do Museu da Ruralidade de Castro Verde: uma experiência piloto

Maria Armanda Salgado

CIDEHUS/UE- FCT

Cátedra da Unesco em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional (salgadoarmanda@gmail.com)

Miguel Rego

Museu da Ruralidade. Município de Castro Verde (mirego@gmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar o trabalho que se encontra a ser realizado no Museu da Ruralidade de Castro Verde, na qualidade de laboratório experimental, na constituição de um repositório oral do Baixo Alentejo. A investigação surge, assim, enquadrada nas atividades promovidas pela Cátedra da Unesco em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional da Universidade de Évora, com a colaboração da Câmara Municipal de Castro Verde.

Embora a investigação em curso se aplique às treze unidades museológicas que integram a Rede de Museus do Distrito de Beja (RMDB), selecionou-se o Museu da Ruralidade de Castro Verde como experiência piloto, dada a riqueza das suas manifestações culturais patrimoniais tanto a nível material, como a nível imaterial. Estima-se que o repositório oral do Museu da Ruralidade disponibilize serviços, eventos, exposições, vídeos, música, fotografias, *storytelling*, catálogo e registos orais, aliados, quando possível, às ferramentas das humanidades digitais, nomeadamente através da introdução de coordenadas geográficas para criar mapas que localizem as manifestações do património cultural imaterial (PCI) no território. Nesta perspetiva, apresentar-se-á a base de dados que permitiu organizar e descrever o PCI existente naquela unidade museológica, cujas temáticas são reveladoras da memória coletiva da vila e da região do Campo Branco, em concreto: Viola campaniça, Feira de Castro, Despique e Baldão e Moinho de vento.

Apresentam-se, ainda, as linhas de ação que presidiram à constituição do repositório oral do museu: 1) reconhecimento da coleção relativa ao património imaterial; 2) avaliação do seu estado de conservação; 3) organização da coleção numa base de dados; 4) estratégias de preservação; 5) divulgação e promoção das coleções *nos social media*. Relativamente a este último item, apresentar-se-á a estratégia de *social media marketing* que presidiu à promoção destas coleções. Com presença no facebook, no twitter, Google+, Pinterest, youtube e com um blogue, o Museu da Ruralidade, na ausência de uma página *web* própria até à data, serve-se dos *social media*, para promover o seu trabalho, garantindo, desta forma, a visibilidade e interação com o público.

Em termos metodológicos, a investigação serviu-se da metodologia qualitativa, através da realização de entrevistas aos responsáveis dos museus, suportada pela revisão da literatura alusiva ao tema em questão.

No panorama nacional português, a criação do repositório oral, espera constituir-se como uma experiência inovadora, sobretudo, quando surge aliada à promoção do projeto nos *social media*. Com efeito, são poucos os museus que apresentam uma forte expressão nos *social media*, motivo pelo qual o projeto espera contribuir para a investigação nesse domínio. Por conseguinte, a extensão do resultado da experiência à restante rede de museus do distrito de Beja permitirá a adoção de procedimentos comuns pelos diferentes parceiros, quer ao nível da arquitetura da informação do próprio repositório, quer ao nível da gestão e promoção no que se refere ao uso dos *social media*.

**Palavras-chave:** Património imaterial; Repositório; Museu da Ruralidade; Social media; Baixo Alentejo (Portugal).

## **O saber fazer, resgate cultural e inserção de produtos tradicionais regionais como diferenciais de empreendedoras gastronômicas no espaço rural. Estudo de Caso - Distritos de Canguera - São Roque-SP e Quiririm - Taubaté-SP**

Sandro Marcelo Cobello

Mestrando em Hospitalidade Universidade Anhembi Morumbi-SP

Aluno Especial Mestrado EACH-USP-SP

Graduando Tecnologia Viticultura e Enologia - Instituto Federal - Campus São Roque-SP (smcbrazil@hotmail.com)

Tarina Unzer Macedo Lenk

Doutoranda em Educação UNISO-SP

Professora em Gestão Instituto Federal - Campus São Roque

O espaço rural sofreu grandes alterações nas últimas décadas em todo o mundo, antes somente de atividades agrícolas, agroindustriais se tornou local de atividades não rurais como o turismo rural e gastronômico; possibilitando a complementação de renda familiar e até mesmo em alguns casos se tornar a principal atividade em algumas regiões. O artigo inicialmente se baseou em projeto de extensão com levantamento histórico das vinícolas existentes na cidade de São Roque-SP, localizadas no espaço rural, no Distrito de Canguera - referência no estado nessa atividade e forte influência europeia principalmente portuguesa e italiana. Nesse estudo verificou-se o quase inexpressivo papel de protagonismo da mulher nessas atividades; somente após o declínio da vitivinicultura e revitalização da região por meio do enoturismo, a mulher passou a ser protagonista com atividades anteriormente realizadas no ambiente familiar e com seu saber fazer, resgate cultural e inserção de produtos tradicionais regionais iniciaram a venda de massas, doces, conservas e posteriormente abertura de lojas, restaurantes, empórios. Em novo projeto, agora de pesquisa, está se fazendo um diagnóstico de como o turismo contribuiu para o empoderamento e criação do empreendedorismo feminino na região - entrevistas com mulheres proprietárias de empreendimentos turísticos e clientes, levantamento bibliográfico sobre turismo, empreendedorismo feminino, gastronomia, saber fazer. O artigo inclui um comparativo com região de características empreendedoras similares no espaço rural de Taubaté-SP, distrito do Quiririm - referência no estado devido as suas fortes origens italianas. Nas duas cidades, há mais de 20 anos, pioneiras na área gastronômica iniciaram atividades, devido a fatores econômicos e necessidade de mudança de vida, conseguiram se destacar com um cardápio com resgate da origem familiar italiana, passada entre gerações, e a inserção de produtos tradicionais de suas regiões - a alcachofra e o vinho em São Roque e em Taubaté as comidas tropeira e caipira; se destacando não só no pioneirismo, o perfil empreendedor, hospitalidade, sendo personagens frequentes em mídia espontânea em jornais, revistas, internet e programas de televisão com a apresentação da elaboração de seus pratos tradicionais onde mesclam a cozinha italiana com seus respectivos produtos tradicionais regionais, auxiliando no grande fluxo de visitantes e turistas. Outros fatores da motivação indicados por visitantes são diferencial oferecido, possibilidade momentos de descontração, boa comida em espaços rurais com belas paisagens, além do encantamento com as histórias contadas pelas mulheres objeto do estudo.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo feminino; Produtos tradicionais; Saber fazer; São Roque-SP, Taubaté-SP.



## O sucesso dos alojamentos situados no espaço rural da Serra da Estrela

Ana Teodoro

Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior Agrária, Bencanta, 3045-601 Coimbra, Portugal E-mail:  
(afilteodoro@gmail.com)

Orlando Simões

Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS);  
Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior Agrária, Bencanta, 3045-601 Coimbra, Portugal  
Tel: +351- 239802940 (orlando@esac.pt)

Isabel Dinis

Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS);  
Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior Agrária, Bencanta, 3045-601 Coimbra, Portugal  
Tel: +351- 239802940 (idinis@esac.pt)

Gonçalo Gomes

Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal, Rua João Mendonça, 8, 3800-200 Aveiro, Portugal  
(goncalo.gomes@turismodocentro.pt)

A Serra da Estrela, enquanto região de montanha portadora de inúmeros recursos naturais, é protegida por vários estatutos nacionais e internacionais. Será esta condição suficiente para garantir o sucesso dos empreendimentos turísticos situados no espaço rural da região?

Para responder a esta questão definem-se três perspetivas de sucesso de empresas ligadas ao alojamento do Turismo em Espaço Rural (TER) na região da Serra da Estrela: (A) uma abordagem assente nas características operacionais das unidades de alojamento; (B) sob a perspetiva do gestor quanto ao retorno do investimento inicial; (C) quanto ao grau de satisfação do consumidor final, ou seja, do turista.

No trabalho é problematizada a denominação “Região da Serra da Estrela”, procurando-se os traços fundamentais da sua identidade e definindo-se a região como o território da Delegação da Serra da Estrela, sob jurisdição da Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal. Para o território assim definido toma-se uma amostra de 42 empreendimentos TER e analisa-se o seu sucesso empresarial segundo as três perspetivas enunciadas.

Entre as diversas conclusões da análise destaca-se, como condição de sucesso, a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e as práticas de gestão atentas às necessidades do turista. Quanto à perspetiva do gestor, o sucesso passa pela possibilidade de recuperação do investimento e pelo reconhecimento por parte dos turistas. Por sua vez, o retorno do investimento é influenciado pela dimensão das unidades TER, assim como pela formação e experiência do gestor nas áreas do turismo. O sucesso face à satisfação do turista é medido pelas classificações atribuídas nas centrais de reserva, em particular do “booking”, e é influenciado, sobretudo, pela antiguidade do empreendimento. Já no que toca às taxas líquidas de ocupação-cama verificadas na região no período de inverno de 2014-2015 (de Outubro a Março), conclui-se que são fortemente condicionadas pela possibilidade do turista efetuar a reserva através da página online do empreendimento e influenciadas pela classificação atribuída pelos turistas que já o frequentaram.

**Palavras-chave:** TER; Serra da Estrela; Sucesso empresarial; Alojamento turístico.



## O turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro: Uma abordagem exploratória

Xerardo Pereiro

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) – Portugal (xperez@utad.pt)

A desruralização de Portugal é um processo que se arrasta desde 1960 (Silva 2009: 35; Silva, 2014) e as políticas de desenvolvimento rural desde então tem-se centrado não tanto na agricultura e sim muito no turismo e no turismo rural em particular, com investimentos públicos em projetos que tentavam travar o despovoamento e reconverter funcional e simbolicamente os territórios rurais portugueses. Esta nova ruralização representa para alguns um fracasso coletivo e identitário e para outros uma esperança de mudança positiva. Analiso nesta investigação exploratória o papel do turismo rural nesse processo de desruralização e também de nova ruralização de TMAD (Trás-os-Montes e Alto Douro) a partir de um diálogo com a literatura científica existente.

De uma forma indutiva a pergunta inicial é se o turismo rural em TMAD é mais uma estratégia de gentrificação ou uma estratégia de desenvolvimento integral que liga agricultura e turismo de uma forma benéfica para ambos. A metodologia base para a elaboração deste texto é fundamentalmente documental, e terá como eixo condutor a revisão da literatura científica sobre o assunto desde os anos 1970 até a atualidade, para assim ver a visão científica do assunto. O quadro teórico será a antropologia do turismo e a discussão final centrará-se na necessidade ou não de um turismo rural de segunda geração.

**Palavras-chave:** Turismo rural; Trás-os-Montes e Alto Douro; Turismo rural de segunda geração.

### Referências citadas

- SILVA, Luís, 2009, Casas no Campo. Etnografia do Turismo Rural em Portugal. Lisboa, ICS.  
SILVA, Luís, 2014, Património, Ruralidade e Turismo. Lisboa, ICS.

"Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013".

## **Peri-urban agricultural system and diversification of activities. Case study: “Huerta de Valencia”**

Estefania Osorio-Acosta

Universidad Politécnica de Valencia

Inmaculada Marques-Perez

Universidad Politécnica de Valencia

Baldomero Segura

Universidad Politécnica de Valencia

En los últimos años y como consecuencia de los cambios en las preferencias sociales y el consiguiente replanteamiento del modelo de producción y consumo vigente hacia un modelo de desarrollo sostenible se ha puesto en valor la producción agraria en el ámbito de las ciudades y su entorno inmediato, cuestionando los procesos de urbanización por ocupación del suelo agrícola en los espacios que rodean las ciudades debido a usos alternativos y potencialmente más rentables.

Con independencia de las tipologías, la mayoría de los sistemas peri-urbanos agrícolas se caracterizan por ser sistemas de alto valor ecológico, destinados a jugar un papel importante en el desarrollo económico sostenible de las ciudades. Adicionalmente han conformado un paisaje característico en el que pueden encontrarse notables muestras de patrimonio histórico, cultural y natural.

Esta puesta en valor de la agricultura periurbana se justifica en unos casos, menos importantes en los países desarrollados, por su aportación a la seguridad alimentaria de capas desfavorecidas de la sociedad, y en otros por su carácter multifuncional de los procesos productivos agrarios, generadores de bienes y servicios que en el contexto actual son muy apreciados por el conjunto de la sociedad. Actividades alternativas o complementarias a la producción agraria, vinculadas tanto al ocio como a la conservación del medioambiente, proporcionan oportunidades para la reestructuración de las explotaciones mediante cambios en el uso del suelo relacionados con el mantenimiento de museos sobre la cultura agrícola tradicional, jardines, senderismo, etc.

En este trabajo analizamos la prioridad que la sociedad otorga a actividades alternativas vinculadas al ocio y recreación en La Huerta de Valencia utilizando la metodología de AHP. Si bien en este espacio concreto la generación de rentas procedentes de la actividad agraria sigue teniendo la mas alta prioridad, las actividades vinculadas al ocio y la recreación aparecen destacadas, tanto en su vertiente estrictamente económica como en la social.

Para ello, es necesario conocer: 1) Taxonomía de actividades alternativas vinculadas al ocio, 2) inventario de recursos y factores y 3) capacidades internas (organizaciones público-privadas).

A partir de esta información es posible definir escenarios futuros para estas actividades y definir una política eficiente que conduzca a estos escenarios deseados.

**Palabras clave:** Periurban agricultural systems; Diversification; Land use; AHP; Utility; Preferences.

## **Quantos rurais há no rural? A diversidade de representações e discursos sobre o rural em Portugal**

Elisabete Figueiredo

Nas últimas décadas não apenas as áreas rurais, no mundo ocidental e também em Portugal, se transformaram, como igualmente se alteraram os seus significados e representações sociais. Se as primeiras se encontram bem estudadas, os segundos – particularmente no que se refere aos contextos geográficos mais periféricos – encontram-se amplamente por explorar nas suas várias dimensões e consequências. Se em termos teóricos, as narrativas e representações sobre o rural variam entre aqueles que o representam como um ‘espaço em crise’ e aqueles que o retratam como ‘lugar idílico’, em termos práticos a diversidade de imagens e discursos sobre o rural parece ser imensa. Tal diversidade parece poder explicar-se, num primeiro momento, pela também diversidade de áreas que podem ser qualificadas como rurais. Num segundo momento, fatores como as especificidades históricas e culturais de um dado contexto, assim como variáveis sociodemográficas e a ligação ao mundo rural, parecem interferir nas representações e nos discursos que sobre ele se constroem.

Esta comunicação procura, com base nos resultados de um inquérito por questionário (N=1839) e de uma entrevista semiestruturada (N=26), debater a diversidade e a heterogeneidade das representações e dos discursos acerca do rural em Portugal e contribuir para a compreensão dos principais fatores que sustentam as diferentes imagens e significados sociais do mesmo. A partir de uma análise de clusters de variáveis relacionadas com as representações sociais sobre o rural, com base nos dados dos questionários, encontraram-se cinco clusters diferentes. Um primeiro que claramente veicula uma imagem anti-idílica do rural, sustentada na sua representação como espaço físico e habitado. Um segundo grupo que tem uma representação pessimista do rural português, descrevendo-o sobretudo como abandonado e subdesenvolvido. Um terceiro cluster assenta na noção idílica e de espaço de bem-estar do rural. Um quarto grupo representa o rural como um espaço de transformação positiva e de desenvolvimento social e económico. Finalmente, um quinto cluster que apresenta o rural como espaço de atividade económica, principalmente orientado para as atividades turísticas e de conservação da natureza. Os dados das entrevistas permitem observar um discurso igualmente pleno de diversidade no que se refere ao rural em Portugal. Assim, é possível concluir que as representações e os discursos sociais sobre o rural em Portugal são múltiplos e proteiformes, revelando algumas contradições e sobreposições.

## Reabilitação e intervenção arquitetónica contemporânea em território rural: do lugar e do projeto ao habitar

Amílcar Gil Pires

Inês Pires Fernandes

Pretende-se com esta comunicação apresentar uma estratégia de investigação desenvolvida nos âmbitos específicos da arquitetura e do património, que faz a interação com a prática profissional da arquitetura e a formação do arquiteto, na fase final do seu percurso académico.

Esta estratégia pretende, para além da completa formação profissional e científica do futuro arquiteto, num campo muito rico e complexo como o da reabilitação arquitetónica, contribuir para um conhecimento de rigor científico de diversos tipos arquitetónicos de implementação específica em território não urbano e, realçando e comprovando os seus valores (espaciais, culturais, artísticos e vivenciais) devido ao seu carácter histórico, mas, também, e fundamentalmente, explorar as suas potencialidades para um uso contemporâneo e futuro, que preserve no tempo estes valores como forma de manutenção de uma identidade cultural particular. Do ponto de vista operativo, e tratando-se de projeto de arquitetura (prático e teórico), parte-se de uma metodologia que se suporta no conceito de “Projetar com o Lugar” e não “sobre” nem “contra” o lugar, numa perspetiva de “sustentabilidade patrimonial” (física, ambiental, económica e cultural). O objeto de estudo tipo refere-se especificamente a um local de intervenção com um carácter arquitetónico perfeitamente identificado, que enquadre um edifício preexistente, devoluto ou em ruína, cujo programa arquitetónico original se tornou desadequado aos usos e modos de habitar contemporâneos. Nestes edifícios, ou estruturas arquitetónicas, são reconhecidas relações espaciais, morfológicas e ambientais com o sítio que serviu de suporte à articulação formal do seu programa arquitetónico original. Partindo de uma análise geométrica e espacial rigorosa do sítio, da estrutura edificada existente e do reconhecimento das relações destes com o contexto envolvente - físico e ambiental -, são propostos programas funcionais adequados à redefinição/reconversão do universo espacial encontrado como lugar arquitetónico sustentável.

O âmbito de trabalho/investigação será em contexto rural, na proximidade de núcleos urbanos em expansão, onde se podem encontrar estruturas arquitetónicas abandonadas ou arruinadas, com muito boas relações espaciais com a morfologia do sítio que lhes serviu de suporte. Como exemplos a abordar temos: quintas (com ou sem componente erudita de recreio), outras estruturas agrícolas como moinhos (água, ventos, marés), estruturas monásticas ou conventuais, pequenas fábricas, edifícios de apoio portuário, sanatórios, edifícios termiais, etc..

A metodologia parte do redesenho do sítio e da sua arquitetura, com o objetivo intencional de “reprojetar” o Lugar com uma nova identidade resultante da implementação/materialização dum programa funcional contemporâneo e pertinente que irá reabilitar o habitar na área intervencionada.

**Palavras-chave:** “Projetar com o Lugar”; Reabilitação arquitetónica; Sustentabilidade patrimonial.

## **Redes de cooperação e regionalização da atividade turística na região da Serra Gaúcha, estado do Rio Grande do Sul, Brasil**

Ivo Elesbão

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil (ivoelesbao@yahoo.com.br)

Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil (marcelino.souza@uol.com.br)

A economia mundial, caracterizada por uma produção flexível e regulada pelo mercado global, aumenta a competitividade e a desigualdade entre regiões. Nesse contexto, novas formas de se pensar um ordenamento espacial, distinto ao modelo global, ou seja, pautado nas potencialidades locais e com efetiva participação social, ganham espaço na estrutura das políticas de desenvolvimento. Partindo desse entendimento, o processo de regionalização do turismo deve atender demandas sociais e culturais. Considerando que o turismo cria redes de dimensões materiais e imateriais envolvendo diversos segmentos, a estrutura da rede geográfica oferece um entendimento relacional e integrado dos principais elementos que compõe a rede turística, contribuindo para um planejamento mais eficiente das atividades turísticas. O processo de regionalização do turismo estruturado na participação de governanças locais pode criar elos de colaboração entre público-privado na construção e manutenção da atividade turística. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é analisar as redes de cooperação na regionalização da atividade turística na Região da Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil. A estrutura de análise empregada está alicerçada no conceito de rede geográfica e suas dimensões organizacional, temporal e espacial. Como procedimentos de investigação foram utilizados dados bibliográficos, documentais e a realização de entrevistas. A análise da rede de cooperação especialmente na instância governamental do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA) e a Associação ATUASERRA na implantação e manutenção da regionalização do turismo, mostra que o trabalho dessas governanças na Serra Gaúcha permite o fortalecimento da atividade turística na região. A análise da rede criada pela ATUASERRA identifica a governança regional como importante instância de mediação entre o público e o privado e reforça o trabalho em rede e a gestão compartilhada como elementos essenciais no desenvolvimento regional do turismo.

**Palavras chave:** Governanças; Desenvolvimento turístico; Rede geográfica

## Rotas turístico-culturais e novas paisagens rurais. Exemplos a partir do caminho interior português de Santiago de Compostela

Xerardo Pereiro

UTAD – Portugal (xperez@utad.pt)

Martín Gómez Ullate

UNEX – Espanha (mgu@unex.es)

Muitos territórios rurais evidenciam nas últimas décadas uma desestruturação do seu espaço social, uma perda acelerada de ecodiversidade e de sociodiversidade. Os resultados desses processos são três arquétipos de ruralidades que convivem (cf. Ferrão, 2000: 46-47; Vale, 2011): o velho mundo rural agrícola; o rural industrial como abastecimento alimentar e mão-de-obra barata; o novo rural (multifuncional, renaturalizado, mercantilizado...) de regiões urbanas que integram o rural. A necessidade de perceber e classificar essas realidades conduz a que se apresente o mundo rural constantemente de um modo tradicionalista e patrimonialista, com base numa nostalgia da ruralidade passada face à qual as novas ruralidades mostram narrativas e representações de um *continuum* e permanência com esse passado.

No interior norte de Portugal, Trás-os-Montes e Alto Douro, assistimos à criação de quatro tipos de novas paisagens rurais (Vale, 2011): a) Aqueles que são resultado da patrimonialização, com mais ou menos folclorização e politização cultural do território como um emblema identitário; b) Aqueles fruto da destradicionalização, isto é, da manipulação da tradição seguindo uma nova lógica interpretativa e de intervenção (ex. Pauliteiras de Miranda do Douro, alheiras de bacalhau, experiências gourmet...); c) Aqueles classificados como “ruralismo por formatação”, que seguem um modelo cultural híbrido global e que apresentam um novo “tunning cultural” para os produtos ditos rurais (ex. parques temáticos, feiras, museus, exposições, algumas arquiteturas...); d) As que resultam da turistificação, consequência do despovoamento, a desruralização e a desagrarização, orientadas a um público cidadão que idealiza o rural e consome símbolos rurais com base numa ideologia pastoralista.

Face a este quadro multifacetado dos espaços e imaginários rurais, na nossa comunicação queremos analisar o papel da tematização turística do Caminho Interior Português de Santiago de Compostela, que atravessa o eixo Viseu-Vila Real e que entra na Galiza pelo Alto Tâmega, um produto turístico incipiente que está a transformar as paisagens ecoantrópicas do interior norte de Portugal. Refletiremos sobre a criação, os agentes sociais protagonistas (políticos, técnicos, turistas, peregrinos, turiperegrinos), os efeitos no território, os conflitos, tensões e negociações na construção de discursos sobre esta nova forma de construir paisagem, isto é, por meio de rotas turístico-culturais e itinerários pedestres.

A base desta comunicação é o desenvolvimento do projeto CULTOUR+ intitulado “Innovation and Capacity Building in Higher Education for Cultural Management, Hospitality and Sustainable Tourism in European Cultural Routes - CULTOUR+, liderado pela Universidade de Extremadura em cooperação com a UTAD e outros parceiros europeus. A metodologia fundamental deste trabalho foi a etnografia do turismo e a análise documental. Os resultados encontrados vão ao encontro de novas interpretações das paisagens rurais que apontam para uma contemporaneização das ruralidades.

**Palavras-chave:** Rotas turístico-culturais; Novas ruralidades; Caminho interior português de Santiago de Compostela.

Referências citadas:

-FERRÃO, João (2000): “Relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, em Sociologia, Problemas e Práticas, vol. 33, pp. 45-54.

-VALE, Luís (2011): “As novas paisagens rurais no interior de Portugal”, em Pereiro, Xerardo; Prado, Santiago e Roseman, Sharon (coords.): Actas de la Mesa de Trabajo “Antropología y Nuevas Ruralidades”, do XII Congresso de Antropologia da FAAEE. León: FAAEE, p.2155-2236.

## The second life of the Spaniards' Beach: dancers, fishermen and tourists in southern Portugal

Ema Pires

Ana T. Real

Maria Elisa Rodrigues

In this presentation, we deal with processes of appropriation of space in the Dam of Povoia e Meadas (Portugal) using a dwelling perspective (Ingold 2009) over the territory. The reconversion of inactive spaces in rural areas into leisure-related ones is a quite common practice in contemporary times. The *Spaniards beach* is one of the local names given by locals to the Dam of Povoia e Meadas (Castelo de Vide), in northern Alentejo (Portugal).

In the collective memory of the residents, the Dam of Povoia e Meadas (built in the 1920's) is remembered for the many flowers surrounding the area. This Garden-style aesthetics has outlived the initial function of the Dam (to produce electric power). From the 1960's to the 1980's, it was also a popular leisure space for Spanish and Portuguese people. It is not a beach, but being inland, it was the closest thing to a beach the residents had to a beach. The centrality of this leisure space in the area only decayed after the construction of swimming pools in the nearby towns. Early in the beginning of 21<sup>st</sup> century a fire destroyed the natural floral landscape of the dam. Abandoned for some years, the place has still been appropriated by leisured people in day-trips (for sightseeing, picnics), fishing competitions, caravan sojourns, and, since 2013, in a music and dance festival named *Andanças* ([www.andancas.net](http://www.andancas.net)). The research that underlies this paper was carried out between 2013 and 2016 by a team of anthropologists. An ethnography of the Dam and its uses, and of the festival and its participants was carried out. In our paper we highlight the main research findings achieved.

**Keywords:** Leisure; Landscape; Tourism; Music festival; Southern Portugal.



## Tourega e Guadalupe: intervir no território e potenciar o turismo

Rafael Caetano Saldanha Lopes

CIAUD, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa (rafacsaldanhalopes@gmail.com)

Madalena Cunha Matos

CIAUD, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa (mcunhamatos@fa.ulisboa.pt)

O turismo constitui um factor de desenvolvimento económico, e é tanto mais atractivo quanto maior forem as consequências negativas da presente desaceleração da economia tradicional; nas áreas rurais do interior, ele necessita de contrariar a adesão às cidades e ao litoral. Esta investigação pretende compreender a relação e o valor da arquitectura na concepção de novos produtos turísticos nestas regiões. Para tanto, torna-se necessário o entendimento dos novos paradigmas do turismo, como seja o turismo pós-moderno ou o turismo rural; ao mesmo tempo, estabelece-se uma abordagem à arquitectura vernacular e a conceitos no âmbito da teoria arquitectónica, como a fenomenologia do lugar e o regionalismo crítico. O estudo aplica-se a uma área localizada no concelho de Évora, a cerca de quinze quilómetros da capital do distrito. Em função de exigências de natureza académica, seleccionou-se a Herdade dos Almendres, situada na União das Freguesias de N<sup>a</sup> Sra. da Tourega e N<sup>a</sup> Sra. de Guadalupe - sendo o objectivo primordial a introdução de uma nova oferta turística. Além da pesquisa que constitui suporte bibliográfico ao trabalho, realizaram-se análises sobre a morfologia e os valores arquitectónicos e históricos deste território, as quais estabeleceram a fundação conceptual requerida para a elaboração da proposta de intervenção. A proposta possui duas vertentes: o *Touring Cultural* e Paisagístico da Tourega, um conjunto de circuitos patrimoniais temáticos; e o Núcleo Turístico dos Almendres, um complexo turístico que engloba diversos elementos programáticos e atractores turísticos. Estes incluem um edifício multifuncional de serviços, *health center*, espaço expositivo e adega; um restaurante - equipamento que surge da reabilitação de uma ruína pré-existente; e um conjunto de unidades turísticas constituído por cinco tipologias que procuram uma reinterpretação da habitação alentejana. Assente nas três premissas base de um produto turístico (alojamento, serviços e actividades), o projecto visa apreender a essência e os valores da região, procurando honrar a sua ruralidade, ao mesmo tempo que lhe imprime um sentido de contemporaneidade. A selecção da área intervencionada e a implantação de edifícios de raiz ou recuperados cinge-se a uma estrita disciplina de respeito pelos valores naturais e paisagísticos.

**Palavras-chave:** Turismo pós-moderno; Turismo em espaço rural; Ideia de lugar.



## **Trabalhadores canavieiros e suas famílias extensas: mecanização do trabalho e exclusão socioambiental**

Jéssica Laiane dos Santos

Um tema bastante presente nas discussões das Ciências Sociais, a questão do desenvolvimento tecnológico no meio rural aponta o desemprego em massa e os seus efeitos entre os trabalhadores. Nosso estudo foi feito na região sul do Brasil, com trabalhadores canavieiros da região Norte do Paraná, na cidade de Andirá, que teve sua formação no início do século XX com a chegada dos agricultores mineiros e paulistas, que chamamos de neo-colonizadores da região norte do Paraná. Estavam interessados na riqueza das terras da região, conhecida por sua terra vermelha considerada muito boa para a produção agrícola. Fundada em 1928, Andirá esteve direcionada para o cultivo da lavoura de café até a grande geada de 1975 que atingiu o estado do Paraná e destruiu esse cultivo. A partir de então, a produção de cana de açúcar até hoje é predominante na agricultura, e se tornou uma das principais fontes de renda para a cidade.

A etnografia que apresentamos foi realizada em 2014 e parte de 2015 e demonstra como a entrada das máquinas no corte de cana provoca um efeito que não está restrito ao desemprego, pois, os trabalhadores além de perderem seus empregos sofrem com uma ruptura em seus sistemas de relações sociais e simbólicas, como por exemplo em seus laços de amizade, o que para eles representa um grande significado. Para melhor compreensão entorno dessa discussão, propomos estudar o conceito de família extensa. Desse modo fomos buscar o significado de família para esses trabalhadores, que pode ser percebida como sendo aquelas pessoas que transmitem seus saberes de geração em geração, e que em suas narrativas trazem conhecimentos acumulados e construídos durante anos, atuando de maneira criativa com suas lembranças. A etnografia permitiu perceber a maneira como em suas narrativas, os trabalhadores destacam a importância dos seus amigos de trabalho, e isso nos leva ao conceito de família extensa, dado que a categoria “amigos cortadores de cana” é composta pelas pessoas que passam todos os seus dias da semana a maior parte do tempo juntas, e compartilham as lembranças em cujo convívio diário desenvolvem os laços que compõem seus sistemas de relações sociais e simbólicas. Ao reconstruirmos o percurso destas narrativas percebemos como a entrada das máquinas rompe sobretudo com esses laços, pois além dos impactos econômicos que estão causando, em especial promovem também fortes transformações decorrentes da exclusão socioambiental destes trabalhadores.

## Turismo e valorização do espaço rural: uma análise de *clusters* em ambiente SIG com base em fotografias das redes sociais

Hélder Lopes

Lab2PT- Laboratório de Paisagem, Património e Território da Universidade do Minho, Universidade do Minho  
(htsltiago@gmail.com)

Paula Remoaldo

Lab2PT- Laboratório de Paisagem, Património e Território da Universidade do Minho, Universidade do Minho  
(htsltiago@gmail.com)

Vitor Ribeiro

Lab2PT- Laboratório de Paisagem, Património e Território da Universidade do Minho, Universidade do Minho  
(vitor.geografia@gmail.com)

Sara Silva

Lab2PT- Laboratório de Paisagem, Património e Território da Universidade do Minho, Universidade do Minho,  
(sara.catarina.g@gmail.com)

Nas últimas décadas, o turismo afirmou-se como uma atividade económica potencial para a recuperação e revitalização das áreas rurais. Muitos dos atores governamentais, regionais e locais têm optado por reconhecer a atividade turística como um dos motores para o desenvolvimento económico de diversos espaços, particularmente dos mais fragilizados. Porém, é necessário que o turismo e as atividades relacionadas sejam desenvolvidos com equilíbrio, de modo a garantir a manutenção e a preservação dos recursos locais, nomeadamente os seus elementos naturais e culturais. Em Portugal, de alguns anos a esta parte, têm sido feitos muitos esforços, para prosseguir os desafios conducentes a um desenvolvimento mais sustentável dos espaços rurais, partindo sempre de uma intervenção baseada nos recursos endógenos e nos interesses quer de residentes, quer de visitantes. Neste sentido, a utilização dos novos serviços de partilha de fotografias nas redes sociais têm favorecido uma perceção dos interesses de residentes e visitantes. As fotografias presentes nestas redes encontram-se geocodificadas pelos utilizadores, residentes ou visitantes, permitindo obter extensas bases de dados. A utilização de ferramentas de geoprocessamento, em ambiente SIG, permitem identificar padrões de preferência, *e.g.*, através da análise de *clusters*. Este tipo de análise é utilizada neste estudo sendo aplicado ao município de Boticas, por duas razões principais. A primeira tem a ver com o facto de as entidades governativas locais [sobretudo, a Câmara Municipal de Boticas (C.M.B.)] terem manifestado o interesse na potencialização de uma estratégia da atividade turística para o município. A segunda razão prende-se com a pouca atenção concedida ao planeamento do turismo integrado neste território, quando existe uma multiplicidade de *inputs* para a atividade turística que podem ser potencializados e desenvolvidos.

Neste sentido, o Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território, da Universidade do Minho, em coordenação com a C.M.B., têm vindo a desenvolver um projeto, desde 2015, para a criação de um potencial destino turístico no município de Boticas. Esta investigação encontra-se estruturada numa abordagem essencialmente quantitativa. O presente texto debruça-se numa vertente do projeto que está a ser desenvolvido. Com base em fotografias georreferenciadas nas redes sociais foram analisados os principais padrões de distribuição dos locais com interesse turístico por parte de visitantes e residentes, bem como uma avaliação da acessibilidade. Recorremos aos SIG para aplicar várias técnicas de análise espacial e estatística. Entre as principais conclusões, verifica-se um elevado número de património natural e cultural com potencial turístico, cujos padrões de acessibilidade, em alguns dos casos, são favoráveis à sua prossecução.

**Palavras-chave:** Turismo Rural; Análise espacial; Acessibilidade; Serviços de partilha de fotografias, SIG.

## Turismo rural em Portugal: uma análise quantitativa da oferta e da procura

Lúcia Pato

Muitas das áreas rurais em Portugal estão num processo de “agonia”, dado o declínio da atividade agrária e a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a conseqüente perda de população e o envelhecimento daquelas que aí permanecem, o desinvestimento nos serviços públicos e privados a nível local e a perda de serviços locais à população. Contudo, desde alguns anos, sobretudo depois da entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia e das portas que entretanto se abriram em matéria de fundos comunitários, têm sido apontados novos instrumentos de desenvolvimento dessas áreas. Entre essas novas formas de desenvolvimento sublinham-se desde logo as atividades de turismo e lazer, por vezes como complemento à atividade agrícola.

O turismo rural tem também sido impulsionado pelas sucessivas tentativas e medidas de diversificação da oferta turística a nível nacional e pela nova procura, sobretudo urbana, que tende a procurar experiências novas, singulares e autênticas. À luz desta nova procura, o governo português decide criar o Turismo no Espaço Rural (TER), ainda na década de oitenta. Sublinha-se todavia que as modalidades de TER deveriam contribuir para a proteção e valorização do património cultural de que a arquitetura de cada região é a expressão de interesse para a atividade turística. Com três modalidades apenas e pouco mais de uma centena e meia de casas quando da sua criação, o turismo rural tem vindo gradualmente a afirmar-se no país, pelo menos por via do número de unidades turísticas, contabilizando-se atualmente cerca de um milhar de unidades de TER e turismo de habitação (TH). A acompanhar esta oferta em termos de unidades, a procura tem também aumentado, sendo que o número de dormidas nestas unidades (TER e TH) passou de pouco mais de 50 000 aquando da criação do produto turístico, a perto de um milhão. Apesar disto, as taxas de ocupação-cama nestas unidades continuam ainda a ser relativamente baixas e sazonais (contrariamente ao que era desejado), sendo que os dados apontam igualmente para níveis baixos de permanência nestas unidades. Baseada na revisão da literatura, na análise da legislação acerca do TER e de dados estatísticos, o objetivo deste trabalho são o de analisar as tendências de desenvolvimento quantitativo que tem caracterizado o TER e o Turismo de Habitação em Portugal. Paralelamente serão discutidas algumas questões que poderão conduzir a um melhor desenvolvimento do produto turístico.

**Palavras-chave:** Turismo rural; Portugal; Oferta; Procura.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Demographic changes, employment and migration | Mudanças  
demográficas, emprego e migrações

## **Agricultura metropolitana na grande Belo Horizonte entre a mobilidade e o ordenamento fundiário**

Mario Riquelme

Universidade Federal do Maranhão UFMA-Brasil. Curso Licenciatura Ciências Humanas (LCH), Departamento de CSST. Campus II Imperatriz.

A mobilidade das famílias sem vínculo agrário incorporado a solos mercantilizados pela renda da terra e a diversidade produtiva nos interstícios da região metropolitana de Belo Horizonte Brasil problematizam-se no presente artigo composto em cinco seções processadas com os resultados dos capítulos três e quatro do estudo realizado no período 2008.

A primeira seção preocupasse em delinear, que o conjunto singular do dinamismo da mobilidade com as práticas extra prediais vão uma a uma desenredando-se por dentro da forma em que a agricultura semi urbana assume nos últimos anos. Pela transformação da organização produtiva exigida nos serviços pós industriais localizadas no campo e a imposição dos constrangimentos de correção de solo na relação capital\terra entre setores agrários, imobiliários e industriais.

Ao revisar as principais linhas de debate, entre atividade extra predial e a mobilidade do movimento pendular intrametropolitano, exige-se uma reflexão sobre essas categorias por considerá-las insuficientes ao contemplar a heterogeneidade econômica, social e política em curso. As semelhanças ou diferenças laterais nelas indicam ser um outro único conjunto, não apenas uma ligação silenciada, evidente ou dissimulada em paralelo. A confrontação da mobilidade traz a figura intermediária entre esses dois campos articulados além de si mesmo. Tem-se a ideia em outra direção daquela que estabelece o paralelismo entre essas superfícies como relações coerentes ou dissociadas.

Constituído esse plano percorrê-lo, na seção três e quatro, a hipótese norteadora do estudo que testa a capacidade da mobilidade como elo de reprodução das famílias semi rurais ativadas na multifuncionalidade. Essa abordagem é documentada na segunda seção deste artigo para alongar a base conceitual do além do agrário nas ruralidades socialmente referenciadas por setores inativos do mercado formal exercendo ocupações dentro e fora dos três lotes sem terra na malha de contorno urbano escolhido como campo analítico. Vê-se que um quanto outra variável tencionam o perfil do trabalhador urbano a se desencravar no semi rural como parâmetro metodológico.

Após concluir que o aspecto instável da mobilidade permitiu afirmar as famílias em lotes semi rurais, sugere-se alguns desafios que justifica apresentar este estudo em retrospectiva. Quando se constatou um aumento das mobilidades da população rumo ao contorno da grande Belo Horizonte para o período 2012-2015 e interrogadas em; i) o lugar do agrário no desenvolvimento rural inclusivo; e ii) agendas públicas capazes de incluir o reordenamento fundiário para preservar ao camponês e ao agricultor semirural.

**Palavras-chave:** Mobilidade; Agricultura metropolitana; Multifuncionalidade; Extra-rural.

## **Análise comparativa das características dos novos agricultores familiares que obtiveram a terra por meio de compra e aqueles que herdaram a propriedade, na microrregião geográfica de Jales (SP- Brasil)**

Antonio Lázaro SantAna

Divanir Zaffani SantAna

Análises das perspectivas da agricultura familiar apontam que, em várias regiões do Brasil, há dificuldades para manter o estabelecimento no âmbito da família, devido à escassez de sucessores. No entanto, dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, mostram que, entre 1996 e 2006, ocorreu pequeno aumento do número de estabelecimentos familiares. Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que analisou as diferentes formas de obtenção da terra por parte de 65 agricultores que assumiram, a partir da década de 2000, a gestão de uma unidade familiar, de forma autônoma, na Microrregião Geográfica (MRG) de Jales (SP-Brasil). A amostra de produtores foi composta a partir dos principais sistemas de produção dessa Microrregião e de indicações de informantes qualificados (técnicos da extensão rural e os próprios agricultores). O presente trabalho analisa, comparativamente, as características dos 25 agricultores que herdaram (ao menos em parte) a terra e os 36 produtores que compraram a propriedade via mercado convencional ou utilizando o crédito fundiário. Constatou-se que os *novos* agricultores familiares na MRG de Jales, de ambos os grupos, têm experiência anterior de trabalho na agricultura, mas apresentam algumas diferenças importantes. Aqueles que compraram a propriedade possuem menor grau de escolaridade, 61,1% estudaram no máximo até o final do ensino fundamental (entre os herdeiros apenas 44% ficaram restritos a esse nível de ensino), embora sejam mais jovens, com 30,5% dos entrevistados com menos de 40 anos (entre os herdeiros são 16%). Em relação à origem da renda familiar, 56% dos herdeiros possuem renda familiar não agrícola, enquanto entre aqueles que compraram a área 72,2% combinam a renda agropecuária com fonte não agrícola, possivelmente porque seus estabelecimentos são muito pequenos, 63,9% possuem até 5,0 hectares (entre os herdeiros são 28% até este tamanho de área). Quanto à visão das dificuldades que enfrentam, os herdeiros apontam o baixo preço de seus produtos no mercado (48%) e o alto preço dos insumos (24%), enquanto entre os compradores a resposta com maior percentual (22,2%) foram daqueles que não tinham problemas relevantes para citar, sendo que os problemas foram citados de forma mais dispersa. Os resultados indicam que a prevalência da aquisição de propriedade (ao invés da herança) de tamanho extremamente pequeno, traz desafios diferenciados para os novos agricultores familiares dessa Microrregião, tanto em termos de trajetórias tecnológicas e de comercialização, como no que se refere à combinação de rendas agrícolas e não agrícolas.

**Palavras-chave:** Sucessão hereditária; Aquisição de terra; Características diferenciais dos produtores; Agricultura familiar; Noroeste do Estado de São Paulo.

Financiamento: CNPq.

## Desenvolvimento agrícola e distribuição de renda: um comparativo entre o Paraguai e o Brasil

Larissa Carolina Barboza Alvarez

Economista, mestranda em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (larissabarbozaa@gmail.com)

Alexandre Gori Maia

Estatístico, doutor em Economia Aplicada, professor, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (alexandregorimaia@gmail.com)

Antônio Márcio Buainain

Economista, doutor em Economia, professor, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (buainain@gmail.com)

A dinâmica agrária recente no Paraguai parece estar reproduzindo o comportamento observado no Brasil: crescimento da produção e da produtividade na agricultura e redução dos elevados índices de pobreza rural acompanhados do acirramento da desigualdade rural. A década de 2000 foi extremamente favorável para o desenvolvimento agrícola. Entretanto, no Brasil a dinâmica da renda agrícola manteve e, em certo grau, acentuou o quadro de extremas diferenças entre as regiões mais pobres, associadas à pequena produção familiar, e as regiões mais ricas, associadas à agricultura moderna. A dinâmica da agricultura no Brasil reproduziria um padrão observado nos países vizinhos do bloco Mercosul, o que autorizaria formular uma hipótese sobre traços comuns do processo de desenvolvimento agrário no continente, que seria caracterizado pelo dinamismo econômico localizado em alguns segmentos ao lado da exclusão de um grande grupo de produtores, sem condições de se inserir nas cadeias dinâmicas do agronegócio global. No mesmo período a economia paraguaia cresceu a taxa elevadas, com melhoras nos indicadores gerais de pobreza. No entanto, a dinâmica nas áreas rurais também aponta para crescimento da desigualdade. A hipótese principal é que no Paraguai o processo de desenvolvimento agrícola e rural também é bifronte, marcado pela consolidação de sistemas produtivos intensivos em capitais e por uma dinâmica que favorece a concentração da produção e seleciona produtores que atendem atributos pessoais e patrimoniais que excluem e marginalizam grande número de famílias dos benefícios gerados pelo polo mais dinâmico. Em contextos de mudanças demográficas importantes, envolvendo redução da taxa de natalidade, mudanças na intensidade e trajetória dos fluxos migratórios e na estrutura e perfil do emprego rural e urbano, o objetivo central deste trabalho é comparar a dinâmica do emprego e da distribuição de renda no setor primário nos dois países, olhando tanto para a agricultura em si mesma como em relação à dinâmica da renda nos setores secundário e terciário. Os resultados destacam que a dinâmica do desenvolvimento agrícola nos dois países favoreceu o grupo de rendimentos mais elevados nas regiões mais ricas, onde se desenvolve a agricultura moderna. Finalmente, discutem-se as implicações da dinâmica da desigualdade para a orientação de políticas de desenvolvimento rural. As análises baseiam-se em informações de pesquisas domiciliares oficiais dos dois países, entre os anos 2002 e 2014, período caracterizado por substanciais mudanças na economia e sociedade rural.

**Palavras-chave:** Desigualdade; Desenvolvimento rural; Agricultura; Mercado de trabalho.

## **Dinámicas de movilidad en el proceso de envejecimiento de las áreas rurales**

Julio A. del Pino Artacho

Dpto. Sociología I UNED. Madrid, España

Las áreas rurales españolas se encuentran envejecidas intensamente pero no por ello se hallan abocadas a la extinción. Más bien, encontramos dinámicas demográficas internas que han ido transformando ese proceso de envejecimiento. Por una parte, el aumento de la esperanza de vida ha transformado la dinámica natural, extendiendo el fenómeno del sobre-envejecimiento. Por otra parte, la movilidad creciente ha modificado internamente a estas comunidades envejecidas.

En este trabajo se evalúa la transformación entre 2001 y 2011 de las áreas rurales españolas teniendo en cuenta fundamentalmente el factor de la movilidad y las estrategias residenciales de los mayores. Nos fijamos en primer lugar en el efecto de la movilidad global sobre el envejecimiento general de la población rural. En segundo lugar se analiza la movilidad residencial en los estratos mayores de edad. Finalmente, se atiende a dos factores que modulan en parte las tendencias de envejecimiento en relación con la movilidad: las poblaciones vinculadas y las poblaciones residentes en hogares comunitarios.

Los datos utilizados corresponden en su mayor parte con los censos de población, pero también se acude al Padrón y la Estadística de Variaciones Residenciales. Se establecen diversos escenarios en función de su dinámica reciente.

Los resultados apuntan a que el envejecimiento de las áreas rurales se ve modulado por nuevas incorporaciones y salidas que imprimen un dinamismo interno a este proceso, al menos en algunos estratos. En las áreas más dinámicas el envejecimiento endémico se encuentra desafiado por nuevas estrategias de vinculación a lo rural. En las áreas más remotas, las estrategias de movilidad residencial en edades avanzadas apenas frenan el avance del despoblamiento.



## Entre la despoblación y el arraigo rural: el papel de la inmigración extranjera

Rosario Sampedro

Universidad de Valladolid, España

Luis Camarero

UNED, España

El asentamiento de inmigrantes extranjeros en el medio rural en las dos últimas décadas ha sido percibido como un factor potencial de reactivación demográfica, económica y social de los núcleos rurales. El efecto que estos nuevos pobladores puedan tener a largo plazo en los núcleos rurales, las lógicas económicas y sociales que subyacen a sus estrategias migratorias, o las pautas de movilidad rural-urbana que despliegan son cuestiones todavía poco exploradas. A estos temas de investigación hay que añadir el efecto que la crisis económica global, con una especial incidencia en los países del sur de Europa, puede tener en estas pautas de asentamiento y movilidad.

En esta comunicación se explora la evolución de los saldos migratorios entre municipios rurales y urbanos protagonizados por la población extranjera en España, utilizando las series que proporcionan la Estadística de Variaciones Residenciales, la Encuesta Continua de Hogares y el Censo de Población de 2011. Se presta especial atención a las áreas rurales de Castilla y León, región donde los procesos de despoblamiento han sido especialmente acusados. El análisis considera diferentes procedencias nacionales de la población extranjera y diferentes posiciones familiares de los migrantes, al objeto de estudiar los procesos de arraigo, reagrupación familiar y poblamiento. Los datos apuntan a la gran importancia que la inmigración extranjera ha tenido en el sostenimiento de las poblaciones rurales en los últimos años, aunque los efectos de la crisis económica se están haciendo notar, con intensidades y efectos variables en los distintos grupos nacionales.

Esta comunicación recoge los resultados preliminares del proyecto de investigación “Crisis e inmigración en el medio rural de Castilla y León: Escenarios socio-territoriales para el arraigo de los inmigrantes y la sostenibilidad social de las áreas rurales” financiado con la ayuda CSO2015-67525-R del Ministerio de Economía y Competitividad, dentro del Plan Nacional de I+D+i (2013-2016).

**Palabras clave:** Inmigración extranjera; Despoblamiento rural; Estrategias migratorias; Reagrupación familiar.

## Filhos sim, filhos não: a muito baixa fecundidade no noroeste de Portugal de hoje

Joana Nogueira

As mudanças demográficas que as regiões portuguesas foram evidenciando ao longo da transição demográfica dão conta de uma substancial diversidade inter-regional no território português. O estudo de Leston Bandeira (1996) deixa essa diversidade bem patente, centrando a atenção nos processos típicos da primeira transição demográfica (redução da mortalidade, redução da natalidade/fecundidade e alteração do regime de nupcialidade para um modelo mais precoce, mais homogéneo e mais universal). O noroeste de Portugal representa, no panorama nacional, uma das regiões onde mais tardiamente se evidenciaram estas mudanças demográficas. A relativa juventude da região minhota na atualidade, tantas vezes mencionada como vantagem comparativa para o desenvolvimento, deve-se em grande medida ao calendário bem tardio de adoção generalizada e eficaz do controlo voluntário da fecundidade dentro do casamento.

Vinte anos depois, o noroeste português, e a região norte de um modo mais geral, evidenciam um período de dramática baixa fecundidade, em forte contraste com esse passado de fecundidade elevada. O índice sintético de fecundidade regista valores significativamente abaixo da média nacional, e bem dentro do que se chama internacionalmente de *lowest-low fertility rates* (*Índice Sintético de Fecundidade <1,3 filhos por mulher*). A renovação geracional não está a ser assegurada e o envelhecimento demográfico é uma das consequências menos desejadas destes comportamentos familiares. Nesta comunicação pretendemos mostrar que esta evolução da fecundidade é também ela uma manifestação tardia nesta região, face ao contexto nacional, de um processo já enquadrável na chamada segunda transição demográfica. A atual crise económica e as dificuldades de inserção profissional não são as principais responsáveis por esta transição, embora sejam fatores importantes da sua intensificação para valores extremos. Os dados obtidos junto de adultos jovens do noroeste português, no ano de 2008, em várias localidades, permitem enquadrar estas mudanças demográficas num processo claro e estratégico, ao nível individual e familiar, de promoção da situação socioeconómica e de transformação do papel de homens e mulheres nas famílias e na sociedade. A intensidade das mudanças demográficas na região noroeste nas últimas décadas mostra que estas mudanças culturais e familiares estão alcançando os vários espaços geográficos e sociais, rurais e urbanos, que formam a matriz social desta região.

Os nossos dados mostram uma significativa diferença entre a fecundidade idealizada e alcançada. O conflito entre expectativas e oportunidades de mobilidade social e a formação de família não poderá resolver-se por iniciativa das famílias. É ao nível societal, das empresas e dos serviços públicos, na articulação entre profissão e família, na equidade de género e numa flexibilização do sistema socioeconómico face às diferentes fases do curso de vida, que se poderá atenuar esta tendência.

**Palavras-chave:** Fecundidade; Estratégias familiares; Demografia regional.

## La crisis del retorno a la tierra / "Back to the land" crisis

Luis Camarero

Jesús Oliva

Suele pensarse que los momentos de crisis favorecen la vuelta al campo. El argumento resulta sencillo: las mayores dificultades económicas, la restricción en el empleo y la mayor carestía de la vida urbana respecto a la rural propician el retorno al campo donde los costes residenciales y de vida serían menores y donde se podrían encontrar mayores oportunidades para completar mediante la producción de alimentos las rentas más bajas. Ciertamente, la historia está llena de ejemplos que soportan dicha tesis.

Sin embargo, la crisis de 2008 ha dejado un panorama bien distinto. El medio rural que desde la última década del siglo pasado se beneficiaba de las corrientes contraurbanizadoras y de la llegada de población extranjera vuelve a entrar en la segunda década del siglo XXI en números rojos. El análisis de los flujos migratorios que ofrece la Encuesta de Variaciones Residenciales (INE) no muestra ningún indicio de la atracción haya podido tener el campo en el actual momento de crisis, priman las salidas sobre las entradas, algo que no sucedía en los últimos 25 años. Los datos nos dicen que los tiempos han cambiado, y que la tesis que habla de las ventajas del campo en momentos de contracción no se sostiene.

**Palabras clave:** *Back to the land*; Rural-urban migration; Socio-economic crisis.

## La evolución en el grado de urbanización en la Euroregión Galicia y Norte de Portugal: 2006-2011

Melchor Fernández Fernández

Luis Franco Vázquez

En el año 2014 la oficina de Eurostat presentó una nueva clasificación del grado de urbanización (Dijkstra & Poelman, 2014) válida para el período 2014 – 2020. El nuevo método usa como referencia una malla de población de 1 Km<sup>2</sup> con el objetivo de eliminar las distorsiones provocadas por los anteriores métodos basados en unidades administrativas de distinto tamaño, lo que derivaba a su vez en errores en la categorización como rural o urbano. El método actual sirve de base para la elaboración de diferentes indicadores socioeconómicos y demográficos así como de base para el desglose espacial de los gastos de las políticas de cohesión para dicho período. A la espera de que las oficinas estadísticas nacionales hagan oficiales los cálculos con la malla de 2011, los únicos resultados disponibles usan la malla de 2006. Para poder cubrir ese desfase, y mediante el empleo de bases de datos espaciales, sistemas de información geográfica y lenguajes de programación estadísticos y relacionales, hemos realizado un cálculo del grado urbanización para toda la Unión Europea siguiendo la nueva metodología pero empleando datos de 2011 a fin de analizar las variaciones entre los años de referencia. El análisis tiene como foco principal, la evolución observada en la península ibérica, especialmente en la Euroregión formada por Galicia y la Región Norte de Portugal, donde la intensidad de la crisis económica ha acentuado las diferencias entre la fachada atlántica y las áreas interiores.

**Palabras clave:** Grado de urbanización; Rural; Urbano; Demografía; Sistemas de información geográfica.

## Migração e produção de commodities: o Brasil e seus rurais

Natália Belmonte Demétrio

Esse trabalho pretende analisar dois aportes teóricos distintos voltados ao entendimento da mobilidade espacial da população entre o campo e a cidade: um centrado na questão da urbanização e industrialização (SINGER, 1980); e outro cuja ênfase está na migração como uma estratégia de reprodução social das próprias famílias de agricultores (SILVA; MENEZES, 2006). Ao comparar essas distintas perspectivas analíticas, o objetivo é discutir como as novas formas de produção agrícola – expressas no que Elias (2003) denomina de agricultura científica e globalizada – intensificam a mobilidade espacial da população, com aumento das migrações sazonais.

À luz dessa discussão, o texto destaca a centralidade de tratar a dinâmica da população como um fato social total, como “um processo que encerra em si toda a complexidade da sociedade” na qual se insere (BRITO, 2009, p.5). Mais que uma mudança de residência, a migração reflete uma mudança social. Representa uma “parte, e não um resultado do desenvolvimento econômico – o qual, por sua vez, constitui uma transformação estrutural num contexto histórico determinado” (RENNER; PATARRA, 1980, p.257).

Essa orientação teórica subsidia a análise da relação entre a emergência de um novo regime de acumulação (HARVEY, 1992) e a reconfiguração dos processos migratórios. Nesse sentido, o arcabouço oferecido por Singer (1980) e Silva e Menezes (2006) reportam-se a fenômenos distintos. Contudo, ambos os aportes são importantes no entendimento das migrações campo-cidade recentes no Brasil, onde o processo de modernização conservadora encerra contradições fundamentais (WANDERLEY, 2010), com formas híbridas entre o novo regime de acumulação e antigas formas de produção rural.

Como estudo de caso das tensões e contradições desse momento histórico, a pesquisa explora os diferentes processos migratórios que estruturam a região Oeste do Estado de São Paulo, área de recente expansão da agricultura de commodities, onde a produção de alimentos para abastecimento regional, em bases familiares, convive com o fortalecimento da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003; MELO, 2013). Nessa investigação, o objetivo da pesquisa é reforçar a hipótese segundo a qual os processos decorrentes da inserção de cada região na economia globalizada reconfiguram a dinâmica migratória em diferentes escalas (BAENINGER, 2012). Nesse contexto, convive em um mesmo espaço migratório (BAENINGER, 2012) fluxos que expressam o encaixe entre migração e desenvolvimento com outras formas de deslocamentos cujo entendimento demanda outros modelos teóricos, como o expresso por Silva e Menezes (2006).

**Palavras-chave:** Migração interna; População rural; Globalização.

## Mudanças sociais e relações de gênero: trajetórias de mulheres rurais em Bofete, São Paulo – Brasil

Ariane Favareto

Socióloga, doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil – CPDA/UFRRJ/Brasil.

A igualdade de gênero tem sido tema mundial nos últimos anos, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial (2012) apontam que a desigualdade entre homens e mulheres trazem riscos ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar. Avanços significativos foram gerados a partir do aumento da escolaridade das mulheres, queda na taxa de fertilidade e aumento da expectativa de vida ao nascer, maior acesso ao mercado de trabalho e maior visibilidade em movimentos sociais e políticos. No Brasil, políticas públicas com caráter redistributivo, como o programa Bolsa Família, têm na mulher um papel central no direcionamento dos recursos.

Apesar destas transformações que sinalizam para uma mudança social em direção a uma paridade nas relações de gênero, alguns fatores como diferença salarial, sobreposição de tarefas domésticas e a exclusividade na educação dos filhos demonstram que ainda há traços de desequilíbrio nas práticas sociais entre homens e mulheres, sobretudo em áreas pobres e, especialmente, em áreas rurais. Para o sociólogo alemão Norbert Elias, as mudanças sociais são processos que ocorrem na organização estrutural das formações sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos que ligados em redes de interdependência formam determinadas configurações sociais. Em suas análises, especialmente em “O processo civilizador”, o autor demonstra como as transformações históricas são traduzidas em padrões e comportamentos expressos em novos hábitos que vão sendo constituídos por meio do controle dos instintos. Contudo, estas mudanças não são livres de conflitos, uma vez que causam alterações nos níveis de poder expressos nas relações sociais. O autor utiliza como exemplo a conquista do voto feminino enquanto um fator responsável por alterar o equilíbrio de tensões entre homens e mulheres, pontuando um aspecto relacional do poder. Elias demonstra, portanto, a necessidade de realizar uma análise sociogênica (as estruturas sociais em mudança) e psicogênica (controle das emoções) como explicativa das mudanças sociais. À luz da teoria eliasiana, este estudo tem por objetivo identificar como as transformações sociais em curso reverberam nas relações de gênero e refletem, particularmente, nas possibilidades de escolha de mulheres rurais residentes no município de Bofete, interior do estado de São Paulo, Brasil. Conclui-se, por meio da análise da trajetória de um grupo de mulheres, esposas de agricultores familiares, que as mudanças nas práticas sociais se apresentam lentas e graduais e são mais perceptíveis de forma intergeracional.

**Palavras-chave:** Relações sociais de gênero; Mudanças sociais; Trajetórias; Bofete (SP).

## O rural, os refugiados e o trabalho social: algumas reflexões prospectivas

Octávio Sacramento

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

Num tempo marcado pela afluência de grandes vagas de refugiados e de outros imigrantes à Europa, a comunicação debate, sobretudo num plano teórico, o (possível) acolhimento de fluxos migratórios em contextos rurais portugueses, os múltiplos desafios que daí decorrem, e o papel central do trabalho social no processo de recepção, acompanhamento e inserção dos recém-chegados. Considerando algumas das principais configurações dos territórios rurais portugueses e, por outro lado, os perfis e as circunstâncias das migrações forçadas, procura-se avaliar, prospectivamente, a viabilidade e sustentabilidade de projectos de instalação de imigrantes fora dos grandes centros urbanos. Não se trata tanto de discutir uma suposta nova oportunidade conjuntural de repovoamento e dinamização de territórios de baixa densidade, mas tentar perceber se existem potencialidades em meios rurais para proporcionar condições de acolhimento alternativas e, eventualmente, até mais convergentes com as expectativas e projectos de vida de algumas das pessoas que chegam a Portugal. Neste exercício exploratório será prestada especial atenção ao chamado *settlement social work*, um conjunto de abordagens transculturais, anti-opressivas e etnicamente sensíveis que visam a promoção da cidadania dos imigrantes e a harmonização das suas relações com os habitantes locais (Valtonen, 2008). A relevância do trabalho social é especialmente evidente no caso das migrações forçadas, constituídas por pessoas que fogem da guerra e da destruição, pois, ao contrário de muitos dos chamados migrantes económicos, não têm uma rede social de apoio informal no país de acolhimento. É este vazio que os profissionais de trabalho social deverão ocupar, assumindo-se como importantes elementos de interface e mediação no processo de integração. Geralmente, a sua actuação é feita no quadro de programas de acolhimento tutelados pelo Estado – em maior ou menor articulação com organizações da sociedade civil –, que tendem a funcionar como extensão dos sistemas de protecção social já existentes nos países de destino e, por isso, nem sempre se ajustando de forma eficaz às singularidades dos fluxos migratórios que chegam. Daí que a comunicação também preste alguma atenção à necessidade de se repensarem as estruturas programáticas e organizacionais que enquadram as abordagens às comunidades migrantes, sobretudo quando localizadas em territórios rurais.

**Palavras-chave:** Migrações forçadas; Territórios rurais; Acolhimento; Trabalho social.



## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Public policies, local development and territorial cohesion | Políticas  
públicas, desenvolvimento local e coesão territorial



## **A contribuição da nova sociologia econômica para a análise das políticas públicas de desenvolvimento territorial**

Rafael Guimarães Farias

Mestrando em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa - UFV, Eng.º  
Agrônomo formado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. (rafa\_mr04@hotmail.com)

Roberta Brangioni Fontes

Mestranda em Extensão Rural pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa -  
UFV, Cientista Social formada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.  
(betabrangioni@yahoo.com.br)

Alair Ferreira de Freitas

Doutor em Administração pela UFMG, Mestre em Extensão Rural e Graduado em Gestão de cooperativas pela UFV

No atual cenário do desenvolvimento rural brasileiro, as Políticas Públicas para do Desenvolvimento territorial – PPDT apresentaram significativa complexidade institucional para sua implementação ao pressuporem a formação de colegiados territoriais e articulação de atores de diferentes setores e municípios, ressaltando a dimensão reticular e relacional do desenvolvimento. Para contribuir com esta questão, o artigo tem por objetivo evidenciar conceitos nucleares da Nova Sociologia Econômica – NSE (Capital Social, Redes Sociais e Confiança) e a sua utilização para compreender a dinâmica dos territórios rurais e a gestão das políticas públicas, sobretudo na questão da governança, no controle social e na participação dos atores envolvidos. Neste ensejo, a estratégia de raciocínio utilizada perpassa por analisar a NSE transversalmente objetivando: (i) resgatar alguns conceitos basilares de política pública; (ii) adentrar especificamente nas questões relacionada ao desenvolvimento territorial; (iii) trazer seguidamente problemas recorrentes relacionadas à formulação e implementação das PPDT. A principal questão levantada alerta que as atuais PPDT são formuladas e implementadas com foco majoritariamente normativo, desconsiderando as questões cognitivas contidas nas relações sociais que mediam a implementação das políticas e são o sentido para a mesma. Observar a dinâmica territorial sob a ótica da teoria da NSE, sobretudo com conceitos de confiança, redes sociais e capital social, funciona como ferramenta analítica para leitura da realidade, possibilitando compreender os problemas relacionados as PPDT e, assim, propor mudanças. Isso porque, permite identificar a gênese das redes sociais existentes no território, como ela se encontra e os laços que estão estabelecidos entre os indivíduos; se a confiança é algo existente entre os indivíduos garantindo o controle social com o consenso mínimo necessário entre eles; em última análise, se a comunidade em seu “campo”, acumula o capital social capaz de intensificar a autonomia, suas interações locais e ampliar sua participação, bem como o exercício do poder político e a governança territorial. Contudo, para possibilitar o rompimento com os paradigmas que tem representado ineficácia nas PPDT, requer uma revolução simbólica e sucessiva que transforme o cognitivo dos atores que compõem o território. Estimulando o estoque de capital social sob a forma de integração ou de redes associativas que funcionam como canais para operar informações, mitigar os problemas de confiança, dependências de recursos e ampliar a participação e exercício do controle social pelos cidadãos, configurando-se como mecanismo social de governança e descentralização da hegemonia do poder do Estado.

**Palavras-chave:** Política pública; Desenvolvimento territorial; Nova sociologia econômica.

## **A DOP no desenvolvimento rural desde a perspectiva dos produtores. O caso do queijo palmero (Ilhas Canárias)**

Maria Rociene Abrantes

Departamento de Ciências Animais, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Brasil

Nieves Beneda Guerra Sánchez

Área de Economía, Sociología y Política Agraria. Departamento de Ingeniería Agraria, Náutica, Civil y Marítima.  
Universidad de La Laguna, Espanha

Wilma Emanuela da Silva

Departamento de Ciências Animais, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Brasil

Juan José Vieira

Área de Economía, Sociología y Política Agraria. Departamento de Ingeniería Agraria, Náutica, Civil y Marítima.  
Universidad de La Laguna, Espanha

Jean Berg Alves da Silva

Departamento de Ciências Animais, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró, Brasil

A Proteção de produtos agrícolas locais, através de Denominação de Origem Protegida é uma importante ferramenta para o desenvolvimento rural, pois valoriza o território pela preservação cultural, protege o produto e fortalece as organizações de produtores. O trabalho analisou a percepção dos produtores em relação a atividade de produção e a Denominação de Origem Protegida (DOP) de queijo Palmero. O estudo foi baseado em entrevistas abertas com os produtores DOP (31) e não DOP (37). Foi utilizado o PCO (Análise de Coordenadas Principais) com base na distância do qui quadrado, para analisar as variáveis socioeconômicas. A análise das respostas abertas foi realizada em codificação, identificando as diferentes seções de texto com diferentes conceitos ou ideias e posteriormente analisadas. Os produtores DOP se caracterizaram por serem mais jovens e apresentarem maior diversificação quanto ao tipo de queijo e cliente, buscando maior produtividade e ampliação do mercado. Os produtores DOP destacaram como características positivas na produção de queijo Palmero o reconhecimento da qualidade do produto e o fato de que eles serem o proprietário exclusivo de suas propriedades e, dessa forma, se gerenciam de acordo com suas próprias ideias e controlarem o processo de produção. Ideias positivas sobre estas questões foram mais frequentes em produtores DOP e ideias negativas sobre os preços do queijo e as consequências sobre economia agrícola foram menos frequentes. Entretanto, produtores não DOP tendiam a prover ideias mais positivas sobre o prazer da produção de queijo e criação de cabras e ideias negativas sobre preços de queijos e custo de produção. Produtores DOP e não DOP apresentaram preocupados com a qualidade e a importância do rótulo de DOP queijo Palmero. Em relação à DOP do queijo Palmero, os produtores se dividiram em quatro grupos: produtores preocupados com o controle da produção pela DOP, principalmente de forma negativa; produtores com visão negativa sobre o desempenho da DOP, principalmente relacionados com tarefas da equipe técnica e responsabilidade DOP; produtores com ideias positivas sobre a promoção e sobre as atividades de treinamento; O último não destacou qualquer ideia negativa sobre o desempenho do DOP. Os produtores DOP se tornam empreendedores envolvidos no setor e representam um novo tipo de produtor que busca inovação para oferecer um produto de qualidade aos clientes e garantir mercado. Desta forma, a DOP realiza um trabalho importante com o produtor funcionando como dinamizador dando suporte para desenvolver seu caráter inovador, além de promover o produto.

**Palavras-chave:** Qualidade; Produtos agrícolas; Valor agregado; Desenvolvimento rural.

## **A participação dos sindicatos nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural: um estudo a partir do Sindicato de trabalhadores rurais de Muriaé-MG**

Elisa de Jesus Garcia Sensato

Doutoranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade-CPDA/UFRRJ e consultora da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário-SDT/MDA

Marcelo Miná Dias

Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Os sindicatos de trabalhadores rurais ocupam expressivo lugar na organização política, econômica e social dos trabalhadores rurais e agricultores do meio rural brasileiro. Parte importante das políticas públicas de desenvolvimento rural são implementadas a partir de uma intensa participação dessas organizações por meio das quais um número significativo de agricultores familiares têm acesso a informações e orientações relacionadas a diferentes ações governamentais. Já a partir dos anos de 1990, com o crescente reconhecimento político e social da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e outras políticas públicas direcionadas ao meio rural, e a emergência de espaços institucionais de participação social, como os diversos conselhos participativos, os sindicatos tiveram seus meios de atuação e seus canais de inserção política ampliados. Pode-se afirmar que, a partir desse período, há um estreitamento entre as ações empreendidas pelo Estado e aquelas priorizadas pelo sindicato na construção de sua agenda, na definição de temas e áreas de atuação. Essa pesquisa teve como objetivo analisar o papel dos sindicatos nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural buscando compreender quais as mudanças vivenciadas, em âmbito local, e como elas tem se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças institucionais. O estudo se debruçou sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé, município da região da Zona da Mata de Minas Gerais. A pesquisa consistiu na análise das atas e documentos da organização e na realização de vinte e três entrevistas com trabalhadores rurais, agricultores familiares e buscou evidenciar a perspectiva dos atores envolvidos, por meio do sindicato, nos processos de implementação das políticas a partir da problematização das funções exercidas e das formas de participação e atuação assumidas. Os resultados da pesquisa apontam para a existência de diversos conflitos no âmbito da organização relacionados às inúmeras funções e papéis exercidos na prestação de serviços e na implementação de diversas políticas públicas. Principalmente, parece evidente que há uma relação complexa entre Estado e sindicatos que se traduz de forma muito clara nesses conflitos e interfere significativamente na orientação e definição do papel exercido pela organização junto aos trabalhadores e agricultores ao longo de sua trajetória.

**Palavras-chave:** Sindicatos; Políticas públicas; Agricultura familiar.

## **A política territorial brasileira e o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise de coalizões no território rural das Águas Emendadas**

Alberto Abadia dos Santos Neto

Mário Lúcio de Ávila

A preocupação, no Brasil, com o futuro das populações rurais tem provocado mudanças nas políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Isto significou nos últimos anos a incorporação da noção de Território Rural. Para Sayago (2007), o rural brasileiro passa, pela primeira vez, por uma tentativa de alinhar ações e compartilhar dificuldades entre diversos municípios que têm características semelhantes e que compõem um território que pode ser democraticamente organizado, transcendendo seus limites geográficos. A criação do PAA representou um marco para a agricultura familiar brasileira, ao assegurar aos agricultores familiares à aquisição de seus produtos, o que se tornou uma opção e uma garantia de mercado. Logo o PAA pode desempenhar, entre outras vantagens, um papel de dinamizador da economia dos territórios rurais, bem como o desenvolvimento rural, já que incentiva o agricultor a permanecer no campo, produzir e gerar renda a partir da sua terra. No caso do Território das Águas Emendadas, constituído pela capital federal (Brasília) e dez municípios do seu entorno, de outros dois estados da federação (Goiás e Minas Gerais) questões políticas, agrícolas, rurais, fundiárias, ambientais, imobiliárias e federativas se constituem em ingredientes de um arranjo complexo de atores e interesses onde os recursos são mobilizados, mas contrariam a proposta da participação e gestão social que a política territorial procura estabelecer. Para responder as questões desse estudo, o desenho da pesquisa envolveu uma abordagem qualitativa de caráter analítico, quanto aos fins e com pesquisas documentais e bibliográficas, bem como pesquisa de campo, quanto aos meios. Para tanto foram utilizadas as propostas de análise de políticas públicas de acordo com Modelo de Coalizões de Defesa (SABATIER, 1988). As coalizões de causas formadas no território rural das águas emendadas decorrem, sobretudo dos interesses econômicos, sociais e ideológicos dos atores institucionais. Sendo assim foram caracterizadas três coalizões que apresentaram maior participação e notoriedade no território para implementação do PAA.

## **A questão dos resíduos sólidos no meio rural – estudo de caso no assentamento Estrela da Ilha – Ilha Solteira – São Paulo – Brasil**

Danitielle Cineli Simonato

Doutoranda em Engenharia Agrícola – Feagri/Unicamp (dani\_simonato@yahoo.com.br)

Rodolfo Antônio de Figueiredo

Professor Adjunto do Departamento de Desenvolvimento Rural do Centro de Ciências Agrárias da UFSCar – Araras.  
(raf@cca.ufscar.br)

Carolina Buso Dornfeld

Professora Assistente Doutora do Departamento de Biologia e Zootecnia – UNESP – Ilha Solteira.  
(carol\_buso@yahoo.com.br)

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Professora Titular – Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp – Bolsista CNPq Produtividade em Pesquisa e CAPES(PNPVS)-UFSCar – Araras (sonia@feagri.unicamp.br)

A questão dos resíduos sólidos se tornou um tema ambiental emergente nos últimos tempos. Mesmo assim, as políticas e programas de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos estão concentrados majoritariamente em áreas urbanas, ficando as áreas rurais em segundo plano. Tendo em vista esta problemática, pode-se dizer que os resíduos provenientes das áreas rurais são cada vez mais semelhantes e potencialmente poluidores como os da área urbana. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi investigar a produção, descarte e o gerenciamento dos resíduos sólidos, além da percepção e sensibilização de assentados rurais do Assentamento Estrela da Ilha no município de Ilha Solteira – São Paulo – Brasil. A metodologia utilizada na pesquisa foi o questionário semi estruturado que versou sobre os tipos de resíduos, o armazenamento destes, a destinação final, o aproveitamento dos resíduos recicláveis e orgânicos, a existência ou não de coleta seletiva no Assentamento, além dos possíveis problemas ambientais e de saúde causados pelo mau gerenciamento dos resíduos sólidos. Para-se investigar a percepção e sensibilização dos assentados sobre o tema, utilizou-se como metodologia a observação participante e o diário de campo. A análise de dados foi realizada de modo quantitativo e qualitativo. A pesquisa de campo revelou que não há coleta seletiva no Assentamento e que a maioria dos assentados não fazem a separação dos resíduos, pois na maioria das vezes seu destino final é a queima ou a prática do enterro, vale destacar também que muito pouco do resíduo orgânico produzido no lote é aproveitado, até mesmo os resíduos produzidos nas culturas. Por outro lado, muitos assentados já perceberam que o problema dos resíduos sólidos no Assentamento podem causar problemas como contaminação do solo e da água. Por fim, os assentados afirmam que um trabalho de Educação Ambiental na comunidade subsidiaria uma melhor gestão dos resíduos coibindo, por exemplo, a queima e o enterro destes resíduos.

**Palavras-chave:** Resíduos sólidos; Assentamentos rurais; Sustentabilidade.

## **A trajetória da reunião especializada sobre agricultura familiar do Mercosul: dez anos de diálogos entre governos e movimentos sociais**

Paulo LastNiederle

UFRGS Country: Brazil (pauloniederle@gmail.com)

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul é um fórum de diálogos políticos entre governos e movimentos sociais para a produção de políticas públicas de desenvolvimento rural. Mais do que isso, hoje a REAF também se constitui como um ator coletivo que domina capacidades institucionais, influenciando a agenda e a produção de políticas para a agricultura familiar não apenas no contexto sul americano, mas em escala global. Este artigo analisa a gênese deste fórum, apontando os atores centrais à sua construção, seus posicionamentos e as justificativas mobilizadas para sustentar suas escolhas políticas. A pesquisa contou com a observação de três reuniões regionais, revisão documental e entrevistas com ministros, gestores públicos, lideranças sociais, pesquisadores e consultores. Os resultados chamam a atenção para a singularidade e irreplicabilidade do contexto no qual a REAF foi arquitetada, haja vista a coalizão que se formou na última década entre governos de centro-esquerda abertos a novos formatos de governança multilateral e redes transnacionais de movimentos sociais engajados na produção de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Mercosul; Política pública; Participação.

## **Agricultura familiar, crédito rural (PRONAF) e desigualdades territoriais no noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil)**

Olívio Alberto Teixeira

Luana dos Santos Hanauer

A inexistência de uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto conceitual da agricultura familiar não impede a generalização em torno da ideia de que o agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2008). Sendo um desafio muito grande para as políticas públicas atingirem seus objetivos e suas propostas adequando-se as diversas realidades locais, ainda mais em um país como o Brasil, de grandes dimensões e pluralidades, ainda mais quando se trata do meio rural. Entre as principais políticas públicas de financiamento de incentivo à produção do agricultor familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF visa o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. Este estudo tem por objetivo avaliar se Programa tem conseguido atingir seu propósito nos municípios pertencentes ao Território Rural da Produção no noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). Para isso, foi analisada a distribuição do crédito agrícola do PRONAF (segundo as modalidades de custeio, investimento e comercialização), entre os anos de 2013 a 2015 (dados do Banco Central do Brasil), procurando verificar quais produtos foram financiados pela agricultura familiar. Pode ser assim aferido que o PRONAF financiou atividades de produção tradicionais de grandes agricultores, como grãos e commodities agrícolas, na maioria dos municípios e possibilitou pequena diversificação das atividades produtivas, especialmente no caso da produção de alimentos. Assim, observa-se que há pouco espaço para o desenvolvimento dos diferentes estilos de agricultura e que o processo de modernização tecnológica estaria desconectando a agricultura, como prática construída socialmente, da natureza e da ecologia, da estrutura, da qualidade do trabalho familiar e da organização social. Para tanto, agrupou-se os agricultores familiares dos municípios que compõem o território conforme sua tipologia (CONTERATO; SCHNEIDER e WAQUIL, 2014), através da análise do valor total dos contratos PRONAF agrícola 2013/2015, constatando-se que oito municípios possuem uma agricultura familiar pouco significativa; em quatro municípios ela é processadora de desenvolvimento rural e de seu fortalecimento, em outros três municípios ela denota relevância e em outros dois ela é de muita relevância e organizada.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Crédito rural; Desigualdades territoriais; Noroeste do RS, Brasil.



## **Agricultura no distrito federal: contribuições das políticas públicas**

Maria Neuza da Silva Oliveira

Magda E. S. de Faria Wehrmann

Sergio Sauer

Este estudo apresenta a produção agrícola do Distrito Federal (DF) e as políticas de apoio a este setor. O DF é a menor unidade da Federação onde está situada Brasília a capital do País, tem uma população de 2.914.830 habitantes em uma área de 5.801,9 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 580,1 mil hectares, dos quais 420 mil compõem a área rural. O DF está situado no bioma Cerrado um dos mais ameaçados do País, sobretudo pela expansão agrícola ocorrida na região com base nos preceitos da Revolução Verde, que é o modelo agropecuário hegemônico no Brasil. Antes da inauguração de Brasília, em 1960, as atividades agrícolas na região davam-se na forma de subsistência ou criação extensiva de gado. Após a inauguração houve aumento da população, o que pressionou a demanda por alimentos e fez com que se iniciassem ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura, um exemplo foi a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD/DF) em 1977. No DF o desenvolvimento do setor agrícola possui características bem diferentes do restante do País, pois o Estado foi responsável pela distribuição (via concessão) da maior parte das terras nas áreas rurais. Até o período acima mencionado a produção agrícola do DF não era significativa no território demarcado para instalação da nova Capital da República e, não apresentava desenvolvimento socioeconômico significativo. Porém, com a modernização da agricultura e a criação de diversas políticas públicas de apoio a este setor, a exemplo da criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/DF), tais condições começaram a ter um novo direcionamento e o atualmente o DF é autossuficiente na produção de diversos gêneros alimentícios, principalmente hortaliças. O excedente desses produtos é vendido a outras Unidades da Federação e até mesmo exportado a outros países. As propriedades rurais no DF são relativamente pequenas, cerca de 80% possui área de até cinco hectares e são de agricultores familiares, porém, é um setor que recebe diversas políticas e programas de governo, o que faz com que a agricultura nesta unidade Federativa seja bastante diferenciada das demais regiões do Brasil. O desenvolvimento do setor agrícola do DF tem contribuído para dinamizar a economia e o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Agricultura; Distrito Federal; Políticas públicas; Desenvolvimento local.



## **Agricultural output for the twenty seven former European Union countries: the main factors that can influence at farm level**

Vítor João Pereira Domingues Martinho

Agricultural School, Polytechnic Institute of Viseu, 3500 Viseu, Portugal (vdmartinho@esav.ipv.pt)

The agricultural sector in every country plays an important role in socio-economic dynamics, due to goods production and essential services. In European Union countries this contribution from agriculture is, also, crucial, considering the relevance given to the Common Agricultural Policy that was created at the beginning of the European Economic Community which was, and still is in certain measure, the most commonly known European policy. In this way, the aim of this research is to identify the principal factors that can influence agricultural output, at farm level, within European Union countries and estimate the respective relationships. For this purpose estimations were made through panel data econometric techniques, using the Stata (2015) software, over the period 1989-2009, and considering the FADN (2014) database. The identification and quantification of agricultural output determinant across the several European countries will support public institutions in the definition of general strategies and farmers in their daily decisions. Description data showed that countries such as the Netherlands, Bulgaria, Sweden, Czech Republic and Slovakia are countries that play an important role in the agricultural sector of the European Union. They are countries with relevant performance in terms of agricultural output, utilized agricultural area, gross investments and total and fixed assets. The econometric estimations with the models considered present that the agricultural output is mainly dependent on the labor input, utilized agricultural area, total assets and gross investment. The total subsidies excluding on investments and the subsidies on the investments have a dubious impact upon the agricultural output over the period considered, which requires the attention of policy makers. However, the most important factors that can influence the agricultural output seem to be the utilized agricultural area, the total assets and the labor input. This shows the dependency of European farms on their area, their human workforce and on their financial health. Curiously, gross investment influences the farming output very little (confirmed by the dubious significance of the subsidies on investment), as well the total subsidies excluding on investments. In fact, it seems that the subsidies influence the farmers' decisions, but few influence the global output of the farms.

**Keywords:** Determinants; Agricultural output; Econometric techniques; Panel data.

## **Agriculturas familiares e as políticas públicas: comparando as realidades dos sítios Serra do Maracajá e Oiti – PB**

Emilly De Assis Marques

Doutoranda pela Universidade Federal de Pernambuco

A agricultura do tipo familiar no Brasil é marcada por heterogeneidades, as diferenças não correspondem apenas à maneira de produzir ou de fazer essa agricultura, mas também ao acesso às políticas públicas para o grupo, assistência técnica ou crédito rural, o que faz com que, em alguns casos, essa agricultura seja bem sucedida produtivamente, enquanto que em outros ela precise de assistências governamentais para sobreviver. Os agricultores familiares residentes no sítio Serra do Maracajá, no município de Puxinanã – PB, encontram-se sem nenhuma perspectiva de melhoria econômica e social, com produtividade insuficiente até mesmo para alimentar os integrantes de sua família, e em muitos casos há ausência de produção, as Políticas Públicas tem fraca presença e seus moradores praticamente não contam com assistência técnica agrícola. Já os agricultores familiares do sítio Oiti, no município de Lagoa Seca – PB, apresentam eficiência produtiva e dentro os critérios de comercialização orgânica, participam de Políticas Públicas, a exemplo do PAA e conseguem obter rendimentos através da agricultura. Diante das diferentes manifestações e perspectivas da agricultura familiar paraibana, levantamos questionamentos sobre o que diferenciaria estas duas realidades e seus (in)sucessos, já que falamos de duas situações tão próximas mas mesmo assim tão diferentes. Sobre este contexto, tenho como objetivo central perceber como ocorre a diferenciação entre duas formas diversas de se fazer agricultura familiar, localizadas em pontos distintos, quando a referência é a produtividade. Tomo como hipótese que o aparato institucional local é essencial para aplicação e eficácia das políticas públicas neste contexto.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Agricultura familiar; Aparato institucional.

## **An approach based on entropy to disaggregate agricultural data at a local level: the case of the Alentejo Region**

António Xavier

Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. MeditBio. (amxav@sapo.pt)

Maria de Belém Costa Freitas

Professora Auxiliar c/Agregação, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. MeditBio.

Rui Fragoso

Professor Auxiliar c/Agregação Universidade de Évora e CEFAGE-UE (Center For Advanced Studies in Management and Economics)

Maria do Socorro Rosário

Direção de Serviços de Estatística, GPP (Gabinete de Planeamento e Políticas)

The European Union faces complex challenges in the agriculture on the beginning of a new programming period and disaggregated information is crucial for policy analysis and evaluation. In the last years, there was an increase in the demand for tools to analyse the impact of agricultural policies on the territories at a more local level. Previous studies carried by the authors allowed obtaining disaggregated information of agricultural land uses at pixel level for the Algarve using a kilometric grid. However, no approach was developed for the Alentejo, since its dimension represents a challenge, namely at computational level: it implies estimating data for more than 30.000 disaggregated units, using the same kilometric grid. Therefore, the objective of this paper is to present an entropy approach in order to disaggregate agricultural data at a local level for the Alentejo Region. It considers several steps of application: in a first one, a HJ-Biplot methodology and a cluster analysis are implemented to divide the territory in more homogenous areas; in a second step it's developed an iterative dasymetric mapping procedure, provides a previous estimate; finally, in a third step it's implemented a minimum cross entropy process in order to guaranty that the final result is consistet with the biophysical and historical restrictions and to guaranty consistency with the statistical aggregate. The model was applied to the region of Alentejo. About 16 entropy models were implemented. The approach provided satisfactory results since the estimated values revealed a good approximation to the true values.

**Keywords:** Data disaggregation; Minimum cross entropy; Land uses; Alentejo.

## **Análisis de los factores de éxito y fracaso de las iniciativas promotoras de canales cortos de comercialización y su aplicación en Panamá**

Vielka Rodríguez

Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC)

Javier Sanz Cañada

Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC)

Tomás García Azcarate

Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC)

El desarrollo del sector agrícola en Panamá se ve opacado en gran manera por el desarrollo de otros sectores con un mayor nivel de aporte al PIB del país, en especial es notable el caso del sector servicio, que aporta el 70% del total. Sin embargo, el porcentaje de la población rural que depende, mayormente, de alguna actividad agrícola, representa más de la cuarta parte del total de la población del país. En busca de un apoyo a la situación económica de esta porción de la población panameña, se han implementado algunas variantes de cadenas cortas de comercialización de productos agrícolas, para apoyar a consumidores y productores. Entre las más conocidas están las ferias comunitarias de productos de la canasta básica y el desarrollo de un moderno sistema de cadena de frío orientado a disminuir las mermas post-cosecha y el número de intermediarios en la cadena. Ambas iniciativas no han tenido un impacto notable y están rodeadas de conflictos políticos y sociales.

En la presente investigación se realiza un estudio de caso, mediante revisión bibliográfica y entrevistas, con el objetivo de identificar las dificultades existentes para el establecimiento exitoso de canales cortos de comercialización en Panamá. Para ello, se realiza una revisión de las experiencias desarrolladas en otras partes del mundo y de sus resultados, enfocándose en la identificación de sus factores de éxito o fracaso. Estas iniciativas han sido divididas según el papel preponderante que desarrollen los productores, los consumidores o el sector público, según cada caso.

Finalmente, se exponen las lecciones aprendidas de cada una de las experiencias estudiadas y se plantean recomendaciones sobre posibles ámbitos de acción. El objetivo es contribuir a identificar formas en la que productores, consumidores y el sector público de Panamá pueden actuar (e interactuar) para promover estas cadenas de comercialización.

**Palabras clave:** Canales cortos; Comercialización agraria; Desarrollo rural.

## **Análisis de los programas operativos de las OPFH en su faceta de afrontamiento y gestión de las crisis de mercado, en fruta dulce**

Josep M<sup>a</sup> Gallego Salse

Ingeniero Agrónomo, Máster de Investigación en Producción Agroalimentaria, Doctorando del Programa de Derecho y Organización de Empresas, Facultad de Derecho y Economía (josepma\_gallego@hotmail.com)

Antonio Colom Gorgues

Profesor de la Universidad de Lleida. Departamento de Administración de Empresas y Gestión de los Recursos Naturales. Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agraria. (antonio\_colom@hotmail.com)

Dentro de la nueva Política Agrícola Común (PAC) del nuevo periodo 2014-2020, y dentro del ámbito de la organización común de los mercados, cobra un gran relieve las dinámicas de evolución y las problemáticas que surgen en relación a la producción y comercialización de productos hortofrutícolas. La unificación de los reglamentos de las OCM's y la continuidad de los Programas Operativos de las Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas (OPFH), se debe ahora enfocar hacia la resolución de problemáticas y la mejora continua sectorial.

El objeto de este trabajo es sintetizar en primer lugar el marco de la PAC actual y las herramientas que confieren los programas operativos de las OPFH para dicha mejora y afrontamiento de problemas, en segundo lugar efectuar un estudio y análisis de conjunto del grupo de OPFH de fruta dulce del Estado Español y más en concreto de la CC.AA. de Cataluña, y finalmente, analizar las herramientas utilizables para el afrontamiento y gestión de las crisis de mercado en este subsector de la fruta dulce.

Los actuales problemas más repetidos y conocidos, campaña a campaña, dentro de este subsector de la fruta dulce en este milenio, y sobre todo en las últimas tres campañas, han sido las crisis de mercado generadas por la sobreproducción y sobreoferta, el comportamiento del consumo sobre todo en las frutas de hueso (melocotón, nectarina, paraguayo), la saturación del mercado, las dificultades para materializar ciertas medidas paliativas (retiradas de producto, producto distribuido para bancos de alimentos, transformación de producto, etc.) y los modelos de financiación de las citadas medidas, con la repercusión pertinente en los precios de mercado.

**Palabras clave:** OPFH; Fruta dulce; Programas operativos; OCM; Crisis de mercado.

## **Avaliação de riscos ambientais em áreas de ocupação desordenada na Grande João Pessoa, Brasil**

Jayvson Martins Silva de Andrade

Fabício Mateus Costa de Lima

Mariana Dias da Silva Araújo

Rosicléa Maria Santos D'Andrea

Alexandre Fonseca D'Andrea

Arlde Franco Alves

Com o crescimento populacional observado nas últimas décadas no Brasil, aumentou também a ocupação de áreas periféricas consideradas marginais e a invasão de glebas localizadas originalmente na zona rural, principalmente em decorrência da expansão da malha urbana. Nessas condições, o baixo poder aquisitivo da população associada e o seu agrupamento em áreas de risco expõe os grupos populacionais mais frágeis a diversos problemas de ordem física, social e ambiental. O objetivo deste trabalho foi avaliar o grau de risco de uma comunidade ribeirinha de João Pessoa, Brasil, a eventos de inundação e deslizamento, por meio do uso das ferramentas dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e de metodologia relacionada à análise de riscos ambientais. A área em estudo é caracterizada pela existência de vales com fundo plano, favoráveis ao desenvolvimento de atividades diversas pelas comunidades que vivem nas várzeas do rio Jaguaribe, incluindo a criação de animais, principalmente bovinos em regime de pastejo extensivo. Foi realizado um levantamento de dados de relevo, clima, características edáficas e populacionais da área. Foi aplicado um questionário semi-estruturado com informações a respeito de relatos de inundação ou deslizamento, e utilizada uma ficha de avaliação de território adaptada do formulário de Análise de Riscos Ambientais do Ministério das Cidades brasileiro. Para a classificação do grau de risco ambiental da comunidade, foi utilizado o software *Quantum Gis* e criados mapas de riscos com base em critérios de susceptibilidade do meio e vulnerabilidade dos indivíduos. Na área em estudo, foram identificados problemas relacionados ao acúmulo de lixo, que torna a comunidade vulnerável a doenças, a exemplo de dengue e verminoses, indicando baixo nível de saneamento no local. A comunidade avaliada está assentada predominantemente em locais com risco médio de deslizamento e com risco alto ou muito alto de inundações, intensificando os problemas relacionados à saúde da população. Para o desenvolvimento sustentável em áreas periféricas e a inclusão das comunidades ribeirinhas, sugere-se obedecer a análise de riscos de inundação e deslizamento com a utilização das ferramentas dos SIG e do mapeamento ambiental, que podem contribuir de forma efetiva para a identificação de riscos de eventos adversos e orientar políticas públicas de prevenção de desastres ambientais.

**Palavras-chave:** Comunidade ribeirinha; Desenvolvimento local; Políticas públicas.

## Classe média rural no Brasil: novas interpretações, velhas implicações

Denis Soldera

Aluno do Mestrado em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS (denis.soldera@gmail.com)

O ensaio discute quais as possíveis implicações que as disputas, pautadas em interpretações acerca da classe média rural, podem surtir na ação pública, sobretudo na resignificação da Agricultura Familiar enquanto categoria sociopolítica. Valendo-se de pesquisa documental e bibliográfica, busca-se resgatar a trajetória histórica das políticas para o meio rural a fim de compreender como foram forjados os atuais referenciais de políticas para o desenvolvimento rural. O ensaio buscar evidenciar as principais interpretações acerca da classe média no intuito de analisar em que medida isso têm pautado as disputas políticas e as implicações na ação pública. Ademais, demonstra-se que em termos de embates políticos, as interpretações visam sustentar e legitimar as ações de um ou outro referencial de desenvolvimento rural. Verifica-se que as interpretações têm questionado a capacidade de reprodução social dos agricultores mais pobres por vias da inclusão produtiva a fim de legitimar as ações e os recursos em cada ministério. Reflete, portanto, a disputa entre dois referenciais de desenvolvimento rural que estão institucionalizados pelas ações do MDA, identificado com a categoria da Agricultura Familiar e o MAPA, identificado com os interesses da agricultura empresarial. Algumas interpretações têm tentado deslegitimar ações voltadas à Agricultura Familiar.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Classe média rural; Políticas públicas; Desenvolvimento rural.

## **Common Agricultural Policy– diversity of choices made by the EU member states concerning direct payments and RDPs in the programming period 2014-2020**

Barbara Wieliczko

Institute of Agricultural and Food Economics – National Research Institute

Warsaw, Poland

The recent reform of the CAP was agreed in 2013. The new regulations on the system of direct payments and on support for rural development gave the EU member states and their regions an unprecedented room for their own elaboration of the shape of actually implemented CAP choosing from a wide range of measures and options.

The purpose of this paper is a statistical analysis of the diversity of choices made by the EU member states in relation to the division of their national envelopes for both direct payments and rural development programmes as well as the verification of the existence of correlation between decisions taken and the state of agriculture and rural areas in a given member state.

The paper is based on the EC's and member states' documents related to the CAP in 2014-2020 and statistical data concerning the EU agriculture and rural areas. It shows the form and structure of the direct payments system and rural development programmes, which is also compared with the structure of funds distribution among measures for the EU average enabling the comparison of a given RDP with the EU average.

The results show an extraordinary diversity of the shape of the CAP in each of the member states making it practically impossible to find two member states with similar structure of CAP instruments. This proves that the inclusion in the regulation of a wide range of options enabled the member states to tailor CAP measures to their key. The findings also indicate that the choices made are linked to the member states' presented before approach towards supporting agriculture and they are mostly conservative, making little use of new instruments and showing a limited correlation with actual state of agriculture and rural areas. This can suggest that most EU member states are not willing to experiment with novelties.

Given the fact that the discussion about the CAP 2020+ has already begun the knowledge of the starting point in which each of the EU member states finds itself can help better determine the space for a common agreement on the scope and objectives of the future CAP. However, given the diversity of the CAP instruments implemented in each member state the process of negotiating the post-2020 CAP can prove to be a problematic challenge for all the stakeholders.

**Keywords:** Common agricultural policy; Rural development; Direct payments.



## **Del rural agrario al rural periurbano: instrumentos de desarrollo rural en la comarca de Torrijos (Toledo)**

Aránzazu Martín Pérez

Universidad Politécnica de Madrid - ETSI Agrónomos. Departamento de Economía Agraria, Estadística y Gestión de empresas (aranzazumartinp@gmail.com)

Ana Velasco Arranz

Universidad Politécnica de Madrid - ETSI Agrónomos. Departamento de Economía Agraria, Estadística y Gestión de empresas (ana.velasco@upm.es)

En los últimos años, una de las líneas de investigación que ha suscitado interés en el campo de las ciencias sociales es el estudio de la transformación y cohesión de los territorios. Nuestro trabajo se enmarca dentro de esta temática. El objeto de esta propuesta es analizar la transformación que ha tenido lugar en la ruralidad de la comarca de Torrijos, provincia de Toledo (España) y de qué manera las políticas de desarrollo rural han acompañado dicho proceso. Se ha formulado como hipótesis que este cambio se enfrenta a una paradoja: desde los años noventa del pasado siglo hasta ahora la proximidad y el impacto del gran núcleo urbano de Madrid ha trasfigurado una ruralidad tradicionalmente agraria en una periurbana, mientras que las iniciativas de desarrollo local responden a una realidad basada en una concepción tradicional de políticas públicas. El análisis de las herramientas de desarrollo rural (Programa de Desarrollo Rural – PDR- de Castilla La Mancha 2007-2013 y las acciones del Grupo de Desarrollo Rural – GDR- de la comarca de Torrijos) nos han permitido observar de qué manera las medidas implementadas han acompañado este proceso. Entre los resultados obtenidos cabe destacar que los PDR son demasiado genéricos para responder a las especificidades y realidades locales existentes y diversas de la Comunidad Autónoma de Castilla La Mancha; que las medidas a aplicar, si bien obedecen a una programación dentro de un período determinado, sus efectos en la economía local adquieren visibilidad (positiva o negativa) en una etapa posterior, es decir son atemporales. En cuanto a las iniciativas Leader, se observa que su actividad está más relacionada con prioridades de los propios Ayuntamientos, y que mantienen una mirada más sobre el rural agrario que fue que en el rural periurbano que acontece.

**Palabras clave:** Desarrollo rural; Territorio periurbano; Torrijos, Castilla La Mancha.

## **Desafios da gestão para organizações econômicas da agricultura familiar no Brasil**

Fernanda Nascimento

Luiz Honorato da Silva Júnior

Daiane Ricarda de Melo

Alberto Abadia dos Santos Neto

Carla Silva Sousa

No Brasil, os desafios na área de gestão rural são inúmeros. O país tem como traço marcante as suas dimensões continentais, com altos níveis de desigualdades entre suas regiões. Os quais decorrem de diferentes condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das ações ideológicas de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, as organizações econômicas da agricultura familiar (OEAFs) precisam reconhecer que a realidade rural não pode ser concebida isoladamente da dinâmica das cidades, visto que essa interdependência é cada vez mais crescente e necessária, sobretudo no que se refere ao abastecimento alimentar. O Estado brasileiro reconheceu nos últimos anos, a necessidade de atuar frente a esse contexto, com a formulação e implementação de políticas públicas com o intuito de amparar e fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar. O cooperativismo é visto como um mecanismo importante para viabilizar a organização produtiva, bem como o processamento de alimentos no campo, com grandes desafios atrelados à falta de capacidade técnica no campo, como logística, armazenagem, entre outros. Somando-se a isso, a necessidade de capacitação dos técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas áreas de gestão e não somente nas questões técnico-produtivas tem sido um esforço característico das iniciativas governamentais no país. Os formuladores de políticas públicas vêm empenhando forças para proporcionar as OEAFs medidas para que elas possam aperfeiçoar e adequar-se as exigências necessárias para garantir a oferta de alimentos para comercialização, promovendo não somente a segurança alimentar e nutricional de inúmeras pessoas, mas também o combate à pobreza rural por meio da geração de renda para os agricultores. Corroborando com essa questão, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou no ano de 2012 o Programa Mais Gestão para promover a qualificação das OEAFs brasileiras. Tal Programa continua promovendo suas ações de capacitação por meio de assistência técnica, com perspectiva de ampliar seu alcance por meio de chamadas públicas para garantir uma ATER de caráter gerencial.

## **Desenvolvimento rural e multifuncionalidade: questões teórico-conceituais da transição rural em economias em transição (Brasil)**

Felipe da Silva Machado

Human Geography, Plymouth University, Plymouth, United Kingdom.  
(felipe.dasilvamachado@plymouth.ac.uk)

Os mais desafiantes debates teóricos sobre a natureza, mudanças e trajetórias futuras da agricultura e do espaço rural têm surgido nas últimas décadas. Estudos rurais vêm examinando os processos econômico, político e social através de diferentes escalas espaciais, contribuindo ao debate acerca das novas abordagens de análise no quadro da transição rural. Na década de 1980, geógrafos do Reino Unido publicaram diversos artigos acadêmicos sobre o planejamento de áreas rurais, lançando novos conceitos e abordagens metodológicas em pesquisas multidisciplinares e formando extensa coletânea de artigos clássicos de economia política e agricultura, planejamento regional e desenvolvimento rural (Marsden, 1988; Cloke, 1989, Buttel *et al.*, 1990).

As primeiras posições teóricas sobre o processo de reestruturação rural foram defendidas por pesquisadores em países de economia pós-produtivista. Entretanto, nos últimos anos, estudos rurais têm demonstrado interesse pela compreensão das diferentes dinâmicas da mudança rural em outras regiões do mundo afetadas pela globalização nas suas diferentes dimensões, resultando em um quadro de diversidade rural global (Marsden, 2003; Wilson and Rigg, 2003; Rigg, 2006; Wilson, 2007; Woods, 2007; Bryant *et al.*, 2008; Van der Ploeg *et al.*, 2010). As pesquisas contemporâneas abrangem a variação da dinâmica rural, com todos os países afeitos aos processos de reestruturação espacial frente à globalização, à internacionalização da economia agrícola e rural e à urbanização de áreas rurais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável que fundamenta a gestão territorial contemporânea. Ficam evidentes as novas funções do espaço rural e os dilemas dos atores locais no enfrentamento de processos de resistência ou de adaptação aos novos contextos.

Wilson (2009) argumenta que a geografia humana pode contribuir no entendimento da descontinuidade e heterogeneidade espacial através de uma abordagem multidirecional e multidimensional que revele a variação espacial das comunidades rurais no contexto da globalização. Nessa perspectiva, o presente estudo questiona como áreas rurais em economias em transição poderão ser afetadas pelas mudanças socioeconômicas, políticas e ambientais esperadas nesses países nas próximas décadas. Participando da economia global e apresentando processos urbano-industriais para além das áreas metropolitanas, no Brasil ocorrem profundas transformações e complexas dinâmicas espaciais no rural.

O estudo pretende apresentar parte das atuais abordagens acerca do desenvolvimento rural e multifuncionalidade através da teoria da transição, que discute modelos temporais e espaciais nas diferentes dimensões e escalas de análise. A partir do debate contemporâneo referente ao processo de transição rural no quadro da globalização, a comunicação discutirá as diferentes perspectivas teóricas sobre o espaço rural no contexto de economias em transição e de mudança global.

## Diagnóstico do fundo constitucional de financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Murilo Pires

O objetivo do trabalho é verificar em que medida os recursos do FCO, para o interregno de 1995 a 2012, estão em conformidade com as diretrizes traçadas pela Lei nº 7.827 e pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, os quais estimulam a promoção do desenvolvimento das microrregiões objeto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para tanto, adota-se a hipótese de que a distribuição dos recursos do FCO seguiu os parâmetros estabelecidos pelo inciso III do artigo 3º da Lei nº 7.827 que determina o “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas.” Como também, o inciso III do artigo 3º da Portaria do Ministério da Integração nº 379, de 15 de agosto de 2013, que estabelece que os recursos do FCO sejam direcionadas para reduzir os desequilíbrios intrarregional no Centro-Oeste. Em linhas gerais, as principais conclusões do trabalho são as seguintes: Os recursos direcionados pelo FCO para as atividades econômicas no Centro-Oeste tiveram um impacto positivo seja nos setores voltados para as atividades rurais seja empresariais. No caso do setor rural, as principais linhas de financiamento que receberam recursos do FCO foram aquelas relacionadas com o desenvolvimento rural e com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No setor empresarial, as linhas de financiamento que apresentaram maior expansão foram aquelas relacionadas com comércio e serviços e industrial. No caso dos empréstimos do FCO por porte, constata-se também dois movimentos, ou seja, um primeiro movimento que aconteceu antes de 2003 quando predominou os empréstimos do fundo para os agentes econômicos classificados como médios e mini/micros. O segundo movimento iniciou-se depois de 2003 quando a Resolução nº 197 do Condrel determinou como agentes econômicos prioritários da política pública aqueles classificados como pequenas e mini/microempresas. Por fim, observa-se, para o período de 1995 a 2012, que os recursos do FCO concentraram, prioritariamente, nas microrregiões de alta renda e estagnadas. Os dados apontam, também, que os recursos estão sendo canalizados para aquelas microrregiões que apresentam maior rendimento domiciliar por habitante. Em termos setoriais, há uma indicação clara que os recursos do FCO foram direcionados, proporcionalmente, mais para o desenvolvimento do setor rural vis-à-vis ao setor empresarial.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Financiamento; Centro-Oeste.

## Dinâmica rural-urbana da área conurbada de Florianópolis

Nazareno José de Campos

O presente artigo objetiva compreender a dinâmica rural-urbana de Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina, Brasil, e municípios vizinhos que perfazem sua área conurbada, seguindo, em termos teórico-metodológicos, a premissa da formação sócio-espacial regional e da conjugação de elementos espaciais e temporais. A inicial função administrativa e estratégico-militar da capital catarinense foi, desde cedo, conjugada a um importante comércio regional e mesmo nacional, que de fins do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, teve por base uma expressiva produção agrícola e pesqueira por toda região litorânea catarinense, dominada por uma população de base sócio-cultural açoriana, e que abastecia o mercado local, regional e mesmo nacional e platino. Neste intervalo de tempo, percebe-se também a complementação, através das inter-relações econômico-sociais, tanto com a região do Planalto Catarinense (séculos XVIII e XIX), através de constante comércio da produção rural de ambas as regiões, quanto com a região dos vales litorâneos dos rios Cubatão, Marumim e Biguaçu (fins do século XIX e início do XX) de produção agrícola e comércio por parte de pequenos produtores de origem germânica, que passam a desenvolver uma economia rural com maior nível técnico e de inter-relação capitalista, diferenciando-se da economia dominada pelo elemento sócio-cultural açoriano do litoral. A partir do século XX, mudanças substanciais em relação à conjuntura econômica a nível nacional e mundial, influenciando no local e regional, proporcionam uma nova configuração àquela relação entre o rural e o urbano, em que outros elementos são inseridos na realidade econômica. Mais uma vez, o rural sofre profundas transformações, em que se faz presente mudanças na produção, nas relações com o mercado, cada vez mais ampliado, e no amplo processo de urbanização que se delineia. De tal modo que, em fins do referido século, e no século atual, a expansão urbana, aliada aos novos processos econômicos que fomentam a valorização da terra e promovem, inclusive, a especulação imobiliária, os elementos do rural vão sendo superados por outros cada vez mais dominados pelo urbano. O que acaba por expressar, na atualidade, um amplo domínio da espacialidade urbana em relação à rural.

**Palavras-chave:** Florianópolis; Dinâmica rural-urbana; Transformações.

## Dynamics and contradictions of the agricultural frontier expansion in Piauí, Brazil

Antonio Joaquim da Silva

Master in Development and Environment (UFPI), Professor of the Department of Teacher Training, Arts and Sciences/IFPI, Teresina Central Campus (antoniojoaquim@ifpi.edu.br)

Maria do Socorro Lira Monteiro

PhD in Applied Economics (Unicamp), Professor of the Department of Economic Sciences/UFPI, Ministro Petrônio Portella Campus (socorrolira@uol.com.br)

Eriosvaldo Lima Barbosa

PhD in Culture and Society (UFBA), professor of the Department of Planning and Agricultural Policy/UFPI, Ministro Petrônio Portella Campus (eriosvaldobarbosa@hotmail.com)

Recently, the performance of Brazilian agriculture has arisen the Government's spokespeople's euphoria, and also the media's euphoria, and has also arisen the euphoria of the market and the partisans of agribusiness, as a possible anchor of a successful national development project in Brazil. Considering the polysemy of discourses and the dispute of interests in this field, it is appropriate to formulate an analytical counterpoint that takes into account other aspects of the issue, beyond its mere economic expression. With this proposition, it is mandatory to debate: the hegemonic interests that guide the exploitation of the agricultural economy, which is dominated by a small group of big capitalists and validated by the state apparatus; the increasing concentration of land *vis à vis* the degradation of environmental assets, particularly in the Cerrado biome (tropical savanna with presence of the greatest biodiversity on the planet and is the second largest vegetal formation of Brazil); and the dispossession of the livelihoods of the affected populations. In this perspective, based on a literature review, this article aims to analyze, critically, the state participation in the process of agribusiness origin and consolidation in the Piauí Cerrado and the consequences of occupation for family farming. After this review, it was concluded that the installation and the spread of agribusiness in Piauí contributed to the materialization of a technical sophistication framework and its intensification, which came to dominate the rural landscape and which required production growth, but that did not include the small property, so that, on the opposite side to the public policies of agrarian/agricultural development, the family farming did not follow the new "*modus operandi*" and the new productive logic, due to the agribusiness shows itself as protagonist of the neoliberal project made by the Government which has acted in favor of a small group of capitalists.

**Keywords:** Agribusiness; Family farming; Piauí Cerrado; FINOR-Agriculture; Fiset.

## **El enfoque territorial en los programas de desarrollo rural de Argentina ¿Tiene alguna similitud con la evolución del desarrollo rural en la Unión Europea?**

Elsa Mora

Raúl Compés López

El propósito de este trabajo es hacer una revisión de los programas e instrumentos que operan en el medio rural de Argentina durante los últimos años con el fin de determinar si encajan con el paradigma de desarrollo territorial y si tienen similitudes con el modelo actual de desarrollo rural de la UE.

En el plano teórico, en los últimos años se ha producido una evolución del concepto de desarrollo rural, pasando de una visión sectorial a un enfoque territorial, lo que supone una visión más integral que reconoce la complejidad y heterogeneidad de los territorios rurales, considera las múltiples dimensiones que interactúan en el territorio e incorpora el papel de los actores sociales. En el plano operativo, esto supone un desafío en el diseño de programas e instrumentos, ya que no sólo exigen nuevas formas de intervención sino también la creación de nuevos espacios de articulación entre los actores sociales que permitan potenciar las capacidades y oportunidades que surgen en dichos territorios.

En la última reforma de la Política Agrícola Común (PAC) y de los Fondos Estructurales realizada en 2013 se ha dado un nuevo paso en la evolución de las políticas de Desarrollo Rural hacia un modelo de Desarrollo Territorial. El Programa LEADER, máximo exponente de este modelo, ha salido reforzado, y se ha abierto la puerta a la programación multisectorial y multifondo.

En el caso de Argentina, en el que el nuevo paradigma ha tenido buena acogida, los programas destinados al mundo rural en los noventa estaban orientados a pequeños productores agropecuarios, centrándose en cuestiones de pobreza rural desde una perspectiva sectorial. Sin embargo, los cambios hacia un enfoque territorial del desarrollo rural se comienzan a producir a partir del año 2006 con la implementación de programas donde los destinatarios no son solo los pequeños productores rurales sino toda la población del espacio rural, y se incorporan otras problemáticas como el medio ambiente y los recursos naturales, los instrumentos de financiamiento y otras formas de intervención.

**Palabras clave:** Desarrollo rural; Desarrollo territorial rural; Argentina; Unión Europea.

## **Emprendedores y proyectos fallidos de los programas Leader y Proder en Andalucía en el periodo 2000-2006. Perfil y motivos de desestimiento**

Francisco Antonio Navarro Valverde

Eugenio Cejudo García

José Antonio Cañete Pérez

El enfoque LEADER se aplicó en el periodo 2000-2006, en Andalucía mediante LEADER + y PRODER II. A pesar de la gran cantidad de estudios sobre esta iniciativa relacionados con su novedosa metodología, positivas repercusiones en aspectos intangibles y cualitativos, implicaciones en otras medidas de desarrollo rural, aún no se llevado a cabo un análisis sobre qué proyectos y quiénes son los caídos de estos programas, los que tenían un proyecto, solicitaron una ayuda, que fue aprobada por su respectivo Grupo de Desarrollo Rural, con los que se llegó a establecer un contrato con la Dirección General de Desarrollo Rural de la Junta de Andalucía, y que finalmente, no pudieron materializarla.

Las fuentes de información utilizadas han sido tres. La relación de proyectos fallidos, aprobados pero no ejecutados, durante el periodo 2002-2008 por parte de los Grupos de Desarrollo Rural de la región, proporcionados por la Junta de Andalucía. Se ha realizado también un estudio pormenorizado de los proyectos caídos de seis Grupos de Desarrollo Rural (GDR) de la provincia de Granada, revisando la documentación de tramitación para cada expediente. Por último, se ha realizado una entrevista a los gerentes y técnicos de cada uno de estos GDR para indagar en las causas finales de desistimiento y si la inversión se llevó finalmente a cabo por otros medios.

El 60,3% de estos proyectos productivos no realizados se destinaban para empresas de nueva creación. Atendiendo al tipo de destinatario, existió un mayor fracaso entre los liderados por mujeres y/o jóvenes. De hecho, entre los autónomos, si para los hombres el porcentaje de fallidos en relación a los ejecutados era del 27,4%, para las mujeres jóvenes era de 38,2%. Sobre los motivos que llevaron a no generar la inversión, son muy variados. Así de los que finalmente se ha llegado a conocer en mayor medida la causa real, casi la mitad de ellos -45,5%- están derivados de la inviabilidad económica/financiera. La excesiva rigidez en tiempos y requisitos de la iniciativa, agrupando ambas a un 20,8%, es el siguiente tipo. De estos proyectos, la mayor parte finalmente no se llevaron a cabo o no tuvieron éxito (64,3%).

Por tanto, las dificultades económicas junto con las rigideces en plazos y documentación, y que afectan en mayor medida a determinados colectivos, son las causas finales y principales de caída de estos proyectos. Sería necesario por ello mejorar las posibilidades de financiación al tiempo que se proporciona un mayor seguimiento y se flexibilizan las condiciones de documentación y temporales del programa.

**Palabras clave:** LEADER; Programas de desarrollo rural; Proyectos caídos/fallidos; Mujeres y jóvenes rurales.



## **Experiências camponesas de convivência com a semi-aridez no Curimataú paraibano, Nordeste, Brasil**

Arilde Franco Alves

Elaine Terezinha Dambrósio

Ao enfatizar as explorações familiares camponesas não apenas como sistemas de produção agrária com função meramente econômica, mas como um sistema sócio-cultural amplo, que reafirma a característica de uma unidade agrícola familiar com uma peculiar realidade sócio-cultural e política, pois, sendo uma organização social constituída pelas famílias rurais, que convivem com a biodiversidade tropical, propicia o desenvolvimento de ‘paisagens’ sociais e culturais próprias. Esses elementos do conhecimento dos camponeses adquiridos ao longo da história de ocupação do semiárido brasileiro são fundamentais para a elaboração do que hoje está sendo chamado de convivência com a semi-aridez, em contraposição com a ideologia do “combate” as secas, que serviram de base para a política hídrica para a região Nordeste do Brasil. Nesse contexto, a discussão se insere no debate da área temática “Conhecimento, inovação e capital humano” do XI CIER 2016, permitindo-nos apresentar a experiência investigada durante a realização da pesquisa de tese sobre a multifuncionalidade de agricultura no território do Curimataú paraibano. É, pois, um recorte de um dos elementos debatidos – a convivência com o ambiente da semi-aridez – relacionado com o processo de reprodução social dos camponeses desse território, pautado por vez no princípio da solidariedade e da participação coletiva dos agricultores familiares. Isso veio demonstrar a outra face das relações sociais, ou seja, das relações de autonomia, frente às persistentes relações de dominação e de poder, representadas, na maioria das vezes, pelos próprios poderes instituídos (do Estado). Portanto, através de tecnologias rurais sociais adaptadas à gestão dos recursos hídricos (cisternas de placas, tanque de pedra, barragens subterrâneas, forrageiras adaptadas a semi-aridez, etc.), mantém-se a perspectiva da sustentabilidade dos camponeses.

**Palavras-chave:** Famílias camponesas; Convivência com a semi-aridez; Relações de autonomia.

## Las políticas activas de género en el medio rural: una primera aproximación

Alicia Langreo Navarro

Socia de la sociedad de estudios SABORA, SL

Tomás García Azcárate Tomás

Investigador del Instituto de Economía, geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC),; personalidad independiente miembro del Concejo de Administración de l'Ecole nationale de Formation Agronomique (ENFA) francesa.

El futuro de las zonas rurales pasa por la movilización de todo su potencial endógeno y esto es imposible sin una participación muy activa de las mujeres rurales. Las estadísticas en cambio nos muestran que la tasa de actividad femenina en el medio rural no solo es inferior a la masculina sino que es inferior a la observada en el medio urbano.

En esta comunicación pasamos rápidamente revista a algunas de las características del medio rural que enmarcan esta situación, desde la importancia todavía de la actividad agraria hasta el carácter estacional de algunas de las alternativas de empleo como es el turismo rural, pasando por la escasa presencia de centros de la administración e industrias manufactureras con presencia femenina más allá de la industria alimentaria.

Las pequeñas y medianas empresas, incluidas las agrarias, son el elemento motor y predominante dentro del tejido económico rural, se asientan sobre el patrimonio familiar, que puede estar relativamente diversificado. La participación en ellas de las mujeres suele ser en calidad de “ayuda” al negocio familiar con escasa capacidad de decisión, dedicación marginal y carencia de remuneración económica explícita. Son pocas las ocasiones en las que las mujeres asumen la responsabilidad del negocio, ya sea éste heredado o constituido. La posición de las mujeres queda supeditada a la estrategia familiar y, sobre todo, vinculada a las relaciones de poder dentro de la pareja.

En esta comunicación se abordan algunos rasgos de la evolución de la posición de las mujeres en los últimos años y los efectos de las políticas activas, para lo que se sigue la respuesta a algunos de los principales incentivos. En particular, nos centramos en la respuesta de las mujeres a los programas de desarrollo rural. Si nos referimos únicamente a las altas como autónomas (esto es no incluyendo a las empresas que son cooperativas o sociedades mercantiles de las que no hay información), se habría logrado que la participación de empresas de las que son titulares mujeres pase de menos del 25% a más del 45%. En el periodo considerado el tipo de actividades se ha diversificado y se han abordado iniciativas de mayor envergadura.

Terminamos intentando identificar una serie de elementos que actuarían como obstáculos o como facilitadores de la incorporación de mujeres y que podrían ser destinatarios de las políticas activas de género. Describiremos algunas de las principales políticas activas de género que se han intentado implantar, su evolución y (en su caso) sus resultados observables.

**Palabras clave:** Políticas activas de género; Medio rural; Mujeres.

## **Marx e Polanyi. Elementos para a discussão das políticas públicas do desenvolvimento rural**

Edgard Malagodi

Prof. Dr. Universidade Estadual de Campinas – Brasil (edgardmalagodi@gmail.com)

Arlide Franco Alves.

Prof. Dr. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Brasil (alves@ifpb.edu.br)

Propõe-se elucidar algumas divergências e pontos de convergência entre a crítica da Economia Política de Marx e a crítica do mercado feita por Karl Polanyi no tratamento das questões rurais. A importância dessa questão pode ser medida pelo fato de ambos os autores serem referenciados nos estudos sobre as crises sociais do capitalismo, expressa em problemas como o desemprego, estagnação, conflitos sociais e políticos, etc., como em problemas da economia agrária, particularmente nos países mediterrâneos e países do Sul Global. Isso se aplica especialmente para os estudos sobre a agricultura de base familiar e camponesa, como também sobre a diferenciação dos territórios. Tradicionalmente os estudos influenciados por estes autores – Marx e Polanyi – tem se mantido separados, ainda que eventualmente os dois autores sejam eventualmente referenciados por pesquisadores de ambas as tradições. Falta, porém um cotejamento e um estudo comparativo. Entre outras questões, Polanyi faz a distinção entre mercadorias fictícias e mercadorias reais. Para ele, terra, trabalho e dinheiro são mercadorias fictícias porque elas não foram criadas originalmente para serem vendidas no mercado. A consideração da presença dessas mercadorias fictícias no mercado permite a este autor: 1) reconhecer a inevitabilidade da presença do Estado na Economia; 2) a impossibilidade de um total “desenraizamento” da economia em relação à sociedade. Contudo, sendo muito fortes hoje as pressões para uma economia de mercado autocontrolado, a dinâmica política e econômica das sociedades capitalistas tenderiam a tornar-se uma disputa permanente entre políticas mais estatistas e políticas mais livre-cambistas. Já para Marx, a dinâmica política da sociedade capitalista estaria determinada pela luta de classes, e pela contradição dos polos representados pelo capital, de um lado, e do trabalho, de outro. A presente comunicação, partindo da contribuição de ambos os autores, pretende discutir a concepção de Polanyi sobre a “terra” como mercadoria fictícia, contraposta à teoria da renda fundiária de Marx (renda diferencial e renda absoluta). O objetivo é traçar, a partir do contraponto desses autores, algumas considerações relevantes para os debates muito atuais da luta pela democratização da terra, como pelo desenvolvimento sustentável e inclusivo dos territórios rurais nos diversos contextos geográficos e sócio-culturais da Europa do sul e dos países do Sul Global.

**Palavras-chave:** Mercadorias fictícias; Renda da terra; Territórios rurais; Karl Polanyi; Karl Marx.

## Mato Grosso sustentável? A trajetória do programa Mato-Grossense de municípios sustentáveis no Brasil

Wagner Gervazio

Doutorando em Engenharia Agrícola da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil (wagnergervazioengagro@gmail.com)

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil (sonia@feagri.unicamp.br)

Nosso estudo fornece uma abordagem sobre a trajetória do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS) que tem por objetivo fortalecer a economia local, melhorar a governança pública municipal, promover a segurança jurídica, a conservação dos recursos naturais e a recuperação ambiental, e a reduzir as desigualdades sociais. Dessa forma, será dado destaque aos municípios, consórcios e organizações de toda a sociedade civil atuantes no programa, sobretudo ao Instituto Centro de Vida (ICV) que se dedica ao desenvolvimento rural sustentável, buscando construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade do uso da terra e dos recursos naturais, no Estado do Mato Grosso, na Amazônia brasileira. De modo geral, discutiremos como vem sendo construído o PMS, quais seus resultados e limitantes e como se dá a mediação de conflitos, uma vez que há uma diversidade de organizações que participam da construção do programa, que apresentam diferentes interesses. Verificamos que a preocupação com a sustentabilidade e com o meio ambiente está presente no discurso da política de desenvolvimento da região, e algumas ações e práticas nesse sentido são verificadas. Entretanto, os instrumentos de política econômica e de desenvolvimento regional, de maneira geral, ainda não levam em conta em suas ações a dimensão socioambiental; e o entendimento sobre o que é sustentabilidade, é ambíguo e não consensual.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional; Política pública; Sustentabilidade.

## Opções empresariais, agricultura e contingências laborais no sul de Portugal: o caso de Odemira no contexto da mundialização

Luís Moreno

Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) / Centro de Estudos Geográficos (CEG)

Alina Esteves

Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) / Centro de Estudos Geográficos (CEG)

Maria Lucinda Fonseca

Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) / Centro de Estudos Geográficos (CEG)

A presente comunicação parte de uma investigação realizada no âmbito do projeto CRISIMI1 e apresenta – numa perspetiva de geografia social e abordagem socioterritorial – a problemática dos trabalhadores e das empresas envolvidos numa agricultura intensiva (em mão-de-obra e em capital), em grande parte resultado de investimento direto estrangeiro e com vocação exportadora, desde os anos oitenta do séc. XX.

O estudo recorreu a entrevistas e a inquéritos, realizados entre Março e Junho de 2015, na AML, no Algarve e em Odemira, além de documentação diversa, mas tivemos sobretudo sob análise a informação que de algum modo se prendia com o caso de Odemira e com o grande peso do trabalho de imigrantes neste município – singular no contexto nacional – nas áreas da fruticultura, horticultura e floricultura.

Verificou-se que a opção empresarial por mão-de-obra estrangeira, de diferentes proveniências, em acréscimo ao insuficiente trabalho assalariado de portugueses, na perspetiva das firmas, tem traduzido uma necessidade e uma vantagem para os empregadores, face às especificidades dos cultivos de maior sucesso (pequenos frutos vermelhos e de baga, vegetais para saladas e flores) e dos cuidados inerentes ao processo produtivo e às condições a montante e a jusante deste. Mas não deixa de ser também um desafio para os atores do contexto socioterritorial o continuado e potencialmente crescente emprego na agricultura de pessoas de múltiplas proveniências, línguas e padrões de cultura, que traz consigo a pressão para novas respostas, inclusivamente quanto à inserção e integração dos imigrantes e de atenção às suas condições de vida, com variáveis implicações familiares.

A rotação dos trabalhadores entre empresas, com maior ou menor relação com a sazonalidade produtiva, as questões legais, as dificuldades de transporte e de alojamento (diferenciadas conforme as situações dos trabalhadores e das empresas), as limitações (na eficácia / qualidade da intermediação) das empresas subcontratadas para o recrutamento, a língua, a relacionalidade (de âmbito institucional e organizacional, mas também a inerente à masculinização dominante) e os novos desafios à formação em exercício do pessoal contratado, etc., são factores de crescente implicação e entrosamento empresarial na governança socioterritorial local, passando por certas formas de participação no contexto da dinâmica institucional e dos actores, com os instrumentos próprios.

**Palavras-chave:** Empresas agrícolas; Imigrantes; Emprego; Governança local.

## Os agricultores da região da Serra Geral; Minas Gerais, Brasil

Marco Noce

José Ambrósio Ferreira Neto

Neste trabalho buscamos estabelecer um paralelo entre as características socioeconômicas dos pequenos produtores rurais do território da Serra Geral na região Norte de Minas Gerais Brasil, e os conceitos e definições de campesinato. O território é composto por 16 municípios e suas condições climáticas são predominantemente semiáridas.

O campesinato vem sendo estudado há muito tempo. No entanto os estudiosos têm divergido em seu reconhecimento e caracterização no contexto capitalista. Alguns autores sustentam que o desenvolvimento do capitalismo no campo extinguiu as formas camponesas de produção. Outros autores têm uma concepção diferente para o moderno campesinato. Apesar de não negarem as modificações ocorridas no comportamento dos camponeses, decorrentes da necessidade de adaptação à realidade do sistema capitalista, consideram que tal fato não determinou o fim da categoria, mas simplesmente uma mudança. Entendem que os valores básicos que definem o campesinato, ainda persistem.

Os dados utilizados para as análises são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de pesquisa de campo realizada em 2011 pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG).

A população rural do território da Serra Geral é constituída em sua maioria de pequenos produtores que residem em suas propriedades e praticam uma agricultura rudimentar, utilizando-se de mão-de-obra essencialmente familiar. As principais atividades agropecuárias são a produção de leite bovino e culturas de milho e feijão. As técnicas rudimentares de manejo e o rigor das condições climáticas determinam o baixo rendimento destas atividades.

Os resultados mostram que a maior parte dos rendimentos financeiros destes agricultores é proveniente de recebimentos de salários, de aposentadorias e de programas sociais do governo federal. A prestação de serviços externos é, normalmente, de caráter temporário, já que em determinado período do ano esses agricultores estarão comprometidos com as tarefas em suas propriedades. Esta necessidade de liberdade na disposição do tempo, segundo diversos autores, é característica básica dos camponeses. Apenas uma pequena parcela da renda declarada provém da produção agropecuária, uma vez que o destino prioritário da produção agrícola na propriedade, apesar de eventual comercialização dos excedentes, está na manutenção familiar.

A produção da terra destinada prioritariamente para o consumo familiar é outra característica atribuída ao campesinato, assim como a pluriatividade e a policultura, permitindo a caracterização dos produtores rurais objeto da análise, como camponeses modernos.

**Palavras-chave:** Campesinato; Sustentabilidade; Cultura; Tradições.

## **Política de reorganização fundiária: análise do assentamento rural Novo Alegrete –RS – Brasil**

Suelen De Leal Rodrigues

Alúcio Brasil dos Santos

O município de Alegrete está localizado em um território marcado por uma estrutura fundiária concentrada, cuja matriz produtiva está alicerçada na pecuária extensiva e produção de monocultivos de arroz e soja. Para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica produtiva no ano de 2008, o Programa de Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assentou 62 famílias no distrito do Passo Novo, constituindo o Assentamento Rural Novo Alegrete. Depois de constituir o assentamento, o INCRA efetivou apenas pequenos custeios para manter a sobrevivência das famílias. A inserção de assentamentos rurais em um território marcado pela concentração de terras e por uma produção em larga escala, cria uma nova territorialidade, pois a função dos assentamentos rurais é diminuir a concentração de terras e de renda, garantir a perenidade das famílias no campo e produzir alimentos de qualidade com respeito aos recursos naturais. Portanto, a reforma da estrutura agrária não implica apenas na distribuição de terras, mas no suporte técnico, produtivo e econômico das famílias assentadas. Desta forma, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Rural Novo Alegrete questionando a estrutura da política de reorganização fundiária. Para cumprir o objetivo proposto a pesquisa utilizou uma metodologia mista empregando métodos participativos qualitativos e quantitativos. Os resultados preliminares da análise socioeconômica do assentamento Novo Alegrete apontam que existem sérios problemas na estrutura de formação e desenvolvimento do assentamento. Decorridos oito anos da formação do assentamento rural as famílias sofrem com ausência de água encanada e tratada, estradas mal conservadas e sem estrutura produtiva organizada. Para que o assentamento cumpra com sua função de diminuir a desigualdade social, de um território marcado pela pobreza e concentração fundiária é necessário que haja infraestrutura adequada, acompanhamento técnico e estímulos para formação de organizações produtivas. Sem ter a pretensão de generalizar os problemas que ocorrem nas distintas regiões do Brasil os assentamentos rurais que conseguem ter uma projeção social e produtiva mais eficiente são áreas em que as instituições do governo atuam de forma mais eficientes o que denota que existem falhas na política de reorganização fundiária.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Território; Assentamento rural.



## **Políticas para a agroecologia e produção orgânica no Rio de Janeiro: cenário, oportunidades e desafios.**

Maria Fernanda Fonseca

Pesquisadora da PESAGRO-RIO (ffonseca@webcorner.com.br)

Mariano Gomes

Estudante de mestrado profissionalizante em agricultura orgânica PPGA0 (marianouai@yahoo.com.br)

Eiser Felipe

Estudante de mestrado profissionalizante em agricultura orgânica PPGA0 (eiser55@hotmail.com)

Luiz Antonio Oliveira

Pesquisador da PESAGRO-RIO (luizantoniorural@gmail.com)

Ana Paula Siqueira

Estudante de doutorado do PPGCTIA (anapegorer@hotmail.com)

As políticas de agroecologia e produção orgânica institucionalizadas no Brasil significaram a normalização técnica da produção orgânica (leis, decretos e instruções normativas) e o estabelecimento de políticas públicas federais, estaduais e municipais específicas para a produção orgânica e de base agroecológica (crédito, acesso aos mercados institucionais – alimentação escolar, pagamento de serviços ambientais, construção do conhecimento agroecológico, entre outras). O objetivo deste trabalho foi analisar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Brasil e no Rio de Janeiro, tendo como foco a construção do conhecimento agroecológico e os mecanismos de avaliação da conformidade, usando dados estatísticos disponíveis na internet e documentos. A política nacional possui 04 eixos (produção, recursos naturais, construção conhecimento agroecológico, comercialização e consumo). No Rio de Janeiro, a articulação ensino, pesquisa e extensão proposta pelo Programa Rio Rural, estruturada por meio de uma rede, foca nos princípios da agroecologia e contribui para a construção do conhecimento agroecológico, iniciada na década de 90 do século XX. As organizações parceiras (EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro, UFRuralRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, EMBRAPA - Empresa de Pesquisa Agropecuária, ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, , entre outras) desenvolvem atividades de formação em agroecologia usando metodologia de oficinas, seminários, vivências, que envolveram no ano de 2015 cerca 1100 pessoas (técnicos e agricultores). Essas atividades permitiram além da formação, por exemplo, aumentar o número de produtores orgânicos do Rio de Janeiro cadastrados no MAPA, criar grupos de trabalho para elaboração de normalizações e submissão de projetos a editais públicos, identificar e solucionar demandas e desafios para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica e de base agroecológica. Em relação aos mecanismos de garantia, observamos o crescimento dos sistemas participativos de garantia (SPG) e sua institucionalização, sendo o Brasil o único país que reconhece o SPG no mesmo status que a certificação, servindo para todo território nacional, na venda direta e indireta. Com a criação em 2011 do cadastro nacional de produtores orgânicos e de organizações autorizadas a operar o sistema, observamos que houve crescimento (96%) do número de produtores orgânicos no Brasil e de 220%, em 03 anos. Existem desafios na interpretação, divulgação e preenchimento do cadastro, mas também na implantação da regulamentação da produção orgânica. As políticas públicas articuladas promovem o desenvolvimento rural sustentável.

**Palavras-chave:** Avaliação da conformidade orgânica; Sistemas participativos de garantia; Políticas públicas para produção orgânica; Formação em agroecologia; Políticas públicas.



## **Políticas públicas, desenvolvimento territorial e suporte à governança participativa: o apoio do governo brasileiro para a assessoria dos colegiados de desenvolvimento territorial**

Olívio Alberto Teixeira

Doutor em Sociologia. Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Conselho Fiscal da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) (olivioteixeira@yahoo.com.br)

Márcio de Matos Caniello

Doutor em Sociologia. Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Diretor da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE) (marciocaniello@gmail.com)

Historicamente alijada de um acesso satisfatório às políticas públicas, a Agricultura Familiar brasileira viu esse cenário modificar-se sensivelmente a partir do início dos anos dois mil. De fato, seguindo uma tendência inaugurada com a promulgação da Constituição de 1988, uma inovação importante na implementação de programas governamentais viria a curso, tratava-se da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), de constituição paritária, como espaços democráticos para o exercício do “controle social” sobre a tramitação dos projetos e ações das políticas públicas de desenvolvimento rural. Contudo, os CMDR foram rapidamente “prefeiturizados”. Então, a partir de 2003 o governo brasileiro resolveu reconfigurar o espaço de participação da sociedade civil em relação às políticas públicas para o desenvolvimento rural, adotando o “enfoque territorial de desenvolvimento rural”, por meio da criação de “Territórios Rurais” formados por conjuntos de municípios e a implantação de colegiados (ou fóruns) participativos paritários, compostos por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estaduais e municipais. Para a implementação de tal perspectiva foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Assim, uma vez identificado o território e incorporado ao Programa, a SDT orienta os atores territoriais a constituírem os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), conselhos constituídos por instâncias paritárias participativas que reúnem diversas instituições e organizações públicas e da sociedade civil, além dos segmentos sociais e produtivos existentes no território. Os CODETER, via de regra, contavam com o apoio de assessores externos, contratados pela SDT. Aqui toca-se no ponto fundamental que é objeto deste trabalho. Para viabilizar o funcionamento dos CODETER e encaminhar os processos e produtos demandados pelo PRONAT, a SDT instituiu a chamada “assessoria territorial”, formada por membros de ONGs ou de serviços de assessorias, os quais contavam com o apoio dos CODETER e dos atores e entidades que faziam a mobilização nos diferentes territórios. Nesse sentido, para dar andamento à estratégia territorial constituiu-se uma estrutura operativa na SDT baseada em uma rede de articuladores composta por técnicos que desempenharam funções direcionadas à promoção, informação, acompanhamento, assessoramento e apoio para operar os CODETER e suas agendas. A fim de fornecer suporte técnico e formato institucional à rede de assessores territoriais, a SDT firmou um Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o que viabilizou seu funcionamento num curto espaço de tempo e fomentou, além dos assessores junto a cada CODETER, a formação de assessorias estaduais e macrorregionais. Esse formato de assessoria ao desenvolvimento territorial brasileiro, baseado numa rede de articuladores e colaboradores contratados via IICA, persistiu até 2013. Entretanto, esse modelo de assessoramento apresentou muitos problemas associados ao financiamento da atividade, o que redundou numa grande instabilidade, rotatividade e até mesmo ausência de assessores nos territórios. Por esta razão, a partir de 2013, a SDT resolve mudar o modelo de assessoria territorial, que passa a ser executada por meio de parcerias com instituições de ensino superior (IES) públicas. Este trabalho visa fazer uma primeira avaliação desse novo modelo, que foi construído a partir do chamado “Projeto Células”, experiência anterior de parceria entre o MDA/SDT e universidades federais e estaduais brasileiras.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial; Governança participativa; Assessoria territorial; Brasil.

## **Políticas públicas e dinâmicas sociais: o programa nacional de alimentação escolar no Brasil e seus desdobramentos nas chances de vida dos agricultores familiares**

Danielle Silva

Ivaldo Gehlen

Marcelo Andrade

Glauco Schultz

Considerando a conformação da política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar no Brasil, através deste trabalho objetiva-se discutir os mecanismos que constroem ou favorecem o acesso da Agricultura Familiar ao recurso dessa política pública, bem como o efeito desta na chance de vida dos agricultores beneficiários. À luz do referencial teórico-metodológico sobre chances de vida, na constituição do universo empírico que subsidia essa discussão foram privilegiadas experiências de associações situadas três nos municípios de Brasil Novo, PA e uma em Cachoeira do Sul, RS. A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores familiares, gestores públicos e parceiros envolvidos no processo de compra e venda de produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e observação direta. A pesquisa aponta que as oportunidades sociais para os agricultores familiares, criadas a partir do PNAE, são constrangidas ou asseguradas pela (in) disponibilidade de um conjunto de prerrogativas e de provimentos nas estruturas sociais, o que torna a operacionalização da política pública diversa e dinâmica, conforme o contexto local. Os resultados mostram que a possibilidade de venda de produtos da Agricultura Familiar através de programas do Estado tem reflexo na dinâmica social e agrícola local, gerando mudanças nas práticas produtivas e políticas dos atores, em suas formas de sociabilidade e inserção econômica. Logo, o acesso à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar amplia as chances de vida dos agricultores ao ampliar as possibilidades de escolha dos mesmos em relação aos canais de venda, aos produtos que se pretende produzir, aos espaços de participação política e de sociabilidade. No entanto, pondera-se que a ampliação das oportunidades sociais e das opções dos agricultores frente às mesmas ocorre de modo diferente, conforme a dinâmica social ao qual estão inseridos, uma vez que a efetivação ou criação real de chances de vida é estabelecida na relação entre indivíduo, estrutura e ligaduras. Desta forma, embora haja diferentes formas de acesso e de constrangimentos no usufruto do recurso da política pública, o PNAE se constitui enquanto provimento que amplia as chances de vida dos beneficiários e atribui novas prerrogativas para os agricultores familiares, contribuindo para a construção da cidadania.

**Palavras-chave:** Mercados institucionais; Agricultura familiar; Desenvolvimento rural; Políticas públicas.

## Políticas públicas para a redução da pobreza nas áreas rurais do Semiárido Brasileiro

Marta Maria Aguiar Sisnando Silva

Patricia Veronica Pinheiro Sales Lima

Eliane Pinheiro de Sousa

Leonardo Andrade Rocha

O Semiárido brasileiro (SAB) é composto por 1.133 municípios distribuídos em nove estados: Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Piauí e Minas Gerais. Possui uma extensão territorial de 980.133,079 km<sup>2</sup> com uma população de 22.598.318 habitantes, sendo que 38,02% de sua população (8.592.998 habitantes) encontram-se na zona rural. Historicamente, o SAB é reconhecido como a região mais pobre do Brasil e a mais vulnerável às mudanças climáticas. Contudo, o comportamento dos indicadores socioeconômicos entre 2000 e 2010 mostra mudanças positivas: o PIB cresceu e a pobreza foi reduzida. Parcela significativa dessas mudanças é atribuída às intervenções que foram implementadas pelo governo federal nos últimos anos, com o intuito de evoluir na trajetória de superação da pobreza. Neste contexto Este artigo teve como objetivo analisar como as políticas públicas do governo federal brasileiro contribuíram para reduzir a pobreza nas áreas rurais do SAB. Para tanto, foram adotados procedimentos que envolvem pesquisas documental e bibliográfica, sistematização e análise de informações. Buscou-se caracterizar cada política quanto ao objetivo, público alvo e resultados obtidos. Considerando-se que algumas das intervenções apresentam avaliações de impactos, em alguns casos o artigo traz, também, o resultado da avaliação. Os resultados mostram que as políticas de redução de pobreza via geração de oportunidades de emprego e renda (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Microcrédito Orientado -CREDIAMGO e AGROAMIGO), e ainda, as transferências de renda (Programa Bolsa Família) encontram-se associadas a outras, cujo impacto é indireto. Caso do Programa um Milhão de Cisternas, Mais Educação, Luz para todos, Água para todos, Garantia Safra. Considerando o conjunto de intervenções aí existentes, nota-se que os resultados observados na região, no que diz respeito à redução da pobreza rural, dificilmente poderá ser atribuído a uma política “A” ou “B”, mas sim a um conjunto de intervenções. Da mesma forma, percebe-se que o problema demanda mais que políticas específicas, a sua superação transcende as transferências governamentais de renda condicionada (Bolsa Família) e requer políticas estruturantes de longo prazo. No contexto estudado, é importante a integração das políticas e das instituições governamentais, não-governamentais e sociedade. Por fim, considerando-se a vulnerabilidade às secas no SAB, é preocupante a escassez de políticas públicas voltadas para a criação de capacidade adaptativa entre a população rural.

**Palavras-chave:** Semiárido; Políticas públicas; Pobreza.

## **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf): análise da distribuição de créditos na região Sudeste no Brasil**

Alessandra Rodrigues Guimarães

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro (SP), Brasil

José Giacomo Baccarin

Professor Orientador no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro (SP), Brasil.

As políticas públicas são os princípios norteadores da ação do poder público, são as diretrizes na qual o Governo deve se orientar, fazendo relação entre a sociedade e o poder público nacional. As políticas geralmente são formuladas com o intuito de beneficiar a sociedade, com a criação de programas, leis e linhas de financiamentos, que se orientam através de recursos públicos. A partir de meados da década de 1990, o Governo Federal começa a adotar medidas com o objetivo de redirecionar mais políticas para o meio rural. Em 1996 houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de ajudar os pequenos agricultores familiares, beneficiando-os com créditos para cultivar plantações e dando-lhes um longo período de carência para que efetuem o pagamento do empréstimo com baixas taxas de juros. Este programa tem como objetivo principal proporcionar o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia produtiva, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos agricultores familiares. O principal objetivo deste artigo é analisar a aplicabilidade deste programa na região Sudeste brasileira, observando-se a distribuição dos contratos e recursos do PRONAF, nas modalidades custeio e investimento, entre os agricultores familiares dos estados da região, sendo eles, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, entre os anos de 1999 à 2013. Para a realização do mesmo, foi feito um estudo analítico da evolução das contratações de crédito do PRONAF, através do montante de recursos e contratos concedidos de 1999 à 2013, e análise quanto ao alcance do Programa nos estados da região Sudeste, a fim de testar a conformidade na distribuição de acordo com o número de estabelecimentos familiares e renda por eles auferida. A distribuição dos contratos do PRONAF entre os estados foi obtida junto a publicações do Banco Central do Brasil, enquanto o número e a renda bruta dos agricultores foram obtidos na edição do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Palavras-chave:** Políticas públicas; PRONAF; Crédito rural; Agricultura familiar.

## Programas políticos do poder autárquico para o desenvolvimento do território em Portugal

Maria Antónia Pires de Almeida

O despovoamento tornou-se uma realidade na maior parte do território nacional, o que, em nome da racionalização dos serviços públicos, deixou muitos territórios desprotegidos e aumentou as desigualdades de acesso a serviços e a condições mínimas de sobrevivência.

Estas situações só podem ser abordadas com políticas públicas ativas e centralizadas que estimulem, se não a reversão da tendência, pelo menos alguma vitalidade e que não seja apenas sazonal. E com a aplicação de estratégias concertadas, não para reviver a Questão Agrária e as seculares tentativas para fixar as populações em meio rural e tornar o país autossuficiente em termos alimentares, o que já não faz sentido num mundo globalizado, mas para fornecer às populações que ainda residem fora das cidades a qualidade de vida necessária para haver pelo menos uma situação de igualdade entre os cidadãos de todo o território.

A definição destas políticas parte necessariamente das estratégias locais, escolhidas de acordo com os interesses de cada território e das populações residentes. Para tal, é fundamental a ação dos cidadãos locais, cuja participação nos processos de decisão tem de ser estimulada, não só a nível da administração autárquica, como no desenvolvimento de novas estratégias económicas e sociais para o bem do desenvolvimento do próprio território e das condições de vida das populações.

O regime democrático em Portugal instituiu a descentralização administrativa e reforçou o poder local. Partindo da hipótese de que as elites locais, no contexto alargado de detentores de capital social simbólico, são essenciais para promover o desenvolvimento do território, aumentar as capacidades produtivas e estimular as atividades económicas e a criação de emprego, coloco as seguintes questões de investigação: qual o papel o poder local e dos seus representantes eleitos no desenvolvimento sustentável do território e na sua dinâmica? Considerando os problemas do despovoamento e do desemprego, quais as principais estratégias dos políticos eleitos e da sociedade civil para atrair investimento, força de trabalho e financiar a economia local? Quais as diferenças entre os projetos para os municípios rurais e urbanos?

Após o estudo dos Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos em Portugal entre 1936 e 2013, pretende-se analisar os presidentes de câmara eleitos em 2013, as suas características sociológicas e os seus comportamentos em tempos de crise, comparando com os anteriores e analisando as suas estratégias. Mais especificamente, serão analisadas as suas mensagens e programas políticos e assim contribuir, nas eleições seguintes, para uma escolha informada que irá validar, ou punir, as ações concretas realizadas.

**Palavras-chave:** Território; Programas; Autarquias; Despovoamento; Desenvolvimento.

## Reflexiones entorno al problema de la incorporación de jóvenes a la agricultura

Alicia Langreo Navarro

Directora de SABORA, SL

Tomás García Azcárate

Investigador del Instituto de Economía, geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC),; personalidad independiente miembro del Concejo de Administración de l'Ecole nationale de Formation Agronomique (ENFA) francesa

Uno de los grandes problemas de la agricultura española, que afecta también al conjunto de la UE, es el alto nivel de envejecimiento tanto de la población activa agraria en su conjunto como de los responsables de las explotaciones (titulares de explotación persona física). El alto nivel de envejecimiento se complementa con una escasa participación de mujeres en este colectivo, centrándose además en las explotaciones de menor tamaño económico.

Desde la política agraria, se ha intentado tradicionalmente responder a esta problemática con dos líneas de apoyo: a la incorporación de jóvenes al sector agrario por un lado y a la jubilación anticipada de agricultores por otro. Más recientemente, en el marco de la PAC 2014-2020, se ha incorporado un apoyo específico suplementario en el marco del primer pilar de la PAC, las ayudas directas. Todas estas medidas fueron concebidas en un marco y en un tiempo en el que las personas que se vinculen a la actividad agraria están de una u otra forma ya vinculadas a la explotación. En otras palabras, los futuros jóvenes agricultores eran ellos mismos hijos (o en el mejor de los casos nietos) de agricultores.

Nuestro propósito es, primero, iniciar el análisis de estas medidas, de su eficacia y eficiencia, en particular si han contribuido a vencer las dos barreras de entrada más importantes a nuestro juicio al sector, el acceso a la tierra por un lado y la barrera del conocimiento por otro.

Luego, abordamos algunos de los cambios recientes sociológicos y económicos que se observan en los países desarrollados: los neo-rurales, la incorporación de la mujer al ámbito laboral; el auge de los circuitos cortos, el resurgir de los productos y mercados locales; la consolidación de las sociedades de servicios a los agricultores; “last but not least”, la creciente importancia del turismo rural.

Concluiremos con unas reflexiones finales y unas propuestas encaminadas abordar más eficazmente, en nuestra opinión, el grave problema señalado de las barreras de entrada al sector y a adaptar las políticas públicas al nuevo reto de una realidad agraria cada vez más compleja y diversa.

**Palabras clave:** Políticas agrarias; Jóvenes agricultores; Diversidad rural.

## Tecnologias sociais de convivência com o semiárido brasileiro: um pouco mais sobre a gestão da água

Rômulo Henrique Teixeira do Egito

Acadêmico de Gestão Ambiental do IFPB

Arturo Dias da Cruz

Acadêmico de Gestão Ambiental do IFPB

Arlide Franco Alves

Dr. em Ciências Sociais e Prof. do IFPB

O semiárido brasileiro sofre fortemente com a escassez e a má gestão de suas águas, além de possuir um pobre volume de escoamento dessas águas, situação esta que pode ser explicada em razão da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes. Outro determinante problema é que grande parte das escassas e mal distribuídas precipitações é desperdiçada devido à inexistência de uma política de captação e armazenagem nas áreas urbanas. A presente abordagem tem como objetivo fazer uma análise de trabalhos que tratam do tema em questão, acrescentando o fator socioeconômico e ambiental de como conviver com a problemática da escassez e má gestão da água na região. Assim, através de alguns estudos observamos que umas das principais formas de se ter água de boa qualidade na região é utilizando sistemas de cisternas que captam água da chuva. Nesse aspecto é que vários programas sociais vem dando suporte para que as famílias que vivem na região semiárida tenham acesso a essa água, levando em consideração, portanto, os aspectos qualitativos da gestão dessas águas. Algumas alternativas como o uso de BET's, (Bacia de Evapotranspiração) que utiliza águas negras (proveniente de descargas) que passam por um sistema de filtragem e abastecem naturalmente as plantas com água, vem se mostrando muito eficaz, sendo ainda uma excelente forma de reutilizar água, sem deixar de considerar questões de saneamento básico. Por fim, revisamos investigações que envolvem a *Moringa oleífera Lam*, planta bastante conhecida na região semiárida do Nordeste brasileiro, pois além de sua capacidade nutritiva onde suas folhas são usadas para merenda escolar e alimentação de animais, suas sementes, uma vez esmagadas, têm ação bactericida controlando alguns microrganismos patogênicos encontrados na água como a *Escherichia coli*, *Streptococcus aureus*, entre outros.

**Palavras-chave:** Tecnologias sociais; Convivência com o semiárido; Reuso de água; Gestão da água.



## **Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao longo dos eixos territoriais do agronegócio no Sudeste Paraense**

Rogério Rego Miranda

USP/UNIFESSPA (rogeriomir@usp.br)

O desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário amazônico, em sua porção oriental, se realiza no período histórico-geográfico atual definindo seletivamente territórios para a mineração, a soja, a pecuária e o dendê, ora consorciando tais atividades, ora projetando uma delas como a principal. Para este fim, várias políticas de desenvolvimento territorial da década de 1970 são reinventadas, a exemplo dos Polos de crescimento, que promoveram a instalação de grandes projetos agropecuários e minerais e um conjunto de infraestruturas foi construído na realidade em termos de transporte, energia e comunicação. Entretanto, em função das transformações econômicas marcadas pela globalização, a partir da década de 1990, a Amazônia teve o seu território mais uma vez redefinido. Nesse contexto, projetam-se os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), lançado em 1996, no Programa Brasil em Ação. Estes eixos se apropriam da logística herdada dos Polos de crescimento e amplia por meio de um sistema de circulação intermodal, integrando ferrovias, rodovias e hidrovias, construindo novas hidrelétricas (Usina Hidrelétrica de Belo Monte e de Marabá) e Portos para o escoamento das commodities supracitadas. Tais eixos não se produzem em espaços sem sujeitos, ao contrário, atravessam diversos Projetos de Assentamento (P.A.), territórios indígenas e quilombolas, contribuindo para o agravamento da concentração fundiária e, conseqüentemente, para a disseminação de diversos conflitos, produzindo o que denominamos de eixos territoriais do agronegócio (MIRANDA; SILVA, 2016). Neles estão presentes a conflitualidade, ou seja, lógicas de desenvolvimentos territoriais contraditoriamente articuladas, mas com diferenciações em suas formas de organização e controle do território. Dentre estas ressaltamos a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense, que em face da hegemonia do agronegócio, desenvolve, em conjunto com outros movimentos sociais em determinados momentos, a espacialização da luta pela terra, ou seja, resiste por meio de manifestações, ocupações de terras, as quais podem levar a construção de acampamentos, aonde os acampados permanecem vários anos com o intuito de territorializar a luta pela terra, isto é, conquistarem o assentamento. Esses P.A.'s materializam um projeto contra-hegemônico, embora este ainda se realize em uma escala local, visto que as experiências se localizam em pontos específicos do sudeste paraense, a exemplo do P.A. Palmares II no município de Parauapebas-PA, 26 de Março em Marabá-PA e 17 de Abril em Eldorado dos Carajás-PA. Esses assentamentos, em conjunto com outros, constroem uma rede solidária camponesa de luta pela terra que conflitam em duas frentes. A primeira corresponde na luta cotidiana pela permanência no assentamento, almejando financiamentos para as casas, os cultivos e criações, além de melhorias na infraestrutura local e na área da educação e saúde. O outro front corresponde à cooperação territorial em rede entre os assentamentos e os acampamentos para a construção e a manutenção da luta pela terra, criando condições materiais para que novas famílias possam vir a ser assentadas, ou seja, para este fim realizam ações conjuntas como manifestações e ocupações.

**Palavras-chave:** Eixos territoriais; Hegemonia e contra-hegemonia; Sudeste Paraense; MST.



## **Territorialização e práticas de resistência: uma etnografia sobre famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Nordeste Brasileiro**

Verena Sevá Nogueira

O projeto de Transposição do rio São Francisco é uma obra do governo federal brasileiro, realizada em porção territorial do Nordeste Setentrional, que objetiva o desvio de água do rio São Francisco para o beneficiamento de mais de trezentos municípios carentes de recursos hídricos.

Imerso nesse cenário, realiza-se pesquisa etnográfica sobre a territorialização de famílias rurais do município de São José de Piranhas, no estado da Paraíba, no Brasil que, em decorrência da citada obra de transposição, vêm a sofrer processos de desapropriação territorial, sendo impelidas a sair de seus “Sítios” - formação territorial tradicional no meio rural brasileiro - e se mudar para novos “Sítios” ou para áreas urbanas. Dentre as mais de trezentas famílias atingidas pela obra pública neste município, cerca de duzentas foram cadastradas pelo Ministério da Integração Nacional brasileiro para serem reassentadas em quatro Vilas Produtivas Rurais (VPR), atualmente em fase final de construção.

Nesta comunicação procuro refletir sobre algumas práticas de resistência desempenhadas pelas famílias rurais desapropriadas - nesse novo cenário sócio temporal, entre o “Sítio” e as Vilas Produtivas Rurais-, traduzidas pela forma como as mesmas, articuladas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, e acionando relações e saberes tradicionais, vêm reorganizando sua moradia, seu trabalho, sua reprodução, enfim, sua vida, diante das novas regras e lógicas territoriais ditadas pelo governo federal brasileiro.

**Palavras-chave:** Desapropriação; Famílias rurais; Resistência; Reassentamento populacional.

## Uma análise do programa de território rural Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul/Brasil: coesão e desafios

Taciane Lais da Silva

Marcos Botton Piccin

Desde 2003 o Governo brasileiro tem adotado o recorte territorial para a articulação de determinadas políticas públicas destinadas ao meio rural. No estado do Rio Grande do Sul o programa atinge o total de 18 territórios rurais. Em torno de 400 municípios gaúchos estão cobertos por territórios, o que significa mais de 80% do estado.

Neste contexto, em 2011, diversos setores sociais e representações do poder público se reuniram para formalizar a solicitação de criação do Pré-território Vale do Rio Pardo ao Governo Federal. Realizada a demanda, a homologação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi somente em janeiro de 2013. Porém o território passou a ter uma delimitação geográfica que não era aquela pretendida pelas organizações que fizeram a demanda inicial. O recorte espacial do então criado território passou a incorporar outra região não pretendida pelos demandantes inicialmente: ao invés de somente a região conhecida como o Vale do Rio Pardo, o MDA incluiu também a região denominada de Alto da Serrado do Botucarái. Esse redesenho ocasionou um forte desinteresse entre as pessoas representantes das diversas entidades que haviam se articulado para demandar a criação de um Território.

Hoje, o Território em questão possui 28 municípios, soma uma população de 429,236 habitantes e apresenta área total de 12,790.21 km<sup>2</sup> e possui duas subdivisões com realidades bem distintas com relação à produção, economia, cultura e por isso demonstram não ter coesão territorial. No entanto, se organizam dentro de um mesmo território que possui as mesmas instâncias de governança, como núcleo diretivo, câmara técnica e comitês setoriais.

Este artigo tem por objetivo trazer à tona a reflexão sobre os distintos processos de organização e coesão territorial no caso em questão. Pretende-se abordar os principais desafios enfrentados no que se refere à mobilização dos atores sociais a construírem demandas e planejamentos. As entidades sociais que compõem este território compreendem que não possuem um relacionamento suficiente para compô-lo conjuntamente.

Em meio a esta realidade, realizou-se a pesquisa de campo, analisando as atividades diárias do trabalho de articulação entre as entidades que compõem o território. Percebemos que falta convergência de interesses, devido às distintas realidades. Claramente uma parte do território possui um processo de mobilização e articulação das políticas públicas bem mais avançadas do que a outra. É essa complexidade que iremos apresentar e refletir ao longo deste trabalho.

**Palavras-chave:** Território rural; Coesão; Mobilização; Planejamento.

## **Valorização do modo de vida rural através da pedagogia da alternância no ensino técnico agrícola no território rural de Andradina**

Ticiania Petean Pina

Antônio Lázaro Sant'anna

Matheus Alexandre dos Santos Pina

Douglas Araujo Gonzaga

Gabriela Arruda Bononi

Segundo Estevam (2003) a alternância difere do ensino formal ao propor uma formação voltada para a busca de respostas às necessidades locais e ao mesmo tempo ser compatível com a realidade dos jovens e suas famílias, visando elevar a qualidade de vida no campo e criar possibilidades para que o jovem do meio rural possa permanecer e desenvolver o seu meio. A pedagogia da alternância no curso técnico agrícola demonstra proporcionar ao jovem agricultor uma formação integral, não apenas técnica. (HILLESHEIM e VIZZOTO, 2015).

Essa pesquisa foi realizada na Escola Técnica Agrícola “Sebastiana Augusta de Moraes” localizada no município de Andradina pertencente ao Território Rural Andradina que foi formado devido à marcante presença de agricultores familiares oriundos de Assentamentos Rurais, constituído hoje por 11 municípios.

Para a construção deste artigo, foram entrevistados 25 alunos do 3º e 2º ano do curso técnico agrícola na modalidade alternância no mês de março de 2016. Nestes questionamentos, foi perguntado aos jovens qual alternativa ele (a) considerava melhor para o seu futuro. Dos 11 alunos entrevistados que cursam o 2º ano do Ensino Técnico, 54,5% dos jovens consideraram trabalhar em empresas/fazendas e morar no campo como a melhor alternativa para seu futuro. E dos 14 alunos do 3º ano entrevistados, 78,5% consideram como melhor alternativa para o futuro, trabalhar em empresas/fazendas e continuar morando no campo. Observa-se portanto, uma valorização crescente do modo de vida rural durante o curso, porém está claro que a profissão de agricultor é pouco almejada. Situações como a penosa profissão de agricultor, a dificuldade de alcançar renda satisfatória e a desvalorização da sociedade e poder público dessas famílias, levam os jovens a procurar alternativas fora do campo, provocando uma problemática muito evidente no processo de sucessão hereditária da profissão de agricultor familiar. Reflete-se ao ponto em que a Alternância tem cumprido seu papel de valorizar o meio em que vivem esses jovens, porém ainda não é o bastante para auxiliar a permanência destes no campo.

### Referências

ESTEVAM, D. de O. Casa Familiar Rural: A formação com base na Pedagogia da Alternância. Florianópolis. Insular, 2003.

HILLESHEIM, L. P.; VIZZOTTO, M. A contribuição da formação por alternância na sucessão da agricultura familiar. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. Santa Maria, v. 19, n. 1, jan.-abr. 2015, p. 03–08.

## Vulnerabilidade quanto à insegurança alimentar no Brasil - uma análise sob a ótica das linhas de pobreza

Márcio Nora Barbosa

Raquel Pereira Pontes

Patrícia Raggi Abdallah

O objetivo deste trabalho é investigar a vulnerabilidade dos indivíduos e dos domicílios quanto à insegurança alimentar no Brasil, através de um indicador de Insegurança Alimentar Forte - IAF, variável essa necessária para caracterizar indivíduos que apresentam redução quantitativa de alimentos, ou seja, aqueles que, em algum momento, apresentam restrição alimentar (fome), e que encontram-se categorizados conforme as linhas de pobreza. Para este fim, utiliza-se as informações extraídas da PNAD de 2013 referentes à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para construir uma variável dicotômica que representa a fome, e através desta obter probabilidades condicionais em um modelo *Logit*, levando em consideração seus determinantes, como as características socioeconômicas, familiares e laborais dos indivíduos, assim como as características do domicílio. Na amostra utilizada, cerca de 17 milhões de brasileiros declararam ter passado fome em algum momento. Os resultados obtidos na análise mostram que as chances de ter algum tipo de restrição alimentar são maiores para indivíduos com baixa escolaridade, renda abaixo de dois salários mínimos, trabalham informalizados e residem na zona urbana. Entre as regiões demográficas, a região nordeste do país é a que possui o maior número de pessoas na situação de *IAF*. Com relação às linhas de pobreza, os resultados obtidos demonstram que indivíduos em *extrema pobreza* possuem em torno de 3,4 vezes a mais de chances de passar fome do que os *não pobres*, assim como os indivíduos em *pobreza* possuem 2,4 vezes mais chances e os *vulneráveis à pobreza* têm 1,3 vezes a mais de chances de estarem em *IAF*, quando comparados aos *não pobres*. Com base nos resultados dos modelos *Logit*, foi possível elaborar cenários de alta e baixa vulnerabilidade quanto à insegurança alimentar, corroborando para os resultados explicitados pelos modelos, e apresentando uma ferramenta para análises pontuais de grupos vulneráveis que se deseja estudar. Conclui-se, então, que a renda dos indivíduos é sim fator preponderante para as famílias estarem em situação de vulnerabilidade à fome, porém, além dela, há outros determinantes que influenciam de forma substancial à colocação ou não das famílias nessa situação, casos em específicos da escolaridade e o tipo de família, por exemplo.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar; Fome; *Logit*.

## 30 años de PAC en España. Análisis comparativo para la agricultura y el sector agroalimentario

Raúl Compés López

Profesor Titular de Universidad de la Universidad Politécnica de Valencia. Copresidente de la Asociación Española de economía Agraria (AEEA)

Tomás García Azcárate

Investigador del Instituto de Economía, geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC). . Copresidente de la Asociación Española de economía Agraria (AEEA)

Narvy Oshin Huamaní Huaranc

Investigadora de la Universidad Politécnica de Valencia

Al cumplirse este año 2016 treinta años de la adhesión de España y Portugal a las entonces Comunidades Europeas, hoy Unión Europea, es necesario hacer balance de los resultados para el sector agroalimentario de los países ibéricos. En esta comunicación se analiza el comportamiento de una serie de indicadores ligados a la capacidad y el desarrollo productivo agrícola español en el período 1986-2013, dejando al margen los flujos presupuestarios. Para poder evaluar su evolución se comparan los datos españoles con los equivalentes de los otros grandes países agrícolas de la UE -Francia, Italia, Alemania y Reino Unido con el fin de determinar el desempeño relativo de España. Treinta años atrás, las expectativas ante la adhesión eran en general muy favorables, aunque se reconocía que algunos sectores podrían verse afectados negativamente. Hoy, por el contrario, y seguramente bajo la influencia de la crisis iniciada en 2008, hay voces críticas. Lo que los resultados muestran es que, si bien la PAC ha cambiado mucho en estos treinta años, el comportamiento español ha sido similar –e incluso mejor en algunos casos- al de los países de referencia. En lo que se refiere a la Superficie Agrícola Útil (SAU), la caída del 10,6% es la segunda más importante de los países analizados, tras Italia y, en cuanto a empleo, la caída es del 56,6%, ligeramente por detrás de Italia y Alemania. Sin embargo, los resultados son mejores que la mayoría en producción y comercio, aunque hay diferencias significativas entre sectores. Los que mejor desempeño relativo muestran son cereales, oliva, uva, porcino, aves de corral y bovino. En resumen, analizando en términos relativos el comportamiento de las variables productivas básicas de la actividad agraria, no puede afirmarse que España haya salido perjudicada tras la adhesión como consecuencias de fallos institucionales en la misma o en la evolución de la PAC. La evolución negativa de algunas variables como la superficie o el empleo parece más ligada a factores estructurales de la actividad agraria a nivel global.

**Palabras clave:** Adhesión a la CEE; Economía agraria y rural española; Política Agraria Común.

Organization:



Sponsors:



Official Carrier:

